UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

FRANCO DELLA VALLE

Vida e morte do bandeirante: Alcântara Machado e a produção da história paulista

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Vida e morte do bandeirante: Alcântara Machado e a produção da história paulista

VERSÃO CORRIGIDA

Franco Della Valle

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Soares Palmeira

São Paulo
2015

Resumo:

Nos anos 1920 e 1930 houve um incremento na produção de obras de história sobre o passado colonial de São Paulo. Impulsionados pela publicação de documentos antigos, diversos autores elaboraram suas versões sobre a história dos bandeirantes. Entre eles estava Alcântara Machado (1875-1941). O presente trabalho busca compreender como seu livro *Vida e morte do bandeirante* se insere na tradição historiográfica de escritos sobre o passado paulista. Para tanto, investiu-se no estudo das censuras e possibilidades colocadas a um advogado, professor e político considerado conservador ao escrever sobre a história de São Paulo na década de 1920.

Palavras-chave: historiografia paulista, história das bandeiras, Alcântara Machado, intelectuais.

Abstract:

In the 1920's and 1930's there was an increase of history writings concerning the colonial past of the State of São Paulo. Powered by the publication of old documents, several authors elaborated their versions of the bandeirante's history. One of them was Alcântara Machado (1875-1941). The present work seeks how his book *Vida e morte do bandeirante* fits the historiographical tradition of writing about the past of São Paulo. It's invested in the study of censorship and possibilities posed to a lawyer, professor and politician considered conservative to write about the history of São Paulo in the 1920s

Key-words: historiography of São Paulo, history of the bandeiras, Alcântara Machado, intellectuals.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	5
ABREVIATURAS	6
INTRODUÇÃO	7
1. ALCÂNTARA MACHADO E SÃO PAULO	
1.1. <i>A questão da paulistanidade</i>	17
1.2. <i>O paulista de quatrocentos anos</i>	32
2. HISTÓRIA, AUTORES E BANDEIRAS	
2.1. <i>Taunay, Ellis Junior e Alcântara Machado</i>	60
2.2. <i>O protagonismo do “homem comum”</i>	76
3. UM LIVRO “MODERNO”?	
3.1. <i>Modernismo, modernos e bandeiras</i>	103
3.2. <i>A ironia como forma de crítica</i>	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
FONTES E BIBLIOGRAFIA	145

AGRADECIMENTOS

A ajuda dos funcionários da Biblioteca e Arquivo da ABL, da Biblioteca da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, do Arquivo da APL, do Arquivo Histórico do Município de São Paulo e do IHGSP foi fundamental para a realização da pesquisa e elaboração deste trabalho.

Agradeço a todos os amigos que, de uma forma ou outra, me ajudaram, principalmente pelo incentivo, pela leitura e discussão de textos: Erik Macedo Marques, Francisco Eugênio Ribeiro Machado de Andrada e Silva (o Chicão), Juliana Ferrini, Bianca Marcossi, Carlos Suarez, Marcela Quinteros, Julio Canhada, Lidiane Soares Rodrigues, Márcio Robert e Paulo Pina.

Devo aos Professores Fábio Franzini e Laura de Mello e Souza, membros da banca de qualificação, uma rica e produtiva discussão, que ajudou a retificar caminhos, incluir novas ideias e a desenvolver tantas outras.

O Professor Miguel Soares Palmeira foi o orientador deste trabalho. Sou-lhe grato pelo constante apoio e encorajamento recebidos desde o primeiro momento. Sua generosidade e disponibilidade em me ajudar nas mais variadas questões só encontram paralelo no seu bom humor e sua paciência ao lidar com um orientando extremamente ansioso.

Recebi de minha família apoio e ajuda para atender às exigências do Mestrado. Meus agradecimentos às minhas avós, irmãos Martim e Marina, sobrinhos, tios, sogros, cunhados e primos. Agradeço especialmente à Marina Della Valle, minha irmã, que me ajudou com a leitura e correção de diversos textos. Creio que Odécio Della Valle, que foi embora cedo demais, estaria contente neste momento.

Maria de Jesus Gibertoni Della Valle, a *Muni*, minha mãe, foi uma incansável colaboradora e incentivadora durante toda minha vida. Muito obrigado por mais essa ajuda.

Sem a ajuda e compreensão de Ana Cristina, minha mulher, a realização desse sonho tão antigo não seria possível. Uma vida inteira ainda seria pouco para te agradecer.

ABREVIATURAS

ABL: Academia Brasileira de Letras

APL: Academia Paulista de Letras

FFCL: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

IHGB: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGSP: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

PC: Partido Constitucionalista

PD: Partido Democrático

PRP: Partido Republicano Paulista

USP: Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

Nas décadas de 1910 e 1920 diversos intelectuais lançaram-se ao estudo do que era considerado o episódio maior da história de São Paulo: as bandeiras. O momento era de fato oportuno. Em 1914 o Arquivo Municipal iniciou a publicação das *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*; em 1917 publicou o *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo*. O Arquivo do Estado iniciou a publicação, em 1920, dos *Inventários e Testamentos*. Tratava-se de coleções de documentos postas ao alcance do público. Já não era mais necessário garimpar nos arquivos de cartórios e outras repartições públicas as fontes para a escrita da história paulista. Por trás dessas iniciativas estava Washington Luís, prefeito de São Paulo (1914-1919) e posteriormente presidente do estado (1920-1924); sua importância pode ser medida pela quantidade de agradecimentos a ele direcionados em prefácios e dedicatórias das obras sobre as bandeiras publicadas naquele período.

O objetivo deste trabalho é entender como *Vida e morte do bandeirante*, de José de Alcântara Machado d'Oliveira (doravante Alcântara Machado) se insere na tradição da escrita das bandeiras. Baseado na coleção *Inventários e Testamentos* e publicado em 1929, o livro logo recebeu diversas críticas positivas, com qualificativos que se tornaram caros a uma obra de história: tratava dos homens comuns, deixava de lado a narrativa dos grandes feitos e das grandes personalidades. Predicados, diga-se de passagem, não associados a outros livros dele contemporâneos e sobre a mesma temática. A questão que guia este trabalho é compreender os laços da trajetória de um autor que possuía uma carreira política estável, representante de São Paulo, membro da “elite” intelectual, e a criação de uma versão modernizada do passado colonial paulista.

Ao tratar de um livro sobre o passado colonial de São Paulo publicado por um paulista nos anos 1920, o enfrentamento de alguns pontos é essencial. Pelo menos desde os escritos produzidos por jesuítas no século XVII, passando pela obra de Frei Gaspar da Madre de Deus no século XVIII, duas possibilidades se colocavam – praticamente como únicas - aos interessados na elaboração de estudos sobre as bandeiras paulistas: ou os bandeirantes eram retratados como conquistadores de um vasto território para a configuração atual do Brasil, agindo como verdadeiros heróis, ou eram representados como assassinos e escravizadores dos índios, movidos apenas por sua cobiça pessoal.

Por certo essas duas versões comportam variantes, mas os estudos sobre as bandeiras não poderiam ignorar a existência dessa dicotomia. Ernani Silva Bruno, autor de obras sobre o passado paulista, tentando evitar estruturação de seu livro exclusivamente num ou noutro polo interpretativo, assim se manifestava: “É necessário que se ponha de lado (...) tanto a afirmativa, por exemplo, de que o bandeirante era um sórdido explorador do bugre, como aquela outra, oposta, de que ele pertencia a uma raça de gigantes”.¹ O mesmo autor, afirmando que para cada uma dessas versões existiriam provas documentais “autênticas”, sugeria uma solução para o impasse: a viagem pela história paulista seria mais proveitosa se “for empreendida, tanto quanto possível, dentro de um clima de isenção, que permita ao observador ir situando as coisas, os homens, as situações, nos limites de um contexto tranqüilo.”²

Mais recentemente, possivelmente a partir dos anos 1960, outro caminho de análise se consolidou, agora como problema da história da escrita da história: a representação dos bandeirantes como heróis, elaborada em forma laudatória e épica, foi mais um dos componentes da consolidação de um símbolo associado a São Paulo. Esse símbolo – o bandeirante – possuía qualidades positivas facilmente associadas à população paulista, e foi utilizado como uma das bases do discurso político que pretendia maior participação do estado nas decisões do país e a manutenção da oligarquia cafeeira no poder. Tal viés procurava descortinar as funções da construção, cristalização e utilização política desse símbolo. Dando importância ao fato de que escritores de livros sobre as bandeiras eram também políticos ou membros da “elite” paulista, tratava-se então de medir, nas obras, o grau de identidade entre elas e o discurso oficial do governo de São Paulo, do Partido Republicano Paulista, da oligarquia etc.

Embora normalmente se enfatize que os escritos sobre bandeiras produzidos nas décadas de 1920 e 1930 foram baseados em fontes documentais – inclusive recém-descobertas e publicadas, o que pressupunha o não falseamento da verdade - a relação ciência *versus* política se impôs como norte de algumas análises. As expressões “discurso interessado”, “não isento”, “a serviço de” tornaram-se comuns nas classificações feitas sobre tais obras. Ser político em São Paulo, ter laços com a elite intelectual regional, pertencer à oligarquia, enfim, tudo isso entra na fatura da análise das obras sobre as bandeiras, em conjunto com passagens dos textos representativas de atribuições de qualidades positivas aos bandeirantes. Mas algumas interpretações terminam justamente nessas identificações do

¹ BRUNO, Ernani Silva. *Viagem ao país dos paulistas*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1966, p. 7.

² Ibidem.

discurso político com o discurso histórico, possibilitando que o leitor faça a si mesmo indagações sobre a necessidade de relativizar a obra ou, pior, julgar seus autores como meros manipuladores, o que normalmente deságua numa leitura rasa que não alcança a complexidade do tema. Com esse procedimento, pode-se dizer que a análise gera o mesmo efeito identificado por Pierre Bourdieu, quando ressaltou o problema que a exemplificação introduz na produção científica:

[...] esta estratégia retórica comumente empregada para “fazer compreender” mas que instiga o leitor a recorrer à sua experiência, portanto a introduzir clandestinamente na sua leitura uma informação incontrolada, tem por efeito quase inevitável rebater no plano do conhecimento ordinário construções científicas que deveriam ser conquistadas contra ela.³

Tal procedimento sugere ao leitor um poder ilimitado dos autores que, tendo consciência de que a história estava a serviço da política, poderiam denunciar esse fato como uma relação espúria ou “agir de outra forma”. Usam-se os atributos idealizados de um historiador profissional de hoje para medir o espaço de atuação dos antigos. Para se evitar essa forma de “medição”, deve-se deslocar a análise para compreender e descortinar o que a polarização ciência *versus* política encobre. *Mutatis mutandi*, de ter em mente a orientação exposta por Benoît L’Estoile, Frederico Neiburg e Lygia Sigaud a respeito da antropologia, já consolidada como disciplina, e a formulação de políticas públicas estatais:

A oposição “ciência vs. política” oculta a existência de relações constitutivas entre a prática científica, a formação e o funcionamento dos estados. Ao focalizar os dilemas morais envolvidos nas relações entre a atividade de um indivíduo enquanto pesquisador e o seu engajamento político, ela desvia a atenção da questão central das possibilidades da própria prática científica e, em particular, do papel dos estados na criação e na manutenção das instituições nas quais o conhecimento é produzido.⁴

Direcionando essa problemática à historiografia das bandeiras paulistas produzida nas décadas de 1920 e 1930, pode-se pensar em outros caminhos interpretativos. O mais evidente é uma inversão de perspectiva, consubstanciada na impossibilidade de se aplicar aos intelectuais da primeira metade do século XX o mesmo figurino dos historiadores

³ BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*, tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle, Florianópolis: Editora UFSC, 2011, p. 21 e 22.

⁴ L’ESTOILE, Benoît, NEIBURG, Frederico e SIGAUD, Lygia. *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais: uma abordagem comparativa*. L’ESTOILE, Benoît, NEIBURG, Frederico e SIGAUD, Lygia (org.) *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 17.

profissionais de hoje. Assim, na ausência de um campo intelectual autônomo⁵, pode-se indagar se não seriam justamente o envolvimento político, as associações com a simbologia paulista, a adesão – mesmo que parcial – ao “establishment” que possibilitaram as edições das obras sobre as bandeiras, especialmente em São Paulo. Além disso, pode-se pensar nas margens de atuação dos autores, ou seja, nos limites do que se impunha como dizível ou indizível.

Menos evidente - porém relacionado à inversão de perspectiva aqui assinalada – é o efeito de ruptura que a polarização política *versus* ciência instaura. Ao indicar a “utilização” do discurso histórico pelo discurso político em autores antigos, a análise está indiretamente sugerindo sua objetividade, sua isenção se comparada àqueles. Mas a questão não parece assim tão simples, já que mesmo no campo universitário a orientação política dos atores é explicitamente parte da imagem que deles se faz. Vide os dividendos e prejuízos que uma orientação “progressista” ou “conservadora” traz para determinados historiadores.

Assim, *Vida e morte do bandeirante* e a trajetória de Alcântara Machado constituem material importante para problematizar a representação da figura do historiador que a própria historiografia constrói. Os problemas que a função de autor coloca foram bem explicitados por Michel Foucault⁶, sendo o mais importante deles a inteligibilidade que a figura construída do autor dá ao seu texto. O nome Alcântara Machado, por si só, diante das representações a ele associadas, traz a marca de um paulista tradicional, membro e ator da “elite” paulista da República Velha. Como se essas “qualidades” não variassem de sentido ao correr do tempo. Para Pierre Bourdieu, o nome próprio sem essas variações “assegura aos indivíduos designados, para além de todas as mudanças e todas as flutuações biológicas e sociais, a *constância nominal*, a identidade no sentido de identidade consigo mesmo [...]”⁷ Diante disso, a exaltação de São Paulo e apologia aos bandeirantes fazem sentido se colocadas em referência ao nome próprio Alcântara Machado e guiam a leitura do seu livro.

Expressões deslocadas, tais como “sóbrios, tenazes, afeitos à fadiga, os devassadores do sertão não teriam nesse ponto muitas exigências”, referentes aos bandeirantes, por si só nada dizem. Mas se colocadas junto ao nome Alcântara Machado ganham um significado específico, no sentido de exaltação das qualidades dos paulistas antigos e, indiretamente, da simbologia bandeirante, já que o autor pertencia à “elite” paulista, comungava dos seus

⁵ MICELI, Sergio. Poder, sexo e letras na República Velha (estudo clínico dos Anatolianos). *Intelectuais à brasileira*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁶ FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* 2ª edição, tradução de António Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro, Lisboa: Vega Passagens, 1992.

⁷ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In *Usos & abusos da história oral*. FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.), 2ª edição, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998, pp. 183-191, p. 187.

interesses etc. Ocorre que essas expressões são de Sérgio Buarque de Holanda⁸, autor normalmente tido como renovador dos estudos sobre o passado paulista, que se afastou das epopeias bandeirantes e da apologia ao símbolo que representam.⁹ E que, principalmente, não era considerado um membro da oligarquia paulista. Percebe-se, então, que não são apenas trechos isolados pinçados da obra de Alcântara Machado que o tornam um político-historiador apologista ao seu estado – embora seja esse o procedimento de análise utilizado pelos seus críticos. É a junção do seu nome próprio, e tudo o que ele evoca, que dá significado a essas expressões. Essa espécie de “cabra-cega” que, apagada a figura do autor, busca-se identificá-lo pelos trechos de seu texto pode parecer ingênua e despropositada, mas conduz a certas precauções metodológicas. A principal delas é, obviamente, não aprisionar o trabalho de um autor apenas às referências que seu nome próprio implica.

Sem ter liberdade total para elaborar sua representação do passado paulista, por conta de toda a sorte de constrangimentos sociais que lhe são impostos, nem por isso o autor condiciona seu trabalho à ideologia normalmente associada ao seu estrato social. Ou seja, a figura pública do autor não dá conta de explicar totalmente o livro. Abandonou-se, assim, a dicotomia obra *versus* autor ou obra *versus* contexto para privilegiar o modo como Alcântara Machado transigiu com os constrangimentos postos pela posição que ocupa no círculo de intelectuais e políticos paulistas. Esse procedimento permitiu inserir o livro de Alcântara Machado num debate já estabelecido, evitando-se assim a “busca das origens” ou tomar o autor por um “gênio criador” descolado do mundo que o rodeia.

Não se nega, portanto, a relação existente entre Alcântara Machado e a “elite paulista”, mas ela não pode ser tomada apenas no sentido “causa e efeito”, ou seja, que seu livro é necessariamente um veículo da ideologia dessa camada social. A questão dessa relação é posta em outros termos. Analisando a representação da história contida em *Vida e morte do bandeirante* com atenção aos limites que a figura pública do autor impunha a seu ato de criação, foi levantada a hipótese da existência de um discurso irônico, que funciona também como ferramenta de crítica. Percebe-se que o autor, sem poder criticar diretamente a figura histórica do bandeirante, que já então era tido como um símbolo paulista, recorreu à ironia para ressaltar determinadas condutas “reprováveis” desses “heróis”, tais como a mesquinha e a escravização dos índios. É nesse aspecto que este trabalho difere de outras leituras

⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*, Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante Brasileiro, 1945, p. 16-17.

⁹ Neste sentido: BLAJ, Ilana. Historiador da cultura material. In SOUZA, Antonio Candido de Mello e (org.), *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 34 e DIAS, Maria Odila Leite da Silva, Sérgio Buarque de Holanda, Historiador. In DIAS, Maria Odila Leite da Silva (org.), *Sérgio Buarque de Holanda, Grandes Cientistas Sociais, História*, São Paulo: Editora Ática, 1985, p. 31.

realizadas sobre o *Vida e morte do bandeirante* e mesmo sobre a figura pública de Alcântara Machado.

Por outro lado, levou-se em consideração tanto as análises elaboradas sobre *Vida e morte do bandeirante* como estudos sobre a construção da simbologia paulista, calcada na figura mítica do bandeirante. Isso porque a figura pública de Alcântara Machado (elaborada por ele ou seus biógrafos) tem como pilar de sustentação referida simbologia, qualificada pela propalada antiguidade de sua estirpe, que acaba por influenciar as leituras críticas de sua obra.

Para atingir os objetivos acima expostos, este trabalho foi dividido em três capítulos e as conclusões decorrentes das análises feitas. O primeiro capítulo, *Alcântara Machado e São Paulo*, é estruturado em dois tópicos. No primeiro deles, *A questão da paulistanidade*, são analisadas as implicações da *paulistanidade*, considerada neste trabalho como a relação existente entre determinada figura pública com características positivas normalmente associadas ao bandeirante.¹⁰ Ressaltou-se, em primeiro lugar, que a associação de autores às características positivas dos bandeirantes e dos paulistas é variável; podendo inclusive ser utilizada como forma de depreciação ou ataque a oponentes. Nesse passo, foi importante destacar como e em quais situações específicas funciona a apologia ao símbolo bandeirante e à antiguidade de estirpe. Em segundo lugar, buscou-se mostrar que, para além da função de coesão de um grupo, a invocação da simbologia paulista também servia como critério de distinção dentro desse mesmo grupo. A intenção desse tópico é problematizar a simbologia bandeirante (e a *paulistanidade*), quase sempre representada como estática, indicando a multiplicidade das suas funções. As fontes e bibliografia desse item consistem principalmente em análises sobre a construção da simbologia bandeirante.

Ainda no primeiro capítulo foi elaborado um esboço biográfico de Alcântara Machado levando em conta sua relação com São Paulo – *O paulista de quatrocentos anos*. Essa relação é um importante fio condutor da descrição da vida do autor, uma vez que seus críticos e biógrafos sempre o representaram como um paulista leal e fiel à sua terra, o que praticamente condicionou sua vida e embasou seus sucessos. Basicamente, como se o fato de ele pertencer a uma importante família e ter raízes bandeirantes fosse a chave de compreensão dos seus atos e, principalmente, dos seus sucessos. Além disso, como já adiantado acima, a

¹⁰ Luís Toledo Machado, em estudo sobre Antônio de Alcântara Machado d'Oliveira, emprega a expressão *senso de paulistanidade*, e a define como: “O culto dos mortos e a fidelidade terna pela cidade de São Paulo, paisagem e âmbito de sua infância. Esse sentimento não só entendia uma contemporaneidade imediata, personagens, fatos e cenários tirados ao viver cotidiano, como era um princípio espiritual a reclamar o conhecimento do tempo longínquo na busca das raízes do presente.” In MACHADO, Luís Toledo. *Antônio de Alcântara Machado e o modernismo*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970, p. 39. Conforme se verifica, no presente trabalho foi utilizada uma concepção diferente de paulistanidade, entendida como a relação entre determinada pessoa e atributos positivos de São Paulo e sua história.

relação de uma obra sobre os bandeirantes e a posição do seu autor como membro da “elite” paulista tornou-se referência nas leituras posteriores sobre o bandeirismo, com destaque para a cristalização e a utilização política do símbolo bandeirante. Novamente foi dada especial atenção para as variações de situações em que a *paulistanidade* está implicada.

O segundo capítulo, *História, autores e bandeiras*, trata de *Vida e morte do bandeirante*. Em seu primeiro tópico, *Taunay, Ellis Junior e Alcântara Machado*, foi elaborada uma leitura do livro e sua comparação com outros sobre o mesmo tema e da mesma época, de autores também considerados como da “elite” paulista. No caso de *Vida e morte do bandeirante*, para se falar em novidade ou em um livro moderno, foi necessário levar em conta a concorrência com outros escritores que, no mesmo período, estavam publicando livros sobre o passado colonial paulista. Os autores eleitos para comparação foram Afonso de Escragnolle Taunay e Alfredo Ellis Junior. Cada um deles procurou se notabilizar por algumas características: Taunay procurou se distinguir como o descobridor de documentos e o estudioso da epopeia das bandeiras; Ellis Junior como o estudioso da formação da “raça paulista” e Alcântara Machado como o analista dos costumes. Por outro lado, a análise nesses termos permite a redução do cenário por onde se movimentou o autor, ou seja, passa-se de um contexto amplo e vago (elite, oligarquia, político), que não explica totalmente a questão, para uma situação específica (que envolve a interação do autor e seu discurso com outros autores e discursos sobre o mesmo tema).

No segundo item, *O protagonismo do “homem comum”*, destacou-se a recepção do livro na época de sua publicação, bem como as razões pelas quais foi tomado como um livro de história. São percebidas, assim, mais diferenças do que afinidades, colocando em suspenso a ideia – já bem difundida – de que livros de história sobre as bandeiras publicados nos anos 1920 e 1930 seriam um esforço comum de se cristalizar a simbologia bandeirante paulista. A principal dessas diferenças, já indicada por outros analistas, reside no objetivo principal de *Vida e morte do bandeirante*: a análise dos “homens comuns”, afastando-se assim da narrativa de grandes feitos, guerras ou das grandes bandeiras. Ainda nesse item foram pensadas outras formas de leitura do livro, já que a dicotomia apologista *versus* não apologista da simbologia bandeirante não encerra as possibilidades de análise. Desse modo, a linguagem simples e palatável, a possibilidade de evocar curiosidades, a existência de gravuras, enfim, diversos outros fatores podem ser incluídos na conta da importância do livro – que em apenas um ano teve uma segunda edição.

Já o terceiro capítulo, *Um livro “moderno”?*, busca responder uma hipótese, ainda na senda da proposição de uma leitura de *Vida e morte do bandeirante*: a de que, pelo fato de

não ser livre em sua criação, o autor teria utilizado a ironia para fazer censuras ou críticas aos personagens históricos dos quais tratou, principalmente por serem erigidas a um símbolo representativo de São Paulo. Assim, esse capítulo se relaciona tanto com as restrições que pesam sobre o autor ao elaborar sua obra e também com a colocação de seu livro em comparação com outros autores inseridos num debate específico. Foi dividido em dois tópicos.

No primeiro, *Modernismo, modernos e bandeiras*, há um esforço para alargar os limites das análises sobre as representações historiográficas da simbologia bandeirante. Assumindo a possibilidade de crítica a tal simbologia, buscou-se compreender como ela era efetuada ao tempo da publicação de *Vida e morte do bandeirante* para além de obras de história. Assim, foi analisado como determinados autores modernistas ou por aqueles que Elias Thomé Saliba denominou cronistas macarrônicos - autores que produziam humor por meio de registros anárquicos do português misturado com outras línguas¹¹ - trataram os símbolos caros a São Paulo, inclusive os bandeirantes. Partiu-se do pressuposto de que se Alcântara Machado não estava isolado e se relacionava com as obras de outros “historiadores”, também não ignorava as representações da história de São Paulo e da simbologia bandeirante elaboradas pelos jovens escritores modernistas e pelos jornais humorísticos.

O segundo item, *A ironia como forma de crítica*, consiste num esforço de traçar outras possibilidades de leituras de *Vida e morte do bandeirante* sem deixar de levar em conta as que o relacionam com a simbologia bandeirante. Dados os constrangimentos sociais impostos pela posição social de Alcântara Machado (jurista, professor e, principalmente, político), as eventuais críticas aos paulistas antigos e à história de São Paulo não poderiam ser feitas de forma direta, mas sim por meio da ironia. A análise não toma isso como uma postura cínica do autor, mas a considera como a mediação entre a liberdade de crítica e os limites decorrentes da sua figura pública. Isso não significa que o autor fosse um rebelde e crítico da sua própria classe social, que pretendesse mudanças etc. A autoironia é um sinal inequívoco de pertencimento a uma determinada classe.

Assim, no caso deste trabalho, embora vazada em tom irônico, a crítica somente é possível porque parte de alguém que a vida inteira notabilizou-se como um legítimo e leal paulista, ou seja, tacitamente autorizado a criticar. E, já que a crítica parte de “alguém de dentro”, pode ser recebida como sinal de isenção, atributo que, posteriormente, tornou-se

¹¹ SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*, 2ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 177.

indispensável na construção da figura de um historiador. Por fim, foi ressaltado que *Vida e morte do bandeirante* possui características modernas, mas não é um livro modernista; pode ser diferenciado de outros livros publicados na mesma época sobre o mesmo assunto porque incorpora alguns cânones atribuídos a autores modernistas e outros procedimentos metodológicos posteriormente adotados por historiadores profissionais. Nesse aspecto, a leitura de artigos de Mário Guastini, produzidos nos anos 1920 foi esclarecedora, já que, para ele, diversas características distintivas dos escritores modernistas estavam presentes em escritores mais “antigos”, entre eles Alcântara Machado.

Nas *Considerações finais* buscou-se problematizar as leituras elaboradas sobre *Vida e morte do bandeirante*, bem como as relações estabelecidas entre a imagem que os próprios historiadores fazem de si quando utilizam, como critério de distinção, a relação política *versus* história.

Tanto a APL como a ABL possuem arquivos referentes a Alcântara Machado. Na APL, os documentos estão inseridos na pasta da cadeira número 1, ou seja, estão junto com documentos de outros autores. Além de recortes de jornais, existem diversas informações biográficas inseridas em artigos e no livreto de José Carlos de Macedo Soares, *Três biografias*. Já na ABL há um arquivo exclusivo do acadêmico Alcântara Machado, contendo mais material, incluindo correspondência ativa, alguns telegramas recebidos pela sua eleição, cópias de discursos etc. Ambos os arquivos foram importantes para este trabalho, principalmente no que refere à análise da biografia do autor.

Na biblioteca da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP) existem obras raras de Alcântara Machado, tais como sua tese de concurso para professor, de 1895, sua primeira publicação (estudo sobre contratos firmados por correspondência) quando ainda era estudante, além de notícias referentes à sua atuação como professor e diretor da instituição, encontradas na revista da faculdade.

Foram consultadas no Arquivo Público do Estado de São Paulo as duas revistas em que o autor, já no fim da vida, tratava da biografia de seu avô, brigadeiro Machado d'Oliveira. São importantes porque dão a dimensão das variações da utilização pelo biografado e pelo biógrafo das relações de suas figuras com a simbologia bandeirante.

A análise de artigos e propagandas políticas em jornais foi imprescindível para a construção deste trabalho. É nesse tipo de produção que encontramos de forma mais explícita as representações calcadas na associação da figura de Alcântara Machado com São Paulo. Ou seja, é no apelo ao público, principalmente aos eleitores, que se pode apreender a importância da exaltação dos vínculos do autor com sua terra. Por outro lado, há diversas notas em jornais

cujo objetivo era atacar a imagem de Alcântara Machado. E isso é importante, já que permitiu a apreensão do apelo à *paulistanidade* em diversos sentidos e oportunidades, ou seja, sua variação. Note-se, ainda, que as representações dos humoristas *macarrônicos* eram normalmente veiculadas em jornais, o que possibilitou compreender as diversas formas que a crítica a São Paulo e seus políticos poderiam assumir.

CAPÍTULO 1

ALCÂNTARA MACHADO E SÃO PAULO

1.1. A questão da *paulistanidade*

Construída ao longo de anos, as representações positivas do estado de São Paulo agregam predicados que marcam sua propalada especificidade: riqueza, trabalho, locomotiva do país, industrialização, desenvolvimento etc. A implicação mais nítida disso é a possibilidade de se transferir à população paulista adjetivos que também a qualificam positivamente. Facilmente encontram-se referências aos paulistas como pessoas trabalhadoras, sérias, ricas, que, enfim, construíram a grandeza São Paulo. Conforme verificaremos, diversos atributos relacionados à especificidade do estado e da sua população foram associados a um personagem histórico regional, que se tornou um símbolo – o bandeirante. Com isso, inscrever determinada pessoa numa linhagem de antiga família paulista, ou simplesmente nomeá-la paulista tornou-se uma forma de elogio, dada a carga valorativa que a simbologia bandeirante exprime.

Por outro lado, não se pode pensar que a *paulistanidade* – adjetivação de um nome próprio com atributos positivos associados a São Paulo ou sua história – tenha um sentido unívoco. Em determinadas situações, ela se torna a marca do desprestígio, do atraso, da arrogância. A intenção desse capítulo é captar as variações de sentido que envolvem a *paulistanidade*, ainda mais quando relacionada ao nome próprio de Alcântara Machado, que por toda sua vida tentou apresentar-se como um legítimo e antigo paulista.

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, “cada coletividade tende a ter seus símbolos próprios, dotados de um significado específico, com a função de perpetuar determinados valores”.¹² No caso de São Paulo, a figura cristalizada para enfeixar as qualidades de seus habitantes foi – e, em certa medida, ainda é – o bandeirante. Elevado à categoria de símbolo, tal personagem histórico reuniria qualidades positivas que poderiam ser associadas aos paulistas, o que, no extremo, justificaria um diferencial se comparados com o restante do Brasil. Ainda de acordo com Maria Isaura Pereira de Queiroz:

¹² QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo Paulista: vicissitudes de um imaginário. In *Revista USP*, São Paulo, vol. 13, p. 79 – 87, mar-abr-maio 1992.

Ser paulista, manifestação de uma coletividade geograficamente localizada, se exprime através de uma figura mítica, a do bandeirante; feitos do passado definem a este, quando conquistou para a Coroa portuguesa o imenso interior brasileiro, caracterizando-se então pela audácia, pelo desejo imoderado de conquista, pelo sentimento de independência, pela vocação de mando, pela lealdade – “raça de gigantes” disse já um historiador.¹³

O personagem histórico bandeirante, porém, nem sempre foi apreendido apenas por suas qualidades positivas, pois como asseverou Laura de Mello e Souza, da “lenda negra” à “lenda dourada”, são “tantas as imagens construídas sobre os paulistas ao longo dos séculos que o historiador se desconcerta”.¹⁴ Com efeito, a apreciação das atitudes dos “paulistas”, principalmente de suas incursões no interior da então colônia de Portugal para apresamento de índios e busca de metais preciosos (bandeiras), varia conforme o tempo.¹⁵ A vertente negativa, referente à “lenda negra”, decorre das denúncias, feitas pelos jesuítas, das barbáries praticadas pelos bandeirantes no apresamento de índios e arrasamento das missões jesuíticas, conforme os escritos de Dias Taño, Montoya e Charlevoix produzidos desde o século XVII.¹⁶ Já a “lenda dourada” refere-se à defesa dos bandeirantes contra tais críticas, produzida por Pedro Taques de Almeida Paes Leme e frei Gaspar da Madre de Deus, que procura demonstrar a grandeza dos bandeirantes, sua pureza de sangue, sua bravura, suas conquistas, sua filiação à fidalguia portuguesa etc.¹⁷

Para Danilo Ferretti, “a obra de Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques marcou profundamente a historiografia que lhe seguiu, fixando representações sobre o passado paulista, posteriormente mobilizadas e ressignificadas por outros historiadores até o século XX”.¹⁸ Por outro lado, a crítica e a desqualificação dos bandeirantes paulistas iriam ganhar maior fôlego com a produção indianista, vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Essa produção procurava “incorporar simbólica e concretamente o indígena ao Estado nacional brasileiro”¹⁹, pregando a não escravização dos índios – e, paralelamente, a crítica aos bandeirantes apressadores. Já no século XIX, o discurso dos

¹³ Idem, p. 79. A expressão *raça de gigantes* foi empregada por Saint-Hilaire, numa referência à população paulista e desde então foi inúmeras vezes utilizada por historiadores de São Paulo da primeira metade do século XX, tais como Taunay, Ellis Junior, Alcântara Machado. No caso da citação, a autora provavelmente refere-se a Ellis Junior, que publicou um livro, em 1926, cujo título era justamente *Raça de gigantes*.

¹⁴ SOUZA, Laura de Mello e. Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea. In *Revista de História*, FFLCH – USP, São Paulo, 142-143, p. 261-276, 2000, p. 263.

¹⁵ Idem, p. 263.

¹⁶ FERRETTI, Danilo José Zioni. *A construção da paulistanidade. Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)*. Tese (Doutorado em História), FFLCH – USP, São Paulo, 2004, p. 15 e 16. Sobre a lenda negra e a lenda dourada ver, ainda: GLEZER, Raquel. *Chão de terra e outros estudos sobre São Paulo*, São Paulo: Alameda, 2007, p. 144.

¹⁷ Idem, p. 16 e 18.

¹⁸ Idem, p. 18.

¹⁹ Idem, p. 48.

republicanos paulistas identifica o passado regional como uma exceção, um modelo de democracia e progresso em meio a um restante de Brasil atrasado. Tratava-se de uma forma de defesa do federalismo, ou seja, a evocação da história como arma a justificar as pretensões paulistas daquele tempo, especialmente no que se refere à Proclamação da República e concessão de maior autonomia às províncias. Assim, “o investimento em um discurso regional, que tornava a paulistanidade como “exceção”, tinha um sentido político de crítica à ordem monárquica unitária, sendo por isso praticado principalmente por republicanos”.²⁰ É nessa ordem de representações que as figuras do passado regional são resgatadas em sua positividade, sendo-lhes atribuídas qualidades que poderiam ser associadas à população do estado e funcionar como fator distintivo. O bandeirante é encarado como produto exclusivo do passado colonial paulista. Instaurado o regime republicano, o discurso identitário regional de São Paulo ganhou um novo impulso com a criação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) em 1894, acentuando-se a ideia de exceção da história regional e glorificação dos bandeirantes. A visão produzida e validada pelo IHGSP era a de que a história paulista seria a própria história do Brasil. Esse viés erigiu como pontos essenciais da história nacional fatos e personagens históricos relacionados a São Paulo, a fim de lhe dar destaque e até mesmo competir com o Rio de Janeiro, em termos de importância. Assim, os bandeirantes foram considerados os responsáveis pela conquista territorial, “a independência teria sido obra dos irmãos Andrada” e a proclamação da República se devia em grande parte aos esforços dos paulistas Campos Sales e Prudente de Moraes.²¹

Embora o discurso laudatório sobre os bandeirantes tenha sido elaborado desde o século XVIII, historiadores convergem na percepção de que nas três primeiras décadas do século XX – embora esse marco não seja absoluto – diversos autores resgataram e intensificaram essa vertente histórica. Cristalizaram juízos positivos sobre os bandeirantes e a ideia de exceção da história paulista.²² De acordo com Ilana Blaj, para esse período, o que estava em jogo nessas produções era “a preocupação de justificar o poder de São Paulo no contexto da riqueza cafeeicultora no âmbito da República Velha, o que pressupunha um relacionamento com os outros estados e a luta pela hegemonia nacional”.²³ Buscava-se, então, a criação de um símbolo exclusivamente paulista com qualidades especiais que pudessem

²⁰ Idem, p. 164.

²¹ Idem, p. 216 e 217.

²² SOUZA, Laura de Mello e. *Op. cit.*, p. 240; FERRETTI, Danilo José Zioni. *Op. cit.*, ABUD, Katia Maria. *O sangue intomato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. Tese (Doutorado em História), FFLCH, USP, São Paulo, 1985; FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*, São Paulo: Editora UNESP, 2002, entre outros.

²³ BLAJ, Ilana. Mentalidade e sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo colonial. In *Revista de História*, FFLCH-USP, São Paulo, 142-143, p. 239-259, 2000, p. 240.

diferenciar o estado e seus habitantes dos demais. A escolha recaiu sobre a figura do bandeirante, que resumia as qualidades de arrojo, tenacidade, heroísmo etc. Basicamente, a prosperidade e modernidade paulista eram frutos de sua história e da qualidade de seu povo.²⁴

A preocupação política com a cristalização de um símbolo paulista pode ser a raiz de investimentos da administração pública em localizar, decifrar e publicar documentos antigos referentes a São Paulo. Ainda sob o impulso do IHGSP e a ele vinculado, a Repartição Estatística e Arquivo de São Paulo iniciou no final do século XIX a publicação da série *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*²⁵, importante repositório de fontes para estudos de história. Todavia, a produção sobre a história colonial paulista ganhou mais fôlego com a edição das *Atas da Câmara de São Paulo*, iniciada em 1914, e da série *Inventários e testamentos*, com início de publicação em 1920. O interesse em tais documentos para utilização em pesquisas vem desde 1899, quando a lei estadual 666 os declarou públicos e determinou sua remoção dos cartórios judiciais.²⁶ Washington Luís, antes mesmo de ser presidente de São Paulo e presidente da República, fazia pesquisas históricas e havia lidado com essa documentação em 1902 e 1903, quando então estavam já reunidos no Arquivo Público e Arquivo da Câmara.²⁷ Foi com essa base documental que diversas obras sobre a história de São Paulo foram publicadas nos anos 1920 e 1930, destacando-se a vasta produção de Afonso d'Escagnolle Taunay, José de Alcântara Machado, Alfredo Ellis Junior, Paulo Prado, bem como os livros que se seguiram nos anos posteriores, tais como os de Cassiano Ricardo, Ernani Silva Bruno e do próprio Washington Luís. Essa produção se diferencia das anteriores porque, agora, a base da argumentação se assentava em documentos, tidos como comprovação do que “efetivamente ocorreu”²⁸, principalmente por serem documentos públicos ou que se prestavam a sacramentar negócios jurídicos. Não havia mais a necessidade de se realizar extensa busca, pesquisas em diversos locais, tampouco de lidar com textos manuscritos em português quase medieval, ininteligível. Decifradas e publicadas, as fontes documentais estavam à disposição para que diversos intelectuais pudessem escrever

²⁴ Ver, neste sentido, ABUD, Kátia. A ideia de São Paulo como formador do Brasil. In *Encontros com a História: Percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. FERREIRA, Antônio Celso, DE LUCA, Tânia Regina e IOKOI, Zilda Gricoli (org.), São Paulo: Editora Unesp, 1999, p. 71 a 89.

²⁵ Sobre o assunto, ver: MENDES, André Oliva Teixeira. *Os documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo: subsídio para a construção de representações*. Dissertação (Mestrado em História), FFLCH – USP, São Paulo, 2010.

²⁶ SOUSA, Washington Luís Pereira de. *Na capitania de São Vicente*, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1956, p. X. Este livro, aliás, traz interessante descrição das etapas de tradução e publicação dos documentos antigos.

²⁷ Idem, p. X.

²⁸ Para Kátia Abud, referindo-se a Taunay, Ellis Junior e Alcântara Machado: “Os três autores produziram obras históricas, fundamentados em fontes documentais concretas, não forjadas, e cada um deles enfatizou um aspecto da figura do bandeirante [...]”. In ABUD, Kátia Maria, *op. cit.*, p. 78.

sobre a história de São Paulo sem deixar seu trabalho, cargo, mandato etc. Poupança-se, assim, tempo, dinheiro e dedicação. Bem se vê, portanto, que não foi fortuito o fato de que as publicações das *Atas da Câmara* e *Inventários e testamentos* tenham ocorrido justamente quando São Paulo era presidido por Washington Luís.²⁹

Naquele período, a simbologia bandeirante, como identificadora dos paulistas, também pode ser relacionada à preocupação em construir e uniformizar um passado, já que a percepção deles sobre o presente estava em constante e rápida alteração. Com levas de imigrantes que ainda estavam em fase de incorporação à população do estado, intensa urbanização e alteração da paisagem da cidade de São Paulo no final do século XIX e início do XX, construção de fábricas, geração de riquezas pela cafeicultura, o resgate e elaboração de um passado comum, baseado num símbolo, poderia ser utilizado de diversas formas. Conforme acentua Antônio Celso Ferreira, “trata-se de criar uma história para um país de colonização recente e para uma nacionalidade em formação, que fosse capaz de oferecer os mitos e a solidez das origens, num contexto igualmente assinalado pela transitoriedade”.³⁰ Além disso, a busca de um passado glorioso funcionava como forma de apagamento dos problemas resultantes da recente modernização, tais como a “imigração tumultuária” e “as mazelas da escravidão”.³¹ Assim, para Kátia Abud a cristalização desse símbolo permitia “a integração de uma parcela numericamente importante da população de São Paulo, que era constituída de imigrantes, que haviam assimilado a valorização do trabalho e a construção do progresso do estado, como uma característica de seus habitantes.”³² Proposta diferente é apresentada por Maria Isaura Pereira de Queiroz, para quem a simbologia bandeirante prestava-se à diferenciação, sobretudo entre paulistas antigos, mais valorizados, e os paulistas novos.³³ Basicamente, as distinções operam na relação de oposição entre famílias antigas e

²⁹ Pode-se medir a importância da publicação de tais documentos e a ação de Washington Luís neste sentido quando se analisa a dedicatória contida no primeiro tomo da *História geral das bandeiras paulistas*, de Taunay, publicado em 1924, e a referência de Alcântara Machado em *Vida e morte do bandeirante*: “Para essa obra de verdade de clareza tem sido eminente a contribuição do sr. Washington Luís. Depois de ter divulgado, quando prefeito do município, as atas e papéis da edilidade paulistana, pondo ao alcance de todos nós os materiais para a reconstrução da vida administrativa da cidade colonial, materiais aproveitados imediatamente em trabalhos judiciosos pelo sr. Affonso de Taunay, promoveu depois, na presidência do Estado, a reprodução dos inventários antigos, salvando-os assim do esquecimento injusto e da destruição inevitável a que estavam condenados. In *Vida e morte do bandeirante*, São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1929, p. 6.

³⁰ FERREIRA, Antônio Celso. Vida (e morte) da epopeia paulista. *Encontros com a História: Percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. FERREIRA, Antônio Celso, DE LUCA, Tânia Regina e IOKOI, Zilda Gricoli (org.), São Paulo: Editora Unesp, 1999, p. 96.

³¹ SALIBA, Elias Thomé, Histórias, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana. PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo, volume 3 – A cidade na primeira metade do século XX*, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1ª edição, 2004, p. 570.

³² ABUD, Kátia Maria. *Op. cit.*, p. 79.

³³ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Op. cit.*, p. 84.

famílias novas, incluídos nesta última rubrica os imigrantes e seus descendentes. Neste ponto é conveniente investir numa interpretação que leve em conta a ambivalência da simbologia bandeirante, sempre a depender das condições em que se dá sua invocação, tal como fez Elias Thomé Saliba, para quem “a imagem do bandeirante tornou-se extremamente operacional dada a sua flexibilidade tanto na função agregadora quanto na sua função discriminatória”.³⁴ A função discriminatória fica mais clara quando se analisam a “visão de mundo” e estilo de vida dos paulistas oriundos de famílias tradicionais e antigas, tal como fez Maria Helena Bueno Trigo, que colheu os seguintes depoimentos de membros de antigas famílias paulistas, mas que não foram por ela identificados:

(...) no meu tempo de Faculdade de Direito já havia moços muito ricos, milionários (...) já dessa gente nova (...) dos industriais estrangeiros que já estavam ficando ricos (...).³⁵

(...) os imigrantes, se tivessem valor, eram bem recebidos. Meu primo casou-se com a filha de um imigrante. No começo a família resistiu, mas depois ela passou a ser um de nós ... parte de nossa família (...).³⁶

Em sentido oposto, o caráter aglutinador da simbologia bandeirante pode ser mais bem apreendido por meio de expressões apologéticas vindas de descendentes de imigrantes, os “novos paulistas”. Menotti del Picchia é um bom exemplo. De acordo com Ana Claudia Veiga de Castro, suas críticas publicadas em jornais “operam a junção entre o elogio da “tradição bandeirante” e o elogio do progresso e da modernização da cidade – representada agora pelo imigrante”.³⁷ Do mesmo modo, tem-se como exemplo representativo o elogio dos imigrantes, os “novos mamelucos”, claramente associados à tradição paulista, vindo de um intelectual modernista pertencente a uma antiga e tradicional família: Antônio de Alcântara Machado.³⁸ Embora a Semana de Arte Moderna em São Paulo estivesse inserida num

³⁴ SALIBA, Elias Thomé. *Op. cit.*, p. 574.

³⁵ TRIGO, Maria Helena Bueno. *Os paulistas de quatrocentos anos. Ser e parecer*, São Paulo: Annablume, 2001, p. 39. Os parêntesis e reticências são do texto original.

³⁶ Idem, p. 80.

³⁷ CASTRO, Ana Claudia Veiga de. *A São Paulo de Menotti del Picchia. Arquitetura, arte e cidade nas crônicas de um modernista*, São Paulo: Alameda, 2008, p. 54. Ainda dessa autora: “O intelectual atua como uma espécie de mediador entre a estratégia de afirmação hegemônica da elite paulista e a incorporação de elementos novos na vida cultural da cidade. Assim, ainda que escrevendo no jornal mais tradicional da elite paulistana àquele momento, ao lado de intelectuais zelosos de uma “tradição paulista”, o cronista começava a identificar no imigrante o elemento novo e decisivo que surgia na capital, defendendo, por meio do conceito de novo bandeirante, a necessidade de sua incorporação”, p. 54 e 55.

³⁸ Na dedicatória de seu livro *Brás, Bexiga e Barra Funda*, de 1927, escreveu Antônio de Alcântara Machado: “À memória de Lemmo Lemmi (Votolino) e ao triunfo dos novos mamalucos Alfredo Mário Guastini – Vicente Ráo – Antônio Augusto Covello – Paulo Menotti del Picchia – Nicolau Naso – Flaminio Fávero – Victor Brecheret – Anita Malfatti – Mário Gracioti – Conde Francisco Matarazzo Junior – Francisco Patti – Sud

contexto mais amplo de celebrações apologéticas ao estado³⁹, sua história e sua população, parece ter sido nesse período que o símbolo bandeirante ganhou maior plasticidade e flexibilidade, a fim de abarcar grande parte da população paulista, composta de imigrantes e seus descendentes. Deve-se levar em conta que diversos descendentes de imigrantes já ocupavam lugares de destaque como intelectuais, industriais; nomes como Gamba, Matarazzo, Crespi eram tão ou mais conhecidos do que os tradicionais – e reivindicados como descendentes de bandeirantes – Souza Queiroz, Machado d’Oliveira, Bueno, Cunha etc. Mas a ressignificação do símbolo bandeirante operada pelos modernistas não pode ser encarada como uma estratégia comum e homogênea, direcionada apenas num sentido. Conforme asseverado por Elias Thomé Saliba, a relação entre a identidade paulista e nacional foi um dos focos de atrito entre os próprios intelectuais modernistas.⁴⁰ De um lado, há Mário de Andrade, que chama a apreciação de *Raça* (de Guilherme de Almeida) feita por Sergio Milliet de “heróica, grandiloquente e excessivamente paulista”.⁴¹ De outro, há a dissidência dos Verde- amarelos, “para os quais São Paulo representava o cerne da nacionalidade [...]”.⁴² Os usos da simbologia bandeirante, abrangendo o orgulho de antiguidade de estirpe, não se restringem, porém, a representações da história paulista ou a movimentos estéticos. Presta-se, também para ataques pessoais. Em 1929, Oswald de Andrade, sob pseudônimo, e a pretexto de atacar Antônio de Alcântara Machado, escreveu:

Sabemos que o sr. Carlos Drumond de Andrade recebeu uma carta de São Paulo, na qual lealmente se explicava que, por motivos de incompreensão, o Tônico Caixa d’Oculos tinha sido posto á margem do movimento antropofágico. Com muito prazer, pois foram enormes e leaes os esforços para fazel-o boiar. Mas o homemzinho (sic) tinha um vasto vício de origem. Aristocrata filho de senador, neto de professor, bisneto de brigadeiro. Impossível. Preferiu ficar na literatura para gozo da família. Você viu que artigo lindo ele escreveu hoje? E aquela historia do Birinjela? Que impagável? Talento?⁴³

Bem se vê, portanto, que o elogio da antiguidade da família, calcado na simbologia bandeirante, deve ser medido de perto, dependendo da situação em que é empregado e dos

Menucci – Francisco Mignone – Menotti Sainatti – Heribaldo Siciliano – Teresa di Marzo – Bianco Spartaco Gambini – Ítalo Hugo.” No mesmo livro, à guisa de epígrafe, transcreve frase de Francisco Matarazzo Junior: “Esta é a pátria dos nossos descendentes.” In *Brás, Bexiga e Barra Funda*, São Paulo: O Estado de S. Paulo/Klick Editora, 1997.

³⁹ SALIBA, Elias Thomé. *Op. cit.*, p. 575.

⁴⁰ Idem, p. 576.

⁴¹ Ibidem.

⁴² Ibidem.

⁴³ *Apud* CARMO, Eduardo Benzatti do. *A obra ficcional e jornalística de Antônio de Alcântara Machado: letras e imagens*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), PUC – SP, São Paulo, 2004, p. 53.

sujeitos envolvidos. É insuficiente, para os objetivos propostos neste trabalho, identificar que a elite paulista fazia uso da referida simbologia como forma de atender aos anseios políticos de São Paulo; tampouco que passou por ressignificações com o passar do tempo. Interessa saber em que situações ela faz sentido, seja como forma de elogio ou mesmo crítica, sempre levando em conta as situações específicas em que são empregadas, e não um contexto vago. No exemplo citado, trata-se da utilização de um fator de distinção positivo (elogio da estirpe) como forma de depreciação para significar, no extremo, que um paulista de família importante e antiga não reúne condições para pertencer a um movimento modernista. *Mutatis mutandi*, é possível entender, com Pierre Bourdieu, que a simbologia paulista bandeirante compreende, dentre outros fatores, até mesmo caso de inversão perfeita, “[...] em que o título de nobreza de um pode se tornar marca de infâmia para o outro [...]”.⁴⁴

Em momentos de crise política, como a Revolução Constitucionalista de 1932, o símbolo bandeirante passa a representar toda a população do estado, principalmente como força de união contra o governo federal “provisório” de Getúlio Vargas. Não há mais distinção, no caso da propaganda política daquele período, entre descendentes de imigrantes, descendentes de famílias tradicionais, caipiras e moradores da capital: o esforço é comum. Note-se que, em relação à Revolução Constitucionalista de 1932, essa ausência de distinção figura normalmente em campanhas e cartazes de alistamento. Quando, terminada a revolta, apuram-se as culpas e formulam-se versões do que ocorreu, o símbolo do paulista antigo, descendente do bandeirante, fiel ao estado de São Paulo, irá funcionar como marca de distinção mesmo entre os políticos e intelectuais, normalmente associados a uma elite oligárquica paulista. Em resumo, será utilizado como distinção *entre* paulistas. A criação do Partido Democrático (PD), em 1926, dá bem a medida da utilização da simbologia bandeirante por e contra os próprios políticos paulistas.

No início dos anos 1920, a política paulista era dominada pelo Partido Republicano Paulista (PRP).⁴⁵ Embora o PRP tenha sofrido contestações anteriores, a criação do PD em 1926 foi encarada como uma novidade, pois (i) se tratava de um grupo político organizado em

⁴⁴ BOUDIEU, Pierre. F. *Homo Academicus*, Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle, Florianópolis: Editora UFSC, 2011, p. 32. Deve-se ressaltar, entretanto, que Bourdieu utiliza esta expressão quando fala do campo universitário, mas pode-se empregá-la no contexto da crítica feita por Oswald de Andrade, já que se tem, no caso, uma “luta para determinar os critérios de pertencimento”. Eis o trecho completo: “Os casos de inversão perfeita, como aquele em que o título de nobreza de um pode se tornar marca de infâmia para o outro, estão lá para lembrar que o campo universitário é, como todo campo, o lugar de uma luta para determinar as condições e os critérios de pertencimento e de hierarquia legítimos, isto é, as propriedades pertinentes, eficientes e próprias a produzir – funcionando como capital – os benefícios específicos assegurados pelo campo”.

⁴⁵ WOODARD, James P. Regionalismo paulista e política partidária nos anos vinte. In *Revista de História*, FFLCH - USP, São Paulo, nº 150, p. 41-56, 2004.

todo o estado, capaz de fazer frente ao PRP⁴⁶ e (ii) o novo partido era composto por figuras tão ou mais importantes das pertencentes ao rival. Antes mesmo da criação do novo partido, Antônio da Silva Prado, membro de importante e antiga família, figura política de relevo em São Paulo, dizia: “Já tarda que os paulistas, filhos da terra dos verdadeiros grandes homens que contribuíram para a formação da nacionalidade brasileira, resolvam fundar um verdadeiro partido político, baseado nos princípios democráticos da nossa Constituição”.⁴⁷ Embora matizado pela tentativa de combinação do símbolo paulista com a própria noção de Brasil, os membros do PD eram pródigos em citações e referências aos bandeirantes, inclusive com reivindicações de ascendência direta. Basicamente, viam-se como os verdadeiros herdeiros dos bandeirantes e suas obras grandiosas, já que “a modernização política não havia acompanhado o surpreendente progresso material do estado durante os últimos quarenta e poucos anos”.⁴⁸ A reação do PRP é contestar essa tentativa de filiação. O que está em disputa, então, é a demonstração de quem é mais paulista, ou melhor, saber quem são os verdadeiros descendentes das grandes figuras do passado, como indicador de qualidade do político. É o discurso baseado na simbologia bandeirante sendo utilizado por e contra os políticos de São Paulo. Se, por um lado, é notado que tal simbologia se presta a diferenciar o estado do restante do país, embasando sua luta por maior participação política no âmbito federal nos anos 1910 e 1920, deve-se igualmente ressaltar a possibilidade de utilização desse tipo de discurso como critério de distinção interno e também como forma de depreciação entre pessoas. São discursos que, operando na mesma chave de distinção, se prestam às mais variadas finalidades, dentro e fora da “elite” paulista. O discurso de Getúlio Vargas, em um comício em São Paulo, da sua campanha à Presidência da República de 1930 é bem representativo das possibilidades de utilização da simbologia bandeirante:

Paulistas! Glorioso povo paulista! Terra bem fadada que permitiu o surto dos bandeirantes, raça privilegiada, que desbravou a terra e lançou as bases de uma civilização nova. Daqui partiu o grito da independência, na colina simbólica do Ipiranga, na palavra de oradores e na vibração cívica dos comícios prepararam-se as campanhas da abolição e da República. Todas as forças dinâmicas da nacionalidade, todos os grandes movimentos que agitaram a alma da raça, quando não partiram de S. Paulo, encontraram em seu seio um eco vibrante e decisivo.⁴⁹

⁴⁶ Idem, p. 42.

⁴⁷ Apud WOODARD, James P. *Op. cit.*, p. 44.

⁴⁸ Idem, p. 47.

⁴⁹ Apud WOODARD, James P. *Op. cit.*, p. 50.

Astuto, Getúlio Vargas não se apresenta como membro da comunidade privilegiada, mas, utilizando-se de um discurso mais próximo do PD, mesclando regionalismo com nacionalidade, faz o canto de sereia que seu público paulista da ocasião queria ouvir. É também na disputa entre PRP e PD, e consequentemente na disputa de assenhoreamento do símbolo bandeirante, que se pode entender o livro *Paulística*, de Paulo Prado, que versa sobre o passado colonial de São Paulo. No início dos anos 1920 seu autor estava totalmente integrado à visão política e do passado pregada pelo PRP, fazendo coro à associação dos paulistas com as qualidades do bandeirante. Todavia, quando, em 1925, *Paulística* é publicado, Paulo Prado mostra insatisfação com os rumos políticos do estado, passando a criticar o paulista atual, de seu tempo, utilizando para isso a história de São Paulo. Sua visão pessimista somente aumentaria, atingindo o ápice em 1928, com a publicação de *Retrato do Brasil*.⁵⁰ O paulista antigo representado em *Paulística* é o mesmo pioneiro, tenaz, arrojado, qualidades sempre associadas aos bandeirantes. Porém o paulista dos anos 1920 já não traria consigo tal herança, “fazia-se necessário restaurar a antiga altivez e liberdade paulista, o que em termos efetivos significava colocar-se em oposição ao governo”.⁵¹

Por outro lado, a caracterização de São Paulo como uma cidade cosmopolita, rica, desenvolvida, agitada e refinada não permitiria mais a integração de determinadas categorias de pessoas que não se enquadrassem num perfil de modernidade. Enquanto Edu Chaves, membro de família tradicional, era saudado como o bandeirante dos ares, exemplo de herança das virtudes – notadamente o arrojo – do paulista antigo, nas crônicas de Menotti del Picchia, o mesmo não acontecia com os caipiras.⁵² Embora paulista, tal personagem enfeixava o símbolo do atraso e da falta de refinamento nos modos que não combinava com a imagem da cidade moderna. Ana Cláudia Veiga de Castro assinala as diversas crônicas publicadas por Menotti del Picchia, nos anos 1920, em que o caipira era o personagem principal, sempre representado de forma pejorativa e em contraste com a modernidade da cidade grande. Por um lado, a cidade encantava a todos que, atraídos por suas qualidades, participavam de experiências negativas, razão pela qual a abandonavam, com saudades da tranquilidade e dos

⁵⁰ FERRETTI, Danilo Zioni. *Op. cit.*, p. 315. Para o autor: “Em *Paulística*, Paulo Prado mantinha o cerne do discurso ufanista e auto complacente da elite “bovarista” regional que tanto procurava combater, mas já apresentava uma visão mais crítica do que aquela difundida pela historiografia oficial republicana. Apontava para um pessimismo que seria aprofundado à medida que aumentava seu descontentamento com o quadro conjuntural dos anos 20, atingindo seu ápice na publicação de seu ensaio de interpretação nacional *Retrato do Brasil*, de 1928”.

⁵¹ Idem, p. 314.

⁵² CASTRO, Ana Claudia Veiga de. *Op. cit.*, p. 141 e 175.

costumes simples do interior. Em resumo, é retratada uma impossibilidade de adaptação do caipira à cidade grande.⁵³

A simbologia bandeirante não se sustentou apenas em discursos políticos, livros de história, crônicas sociais e desentendimentos entre intelectuais. Concepções e realizações de obras de arte também tiveram um papel importante na fixação do imaginário paulista. Bandeirantes representados individualmente como heróis, com nome próprio, num primeiro momento, foram colocados em pontos de destaque da cidade, tal como a estátua do Anhanguera (1922) na avenida Paulista, e as estátuas de Raposo Tavares e Fernão Dias, instaladas nas laterais do Museu Paulista (1922).⁵⁴ Para essas representações individuais, Paulo César Garcez Marins ressalta sua função discriminatória, porquanto “bandeirantes eram, pois, aqueles claramente figurados e nominados, integrantes do panteão de heróis românticos e não a ‘força’ abstrata, capaz de abarcar velhos e novos paulistas.”⁵⁵ Ainda conforme Marins, os anos 1920 representaram um período de maior discriminação pela utilização do mito bandeirante, justamente pela sua representação de forma individual e nomeada, ou seja, eles não poderiam representar os imigrantes, mamelucos, índios etc. O alcance do símbolo era restrito às antigas famílias paulistas, que buscavam nas obras de genealogia a legitimação da sua ascendência bandeirante.⁵⁶ A escolha do ano de 1922 citado acima como data de realização de esculturas de representação individual dos bandeirantes não é fortuita. Naquele mesmo ano São Paulo foi palco das comemorações do primeiro centenário da Independência do Brasil. Enfatizando que a Proclamação da Independência ocorreu em terras paulistas, o governo estadual programou uma série de inaugurações. Os monumentos do Caminho do Mar são exemplos, já que representavam, em tese, o caminho percorrido por Dom Pedro I antes do Grito do Ipiranga, e demais acontecimentos importantes, ocorridos em solo paulista.⁵⁷ O Museu Paulista, sob a direção de Taunay, que futuramente seria identificado como historiador das bandeiras, foi especialmente decorado para os festejos de 1922. Além das estátuas acima mencionadas, Taunay incorporou ao Museu Paulista trabalhos de artistas que transpunham a epopeia paulista das letras para pinturas, tais como o quadro *O mestre de*

⁵³ Idem, p. 141 a 165.

⁵⁴ MARINS, Paulo César Garcez. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. In *Anais do Museu Paulista*, n. ser. v. 9/7, São Paulo, p. 9-36, 2003, p. 17.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*, São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 281.

campo Domingos Jorge Velho e seu lugar-tenente Antônio Fernandes de Abreu (1903), de Benedito Calixto, mais seis esculturas, em bronze, representando bandeirantes.⁵⁸

Em 1954, durante as comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo, as associações a um passado glorioso foram resgatadas tanto em discursos como a reedição de obras referentes ao estado e à cidade. Tome-se como exemplo a reedição de *São Paulo de outrora. Evocações da metrópole*, de Paulo Cursino de Moura, na qual se lê na primeira página: “contribuição da Livraria Martins Editora às comemorações do IV Centenário da Fundação de São Paulo”.⁵⁹ Exposições foram realizadas, inclusive com a busca de objetos que pudessem ser do cotidiano dos bandeirantes.⁶⁰ Todavia, deve-se atentar que, para o período, a simbologia bandeirante acaba sendo englobada pela visão de modernidade e progresso, que já vinha sendo construída como marca diferencial de São Paulo desde a década de 1920.⁶¹

Outros matizes de representações da simbologia bandeirante podem ainda ser citados. Cassiano Ricardo, com seu livro *Marcha para o oeste* (1940), normalmente é associado ao projeto do Estado Novo, que teve início em 1937. Para este trabalho, interessa ressaltar que os bandeirantes foram ressignificados por Cassiano Ricardo não mais como símbolo paulista, mas sim de coesão nacional. Foi, assim, destacado da sua conotação original e talvez mais nítida – sinônimo das qualidades da população paulista - para representar a tomada do território nacional pelos brasileiros.⁶² Não bastasse a ressignificação de um símbolo até então “monopolizado” por São Paulo, pode-se pensar em uma substituição. Os antigos bandeirantes, personagens com nomes e características próprios, foram esfumados num modo de ser, de agir. Para Paulo César Garcez Marins, “já não eram os próprios bandeirantes o motivo de orgulho, mas sim o espírito das bandeiras, algo bem mais assimilável nos anos de Estado Novo”.⁶³

⁵⁸ OLIVEIRA, Emerson Dionísio G. Instituições, arte e o mito bandeirante: uma contribuição de Benedito Calixto. In *SAECULUM, Revista de História*, nº 19, João Pessoa, p.127-148, jul./dez. 2008.

⁵⁹ MOURA, Paulo Cursino de. *São Paulo de outrora. Evocações da metrópole*, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954.

⁶⁰ SILVA, Rodrigo da. *Sobre taipas e textos: um estudo sobre as narrativas a respeito da cidade de São Paulo (1772 – 1953)* Dissertação (Mestrado em História), FLCH/USP, São Paulo, 2009, p. 244.

⁶¹ MARINS, Paulo César Garcez. *Op. cit.*, p. 33. Para o autor: O triênio 1953/1954/1955 presenciou, portanto, a sincronia temporal de monumentos bastante diversos, representativos de momentos igualmente diferenciados na afirmação de uma identidade paulista, seja de alcance regional ou nacional. Os antigos vetores de coesão e diferenciação internos e externos aos paulistas em torno da mitificação do paulista/bandeirante e do bandeirante/paulista diluíam-se na visão generalizante promovida pelo progresso, que empanava os anseios de distinção calcados no passado e na herança das gens. Ser paulista se definiria, pois, e ainda uma vez, sob o impacto da acolhida tensa do novo, como já o fora desde a chegada dos portugueses, espanhóis, filipinos, dos reinóis setecentistas, dos africanos, dos imigrantes e migrantes ao planalto de Piratininga.

⁶² ABUD, Kátia Maria. A ideia de São Paulo como formador do Brasil. In *Encontros com a História: Percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. FERREIRA, Antônio Celso, DE LUCA, Tânia Regina e IOKOI, Zilda Gricoli (org.), São Paulo: Editora Unesp, 1999, p. 79.

⁶³ MARINS, Paulo César Garcez. *Op. cit.*, p. 18.

Essas diversas formas de representações se entrecruzam e não coesas. Cada modalidade é resgatada ou modificada dependendo da situação em que é empregada. Seja como for, pode-se encontrar a simbologia bandeirante na base de diversas manifestações, inclusive atuais. Por um lado, tem-se em São Paulo o palácio dos Bandeirantes, a rodovia e avenida dos Bandeirantes, a estátua de Borba Gato, a rodovia Fernão Dias etc. Aliás, o túmulo de Fernão Dias ocupa local de destaque na Igreja do Mosteiro de São Bento. Por outro lado, não se pode negar a simbologia bandeirante e a ideia da exceção da história paulista como base de movimentos discriminatórios abrigados na internet contra migrantes, tal como “São Paulo para os paulistas.”

A questão da paulistanidade e das implicações da construção e utilização da simbologia bandeirante é assunto bem estudado⁶⁴, e algumas considerações podem ser feitas. Criticando propostas que consideram essas representações do bandeirante e da história paulista como “uma auto-imagem, otimista e presunçosa, das elites recentes, sobretudo vinculadas à cafeicultura”, bem como “inscritas no campo dos mitos e do falseamento do real”, Antônio Celso Ferreira diz:

De acordo com esse raciocínio, realiza-se um corte que separa as letras históricas, prevalentes no começo do século, da produção cultural posterior, desenvolvida pela historiografia profissional e pela literatura modernista. As primeiras tendem a ser vistas como responsáveis pela criação de um rol de mitos, tradições e preconceitos, simplificado pela assim chamada mitologia bandeirante. As segundas são elogiadas por terem lançado as bases de uma análise histórica menos provinciana e mais aproximada do real, conforme os métodos e teorias científicos, assim como de uma ficção de molde cosmopolita, sustentada pelos recursos das vanguardas artísticas. Com isso, são desqualificados os conteúdos, as formas peculiares de imaginação e representação da historiografia e da literatura paulistas, do início do século, bem como incompreendidas as rupturas e, quem sabe, as sutis continuidades entre os dois modelos de produção cultural.⁶⁵ [...] A epopeia paulista, como todos os escritos épicos, encontra seu ponto de sustentação no tempo passado, recriado em seu esplendor. Mais do que revelar uma visão utilitária da história, buscando

⁶⁴ Além dos trabalhos de Antônio Celso Ferreira, Elias Thomé Saliba, Ilana Blaj, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Kátia Abud, Paulo César Garcez Marins e Danilo Ferretti, já mencionados, pode-se ainda citar: RAIMUNDO, Sílvia Lopes. Bandeirantismo e identidade nacional. Representações geográficas no Museu Paulista. In *Terra Brasilis, Nova Série*, nº 6, 2004, p. 2-16; WEINSTEIN, Barbara. Racializando as diferenças regionais: São Paulo x Brasil, 1932. In *Revista Esboços*, vol. 13, nº 16, UFSC, Florianópolis, 2006, p. 281-303; MONTEIRO, John Manuel. Caçando com Gato. Raça Mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr. In *Novos Estudos*, CEBRAP, São Paulo, nº 38, p. 79-88, março de 1994; CERRI, Luiz Fernando. NON DUCO, DUCOR: A ideologia da paulistanidade e a escola. In *Revista Brasileira de História*, São Paulo, nº 36, vol. 18, p. 115 – 136, 1998; MOOG, Clodomir Vianna. *Bandeirantes e pioneiros, paralelo entre duas culturas*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 8ª edição, 1966; OLIVEIRA, Lucia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. V, p. 195-215, 1998, entre outros.

⁶⁵ FERREIRA, Antônio Celso. *Op. cit.*, p. 92.

nesse tempo o núcleo impulsionador das energias capitalistas de São Paulo, ela o persegue contra as forças desagregadoras do presente. Não basta tomá-la como falsa ou mito. Se a epopeia tem seus ancestrais nos mitos, o discurso histórico também carrega, em duas camadas mais profundas, sua dose mítica. A historiografia de São Paulo, no período assinalado, traduz essa marca com nitidez.⁶⁶

Pode-se acrescentar à ressalva de Antônio Celso Ferreira (de não tomar a mitologia bandeirante como simples falseamento da verdade) um outro aspecto, já adiantado neste item. A compreensão da criação, cristalização e utilização dessa simbologia ganha inteligibilidade quando são analisadas as situações específicas em que os sujeitos (que criam, cristalizam e utilizam) estão implicados. Caso contrário, o procedimento analítico se esgota quando, uma vez identificadas as propriedades caracterizadoras de um grupo (elite, por exemplo), são pinçados nos textos dos autores analisados exemplos de comprometimento ou reprodução da sua “ideologia”, interesses etc. Se assim fosse, as obras analisadas seriam mera reproduções dos interesses do grupo em que se enquadrou seu autor. Não basta indicar, por exemplo, Afonso de Taunay ou Alfredo Ellis Junior como criadores e propagadores de um mito que interessa ao grupo ao qual pertencem. É na relação e competição entre eles que se compreende não só a forma que deram a seus livros, como também o que estava em jogo ao se escrever a história paulista em determinado momento. Não são, portanto, criadores livres para escrever qualquer tipo de versão do passado, nem tampouco meros reprodutores da visão da elite intelectual, política ou cafeeira de São Paulo. Com essa perspectiva de análise, torna-se claro que o símbolo de orgulho de um grupo pode, mesmo em seu interior, funcionar como marca da infâmia para determinados sujeitos.

⁶⁶ Idem, p. 105.

Fig. 1.

1.2. O paulista de quatrocentos anos

Em elogios e biografias, é comum a apresentação de Alcântara Machado como um paulista de velha estirpe, cioso das tradições de sua terra, devotado e leal a São Paulo. Ele mesmo ajudou a produzir essa visão, quando, em dedicatórias, discursos e pronunciamentos políticos resgatava sua *paulistanidade*, adquirida por meio de herança cultural de seus antepassados ilustres (sempre paulistas). Parecia, então, que o “pertencimento à terra”, com todas as significações que isso possa trazer, orientava e, no extremo, determinava sua atividade como político, escritor e jurista. Longe de ser decorrência natural de um simples local na certidão de nascimento, esse pertencimento foi lapidado e habilmente utilizado. Não como um orgulho vazio de casta ou celebração estéril da própria família, mas como um trunfo sempre passível de ser utilizado em diversas situações. Uma via de duas mãos, porém. Nas ocasiões de celebração e elogios, somente um paulista portador de um conjunto de qualidades embutidas na ideia de *paulistanidade* poderia honrar e defender São Paulo. Já nos momentos de crítica, as representações sobre Alcântara Machado normalmente giravam em torno da diminuição ou negação dessas qualidades, no sentido de qualificar suas condutas como indignas de alguém que se pretendia paulista antigo. A associação de Alcântara Machado com São Paulo constitui importante fio condutor para a análise de sua trajetória, porque permite descortinar a funcionalidade da categoria paulista em diversas ocasiões de sua vida e como ela rebate nas críticas e elogios.

A principal cautela para essa forma de análise consiste em estudar o sujeito de acordo com a posição (não estática) que ocupa em determinado círculo social. Isso significa tomar o autor não apenas como um produto de seu “meio social”, mas também como produtor desse meio, relacionando-se com outros indivíduos. Pode-se, assim, compreender que as mobilizações da simbologia bandeirante variam conforme as situações específicas nas quais Alcântara Machado esteve implicado durante sua vida.

Outro ponto a ser colocado, ainda mais quando o autor estudado é também um político, repousa sobre a definição de obra. Ou melhor, sobre as obras selecionadas para compor um perfil biográfico. Foi Michel Foucault quem chamou atenção para esse problema, pois a delimitação e definição da “obra” de um autor não é algo óbvio, muito menos unívoco. Para Foucault, não se dá a devida importância para as formas de seleção e construção da

categoria “obra” de determinado autor, razão pela qual indagava: “Mas quando, no interior de um caderno cheio de aforismos, se encontra uma referência, uma indicação de um encontro ou de um endereço, um recibo de lavanderia: obra ou não? Mas por que não?”⁶⁷ Ou seja, tomando como objeto de estudo a obra de um autor que também era político, devem ser consideradas as diferenças existentes entre seus livros, seus discursos políticos e sua propaganda eleitoral, inclusive em relação ao público a que são destinados. Afinal de contas, “os acontecimentos biográficos se definem como *colocações* e *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado”.⁶⁸

A proposta deste item é, portanto, elaborar um esboço biográfico de Alcântara Machado que leve em conta a formulação e as variações de sua relação com São Paulo, calcadas nas qualidades sintetizadas no símbolo bandeirante e na antiguidade de estirpe.⁶⁹ Considerando, porém, que a referência à antiguidade de sua família em terras paulistas também se refere ao elogio à sua ascendência intelectual, ou seja, se refere a antepassados que deixaram obras ou exerceram atividade intelectual, optou-se por recuar no tempo, a fim de identificar, mesmo de forma ligeira, tais figuras.

Em discursos e escritos, Alcântara Machado normalmente indicava o início da história de sua família com a chegada de um antepassado, Antônio de Oliveira, junto com Martim Afonso de Souza, na Capitania de São Vicente, em 1532. No plano intelectual, o primeiro membro dessa estirpe a ser reconhecido e deixar obra escrita foi seu avô, o brigadeiro José Joaquim Machado d’Oliveira (1790-1867). O próprio Alcântara Machado delineou a biografia do avô em dois artigos publicados na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. Nesses artigos, destacou a atividade do brigadeiro Machado d’Oliveira como militar, iniciada com seu assentamento como praça na Legião dos Voluntários Reais com apenas dezoito meses de idade, como se este fato por si só já indicasse o prenúncio de uma

⁶⁷ FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* 2ª edição, tradução de António Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro, Lisboa: Vega Passagens, 1992, p.38.

⁶⁸ BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*, p. 190.

⁶⁹ Para a celebração da história de vida de Alcântara Machado, utilizei as seguintes obras: LOBO, Pelágio Álvares. *Recordações das Arcadas*, São Paulo: Reitoria da Universidade de São Paulo, 1953; SOARES, José Carlos de Macedo. *Três biografias. José Joaquim Machado d’Oliveira, Brasília Machado e Alcântara Machado*, São Paulo: Edições da Academia Paulista de Letras, 1955; PEIXOTO, José Benedito Silveira. No ano 50 da morte de Alcântara Machado. In MATOS, Odilon Nogueira (org), *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas, ano XXIII, n° 142, p. 143 – 149, abril/julho – 1991; GUASTINI, Mario. *Alcântara Machado*, sem indicação de editora: São Paulo, 1941 e CARNEIRO, Levi. Discurso do Dr. Levi Carneiro. In *Professor Alcântara Machado*, São Paulo: sem indicação de editora, s.d. Ao mencionar *biógrafos* de Alcântara Machado, fazemos referência a essas obras.

grande história de um grande homem.⁷⁰ Efetivamente ele narra a história do antepassado como um grande militar, corajoso, inteligente, que participou ativamente de campanhas importantes e foi presidente de províncias, sem desprezo da indicação da importância da família, cuja distinção poderia ser atestada pela sua localização na *Genealogia Paulistana*, de Silva Leme.⁷¹

A ligação do biografado com São Paulo, por conta da antiguidade da família e a qualidade de seus ancestrais é ressaltada por Alcântara Machado, para quem “J. J. Machado d’Oliveira estava preso ao rincão paulista por todas as raízes”.⁷² Após uma carreira militar de sucesso, conforme indicado por Macedo Soares, o brigadeiro Machado d’Oliveira reformou-se em 1844, sendo nomeado Diretor Geral dos Índios da Província de São Paulo (1846), além de desempenhar atividade política episódica, com o exercício de dois mandatos na Assembleia Geral, um pela Província do Rio Grande do Sul, da qual havia sido presidente, e outro por São Paulo.⁷³ Pertencia ao IHGB desde 1840, em cuja revista publicou *A celebração da paixão de Jesus Cristo entre os guaranis; Qual era a condição do sexo feminino entre os indígenas do Brasil* e *Notícia raciocinada sobre as aldeias de índios da Província de São Paulo, desde o seu começo até a atualidade*.⁷⁴ Nos debates do IHGB, o brigadeiro Machado d’Oliveira se vinculou à vertente indianista, que ressaltava as qualidades positivas dos índios e atribuía sua decadência ao contato com o dominador branco.⁷⁵ Não escamoteava, portanto, a violência desse contato, denunciando os atos dos conquistadores, inclusive dos bandeirantes. Nesse sentido, em seu livro *Quadro histórico da Província de São Paulo*, o autor afirmou: “Desde então começaram os acommettimentos, e em 1631 já estava consumada a obra do arrasamento do Guairá, fazendo-se horrorosa mão-baixa nos índios que tentaram defender suas famílias, aprisionando-se todos quanto escaparam á matança [...]”.⁷⁶ Cita, inclusive, o

⁷⁰ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado d’. Machado d’Oliveira. Soldado de Verdade. *Revista do Arquivo Municipal*, ano VI, volume LXXII, São Paulo, p. 5-22, 1940 e Machado d’Oliveira. *Revista do Arquivo Municipal*, ano V, volume LII, São Paulo, p. 83-97, 1939. O fato de ter assentado praça com apenas 18 meses de idade também foi ressaltado por outro biógrafo: SOARES, José Carlos de Macedo. *Três biografias. José Joaquim Machado d’Oliveira, Brasília Machado e Alcântara Machado*, São Paulo: Edições da Academia Paulista de Letras, 1955, p. 13.

⁷¹ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado d’. *Revista do Arquivo Municipal*, ano V, volume LII, São Paulo, p. 83-97, 1939. Luiz Gonzaga da Silva Leme, retomando trabalho de Pedro Taques, publicou entre 1903 a 1905 nove volumes sobre as origens e ramificações das importantes famílias de São Paulo. A indicação do nome de família nesta obra é um ato de distinção, conforme explica Maria Helena Bueno Trigo, *op. cit.*, p. 40.

⁷² Idem, p. 88.

⁷³ SOARES, José Carlos de Macedo. *Op. cit.*, p. 16.

⁷⁴ FERRETI, Danilo José Zioni. *A emergência de um discurso etno-historiográfico nos primórdios do IHGB: o caso do Brigadeiro Machado de Oliveira*. In Associação Nacional de História, ANPUH, XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo, 2007.

⁷⁵ Idem, p. 6.

⁷⁶ OLIVEIRA, José Joaquim Machado d’. *Quadro histórico da Província de São Paulo*, São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978, p. 90. A primeira edição é de 1864.

nome de Antônio Raposo, bandeirante conhecido, “que por vezes dera prova de cruzeiras contra os índios”.⁷⁷ Mas, se por um lado o autor deixava claro o caráter violento do apresamento dos índios pelos paulistas, ele faz algumas ressalvas. A mais importante é identificar os autores das investidas contra os nativos como mamelucos, “cujo nome odioso foi por historiadores estrangeiros, e por muito tempo, confundido com o de paulistas, aliás formando estes uma classe distinta”.⁷⁸ A obra de extermínio dos índios parece ser justificada pela qualidade dos que a praticavam, já que derivados de cruzamento entre “fugitivos, criminosos, desertores e réus de polícia” com “mulheres indígenas”.⁷⁹ O bandeirante não é, pois, absolvido de suas ações. Mas isso não significa denegrir a imagem do paulista. Na própria carta de apresentação de seu livro à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, o autor assinala a necessidade de narrar a aventura paulista, e o fez nesses termos:

A obra monumental dos feitos dos paulistas, o vulto histórico da província, estimados no paiz e memorados fóra delle, dão jus a serem descriptos por quem esteja em maiores alcances, não seja adstricto a deficiências, e com recursos intellectuaes para subir á sua altura e não amesquinhal-os; a tudo isto, porém, sobrepujou o amor extreme pela terra em que nasci [...]⁸⁰

O local de nascimento funciona, aqui, como escusas pela autoproclamada “falta de competência do autor”, ou seja, livro escrito por quem não tem qualidades para tanto, mas que ama o objeto estudado. Por outro lado, destaca de forma implícita a importância da obra, já que escrita por um paulista. Relembre-se, ainda, que a obra está inserida no debate indianista e nas referências do IHGB, ou seja, é dado relevo às qualidades dos índios, atribuindo-se sua degeneração à violência do contato com os conquistadores.⁸¹ A ausência da relação bandeirante/qualidades positivas/símbolo paulista possibilita que num mesmo livro sejam

⁷⁷ Idem, p. 89.

⁷⁸ Idem, p. 87.

⁷⁹ Ibidem.

⁸⁰ Idem, p. V.

⁸¹ Sobre a vertente indianista e sua relação com a administração imperial, confira-se o seguinte trecho de Danilo Ferretti: “A aposta na possibilidade de civilizar nossos bugres foi consolidada com a escrita, em 1845 da “Notícia Raciocinada sobre as aldeias de índios da Província de São Paulo”. Neste texto, Machado de Oliveira retratou a história da relação entre colonos e índios e da elaboração da legislação indigenista do período colonial até o seu presente. Denunciou a espoliação dos índios pelo colonizador e mostrou o processo de decadência dos aldeamentos. Finalizava exortando os governantes a reconhecerem “a viva necessidade de promover e garantir a civilização e bem estar dos indígenas”. Esta memória consagrou Machado de Oliveira como um dos expoentes do Instituto no que se referia à questão indígena. Foi uma das poucas obras a receber a medalha do IHGB conferida em 1847. O sucesso da “Notícia Raciocinada” pode ser explicado pela sua conveniência como obra legitimadora do Regulamento da Missões, a única lei indigenista de caráter nacional promulgada durante o período monárquico, publicada no mesmo ano de 1845 em que foi lido o trabalho. Evidenciando as relações entre os planos do IHGB e o Regulamento das Missões, Machado de Oliveira acabou sendo indicado pelo próprio Imperador D. Pedro II, em 1846, como o primeiro Diretor Geral dos Índios da Província de S. Paulo. In FERRETTI, Danilo Zioni, *op. cit.*, p. 7-8.

indicadas violências perpetradas pelos bandeirantes e, ao mesmo tempo, sejam ressaltadas as grandezas da história paulista. É por isso que, fazendo coro a Saint-Hilaire, Machado d'Oliveira ressaltou:

O desprendimento aos encantos da realeza em Amador Bueno, a sobranceira ao pungimento do egoísmo, que dominou essa alma cheia de fidelidade e de honra, é uma lenda, um axioma glorioso nas tradições da província de São Paulo; o verbo histórico que mais bem aquilata o carácter dos paulistas no tempo que era um timbre esse nome.⁸²

Assim, o autor destaca a positividade da população paulista, mas se resigna, como critério pessoal de distinção, denotar seu local de nascimento. Não faz apologia ao seu nome próprio e seus antepassados. Tanto é assim, que quando destaca o governo de Antônio de Oliveira, capitão-mor e locotenente de Martim Afonso, não o trata como ancestral, embora ressalte as qualidades de sua administração.⁸³ Ao contrário do seu neto, o brigadeiro Machado d'Oliveira não utiliza a linhagem como critério de distinção.

Ao pai, Brasília Augusto Machado d'Oliveira (1848-1919), Alcântara Machado dedicou um livro inteiro contendo sua biografia.⁸⁴ Traça a figura de um homem pobre, que conseguiu vencer na vida por seus próprios esforços. Pelágio Lobo confirma essa versão, mencionando que do pai apenas herdara “o nome de um historiador provinciano [...]”.⁸⁵ Advogado criminalista, Brasília Machado foi nomeado por concurso professor substituto e, em 1890, catedrático de Direito Comercial na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Em 1877 e em 1881 candidatou-se a deputado provincial, mas não conseguiu se eleger. Foi nomeado presidente da Província do Paraná (1884-1885). Com a Proclamação da República, Brasília Machado continua monarquista (mesmo que abolicionista) e católico notório. Seus pronunciamentos tinham “feito empolado e grandíloquo”⁸⁶ e foi lembrado pela fama de grande orador nos julgamentos e na Faculdade de Direito. Mas Pelágio Lobo antecipa uma característica que ficará também associada aos demais membros da família: a reserva no trato com os demais, por alguns associada ao orgulho. E dá sua explicação:

⁸² Idem, p. 99.

⁸³ Idem, p. 36-39.

⁸⁴ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado d'. *Brasílio Machado*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

⁸⁵ LOBO, Pelágio Álvares. *Recordações das arcadas*, São Paulo: Reitoria da Universidade de São Paulo, 1953, p. 176.

⁸⁶ Idem, p. 84.

Brasílio era, como Steidel, de feição externa ríspida, e homem de grande severidade, Difícil de ser abrir em intimidades, cerimonioso e de poucas expansões, com isso valorizava suas preferências. Tenho, para mim, que é esse um traço de caráter, na nobre árvore dos Machado de Oliveira: de feitio idêntico era Alcântara Machado, e do mesmo molde foi Antônio, como é Brasílio Machado Neto. Era preciso vencer a sebe levantada pelas suas naturais reservas de trato, conquistar-lhe uma pequena dose de confiança inicial, para penetrar na sua intimidade e na sua confiança. Daí, talvez, haver muita gente que o qualificava de orgulhoso, ou homem de valor, mas muito “cheio de si”. Não era orgulho nem fátua prosápia. Era feitio natural, índole de recolhimento, talvez herança de um ancestral bandeirante, dessa gente dura, valente e destemida, que meteu a cara sertão a dentro, e só pôde vencer e voltar viva ao campo nativo de Piratininga, porque aprendera a desconfiar de tudo – da água parada, do índio submisso, da onça fugida, do próprio agregado, escravo ou serviçal.⁸⁷

Percebe-se que a qualidade (embora tomada como defeito por alguns) é baseada numa espécie de herança genética dos paulistas antigos, já agora associada ao bandeirante. Tanto o brigadeiro Machado d’Oliveira como Brasílio Machado não a invocam em seu benefício, embora ambos cultuem a visão do paulista como um ser dotado de características positivas. Elogiar o paulista antigo não era a mesma coisa que elogiar o bandeirante. A indicação expressa da nobre ascendência bandeirante não era necessária a Brasílio Machado ou ao brigadeiro Machado d’Oliveira como sinal de distinção em suas atividades como intelectuais. Somente as biografias tardias modificariam os termos do elogio da paulistanidade, associando-a ao bandeirismo, conforme se pode verificar no trecho citado de Pelágio Lobo. Isso bem demonstra a variação das possibilidades e sentido do emprego do símbolo – ou mesmo da simples associação aos bandeirantes. Para Maria Isaura Pereira de Queiroz, o termo bandeirante, como substantivo designativo de grupo de pessoas reunidas para uma finalidade, sem associação a um local ou “etnia”, data de fins do século XIX, enquanto o mesmo termo, como adjetivo qualificador de paulista, data do início do século XX.⁸⁸ Assim, a funcionalidade da associação do biografado com uma herança bandeirante faz sentido no momento da escrita das biografias, essas sim efetuadas já no século XX. Para Brasílio Machado ou para o brigadeiro Machado d’Oliveira talvez fosse suficiente invocar o local de nascimento, o desempenho de uma carreira militar exitosa, o comprometimento religioso, o exercício da função de catedrático na Faculdade de Direito como fatores de distinção. Após o desaparecimento de tais autores, o vazio deixado pela morte pode muito bem ser preenchido com associações que façam sentido no momento da escrita biográfica, e não de suas próprias vidas.

⁸⁷ Idem, p. 86-87.

⁸⁸ QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. *Op. cit.*, p. 80.

Essas diferenças, porém, necessitam ser matizadas. Conforme demonstrado por Danilo Ferretti⁸⁹, deve-se levar em conta, para o Segundo Reinado, o projeto centralizador da historiografia nacional preconizado pelo IHGB. O colono paulista somente era visto com positividade quando se analisava a questão da expansão territorial do país, assunto também na agenda da monarquia naquele período. Ao invés de marcar diferenças, procurava-se inserir São Paulo na história comum do país, sempre com fundo indianista, ou seja, a matriz da nacionalidade era o índio. É por isso que os bandeirantes não constituem motivo de orgulho nesse momento: são os escravizadores dos índios. Já Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) apresentou, em seus escritos, uma visão positiva e até mesmo laudatória dos paulistas.⁹⁰ Essas disputas sobre a matriz nacional e a forma de se escrever a história do Brasil, ocorridas no seio do IHGB, referem-se mais à questão do índio do que dos bandeirantes. Ou seja, no centro da discussão estava o fato de considerar ou não o índio como definidor da nossa nacionalidade.

Contestando o centralismo ocorrido durante o regime monárquico, os republicanos paulistas investiram em um discurso identitário que, ao contrário do projeto centralizador do IHGB, ressaltava as diferenças e peculiaridades de São Paulo. As bandeiras e bandeirantes foram reabilitados como grandes acontecimentos e personagens históricos. Essa tendência ganha ainda maior impulso com a criação do IHGSP em 1894, que passou a ser uma instância de produção e reprodução historiográfica. As declarações e apropriações da *paulistanidade* feitas por Alcântara Machado ocorrem após esses acontecimentos, num período de grande

⁸⁹ FERRETTI, Danilo José Zioni. *Op. cit.*, pp. 79-90. O seguinte trecho bem destaca a posição do autor: “Como já apontamos anteriormente, o tratamento que Machado de Oliveira conferiu à história de São Paulo pode ser considerado como uma evidente eficácia do projeto historiográfico centralizador acalentado pelo IHGB. O que encontramos é a elaboração de uma identidade provincial que não reforça traços de especificidades regionais, mas, ao contrário, procurava levantar os pontos em comum da tradição provincial com a matriz de história nacional una, no caso marcadamente indianista, que os grupos centralizadores esboçaram. A história, para Machado de Oliveira, não era usada como instrumento político de afirmação de uma especificidade provincial que servisse para lastrear reivindicações de maior autonomia regional. Muito pelo contrário, a história foi por ele utilizada como instrumento de representação do passado regional ao modelo indianista elaborado pelos intelectuais da Corte, e mesmo de adesão e fidelidade à causa da monarquia constitucional, conforme fica claro no tratamento conferido pelo autor ao episódio da Aclamação de Amador Bueno, que analisaremos melhor a seguir.” (pp. 89-90).

⁹⁰ Confira-se o seguinte trecho de Varnhagen, extraído de Danilo Ferretti, de *Os índios perante a nacionalidade brasileira*, publicado no Anuário do Museu Imperial, Petrópolis, 1948, p. 236: “Ostente por embora falsamente, à custa dos índios, o escritor estrangeiro e não cristão, todo o luxo de pseudo-filantropia que sacie o seu Rousseauiano e o entusiasmo filo-selvagem; um historiador nacional e cristão tem outros deveres a cumprir; e um filho de São Paulo não poderia deixar de seguir as opiniões que temos a fortuna de partilhar, sem faltar o respeito à memória do Buenos, dos Ramalhos, dos Lemes, dos Paes, dos Rendons, dos Toledos e de outros que alargaram, à custa de vitórias sobre os Bugres ou índios bárbaros as raías da civilização da pátria dos dois Gumãos, e de tantas ilustrações, que contribuem não pouco à glória do Império Brasileiro.” In FERRETTI, Danilo José Zioni. *Op. cit.*, p. 92.

exaltação das bandeiras e dos heróis paulistas. Ou seja, em uma situação bem diferente daquela em que seu avô esteve relacionado.

José de Alcântara Machado d'Oliveira nasceu em 1875, na cidade de Piracicaba. Transferiu-se logo para São Paulo, já que seu pai exerceria na cidade alguns cargos, entre eles o de professor substituto na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (nomeado em 1883). Na fixação de sua história, Alcântara Machado indica a Silveira Peixoto: “Cresci no meio de livros. Na casa paterna era o que não faltava. Clássicos e modernos, História, Direito, Política, Literatura [...]”.⁹¹ O fascínio pela profissão do pai e os investimentos familiares em educação, inclusive com biblioteca em casa, parecem indicar, para o próprio biografado, a direção de sua vida, que é narrada pelos seus biógrafos como uma linha evolutiva, rumo ao sucesso como político, jurista e escritor.⁹² Já casado e com filhos, Alcântara Machado parece ter reproduzido esse ambiente supostamente propício ao desenvolvimento intelectual. Cândido Mota Filho, amigo da família, narra um episódio nesse sentido:

Certa vez levei à presença de Alcântara Machado o professor Cândido Mendes. E este, ao cumprimentar a senhora Alcântara Machado, disse: “A senhora é quem manda neste pequeno reino?” Simplesmente, com a mais espontânea espontaneidade, ela respondeu: “Não. Os livros é que mandam neste reino. E, depois, a política.”⁹³

Ocorre que a história de vida de uma pessoa nem sempre é uma linha ascendente contínua, cujo apogeu expurgue todos os descaminhos e dificuldades, e Alcântara Machado não é exceção. Com quinze anos, em 1890, matriculou-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da qual seu pai já era professor, circunstância essa que, ao invés de facilitar sua existência no mundo jurídico e letrado da faculdade, lhe causa restrições. Uma delas é narrada pelo próprio Alcântara Machado, quando disse sobre os motivos de publicar versos escondido e sob pseudônimo: “Por vários motivos... o mais forte era o de atribuírem aqueles subprodutos à autoria ou à colaboração paterna”.⁹⁴ Em 1892, publicou seu primeiro trabalho, ainda estudante. Trata-se de uma dissertação exigida por seu pai aos alunos, e a melhor seria publicada. Para afastar as suspeitas de proteção paterna, o julgamento, sem a indicação dos nomes, foi feito por outro professor, Pinto Ferraz. Consta da introdução do trabalho:

⁹¹ PEIXOTO, José Benedito Silveira. No ano 50 da morte de Alcântara Machado. In MATOS, Odilon Nogueira (org), *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas, ano XXIII, n° 142, p. 143 – 149, abril/julho – 1991, p. 146.

⁹² Pelágio Lobo, José Carlos de Macedo Soares, por exemplo.

⁹³ MOTA FILHO, Cândido. Política e cultura na vida de um homem de empresa. *Problemas Brasileiros*, São Paulo, ano VI, n° 72, p. 38-46, mar. 1969.

⁹⁴ PEIXOTO, José Benedito Silveira. *Op. cit.*, p. 146.

O sr. Dr. Brazilio Machado, lente de direito commercial na Faculdade de Direito de S. Paulo, propoz ao estudo de seus alumnos, no anno lectivo de 1892, a seguinte these: Do momento da formação dos contractos por correspondência. Entre os trabalhos que concorreram, e que foram submetidos ao esclarecido parecer do notável lente de nossa Faculdade, o Exmo. Sr. Dr. Antônio Jannuario Pinto Ferraz, foi escolhido o de n. 38, o meu, para ser publicado. Eis a razão deste opusculo. É um primeiro ensaio, cheio sem duvida de incertezas e que não viria à imprensa, si eu pudesse declinar do premio offerecido. Basta a idade do autor para desculpar a mediocridade da obra e justificar a benevolência dos que a lerem. S. Paulo, novembro de 1892.⁹⁵

O fato de ser filho de um professor da faculdade em que estudava não era algo tão raro, mas a suspeita de colaboração paterna estava sempre presente. Para Pelágio Lobo, “poucos se aperceberam dessa sua considerável valia intelectual, e a maior parte dos colegas não acreditava que o filho de Brasília pudesse ser alguma coisa, na vida, senão o filho do papai”.⁹⁶ Seja como for, em 1895 e com vinte anos de idade Alcântara Machado foi nomeado professor substituto, mediante aprovação em concurso de candidato único e defesa da tese *O Hypnotismo. Ensaio médico-legal sobre o art. 296 do Código Penal Brasileiro*. Percebe-se, assim, o investimento na carreira de professor em ramo jurídico distinto daquele lecionado por Brazilio Machado (Direito Comercial), o que pode, dependendo da leitura feita, corroborar a ideia do “homem que se faz por si mesmo.” As biografias representam Alcântara Machado como proeminente professor e diretor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Mas isso somente é válido para o período posterior a 1925. De 1895 até 1925 atuou como professor substituto, que lecionava apenas quando os catedráticos estavam impedidos, isso em qualquer disciplina. Até 1919, ano do falecimento de Brasília, este era referência como professor, não Alcântara Machado. Mas se na docência investiu em ramo do Direito distinto de seu pai, na advocacia procurou se associar a ele, assinando petições judiciais em conjunto, quando publicadas.⁹⁷ Esse dado não é trivial, pois indica que os trunfos de distinção variam tanto quanto variem as situações em que Alcântara Machado está implicado.

Na seara política Alcântara Machado começou de forma mais modesta que as tentativas fracassadas de seu pai. Enquanto este pretendeu cadeiras na Assembleia Provincial

⁹⁵ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado de. *Do momento da formação dos contractos por correspondência*, São Paulo: Typografia da Companhia Industrial de São Paulo, 1892.

⁹⁶ LOBO, Pelágio Álvares. *Op. cit.*, p. 175.

⁹⁷ Era relativamente comum no início do século XX a publicação de petições utilizadas em processos judiciais, de vários autores, em volumes. Brasília Machado era famoso e rico advogado criminalista em São Paulo quando, em 1901, Alcântara Machado assinou em conjunto uma dessas petições em um processo famoso: O caso Pinhal, Razões pelo Recorrente, Typografia Brazil de Carlos Gerke & Cia., São Paulo, 1901.

e no Parlamento do Império, aquele se elegeu, sem partido, como vereador em São Paulo, em 1911.⁹⁸ De 1915 a 1924 foi deputado estadual, de 1924 a 1930 foi senador estadual, de 1933 a 1934 deputado federal na Assembleia Constituinte e de 1935 a 1937 senador federal. Quando já eleito vereador, se alistou ao PRP e, mais tarde, como deputado federal, se uniu ao Partido Constitucionalista. Em 1913, num discurso proferido em nome da Municipalidade de São Paulo, quando foi inaugurado um busto de João Mendes Junior⁹⁹, Alcântara Machado mobiliza a figura do bandeirante, que já então resumia as qualidades dos paulistas, para agregá-las ao homenageado:

Pois bem: o culto do passado, o orgulho da raça, a fidelidade aos compromissos, a aversão à desordem e à indisciplina, a coragem desassombrada na afirmação dos próprios ideais são traços característicos do espírito paulista. É por isso, é porque de certa forma nos revemos nelle, é porque esse maranhense encarnou com estupendo relevo as qualidades fundamentais do nosso povo [...] Desta homenagem resalta (sic) um outro ensinamento. Esse a quem acabamos de dar a consagração suprema, era um adventício, um forasteiro, um estranho. Mas em S. Paulo não vicejam as preocupações subalternas do exclusivismo regional. Herdeiros daquelles soberbos “violadores de sertão e semeadores de cidades”, cujo pé, “como de um deus, fecundava o deserto”, e que, investindo heroicamente contra o desconhecido, definiram os contornos do nosso território; descendentes dos Andradas e de Feijó [...] ¹⁰⁰

Em outro discurso publicado no mesmo livro, destinado a receber políticos argentinos em São Paulo, tece considerações sobre a conquista do território brasileiro como obra dos bandeirantes, bem como o fato de acontecimentos importantes para o país terem ocorrido em terras paulistas, e arremata: “Aqui, portanto, como em nenhum outro pedaço do nosso território, podeis conhecer a auscultar o sentimento nacional”.¹⁰¹ São representações de São Paulo feitas em discursos, cuja intenção é ressaltar a importância regional. Recorre-se, assim, não somente ao símbolo bandeirante, mas também a Feijó, ao Grito do Ipiranga, enfim, uma série de fatores distintivos da terra. Inseridos na atividade política do autor, essas manifestações não se diferenciam daquelas já indicadas alhures neste trabalho, associadas à *paulistanidade*. Com a morte de seu pai, em 1919, Alcântara Machado foi eleito para a cadeira número 1 da Academia Paulista de Letras (APL). Desde 1925 era professor

⁹⁸ Para as datas dos mandatos políticos exercidos por Alcântara Machado: *Dados biográficos dos senadores de São Paulo, 1826-1998*, 2ª edição, Brasília: sem indicação de editora, 1998, p. 11. Não há indicação de autor ou organizador.

⁹⁹ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado de. João Mendes. In *Quatro Discursos*, São Paulo: Estab. Graphico Pocai Wess & Cia, 1915, sem indicação de página.

¹⁰⁰ Ibidem.

¹⁰¹ Ibidem.

catedrático na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, tendo publicado algumas obras jurídicas sobre Medicina Legal; de 1927 a 1930 foi seu vice-diretor e de 1931 a 1935 seu diretor.

Momentos turbulentos, porém, viriam para políticos e intelectuais paulistas. A tomada do poder por Getúlio Vargas em 1930 contou com o apoio de líderes políticos paulistas filiados ao PD, em oposição ao PRP. Para Boris Fausto, o PD estava afinado com a Aliança Liberal e, embora afastado das articulações para a tomada de poder, “não deixou de demonstrar simpatia pelos revolucionários.”¹⁰² De acordo com a biografia oficial, a Revolução de 1930 era a medida concreta a ser tomada contra tudo aquilo que o PRP representava, encarnado na figura de Washington Luís e de seu candidato a presidente, Julio Prestes. Medida apoiada, inclusive, por membros da política e da intelectualidade paulistas, voltados contra a política do PRP, notabilizada pela compra de votos, manutenção no poder da velha oligarquia paulista etc. No dia da deposição de Washington Luís o PRP, “que vinha usando eficazmente a polícia de São Paulo, perdeu o controle da capital [...]”¹⁰³ Na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco o movimento era intenso, com a participação de diversos professores favoráveis à Revolução, tais como Vicente Ráo, Mário Marzagão, Braz de Souza Arruda e Honório Fernandes Monteiro.¹⁰⁴ A participação dos estudantes da faculdade também foi importante, incluindo a invasão da sede do PRP.¹⁰⁵ E, nesta disputa interna ocorrida no estado, a mobilização da simbologia bandeirante, conforme asseverado anteriormente, foi utilizada no sentido de se perquirir, entre as facções, quem era mais paulista ou legítimo herdeiro das virtudes dos antigos antepassados.

Consolidada a Revolução de 1930, o chefe do PD, professor da Faculdade de Direito Francisco Morato, aguardava o convite para dirigir o estado, inclusive com a nomeação de um gabinete estadual.¹⁰⁶ Todavia, Getúlio Vargas anunciou sua intenção de nomear um interventor não paulista, o tenente João Alberto, para trabalhar em conjunto com o secretariado recém-nomeado. Essa nomeação não agradou, desencadeando a resistência anti-Vargas, cuja bandeira principal era o direito de o estado governar-se a si próprio. “João Alberto tentou, em vão, governar um São Paulo agitado pela imprensa” e demitiu-se em julho

¹⁰² FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. Historiografia e História*, 16ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 49.

¹⁰³ DULLES, John W. F. *A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas (1938-1945)*, Rio de Janeiro: EDUSP/Nova Fronteira, 1984, p. 65

¹⁰⁴ Ibidem.

¹⁰⁵ Ibidem.

¹⁰⁶ Ibidem.

de 1931.¹⁰⁷ Apoiando a Revolução de 1930, os diversos seguimentos da população paulista identificados com o discurso do PD “esperavam que Vargas reafirmasse a posição especial de São Paulo dentro da federação brasileira, com a indicação de um civil paulista como interventor e a rápida convocação de uma Assembleia Constituinte”.¹⁰⁸ Os interventores posteriores, também nomeados por Getúlio Vargas “não conseguiram reduzir as manifestações em São Paulo, que demonstravam uma aversão ao regime de Vargas por este governar o país sem Congresso nem Constituição”.¹⁰⁹ Nesse turbilhão político, ocorreram dois acontecimentos importantes na vida de Alcântara Machado, que participava ativamente da exaltação paulista contra Vargas: (i) sua indicação como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e (ii) sua candidatura à Academia Brasileira de Letras.

Para integrar o IHGB, o candidato deveria ser apresentado à agremiação por meio de proposta de admissão formulada por um dos sócios. Da proposta de admissão consta a publicação de obras de Alcântara Machado, entre elas *Vida e morte do bandeirante* e a biografia de Domingos José Gonçalves de Magalhães, trabalhos “acentuadamente históricos”¹¹⁰, bem como as qualidades intelectuais do escritor. Consta, também, que o sócio proposto era neto do brigadeiro José Joaquim Machado d’Oliveira e filho de Brasília Augusto Machado d’Oliveira, ambos membros do instituto. É interessante notar que qualidade da estirpe do sócio importa tanto quanto sua produção intelectual, como um direito hereditário a justificar seu acolhimento no instituto.¹¹¹ Assim, além de notável ascendência, o indicado era tido por historiador.

No que se refere à Academia Brasileira de Letras (ABL), Alcântara Machado apresentou sua candidatura em carta destinada a Coelho Neto.¹¹² Embora o remetente não apele diretamente para as qualidades de paulista antigo, informa ao destinatário que a cordialidade de relações mantidas entre aquele e seu pai (Brasília Machado) o animou a endereçar-lhe seu pedido de inscrição. Tanto no caso da ABL como do IHGB, percebe-se que a linhagem do autor funciona como trunfo que atravessa barreiras políticas, institucionais e regionais. Eleito para a ABL em 1931, faz pedido de prorrogação por mais seis meses para a

¹⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁸ WEINSTEIN, Bárbara. Racializando diferenças regionais: São Paulo x Brasil, 1932. In *Revista Esboços*, UFSC, nº 16, v. 16, p. 281-303, 2007, p. 284.

¹⁰⁹ Ibidem.

¹¹⁰ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 164, 1931, p. 434/435.

¹¹¹ Não consta, no texto da revista, quem fez a proposta de eleição de Alcântara Machado como sócio do IHGB.

¹¹² Carta conservada na Biblioteca Nacional, datada de 31.05.1930. Biblioteca Nacional, Coleção Carneiro Neto, 2 p., localização: I-01,04,045 (a carta está cadastrada de forma incorreta, como remetente Antônio de Alcântara Machado).

cerimônia de posse.¹¹³ O jornal humorístico *A Manhã* (RJ), do Barão de Itararé (Aparício Torelly), noticiou a eleição, apresentando um artigo como se fosse de autoria do próprio Alcântara Machado, “acadêmico paulista” e “desconhecido em nosso meio”, chamado *Borba Gato, o bandeirante*. Escrito como se fosse uma contribuição inédita do “médico-historiador”, narra uma briga entre o famoso bandeirante e um cão, concluindo: “Vem dahi a tradição, que até hoje subsiste, em virtude da qual não podem em boa harmonia o felino e o canino viverem.”¹¹⁴ O artigo ressalta a suposta pouca importância do autor, pois o chama de desconhecido no meio carioca. A expressão médico é ligada por hífen à palavra historiador, o que pode muito bem significar que o novo acadêmico não era nem um, nem outro. E, por fim, o deboche com a “história” de um bandeirante conhecido.¹¹⁵

Antes de estourar a Revolução Constitucionalista, Alcântara Machado, na qualidade de paraninfo de uma turma da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, proferiu importante discurso, em 19 de março de 1932, num momento de alta tensão e agitação nos meios intelectuais paulistas. Inimigos e contendores nas representações da *paulistanidade*, PRP e PD se uniram contra Vargas em fevereiro de 1932.¹¹⁶ Os estudantes de direito estavam envolvidos num clima de enaltecimento de São Paulo, ou melhor, da importância do estado para a federação. A imposição de interventores para governar o estado causou humilhação e era uma questão em pauta contínua. O orador inicia seu discurso informando os ouvintes da importância da história como ferramenta de conhecimento e atuação política e enfatiza as ligações da população de então com o mito bandeirante:

Nenhum povo existe, que possa tirar de sua história ensinamentos mais belos e estímulos mais saudáveis que o brasileiro, e, sobretudo, o paulista. Cada página de nossa história é um pergaminho de nobreza. Daí o nosso orgulho. Orgulho fundado, porque vem do conhecimento do quanto deve a

¹¹³ Bilhete de Alcântara Machado a Olegário Mariano (presidente da ABL), conservado na Academia Brasileira de Letras, datado de 10.12.1931. Academia Brasileira de Letras, Arquivo do Acadêmico Alcântara Machado.

¹¹⁴ *A Manhã*, Rio de Janeiro, 2 mai. 1931, p. 6.

¹¹⁵ Eis o texto completo: “Alcântara Machado é o fino espírito de artista torturado que a Academia de Letras acaba de eleger na vaga de Silva Ramos. A MANHA, por uma nimia gentileza do novo acadêmico paulista, ainda desconhecido em nosso meio, apresenta a seus leitores uma página inédita do conceituado médico-historiador, através da qual pode-se apreciar as rutilantes facetas do seu talento polychromico. Borba Gato, o bandeirante, impulsionado pela nevrose do incognoscível, atraído pela esthesia do mysterio, arrumou a trouxa e marchou, resolutamente, na infantaria, em direcção do sertão. Levava o caminhante audaz, no sacco à tiracolo, um punhado de illusões, misturadas com uma pouca de carne secca (xarque), pois não só de pão vive o homem. Borba Gato, como ia dizendo, levado por esse espírito aventureiro, que fez a glória de seus collegas de jornada, embrenhou-se pela matta virgem e foi andando á bessa, por conta do á tôa, sem imaginar que, de repente, lhe pudesse apparecer pela frente, com de facto lhe appareceu, um cachorro hydrophobo, com o qual se travou de razões. Borba Gato e o cão damnado engalfinharam-se, isto é, Gato e cachorro, chegaram a vias de facto, por questões de somenos. Vem dahi a tradição, que até hoje subsiste, em virtude da qual não podem em bôa harmonia o fellino e o canino viverem.”

¹¹⁶ DULLES, John W. *Op. cit.*, p. 68.

pátria comum aos nossos maiores e porque nos diz a consciência, que estamos continuando com dignidade de firmeza a obra dos Dias Paes, dos Andradas e dos Feijós.¹¹⁷

[...]

Está desfeita para sempre a lenda que os povoadores de São Vicente vinham da ralé das vilas e dos presídios da metrópole. Entre os fundadores das principais famílias vicentistas se encontram fidalgos da mais pura linhagem. Mas, afinal, tudo isso pouco importa. O de que nos orgulhamos não é do sangue que nos transmitiram, mas do movimento que edificaram.¹¹⁸

[...]

Tanto bastaria para que nos envaidecêssemos de nossa linhagem, mas, além de uma heroicidade sem par, os nossos antepassados eram de uma altivez sem limites, de uma honestidade sem jaça; e é o que mais deve engrandecê-los aos olhos da posteridade.¹¹⁹

A utilização da simbologia bandeirante nessa oportunidade engloba toda a população paulista, independentemente da existência de uma imensa massa de imigrantes e filhos de imigrantes.¹²⁰ Todos deveriam comungar dessa condição de superioridade e orgulho, a fim de resistir aos atos de Getúlio Vargas, principalmente em relação à nomeação de interventores para governar o estado. Isso fica ainda mais claro quando, no discurso, o autor se refere não ao orgulho de uma linhagem transmitida pelo sangue, mas sim à obra deixada pelos antepassados. Alcântara Machado utiliza a história como sustentação do discurso, pois é por meio do conhecimento do passado que se pode extrair exemplos para a conduta que a situação contemporânea demanda. Pode-se pensar, assim, que a utilização do símbolo bandeirante como referencial a toda população é ditada pela necessidade de coesão. Todos os paulistas, nesse momento, eram portadores de qualidades ligadas à história de São Paulo. Sua valentia deveria ser colocada a serviço da luta contra Getúlio Vargas. Mesmo recente, a mobilização da *paulistanidade* entre e contra paulistas, constante nas disputas entre PD e PRP, cede para englobar toda a população. Nesse passo, Barbara Weinstein afirma que “O conflito regional contra o governo central forneceu as condições para o crescimento de representações e

¹¹⁷ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado de. Discurso do Paraninfo. In *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, São Paulo, vol. XXVIII, 1932, p. 82.

¹¹⁸ Idem, p. 85.

¹¹⁹ Idem, p. 86.

¹²⁰ Sobre esse aspecto, confira-se CAPELATO, Maria Helena. *O Movimento de 1932. A causa paulista*, 3ª edição, São Paulo, Editora Brasiliense, sem indicação de data. Para a autora: “Naquele momento, os bandeirantes não eram apresentados como símbolo dos representantes das tradicionais famílias paulistas (os “paulistas de 400 anos”, descendentes de Fernão Dias). Essa versão, sempre presente na literatura, se revestia agora de uma outra conotação. “Bandeirante era todo paulista que se dispusesse a partir para a luta” (p. 40).

discursos sobre a identidade regional”.¹²¹ Obviamente não se pode falar que toda a população paulista acreditou nesses apelos. Há que se destacar o número de pessoas contrárias à luta armada, que não pretendiam se alistar, chamados de derrotistas e sempre hostilizados. Maria Helena Capelato destaca a existência de grupos de estudantes do ensino superior que delatavam seus pares, anotando o nome daqueles que não estavam dispostos a participar da luta, como “maus paulistas”: Eram taxados de “covardes”, principalmente pelas “bravas mulheres paulistas”, que os convidavam a vestir saias.”¹²² Havia, também, outro grupo de pessoas, que não ouviam o apelo da propaganda “revolucionária” e que questionavam a suposta unidade dos valorosos paulistas. Como exemplo, a seguinte carta de Isabel Ferreira Bertolucci, publicada pelo jornal anarquista *A Plebe* em 24.12.1932:

Em nome da mulher paulista falaram as senhoras católicas, as senhoras evangélicas, as senhoras espíritas e espiritualistas, professoras e damas de *escol* social. Todas no mesmo diapasão. A mulher operária e as mães dos soldados anônimos não puderam falar em nome da Mulher Paulista.¹²³

Iniciada a Revolução Constitucionalista de nove de julho de 1932, Alcântara Machado intensificou seu papel de defensor de São Paulo, tomando parte nas agitações. Como diretor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, ele a converteu em posto de recrutamento de combatentes para a luta armada, com suspensão das aulas, bem como sugeriu outros locais de alistamento, dada tamanha agitação.¹²⁴ Em sessão de comemoração da data de fundação dos cursos jurídicos no Brasil (11.08.1932), novamente profere discurso na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, enaltecendo as tradições de liberdade e respeito à lei daquele local, bem como exaltando os estudantes em combate pela causa paulista. A certa altura do discurso, afirma: “os únicos professores que hoje existem no território nacional sois vós e os vossos companheiros de armas. A trincheira é a vossa cathedra.”¹²⁵ Antônio de Alcântara Machado, seu filho e já então conhecido escritor, faz diversos discursos na Rádio Record, a fim de animar os paulistas para o confronto. Barbara Weinstein sustenta que, embora a versão “getulista” para a motivação da luta paulista fosse uma tentativa da oligarquia paulista em restaurar seus privilégios e poder, na realidade tal não corresponde a “evidências empíricas básicas”. Para ela, diversos membros do PD, até pouco

¹²¹ WEINSTEIN, Bárbara. *Op. cit.*, p. 286.

¹²² CAPELATO, Maria Helena. *Op. cit.*, p. 34.

¹²³ Idem, p. 44.

¹²⁴ DULLES, John W. F. *Op. cit.*, p. 71.

¹²⁵ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado. Palavras dos directores da Faculdade de Direito, da Faculdade de Medicina e da Escola Polytechnica aos estudantes que lutam pela causa da lei, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 ago. 1932, p. 3.

tempo críticos do governo estadual e apoiadores de Vargas, estavam envolvidos com a revolta. Assim, “longe de posicionar-se como fortaleza da tradição contra a maré de mudança radical, os paulistas baseavam suas exigências de liderança nacional na modernidade de São Paulo, comparada ao restante do Brasil”.¹²⁶

Encerrada a luta no início de outubro de 1932, com a derrota de São Paulo, é hora de buscar culpados. Há um relato de António de Alcântara Machado exatamente sobre este momento, quando paulistas ilustres foram convidados para se reunirem com Góes Monteiro e acertar o futuro do estado e o retorno à normalidade. Quer dizer, de formalizar e assumir a rendição de São Paulo. Tal relato, que é incompleto e sem título, permaneceu inédito até 1970, quando foi publicado como apêndice no livro *António de Alcântara Machado e o modernismo*, de Luís Toledo de Machado.¹²⁷ Os fatos são narrados de maneira dramática, pois envolvidos em uma difícil decisão a ser tomada: os paulistas convidados para acertar o “armistício” sentiam a necessidade de por fim à luta, mas, por outro lado, temiam ser considerados traidores da causa paulista. Essa hesitação aparece em vários momentos do relato, principalmente no que se refere a Alcântara Machado. Diz António, referindo-se ao pai: “sentia bem que a simples anuência do convite do Coronel Herculano era suficiente para colocá-lo em atitude antipática, tornando-o odioso ou ao menos suspeito aos olhos dos paulistas”.¹²⁸ Outros paulistas ilustres reuniram-se na casa de Alcântara Machado para deliberar sobre o convite, e também estavam receosos da opinião da população. “Erasmus de Assunção não pára sentado, não pára em pé. E põe as mãos na cabeça: ‘Que dirá a mocidade de nós!’”¹²⁹ E dando sua opinião sobre os membros da reunião, que resolveram nomear uma comissão para se entender com Góes Monteiro, diz António de Alcântara Machado:

Enxerguei aí uma covardia por parte dos que (presentes à reunião) tinham realmente autoridade para falar em nome de São Paulo. Colocados entre a necessidade de tentar uma paz decente para São Paulo e o horror invencível às responsabilidades, haviam achado um meio-térmo que me revoltava. Se a missão era indigna da altivez paulista, era indignidade contribuir para que se efetivasse. Se digna, dela deviam se incumbir desassombradamente os mais autorizados.¹³⁰

¹²⁶ WEINSTEIN, Barbara. *Op. cit.*, p. 285.

¹²⁷ MACHADO, Luís Toledo. *António de Alcântara Machado e o modernismo*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970, p. 126 e seguintes.

¹²⁸ OLIVEIRA, António de Alcântara Machado d'. A rendição de São Paulo. In MACHADO, Luís Toledo. *António de Alcântara Machado e o modernismo*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970, p. 127. O título do relato de António foi dado por Luis Toledo Machado.

¹²⁹ Idem, p. 130.

¹³⁰ Idem, p. 137.

O relato de Antônio de Alcântara Machado demonstra a hesitação das personalidades paulistas importantes, muito ciosas de sua imagem. Com a derrota paulista, os agitadores da Revolução de 1932 teriam de enfrentar outra dificuldade, ou seja, manter sua reputação a salvo da desconfiança da população. Um novo elemento será inserido nas disputas sobre a *paulistanidade*: a lealdade. Os discursos e atitudes públicas levariam em conta se determinada pessoa havia sido leal ou não aos ideais paulistas em sua “luta contra a ditadura”. Nesse aspecto, se afasta da representação imediatamente anterior, que era utilizada de forma ampla, a fim de englobar toda a população paulista. Agora, o herdeiro das virtudes bandeirantes é novamente individual, em disputa com seus irmãos paulistas contra qualquer alusão à deslealdade. Essa alteração de função é percebida de forma clara com as eleições e debates da Constituinte de 1934. O pleito se realizaria em maio de 1933. As forças políticas de São Paulo se organizaram para a formação de uma chapa única, congregando candidatos do PRP, PD, a Federação dos Voluntários (FV), a Liga Eleitoral Católica (LEC) e a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), num total de 22 candidatos.¹³¹ Estes não iriam utilizar suas legendas particulares: sua referência na campanha era apenas à Chapa Única por São Paulo. Alcântara Machado foi escolhido o líder desta chapa, o que demonstra seu peso político naqueles tempos de instabilidade. Em sua campanha, a fidelidade a São Paulo, elemento que será vinculado à mitologia do bandeirante, era exposta nesses termos:

Comparai, paulistas, e julgai. De um lado, os que não precisam fazer prova de amor à terra e de seu devotamento à gente, porque à terra e à gente pertencem; que vos trazem a afirmação de sua lealdade aos ideais por que morreram os vossos filhos e os vossos irmãos; e que o fazem no timbre de voz descansado e cantado, que é o vosso e dos vossos maiores. Do outro lado... (as reticências são do texto original)¹³²

No dia 20 de maio de 1933, Alcântara Machado tomou posse na ABL e pronunciou, em seu discurso, uma frase pela qual ficará sempre lembrado: “Paulista sou há quatrocentos anos.” É importante, porém, destacar a frase inteira, porque demonstra que ser paulista é uma via de acesso a ser brasileiro: “Assim, nem por gracejo se lembraria alguém de pôr em dúvida

¹³¹ GOMES, Ângela Maria de Castro. Revolução e Restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização. In GOMES, Ângela Maria de Castro e outros (org.). *Regionalismo e Centralização política. Partidos e constituinte nos anos 30*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 274.

¹³² OLIVEIRA, José de Alcântara Machado. Comparar e julgar, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 6, 2 maio 1933.

o meu brasileiro. Paulista sou, há quatrocentos anos”.¹³³ Na sequência, após tecer elogios a São Paulo, menciona a força com que sua terra “suporta a desgraça” e arremata:

Assim entendido, o vosso gesto [sua eleição para a Academia Brasileira de Letras] é daqueles que, na hora atual, sobressaltada pela conjuração de apetites impuros, ódios absurdos e ideologias dementes, nos impõe a coragem de não descrever e nos dão o direito de não desesperar.¹³⁴

O discurso, neste trecho, ao ressaltar a fidelidade a São Paulo, ecoa os mesmos argumentos utilizados na campanha política à Constituinte de 1933/1934. Não se trata de interpretação da nacionalidade brasileira ou mesmo de elaborar um discurso histórico da projeção de São Paulo sobre o Brasil. Porque já não era o tempo de apenas fazer apologias a São Paulo e a seu povo. Era necessário ligar a grandeza do estado ao político, e o elo se fazia por meio da declaração de lealdade, frente às investidas e *injustiças* praticadas pelo governo federal. Tanto no discurso de posse na ABL como na propaganda política, o argumento de antiguidade de pertencimento a São Paulo funciona como qualidade distintiva, principalmente em relação a outros paulistas. É assim que Alcântara Machado se distingue ao seu eleitorado: deveriam votar nele porque, sendo um paulista de antiga estirpe, jamais iria deixar de defender São Paulo, mesmo após a derrota sofrida.

Logo apareceriam paródias, tal como um poema de pilhérias contra um secretário da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, feito pelo estudante João Gomes Martins Filho, intitulado “Todos cantam suas cousas” (dedicado ao grande Secretário Dr. Julio Maia)¹³⁵:

Sou secretário há 400 anos
Imortal, indomável, milenário
Nas brumas do período quaternário
Eu era o mais antigo dos humanos
Tenho orgulho dos moços paulistanos

¹³³ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, in *Alocuções acadêmicas*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1941, p. 52.

¹³⁴ Idem, p. 55.

¹³⁵ Referido poema foi retirado de REALE, Miguel, *Memórias, Volume 1, Destinos Cruzados*, São Paulo: Saraiva, 1ª edição, 1986. Mas o costume de fazer chegar a própria linhagem aos fundadores de São Paulo teve vinda longa e pode ser encontrada em reminiscências de figuras importantes, tal como em TELLES JUNIOR, Goffredo. *A folha dobrada. Lembranças de um estudante*, São Paulo: Nova Fronteira, 1999, p. 13. Jorge Americano, em suas lembranças, também se refere a este costume de filiação. Ao comentar os velórios e enterros de pessoas importantes na São Paulo do início do século XX, registraria a presença constante dos elogios fúnebres: “Além da viúva, pais, filhos e netos, mencionavam-se os avós, bisavós, e quando a pessoa era muito importante, os trisavós e o indispensável Amador Bueno.” In AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*, São Paulo: Edição Saraiva, 1957, p. 315.

Tenho a paixão de ser O Secretário!
Quero morrer ouvindo em meu calvário
Os discursos sem fim dos veteranos
Das estampilhas para as estampilhas
Tenho vivido. Considero-as filhas
Do Franciscano casarão que é nosso
Com elas sonho num perpétuo enlevo
E incapaz e cobrá-las quanto devo
Quero ao menos lambê-las quanto posso...

Essas paródias não têm o condão, porém, de colocar em dúvida a declaração de amor a São Paulo expressada por Alcântara Machado. A tão mencionada frase sobre ser paulista há quatrocentos anos ganha sentido, assim, no momento político, porque denota um candidato leal aos ideais paulistas, à sua população. Terminada a Revolução de 1932, a *paulistanidade* volta a funcionar como critério distintivo, principalmente entre os políticos. Nesse sentido, a fala de Alfredo Ellis Junior, também político por São Paulo e estudioso do passado paulista, embora proferida depois, nas memórias de sua trajetória, é bem esclarecedora:

Mas é claro. Incitei esta vibrante mocidade paulista a arriscar suas vidas, como eu poderia deixar de ir na frente? Eu não sou homem de retaguarda, que fica fazendo discursos no rádio ou nas arcadas da Faculdade de Direito, a proclamar-se “paulista de 400 anos.” O meu paulistanismo eu afirmo nas trincheiras, de fuzil nas mãos.¹³⁶

A farpa tem destino certo. Ellis Junior se considera mais leal a São Paulo do que seu companheiro historiador, que permaneceu fazendo discursos e não pegou em armas para defender a honra paulista. A figura do intelectual que incitava a luta, mas que não se alistava, nem tampouco visitava a frente de batalha parece ter sido comum. Maria Helena Capelato destaca que oradores como Ibrahim Nobre incitavam a população a se alistar para a luta, acompanhava-os até o embarque para o front e depois continuavam a campanha de arregimentação de voluntários. Para ela, “relatos dessa natureza fazem lembrar ainda certas passagens do romance de Afonso Schmidt, onde há referências àqueles que, longe das frentes

¹³⁶ ELLIS, Myriam. Prefácio à segunda edição. In Ellis Junior e Myriam Ellis, *A economia paulista no século XVIII. O ciclo do muar, o ciclo do açúcar*, São Paulo: Academia Paulista de Letras (Biblioteca APL, Vol. II, 1979, 2ª edição). *Apud* MONTEIRO, John Manuel, Caçando com Gato – Raça, Mestiçagem e Identidade Paulista na obra de Alfredo Ellis Junior. In *Novos Estudos*, CEBRAP, n° 38, p. 79-88, março de 1994.

de combate, se destacavam como ardorosos defensores da causa. Formavam eles os “batalhões da gente direita”, que se alistaram no concorridíssimo “Aprontêmo-nos e vão.”¹³⁷

Poucos dias depois da posse de Alcântara Machado, sua declaração é apreciada, de forma indireta, em um artigo de Emílio Fernandes de Souza Docca, no *Correio da Manhã*. Gaúcho e sócio do IHGB, Docca lamenta que a exaltação “de um vulto” ocorra pela destruição de outro, consignando: “assim também acontece em nossas explosões bairristas, filhas de nosso atrazo na evolução affectiva”.¹³⁸ E é ainda mais crítico quando identifica nessas exaltações as explosões políticas e de “certos acontecimentos ou situações ocasionais”, que são “exaltamentos exagerados, intencionaes, desmedidos, irritantes”.¹³⁹ Percebe-se, assim, a variação de significados que a apologia a São Paulo e a simbologia bandeirante assumem. Para alguns, como Alcântara Machado e Ellis Junior, era um trunfo a ser utilizado como critério de distinção. Para outros, como Docca, meros “exaltamentos exagerados.”

O clima de acusações e medições da *paulistanidade* dos próprios paulistas explode nos debates da Constituinte. Quando Alcântara Machado votou favoravelmente à emenda de Medeiros Neto, que legalizava o governo *provisório* de Vargas de 1930 até então, houve quem enxergou traição aos ideais invocados na propaganda política das eleições. As memórias de Jorge Americano, também deputado federal por São Paulo naquela ocasião, dão bem a medida da discussão:

A bancada paulista comparece de fraque e cartola para receber Getulio na instalação da Assembléia e vota pró Getulio a “Monção Medeiros Neto” que lhe outorga poderes ditatoriais durante a vigência da Assembléia. (“São Paulo não esquece, não transige, não perdoa”). Como deputado, o autor destas linhas não votou. Solicitado a declarar solidariedade, preferiu renunciar: “A campanha eleitoral fora feita contra a ditadura e contra o ditador.”¹⁴⁰

Nas discussões no plenário, em apartes a Zoroastro Gouvêa (deputado por São Paulo, porém não integrante da Chapa Única), Alcântara Machado ironiza dizendo não ter nenhum filho daquele lutado na Revolução Constitucionalista de 1932. Zoroastro respondeu ríspido: “Nem tolo seria eu, para enviar um filho à chacina, em defesa dos privilégios de políticos

¹³⁷ In CAPELATO, Maria Helena, *op. cit.*, p. 39..

¹³⁸ DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Primazias Incoherentes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 26 maio 1933.

¹³⁹ Ibidem.

¹⁴⁰ AMERICANO, Jorge. *São Paulo nesse tempo (1915-1935)*, São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962, p. 415.

importantes, como V. Exa.”¹⁴¹ Alcântara Machado não respondeu. Para ele, pertencer à elite paulista há quatrocentos anos e ter participado da agitação revolucionária era sinal de lealdade e de que representaria politicamente sua terra com orgulho, atendendo aos interesses do estado. Para Zoroastro, a revolução apenas serviria para manter privilégios políticos.

Ainda no recinto da Constituinte, um deputado sugeriu que Alcântara Machado havia almoçado com um ministro de Vargas, ou seja, insinuou uma aproximação com o governo ditatorial. A reação foi imediata, quase se chegou às vias de fato. Esse acontecimento foi noticiado pelo *Correio da Manhã*, sob o título “Quase um pugilato, hontem, na Assembléa Constituinte”.¹⁴² A notícia traz, ainda, os apartes do mesmo Zoroastro Gouvêa no momento da discussão entre Alcântara Machado e Villas Boas: “A Câmara está vendo o que são esses miseráveis plutocratas, que, a pretexto de defensor de S. Paulo, vivem traindo o mandato, mettidos na gamela do governo”.¹⁴³ No decorrer das atividades da Constituinte, Alcântara Machado teria que se defender diversas vezes de rumores ou acusações de deslealdade para com São Paulo e aproximação com Getúlio. Rumores e acusações vindas justamente de São Paulo, publicadas no *Correio Paulistano*, órgão do PRP.

Disputas em torno da lealdade a São Paulo:

“Nenhum compromisso de ordem política assumimos até agora. Não assumiremos nunca senão de acordo com as forças políticas do Estado que representamos. Não obedecemos à inspiração de elementos estranhos ao meio em que nascemos... Tudo o quanto se tem dito com referência à nossa attitude perante a situação federal é redondamente falso.” (Alcântara Machado, Estado de S. Paulo, 15.12.1933, p. 1).

“Cabendo aos representantes da Chapa Única, posta a questão nos termos que se acha, dar ganho de causa ao antagonista do dictador [Getulio Vargas], elles se deixam guiar pelo sr. Alcântara Machado, e este, mais uma vez, obedece às conveniências do sr. Armando Salles de Oliveira [interventor em São Paulo], fazendo-se aqui em São Paulo aquillo que alguns interventores do “espírito revolucionário” não ousaram fazer em suas respectivas satrapias:

¹⁴¹ GOUVÊA, Zoroastro. Discurso constante dos Anais da Câmara dos Deputados Federais, Vol II, p. 442.

¹⁴² *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 8 abr. 1934.

¹⁴³ *Ibidem*.

assegurar-se ostensivamente o poder, empregando para isso todos os meios e modos.” (matéria não assinada, Correio Paulistano, 03.07.1934, p. 3).

“Pois bem, meus queridos paulistas, com mais esse volume acrescido à sua bagagem de 400 annos, é que o professor Alcântara Machado vae perlustrar o interior do nosso Estado, pedindo graças para o partido democrático – que elle tanto atacou e do qual acaba de adherir, com suas centenaes reservas de amor e serviços a São Paulo.” (matéria não assinada, Correio Paulistano, 28.07.1934, p. 7).

“A verdade é que, em todo o decorrer dos trabalhos da Assembléa, o sr. Alcântara Machado tem sido um homem apagado e cheio de modéstia, no que se refere a idea e a acções. Timidez? Acanhamento? Quem sabe lá os segredos da psychologia de um constituinte? Se a verdade é essa que aqui dizemos, como explicar a homenagem de hontem, ao sr. Alcântara Machado? Como explicar também que s. ex. tenha transigido em aceitar-a? A verdade é, porém, que essa homenagem tem, quando feita ao sr. Alcântara Machado, um certo relevo de côr local. Tal homenagem é positivamente uma coisa no velho estylo... Não é esse o nobre representante de São Paulo quem diz que tem nas veias o velho sangue de 400 annos?” (matéria não assinada, Correio Paulistano, 04.07.1934).

“Provarei um dia, documentalmente, que ninguém serviu a São Paulo com maior desinteresse, com maior altivez, com maior bôa vontade. O povo paulista, que nos conhece, há de fazer justiça: e verificar que, se pecamos, foi por não reconhecer a ninguém, fora de nossa gente, o direito de nos orientar. E também de nos explorar.” (Alcântara Machado, O Estado de S. Paulo, 13.04.1934, p. 10).

Encerrados os trabalhos da Constituinte, Alcântara Machado pronuncia discurso na estação de trem em seu retorno do Rio de Janeiro. Novamente invoca a lealdade a São Paulo: “Outros podem ter servido com maior fulgor a nossa terra; nenhum, porém, juro por Deus e por São Paulo, com maior altivez e devotamento do que nós”.¹⁴⁴ Ainda em 1934, Alcântara Machado deixa o PRP e se filia ao Partido Constitucionalista. Em Santos (SP), numa concentração desse partido, faz sua defesa de acusações, vindas da “antiga agremiação”. A acusação era a de ter nomeado um filho seu para um cartório quando a reforma judiciária de

¹⁴⁴ O agradecimento do “leader”, jornal *O Estado de S. Paulo*, 21.07.1934, p. 4,

1927 foi realizada em São Paulo. Ou seja, da utilização de seu poder político e seu prestígio a fim de favorecer seu filho. Acusando o golpe, inicia sua defesa destacando a antiguidade de sua família em São Paulo:

Bem próximo ao lugar que vos falo, fundeou há quatro séculos a caravela, em que veio da metrópole saudosa para a colônia recém-nascida Antônio de Oliveira. É dele, é do loco tenente de Martim Afonso de Souza, é de um dos fundadores de São Vicente, o sangue que me corre nas veias... Fiquei onde sempre estive. Ao lado de minha terra.¹⁴⁵

Alcântara Machado, mesmo sendo alvo de críticas do seu antigo partido, o PRP, e do órgão de imprensa deste, o *Correio Paulistano*, continua com sua carreira política. Deve-se reter, entretanto, o fato de que os paulistas, mesmo comungando de uma causa comum (a Revolução Constitucionalista), tinham divergências entre si. Embora os adversários PD e PRP tenham se aliado nas eleições de 1933, a medida continuava a ser a fidelidade a São Paulo. Medida essa que permitia diferenciar os próprios políticos e intelectuais paulistas entre si. Mas não eram apenas os paulistas que utilizavam a propalada antiguidade de estirpe para atacar Alcântara Machado. Em um duro artigo contra os deputados constituintes, já em 1937, o jornalista J. S. Maciel Filho, de *O Imparcial* (Rio de Janeiro), fez as seguintes apreciações:

O certo é que, na Constituinte, a um dado momento, a revolução [de 1930] foi liquidada em prestações. O sr. Antônio Carlos, na presidência, começou o leilão. E, logo depois, a liderança do sr. Medeiros Netto, assistido carinhosamente pelo sr. Alcântara Machado, com seus quatro séculos de ranço, iniciou a liquidação dos resíduos.¹⁴⁶

Percebe-se, assim, a diversidade de oportunidades para a utilização da simbologia bandeirante calcada na antiguidade de estirpe, ainda mais quando ligadas à fidelidade partidária ou propaganda política.

Em 14 de abril de 1935, Antônio Castilho de Alcântara Machado d'Oliveira morreu inesperadamente por causa de complicações em uma cirurgia do apêndice realizada no Rio de Janeiro. Antônio era, naquele momento, escritor importante, da geração de modernistas de São Paulo. Advogado, também atuou como diretor da secretaria da Chapa Única por São Paulo durante o período da Constituinte. Pode-se inferir ter ocorrido uma interrupção de

¹⁴⁵ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado de. A campanha contra o partido constitucionalista, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 5 out. 1934, p. 4.

¹⁴⁶ MACIEL FILHO, José Soares. A maioria política do Brasil continua apoiando o programma de empalmar a Revolução. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 5 mar. 1937, p. 4.

projeto político e intelectual de Alcântara Machado. Considerado o fato de ser António o único de seus filhos a desempenhar papel de intelectual, com publicação de livros e estímulo do pai nessa senda, ele parecer ter escolhido esse filho para a sucessão e continuidade do seu legado político. Pai e filho advogavam no mesmo escritório, e o filho exerceu a função de secretário da Chapa Única por São Paulo na constituinte, embora Brasílio Neto, outro filho de Alcântara Machado, também fosse formado em Direito. No mais, António havia se candidatado a deputado por São Paulo, pelo Partido Constitucionalista, tendo sido eleito para a próxima legislatura. Elias Thomé Saliba, em artigo dedicado a António, transcreve a avaliação de Alcântara Machado, feita em 1939, sobre suas próprias obras: “Entre todas as suas obras, qual considera a melhor?” E ele balbuciou, hesitante, mas marcando todas as sílabas: “A minha melhor obra... António de Alcântara Machado! Mutilou-a, estupidamente a morte!”¹⁴⁷

Em carta para Prudente de Moraes Neto, Mário de Andrade faz diversas apreciações sobre António, lamentando a interrupção de promissora carreira jornalística. No que se refere à carreira política de António, Mário assim se manifestou:

Havia no temperamento dele uma timidez sutil que o fazia se conformar excessivamente com o indivíduo que conversava no momento. Era mesmo quase uma hipocrisia, muito aceitadora, bastante tergiversadeira, que na minha impressão o havia de tornar uma espécie de Alcântara pai em nossa vida político-social, acomodaticio e bastante da banda das maiorias. Circunspecto e muito desejado. Nunca imprescindível.¹⁴⁸

Consideradas as diversas oportunidades em que Alcântara Machado se defendia e fazia sua propaganda política individual, com forte apelo à sua estirpe de paulista antigo, e a imagem traçada por Mário de Andrade, se pode perceber a luta de representações que ocorria em São Paulo. Além disso, havia o grande apelo ao público e a funcionalidade que o “trunfo” ser paulista antigo representava.

Acomodatício ou não, Alcântara Machado aderiu ao governo de Vargas após 1935. Mas não o fez isoladamente. Conforme mostra John Dulles, depois de novembro de 1935, com a insurreição comunista, “a bancada paulista deu total apoio às leis de exceção pedidas

¹⁴⁷ SALIBA, Elias Thomé. Diário de um país asnático. A crítica teatral de Alcântara Machado explica o Brasil pela comédia. In *Carta Capital*, 17.08.2010, disponível em <http://www.carta-capital.com.br/educacao/diario-de-um-pais-asnatico>, última consulta em 05.08.2013.

¹⁴⁸ ANDRADE, Mário de. Carta a Prudente de Moraes Neto. In: Francisco de Assis Barbosa (org.), *Intelectuais na encruzilhada. Correspondência de Alceu Amoroso Lima e António de Alcântara Machado*, Rio de Janeiro: Edições da Academia Brasileira de Letras, 2001, p. 51.

por Vargas”.¹⁴⁹ O ápice dessa adesão foi o aceite, por parte de Alcântara Machado, ao convite de redigir um projeto de Código Penal para o Brasil, feito pelo então ministro da Justiça Francisco Campos. Na exposição de motivos do projeto entregue ao governo, Alcântara Machado demonstraria sua adesão à necessidade de controle repressivo por meio da atualização da lei penal: “Reforçar a defesa coletiva contra a criminalidade comum e resguardar as instituições contra a criminalidade política”, afirmou ele no texto, “são imperativos a que não pode fugir o legislador em países organizados da maneira por que atualmente se encontra o nosso”.¹⁵⁰

Talvez se sentido seguro para dar esse passo de aproximação com Getúlio Vargas pelo fato de outros paulistas também o fazerem, Alcântara Machado dá publicidade ao convite de elaboração do projeto de Código Penal ao máximo, inclusive na imprensa.¹⁵¹ Não se pode negar a perspicácia de Getúlio Vargas em convidar um dos mais expressivos representantes dos paulistas, o *leader* da bancada de São Paulo na Constituinte de 1933/1934 para ser o autor do projeto de Código Penal. Retribuição pela aproximação dos paulistas em 1935? Não podemos afirmar com certeza, mas o gesto é mais político do que técnico. Isso porque Alcântara Machado, embora fosse professor de Medicina Legal e advogado, não era reconhecidamente um mestre do Direito Penal. No mais, no próprio Rio de Janeiro existiam personalidades que serviriam, tecnicamente, de forma melhor ao propósito, tal como Nelson Hungria Hoffbauer, importante jurista relacionado ao Direito Penal Brasileiro. Seja como for, o afago, nesse sentido, durou pouco. O projeto foi submetido a uma comissão revisora que efetuou alterações sensíveis. Reunida em segredo, essa comissão sequer deu a oportunidade ao autor do projeto de ser ouvido, fato que o desapontou.¹⁵² Ao final, a glória sobre a revisão do direito penal caberia mesmo a Nelson Hungria Hoffbauer, integrante da comissão.

Alcântara Machado morreu em 1º de abril de 1941. No *O Estado de S. Paulo*, edição de 2 de abril de 1941, página 10, há notícia da sua morte. Constam homenagens de praxe em falecimentos de pessoas conhecidas, os discursos proferidos e o roteiro do velório e enterro. A participação do falecido na Revolução Constitucionalista de 1932 e a defesa dos interesses de São Paulo são ressaltadas. Suas obras são citadas (entre elas *Vida e morte do bandeirante*). A

¹⁴⁹ DULLES, John W. F. *Op. cit.*, p. 76.

¹⁵⁰ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado. *Projeto do Código Criminal Brasileiro*, São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938, p. 13.

¹⁵¹ GUASTINI, Mario. *Alcântara Machado*, sem indicação de editora: São Paulo, 1941, p. 75.

¹⁵² *Idem*, p. 78.

Folha da Manhã, também em edição de 2 de abril de 1941, página 5, registrou o falecimento. Na notícia, a legenda de uma fotografia ganha em ênfase nos elogios:

S. Paulo não perdeu ontem somente um dos seus mais ilustres filhos; perdeu, também, um dos mais autênticos representantes da raça. Alcântara Machado era um expoente paulista, não apenas porque tinha ascendentes piratininganos de quatrocentos anos, mas porque polarizava as qualidades típicas da nossa gente.

Ainda em 1941, Mario Guastini se apressa em apresentar homenagens póstumas no livro *Alcântara Machado*.¹⁵³ Faz diversos elogios ao falecido, fazendo uso de trechos de cartas e invocando a amizade entre biógrafo e biografado. O autor encarna, porém, a defesa de Alcântara Machado contra a acusação de “profissão de fé separatista” e contra o que ele qualifica de “crítica surda e chula”. Em tempos de Estado Novo, o regionalismo poderia soar como ausência de nacionalidade, de compromisso com o país e sua modernização. Daí porque Guastini menciona que “bastaria conhecer Alcântara Machado, paulista ferrenho mas justo em cima de tudo, brasileiro e patriota.”¹⁵⁴ Tratava-se, então, de defendê-lo de qualquer exacerbação de lealdade a São Paulo que pudesse ter cometido, conciliando-o com a agora cômoda posição de nacionalista patriota, a fim de dar coerência a seu pensamento com o regime político implantado em 1937. Idêntica defesa faria Levi Carneiro, dizendo ser o regionalismo de Alcântara Machado nobre, por expandir-se ao nacionalismo.¹⁵⁵

Não foram encontrados textos de Alcântara Machado em que ele se identificasse com a alteração de sentido da interpretação do símbolo paulista, ou seja, com a representação do bandeirante não apenas como paulista, mas como brasileiro. Embora em sua carreira política tenha se aproximado de Getúlio Vargas e aceitado o convite para redigir o projeto de Código Penal, a imagem de Alcântara Machado permanece ligada ao bandeirismo e ao bandeirante enquanto defesa e exaltação de São Paulo. Tanto é assim que no seu busto de bronze, colocado na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco logo após sua morte, encontra-se uma sugestiva inscrição: “Glorificador da terra natal”.

Ironia do destino, após a morte de Alcântara Machado, o eleito para substituí-lo na cadeira número 37 da Academia Brasileira de Letras foi Getúlio Vargas. A eleição ocorreu em 1941, mas o então presidente tomou posse em 1943, quando proferiu discurso. Vargas não faz

¹⁵³ GUASTINI, Mario. *Op. cit.*, p. 53.

¹⁵⁴ *Idem.*, p. 54.

¹⁵⁵ CARNEIRO, Levi. Discurso do Dr. Levi Carneiro. In *Professor Alcântara Machado*, sem indicação de editora: São Paulo, sem indicação de data. Trata-se de livro que reúne diversos discursos sobre Alcântara Machado, por conta de seu falecimento, em homenagem prestada na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

a associação entre bandeirantes e paulistas. Pelo contrário, menciona que *Vida e morte do bandeirante* mostrou “o viver simples, austero e frugal dos desbravadores e pioneiros das terras altas do Brasil”.¹⁵⁶ Insere seu discurso, assim, na tradição iniciada com Cassiano Ricardo, de alargamento da interpretação dos bandeirantes como um símbolo nacional, associado ao Estado Novo. Getúlio Vargas relembrou, ainda em seu discurso, a fala de Alcântara Machado sobre a alma nacional e os riscos representados pelos imigrantes, que, por mais que se esforçassem, jamais seriam brasileiros, por lhes faltar o amor à terra. Porém, a referência do orador é sobre o âmbito nacional, nunca sobre São Paulo.

Uma segunda ironia do destino é que, mesmo Alcântara Machado tendo defendido a posição de superioridade das famílias paulistas antigas, houve uma homenagem peculiar. Trata-se de um requerimento endereçado à Academia Paulista de Letras, na qual os signatários pedem intercessão daquele órgão junto aos poderes públicos para a alteração do nome da rua dos Trilhos, no bairro da Mooca, em São Paulo, para rua Senador Alcântara Machado.¹⁵⁷ Entre os signatários, todos moradores da rua dos Trilhos, encontram-se os seguintes sobrenomes de brasileiros que, segundo o homenageado, talvez, não amassem tanto assim sua terra: Zamboni, Manzione, Garafalo, Pugliese, Piazza, Furlan. Ora, pouco tempo antes, em 1940, no auge da Segunda Guerra Mundial, Alcântara Machado havia feito as seguintes colocações sobre os estrangeiros em seu discurso de recepção de Plínio Ayrosa na Academia Paulista de Letras:

Por mais que se digam e mesmo que sinceramente se esforcem por ser brasileiros, não o são, nem podem sê-lo, os recém chegados. Faltam-lhes aquela comunhão com a terra, aquela integração no espírito da grei, aquela impregnação profunda da sensibilidade pela natureza, que vem de nosso lastro hereditário e determina o nosso modo e nossa razão de ser.¹⁵⁸

Para além da possibilidade de que os signatários do pedido de nomeação da rua acima mencionados sequer soubessem da existência dessa fala de Alcântara Machado, interessa assinalar a força que o discurso baseado na *paulistanidade* possui. Deixando de lado as variações em que a marca de distinção passa de um critério positivo para um negativo, do

¹⁵⁶ VARGAS, Getulio Dornelles. *Discurso de posse*, proferido em 29.12.1943, disponível em <http://www.academia.org.br/ablcgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=585&sid=335>, consultado em 05.08.2013.

¹⁵⁷ Requerimento datilografado de 24 de maio de 1941, localizado no arquivo da Academia Paulista de Letras, pasta da cadeira nº 1.

¹⁵⁸ Trecho de discurso de recepção de Plínio Ayrosa na Academia Paulista de Letras em 1930. *Apud* GUASTINI, Mário, *Alcântara Machado*, sem indicação de editora: São Paulo, 1941, p. 43. Ao que parece, o discurso não está transcrito na íntegra. Trata-se de obra biográfica de Alcântara Machado publicada logo após sua morte. Guastini era seu amigo e os dois trocavam cartas, das quais alguns trechos são transcritos na obra.

elogio para a crítica pessoal, a vinculação do sujeito com as qualidades herdadas dos bandeirantes resume a sua vida, informa suas ações. É de fato como glorificador da terra natal que Alcântara Machado passará à posteridade.

S. Paulo — Quarta-feira, 2 de Abril de 1941

FALECEU O PROFESSOR ALCANTARA MACHADO

A Morte do Ilustre Paulista Ocorreu às 23 Horas de Ontem — O Sepultamento Está Marcado para Hoje à Tarde — Dados Biográficos do Extinto

ALCANTARA MACHADO

S. Paulo não perdeu ontem somente um dos seus mais ilustres filhos; perdeu, também, um dos mais autênticos representantes da raça. Alcântara Machado era um expoente paulista, não apenas porque tinha ascendentes piratiniguanos de quatrocentos anos, mas porque polarizava as qualidades típicas da nossa gente.

Grande, excepcional inteligência, adornava-a a cultura complexa e global que elevou Alcântara Machado às culminâncias do humanismo brasileiro. Jurista, professor, político, parlamentar, teatrista, historiador, biógrafo, soube ser sempre, em todos esses campos, dos primeiros. O-ite estivesse, colocava-se na plana mais alta.

E, lá, nunca se desapercebeu em pairões; nunca se perdeu em verbalismos e retóricas; nunca se descomediou em gestos violentos, em palavras tonitrueantes, em atitudes ostentosas ou descompensadas. Equilibrado, medido, sóbrio, representou com invariável discrição e reserva as virtudes do homem do planalto, que pensa com seriedade e age com a moderação dos fortes e cultos.

Na Faculdade de Direito, chegou a diretor. Na Academia de Letras, a presidente. Na bancada federal, e líder e depois a senador. Outras elevadas posições ocupou, outras superiores funções exerceu, outros nobres títulos lhe foram conferidos. Conquistou-os, porém, pelo seu talento e saber, naturalmente, sem disputa ou embates, mantida ininterrupta a linha que é um apogeu da glória.

Nestas rápidas palavras de admiração e saudade, escritas estas horas da madrugada, não pretendemos traçar o perfil de Alcântara Machado, como aparecerá nas homenagens que o Brasil todo renderá ao grande paulista e grande brasileiro. Queremos exclusivamente fixar a feição representativa, o aspecto exemplar, o caráter de protótipo que marca a eminente personalidade cujo desaparecimento é um luto nacional.

Morre com Alcântara Machado um pouco de nós todos, que nele nos revivamos como num cristal onde cada faceta espelhasse algumas das virtudes paulistas, de que nos orgulhamos, no culto de tradições que o tempo ataca, mas consolida.

além do jurista notável e homem público da mais patriótica atuação, um homem de letras de mais altíssima qualidade. Suas obras, muitas e notáveis, levaram-no à Academia Brasileira de Letras, em 1931, onde foi eleito para a cadeira de Silva Ramos. Com a morte de Amadeu Amaral, foi levado à presidência da Academia Paulista de Letras.

Como presidente da Faculdade Paulista de Filosofia e Letras, que fundou pouco depois de 1930, imprimiu a esse estabelecimento uma orientação das mais sólidas. Presidente do Conselho Superior da Escola de Política e Sociologia e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pôs em evidência vários trabalhos notáveis.

Na presidência da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo colocou a prestigiosa organização científica à altura do nosso progresso cultural no que se refere às ciências médico-legais e de técnica policial, criminologia e penologia. No Conselho Penitenciário do Estado, de que, também era membro presidente, teve destacada influência a atividade.

Em 1937, coube-lhe coroar a sua atividade de jurista e homem público com a incumbência, que lhe conferiu o governo federal de elaborar o projeto do novo Código Criminal Brasileiro, recentemente promulgado.

Dentre as suas numerosas obras publicadas todas em São Paulo, destacam-se: "Do momento da formação dos contratos por correspondência" (1922); "A embriaguez e a responsabilidade criminal" (1928); "O hipotismo" (1928); "A deformidade das lesões pessoais" (1931); "Suicídios na capital de S. Paulo" (1935); "Problemas municipais"; "Os honorários médicos", 2.ª edição de 1932; "Vida e morte do bandeirante" (1939); "O exame pericial no Direito Romano"; "O ensino na pericia"; "Brasil Machado" (1938); "Projeto do Código Criminal Brasileiro" (1938); "O projeto do Código Criminal para a crítica" (1939), além de discursos, alocuções, pareceres e outros estudos publicados em volumes e em colaborações em numerosas revistas científicas e literárias do país.

O prof. Alcântara Machado deixava viúva a sra. d. Maria Emilia de Castilho Machado e os seguintes filhos: dr. Brasília Machado Netto, 4.º tabelião de protesto nesta capital, casado com a sra. d. Luiza de Assumpção Machado; José de Alcântara Machado Filho, casado com a sra. d. Maria de Lourdes Rodrigues Dias Machado, sra. Yolanda Machado Rudge, casada com o sr. Plínio Telles Rudge e senhorita Thereza Maria de Alcântara Machado; era pai do dr. Antônio de Alcântara Machado, escritor e jornalista falecido há poucos anos; era irmão de d. Brasília Leopoldina Machado de Carvalho, viúva do sr. Marcelino de Carvalho, e do sr. dr. Octaviano Augusto Machado d'Oliveira, conselheiro aposentado, casado com a sra. Eudécia Ellis Machado d'Oliveira; era também irmão da rainha d. Sílvia Machado Cardoso de Melo

Fig. 2.

CAPÍTULO 2

HISTÓRIA, AUTORES E BANDEIRAS

2.1. Taunay, Ellis Junior e Alcântara Machado

Na década de 1920 já havia praticamente uma tradição historiográfica de caracterizações dos bandeirantes e das bandeiras que remontava, como já adiantado, a escritos de jesuítas produzidos no século XVII. Entretanto, a produção historiográfica sobre o passado colonial paulista havia recentemente sido impulsionada com a publicação de documentos antigos. Antes da vulgarização desses documentos, recorria-se às genealogias, aos escritos de jesuítas e estudos elaborados no âmbito do IHGSP. Além disso, a simbologia bandeirante era mobilizada por políticos, pelo Governo Estadual, por jornalistas e intelectuais paulistas para atender às mais diversas finalidades.

Para situar *Vida e morte do bandeirante* nessa atmosfera intelectual específica, optou-se por compará-lo com outras obras que também trataram do passado de São Paulo nessa fase pós-vulgarização de importante documentação: os livros escritos por Afonso de Escragnolle Taunay e Alfredo Ellis Junior. Tais autores eram formados em cursos superiores (Alcântara Machado e Ellis Junior em Direito; Taunay em Engenharia) e, embora estivessem envolvidos com outras atividades intelectuais e políticas, escreveram sobre o passado paulista. Todos eles foram professores de cursos superiores: Alcântara Machado foi professor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco desde 1895; Afonso Taunay foi professor da Cadeira de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) por breve período (1935 a 1938), sendo sucedido nesta função por Ellis Junior (1939 a 1956). Deve-se notar, também, que foram políticos: Alcântara Machado foi vereador, deputado e senador estadual e deputado e senador federal; Alfredo Ellis Junior foi deputado estadual. Por fim, Taunay foi diretor do Museu Paulista desde 1917 até sua aposentadoria. A comparação entre esses autores se justifica, ainda, pelo fato de suas obras serem normalmente analisadas levando-se em conta a ligação ou defesa de São Paulo. Por mais que haja diferença significativa de idade entre Alcântara Machado e Ellis Junior, por

exemplo, é preciso atentar para o fato de que publicaram livros e artigos sobre a história de São Paulo na mesma época e logo após a vulgarização dos documentos antigos do estado. Seus escritos são normalmente tomados como representativos de uma “fase” da historiografia regional paulista, quando contribuíram com a cristalização do símbolo bandeirante, que seria utilizado politicamente.¹⁵⁹

A finalidade dessa comparação é permitir analisar quais os caminhos que Alcântara Machado tinha para elaborar seu livro e para se inserir num debate já dominado por outros autores, também políticos ou oriundos da “elite intelectual” paulista. Como se sabe, as formas de canonização ou notabilização de um autor antes da formação de um campo acadêmico da História, no Brasil, são diversas das atuais. Nos anos 1920, os trunfos para fazer-se notar intelectualmente repousavam nos apelos à antiguidade da família, nas relações de amizade etc. Um eventual elogio a São Paulo ou à antiguidade de uma estirpe, por exemplo, pode constituir, para além de vazio orgulho ou defesa política do estado, trunfo de distinção também na esfera intelectual. Daí a importância da comparação sugerida, que tem uma dupla vantagem. A primeira reside na redução de escala, que permite escapar dos vícios de uma moldagem geral, de vãos generalistas e imprecisos. Possibilita observar concretamente os constrangimentos e as margens de manobra desses autores. A segunda vantagem é não tomar esses autores como uma dimensão única nas disputas e apropriações da simbologia bandeirante. Assim, analisar a diferença de tratamento dada por eles ao passado paulista iluminará as possibilidades e caminhos abertos àqueles que quisessem se inserir no “debate historiográfico” sobre as bandeiras paulistas.

Afonso de Escragnolle Taunay (1876-1958) é talvez o mais conhecido historiador do passado colonial de São Paulo. Era filho de Alfredo Taunay e de Cristina Teixeira Leite. Do lado materno descendia de família antiga, com diversas pessoas ilustres, tal como seu avô, o barão de Vassouras (Francisco José Teixeira Leite), e seu bisavô, barão de Itambé (Francisco José Teixeira). Do lado paterno era bisneto de Nicolas-Antoine Taunay, vindo para o Brasil com a missão artística francesa de d. João VI. Formado em engenharia e professor catedrático de Física Experimental na Escola Politécnica de São Paulo, desde 1911 ele se dedicou intensamente aos assuntos do passado paulista. Foi professor de História no Colégio São Bento, tendo entre seus alunos Alfredo Ellis Junior. Nomeado diretor do Museu Paulista em 1917, já nos anos 1920 gozava de prestígio como historiador regional. Tanto que diversos de seus livros, inclusive *S. Paulo nos primeiros tempos* (1920) e *S. Paulo no século XVI* (1921)

¹⁵⁹ Neste sentido, vide como exemplos ABUD, Kátia Maria, *op. cit.*, e QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, *op. cit.*

foram publicados com verbas do Governo Municipal, naquela época comandado por Washington Luís.¹⁶⁰ Embora não tenha sido político, Taunay se relacionou com o programa cultural do Partido Republicano Paulista (PRP) “na medida em que este era compatível com seu projeto cultural pessoal”.¹⁶¹ E esse projeto cultural era a revalorização do bandeirante como símbolo para o estado de São Paulo. Ao se firmar como historiador, procurou se aproximar de Capistrano de Abreu, que já então era reconhecidamente um dos principais historiadores do Brasil.¹⁶² Além de diversas obras, Taunay escrevia frequentemente para jornais, na maior parte das vezes sobre o passado paulista. Seu livro *S. Paulo nos primeiros anos*, aliás, é a junção de ampliação de diversos artigos publicados na imprensa em 1917, ou seja, logo após o início da publicação da coleção de documentos coloniais *Atas e Registro Geral de São Paulo*, em 1914.

S. Paulo nos primeiros anos traz minúcias da vida administrativa da então vila além-serra dos jesuítas. Separando os assuntos por capítulos, Taunay faz a narrativa da história de forma cronológica, opção “um pouco desconfortável” para um historiador atual, conforme ressalta Laima Mesgravis na apresentação da edição de 2004. Para Mesgravis, Taunay retrata com fidelidade a história inicial de São Paulo, “com suas bases econômica, social, étnica, político-administrativas e, também, cultural”.¹⁶³ A pobreza e as dificuldades do início da vila vicentina são ressaltadas com base nas deliberações contidas nas *Atas da Câmara*. Destaca-se, dessa forma, a ausência de artesãos para manufaturas, tecidos, pesos e medidas, a dificuldade para construir-se a primeira igreja (além da dos jesuítas) na cidade, ausência de cadeia, as posturas municipais referentes ao alinhamento de ruas, jogos e costumes. Por outro lado, dá destaque à independência do paulista face atos praticados pelo donatário ou seus capitães, tais como requisição de alimentos ou mesmo a entrega de um oleiro, degredado, que deveria cumprir pena, recusa essa justificada pela carestia de telhas e a falta de quem as fizesse. O capítulo XIX é um dos mais interessantes, porque traz as limitações impostas pela

¹⁶⁰ Na introdução de *S. Paulo nos primeiros tempos*, disse Taunay: “Generosamente, entendeu o prefeito de São Paulo que a tentativa merecia o amparo do Município, de que é o administrador tão esclarecido quanto devotado, e cujo passado glorioso, tão bem conhece quanto reverencia, seja-nos permitido ainda frisá-lo”. TAUNAY, Alfredo de Escagnolle. *São Paulo nos primeiros tempos – São Paulo no século XVI*, São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 17. Trata-se de reedição em conjunto das duas obras publicadas originalmente em 1920 e 1921, respectivamente, impressas em Tours. Além disso, consta da introdução do 3º tomo da *História geral das bandeiras paulistas* (1927) o seguinte: “Para a impressão do presente volume mereceu a *História geral das bandeiras paulistas*, dos poderes do Estado de S. Paulo nova demonstração de apreço e apoio que nos é sobremaneira agradável lembrar.” In TAUNAY, Afonso d’ Escagnolle. *História geral das bandeiras paulistas, tomo terceiro (1641-1651)*, Typ. Ideal – H. L. Canton: São Paulo, 1927, p. VIII.

¹⁶¹ FERRETTI, Danilo Zioni. *Op. cit.*, p. 334.

¹⁶² ARAUJO, Karina Anhezini. *Um metódico à brasileira: A história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. Tese (Doutorado em História), UNESP, Assis, 2006.

¹⁶³ MESGRAVIS, Laima. Apresentação. TAUNAY, Alfredo de Escagnolle. *São Paulo nos primeiros tempos – São Paulo no século XVI*, São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 3.

municipalidade ao exercício de profissões, bem como o tabelamento de preços de artigos produzidos pelos artesãos. Sabe-se com detalhes os preços praticados e as reclamações sobre os abusos no exercício das profissões. Ou seja, contrastando com a ausência de pessoas habilitadas para o exercício de certos ofícios (ferreiros, oleiros etc), a Câmara não deixava de nomear juízes de ofício, nem tampouco de tabelar os preços dos artigos a serem comercializados. Taunay deixa clara sua intenção no início do livro, ao mencionar que faria a exposição de diversos fatos “inéditos”, revelados a partir da publicação dos documentos oficiais antigos da cidade de São Paulo.¹⁶⁴ Assim, chama atenção para seu livro com base na qualidade de ineditismo do que iria narrar:

Não houve, com efeito, nas nossas letras históricas quem empreendesse reconstituição do gênero da que procuramos realizar: ressuscitando grande cópia de fatos inteiramente inéditos, salvo quanto a este ou aquele pormenor escasso, aqui e ali colhido, como o fez Azevedo Marques.¹⁶⁵

A outra intenção mencionada por Taunay é produzir, com a história, um contraste entre a vila pobre e aquela cidade do tempo em que escrevia livro. Basicamente, de narrar o início da história de uma cidade que estava fadada ao sucesso, à riqueza. Assim:

Pitoresca a contraposição de sua vida quinhentista [São Paulo], tão rudimentar, e da existência da capital opulenta hodierna, cheia de convicção da magnitude do porvir que se lhe antolha, e orgulhosa da progressão geométrica de sua grandeza. Nada mais magnífico do que este contraste, sobretudo se atendermos que, exatamente então, evoluía o arraial piratiningano para ser o ninho daqueles que haviam de arrancar ao castelhano mais da metade dessa enorme área, a do Brasil atual, e fazer recuar os meridianos alexandrino e tordesilhano, até quase o sopé dos Andes, através da selva aspérrima, povoada de perigos e mistério.¹⁶⁶

Se no livro *S. Paulo nos primeiros tempos* Taunay não tratava de bandeirantes e bandeiras famosos, não deixava de lhes fazer elogios e de associá-los a São Paulo. O contraste, então, não é somente entre a vila pobre de antigamente e a capital moderna e rica do início dos anos 1920, mas também entre pobreza e “ninho” dos bandeirantes. Para ele foi de

¹⁶⁴ TAUNAY, Alfredo de Escagnolle. *São Paulo nos primeiros tempos – São Paulo no século XVI*, São Paulo: Paz e Terra, 200, p. 16.

¹⁶⁵ Ibidem.

¹⁶⁶ Ibidem. O autor mostra sua intenção em efetuar um contraste entre a vila pobre quinhentista e a capital moderna e rica dos anos 1920 também no livro *S. Paulo no século XVI*: “Desses anos longínquos da fundação de São Paulo poucos vestígios nos restam, apenas os rudes, os toscos dizeres dos termos das Atas da sua Câmara e dos assentamentos do seu *Registro Geral*... Aqui e ali respingando informes, procuraremos expor os fatos mais curiosos e pitorescos que nelas se consignam, reveladores de fatos da vida, tão diversa da nossa, desses habitantes primevos de São Paulo.” TAUNAY, Alfredo de Escagnolle, idem, p. 264.

uma cidade pobre, cuja população lutava contra as mais diversas dificuldades, que saíram os heróis da conquista territorial brasileira.

Mas é com a monumental obra *História geral das bandeiras paulistas* que Taunay imortalizará os bandeirantes e seus feitos. Com a publicação do primeiro dos onze volumes em 1924 e do último em 1950, a obra enfeixa a narrativa épica do bandeirismo. Trata das grandes bandeiras e busca identificar no mínimo detalhe os caminhos trilhados pelos bandeirantes na penetração do interior do país. Nesse ponto, talvez nem pudesse ser diferente, porque uma das intenções de Taunay é demonstrar como os bandeirantes conquistaram, apenas por seu esforço, grande parte do atual território do Brasil. Nada combinaria mais com essa intenção do que traçar as rotas, os caminhos e descrever as dificuldades e sucessos de bandeiras e bandeirantes conhecidos. Para essa empresa, não bastavam mais os documentos publicados por Washington Luís, fartamente utilizados em seus livros anteriores. Na verdade, Taunay utiliza como critério de distinção a localização e utilização de documentação ainda inédita, inclusive fora do Brasil, já que sua obra foi “escrita à vista de avultada documentação inédita dos arquivos brasileiros, espanhóis e portugueses”.¹⁶⁷ Ou seja, tratava-se – na visão do autor – de obra baseada em grande pesquisa documental. Passa a imagem do descobridor e pesquisador incansável de diversos documentos:

A documentação em que este terceiro tomo se estriba é em grande parte a de Sevilha, apontada pelas pesquisas magistraes de Pablo Pastells. Veio nos às mãos por intermédio dos dous conscienciosíssimos copiadores-archivistas Snrs. Santiago Montero Diaz e Francisco Navás del Valle.¹⁶⁸

[...]

E com verdadeiro prazer constatamos quanto a mór parte desta vultosa e valiosa massa de documentos é pela primeira vez aproveitada por quem escreve uma história concatenada da penetração e conquista do Brasil.¹⁶⁹

E como reunir e analisar os documentos poderia levar tempo, Taunay demonstra um pouco de irritação quando lhe cobravam obra de síntese:

¹⁶⁷ Trata-se do subtítulo dos tomos da *História geral das bandeiras paulistas*, cuja publicação teve início em 1924, p. 58.

¹⁶⁸ TAUNAY, Afonso d' Escragnolle, *História geral das bandeiras paulistas, tomo terceiro (1641-1651)*, Typ. Ideal – H. L. Canton: São Paulo, 1927, p. VIII

¹⁶⁹ Ibidem.

Seja-nos permitido contestar a essa impaciência lembrando aos reparadores quanto ao estado actual dos estudos sobre o bandeirismo é ainda o da phase da descoberta da documentação, o da interpretação dos elementos esparsos e de reunião por vezes difficil, exigindo indispensável concatenação como a que intentamos realisar.¹⁷⁰

Dessa forma, a base documental é essencial para a escrita da história de Taunay e a localização de documentos, inclusive em outros países, o aproxima do figurino de historiador prescrito por Capistrano de Abreu. Este, levando a sério o encargo de “mentor” de Taunay, recomendava em uma carta de 1914: “Em história o ideal é não deixar trabalhos para os outros, enquanto não aparecem novos documentos”.¹⁷¹ Fez disso o traço distintivo de seus escritos. Erudito, Taunay incorporou métodos prescritos por Langlois e Seignobos e outros: “Sem documento não se faz história”. E partiu para a realização de “monografias exaustivas”.¹⁷²

Na contracapa do primeiro tomo da *História geral das bandeiras paulistas* são listadas diversas obras publicadas por Taunay. De 1910 até 1924 ele havia publicado 21 livros, a maioria relacionada com a história de São Paulo. E outros sete estavam em vias de impressão. Aparentemente, Taunay fez uma interpretação bem pessoal do conselho dado por Capistrano de Abreu, ou seja, elaborando síntese ou não, entendeu como missão publicar diversos livros. O próprio Capistrano, em carta para João Lúcio de Azevedo, recriminava a forma de narrativa de Taunay, inclusive os agradecimentos a Washington Luís:

Nosso amigo Taunay acabou um livro sobre São Paulo seiscentista que é bem medíocre. No prólogo esbanja-se em excelências, rematando com o atual prefeito da Paulicéia no que não sei chamar rapapé ou buscapé. A narrativa dá-se uma lembrança extravagante. Imagino uma lavadeira a quem entregam um saco de roupas suja [sic]. Abre o saco, põe as peças para fora, conta-se e dá tudo por lavada.¹⁷³

¹⁷⁰ TAUNAY, Afonso d' Escragnolle, *História geral das bandeiras paulistas, tomo terceiro (1641-1651)*, Typ. Ideal – H. L. Canton: São Paulo, 1927, p. VI.

¹⁷¹ Carta de Capistrano de Abreu para Taunay. *Apud* AMED, Fernando. *As cartas de Capistrano de Abreu. Sociabilidade e vida literária na belle époque carioca*, São Paulo: Alameda, 2006, p. 254.

¹⁷² ARAUJO, Karina Anhezini. *Um metódico à brasileira: A história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. Tese (Doutorado em História), UNESP, Assis, 2006, p. 36.

¹⁷³ *Apud* AMED, Fernando. *As cartas de Capistrano de Abreu. Sociabilidade e vida literária na belle époque carioca*, São Paulo: Alameda, 2006, p. 196.

A par disso, sua obra será lida na chave da apologia e exaltação do bandeirante, ajudando a cristalizar um símbolo político para São Paulo.¹⁷⁴ Nos primeiros tomos, os bandeirantes são absolvidos de seus atos que pudessem chocar ou incomodar o público leitor dos anos 1920. Taunay mostra especial irritação com os historiadores estrangeiros que chamaram atenção para as barbaridades praticadas pelos bandeirantes, especialmente a escravização e o extermínio dos índios: “Deixem-se pois os autores estrangeiros de nossa história de descabidas irrogações à crueldade dos luso-brasileiros”.¹⁷⁵ Ao final, conclui indagando: “Que valor tinha a vida humana na Europa ocidental no século XVII?”¹⁷⁶ O autor reconhece a violência e as barbaridades praticadas pelos bandeirantes, mas procura justificá-las, dizendo que na mesma época outros povos também as praticavam. Por outro lado, reclama que aos bandeirantes e às bandeiras não se havia dado a importância merecida. Chamando Rocha Pita de medíocre e ressaltando que nem Varnhagen havia dado importância ao assunto, destacava em tom de desabafo: “Vulto formidável de nossos annaes, no entanto permaneceu Antônio Raposo Tavares semi-obsuro até quase os nossos dias.”¹⁷⁷ Para Taunay, a importância do bandeirismo era óbvia, razão pela qual não se conformava com as omissões historiográficas sobre o assunto: “Episódio culminante dos annaes brasileiros, pois a elle deve o paiz dois terços do seu território actual, no entanto (sic) foi o bandeirantismo até quase os dias modernos tratado com grande descaso”.¹⁷⁸ Há, no livro, trechos de enaltecimento dos bandeirantes, chamados de épicos: “Se nos abalançamos a emprehender a penosa tarefa presente, fizemol-o por um pendor especial do espírito a reverenciar a obra destes

¹⁷⁴ Taunay será lembrado, também, pelo mau estilo da escrita, com períodos intermináveis, falta de indicação da fonte exata nas transcrições etc. Há, ainda, uma interessante passagem sobre Taunay, narrada por Sergio Buarque de Holanda: “Aliás, isso me lembra uma história que ouvi do Lewis Hanke, aquele historiador americano de que já falei. Ele dizia que no Brasil havia dois historiadores que sozinhos não eram grande coisa, mas que se fosse possível juntar as qualidades deles numa só pessoa surgiria um bom historiador. Ele se referia ao Gilberto Freyre, que na opinião dele tinha muita imaginação e pouca erudição, e ao Afonso Taunay, que era o contrário: pouca imaginação e muita erudição. Eu assinava na época uma coluna semanal, e escrevi contando essa história, mas sem dar nome aos bois. Ainda assim, acho que o Taunay desconfiou. Ele ia toda quarta-feira ao Museu — desde que eu estava na Direção tinha uma sala para ele lá —, e então me disse: “Mas que desaforado aquele Hanke! Quem é esse homem que tem muita erudição e pouca imaginação?”. Eu desconversei um pouco, e depois disse que era o Rodolfo Garcia. E o Taunay, satisfeitíssimo, ponderou: “Talvez ele tenha uma certa razão”. Engraçado: ele teve a intuição de que aquilo podia caber a ele.” In: *Corpo e alma do Brasil. Entrevista de Sergio Buarque de Holanda*. In *Novos Estudos*, CEBRAP, São Paulo, n° 69, p. 3 – 14, julho de 2004.

¹⁷⁵ TAUNAY, Afonso de Escragnolle. *História geral das bandeiras paulistas, tomo primeiro*, Typ. Ideal – H. L. Canton: São Paulo, 1924, p. VI.

¹⁷⁶ Idem, p. 63. Aliás, Taunay gastou um capítulo inteiro para ressaltar a crueldade e a escravização de outros povos por franceses, alemães e ingleses. Embora não diminua os horrores da escravização, busca justificá-la como algo aceitável no tempo das bandeiras (p. 61): “Qual dos povos brancos porém pode irrogar-se a gloria de não haver, até agora, nos annos que correm, da era de 1923, lançado mão da prepotência e da superioridade sobre as raças inferiores para as forçar a padecer os maiores horrores?”

¹⁷⁷ Idem, p. 9.

¹⁷⁸ Idem, p. 7.

constructores épicos do Brasil central e meridional” [...].¹⁷⁹ Talvez pela defesa dos bandeirantes e pela empolgação com que a representação histórica é vazada em seus livros, Taunay seja sempre relacionado com a simbologia bandeirante. De acordo com Wilma Peres Costa, “a *História geral das bandeiras* expressa de forma contundente esse esforço de forjar uma identidade capaz de operar em um universo de contrastes e paradoxos”.¹⁸⁰

Enquanto Taunay procurava distinguir-se como o historiador preocupado com a documentação, base das suas obras, Alfredo Ellis Junior publicava *Raça de gigantes* (1926), um estudo da história paulista com ênfase na formação de uma “raça” regional. Tal como Taunay, Ellis Junior tinha ancestrais imigrantes ilustres na linhagem paterna. Era filho de Alfredo Ellis (senador de 1903 a 1925) e neto de William Ellis. Mas do lado materno poderia invocar antiguidade em terras paulistas – e mesmo brasileiras – pois sua mãe pertencia à família Cunha Bueno. Coube a Myriam Ellis, sua filha, ressaltar a participação da família de sua avó materna no bandeirismo paulista (sem se esquecer de destacar a importância da família Ellis na Inglaterra).¹⁸¹ Ellis Junior estudou do Colégio São Bento, em São Paulo, onde foi aluno de Taunay, que, segundo John Manuel Monteiro, “despertou seu interesse pela história universal e de São Paulo”.¹⁸² Filiado ao PRP, elegeu-se como deputado estadual em diversas legislaturas, função na qual apresentou à Assembleia dos Deputados Paulistas a proposta de subvenção da obra de Taunay.¹⁸³ Em 1923 começou a publicar artigos no *Correio Paulistano*, por indicação de Taunay, que já escrevia há tempos neste jornal. Também fazia parte da ala verde-amarelo do modernismo,¹⁸⁴ grupo propagador da ideia da “primazia intelectual de São Paulo sobre os demais estados da federação”.¹⁸⁵ Para além da amizade com Taunay, os investimentos de Ellis Junior em estudos de história remontam a 1922, quando participou do Congresso Internacional de História da América, realizado no Rio de Janeiro.¹⁸⁶ Os artigos publicados na imprensa foram a base de dois livros: *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano* (1924) e *Raça de gigantes* (1926).

¹⁷⁹ Idem, p15.

¹⁸⁰ COSTA, Wilma Peres. História geral das bandeiras paulistas. In MOTA, Lourenço Dantas (org.), *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*, vol. 2, 3ª edição, São Paulo: Editora Senac, 2011, p. 106.

¹⁸¹ ELLIS, Myriam. O Senador Alfredo Ellis. In *Revista de História FFLCH – USP*, São Paulo, n° 3, p. 275 – 295, 1959.

¹⁸² MONTEIRO, John Manuel, Caçando com Gato – Raça, mestiçagem e Identidade Paulista na obra de Alfredo Ellis Junior. In *Novos Estudos*, CEBRAP, São Paulo, n° 38, p. 79-88, março de 1994, p. 80.

¹⁸³ TAUNAY, Afonso d’ Escagnolle, *História geral das bandeiras paulistas, tomo terceiro (1641-1651)*, Typ. Ideal – H. L. Canton: São Paulo, 1927, p. IX.

¹⁸⁴ FERRETI, Danilo José Zioni, *Op. cit.*, p. 343.

¹⁸⁵ VELLOSO, Mônica Pimenta. *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*, 2ª edição, Rio de Janeiro: CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, p. 8.

¹⁸⁶ MONTEIRO, John Manuel. *Op. cit.*, p. 80.

Em *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*, Ellis Junior tratou das bandeiras e bandeirantes importantes, conhecidos e já então famosos. Cada capítulo corresponde a uma bandeira específica, bem como destacado o nome do chefe da expedição. Logo no prefácio, e a exemplo de Taunay, o autor agradece a Washington Luís pela publicação da documentação antiga em que baseou seu escrito, avisando também que se trata da reunião de artigos publicados no *Correio Paulistano*.¹⁸⁷ Diz ainda que o estudo é orientado “pelo que tem ensinado Taunay, na sua preciosa analyse da documentação hespanhóla, que se refere ao passado paulista”.¹⁸⁸ Por fim, ainda no prefácio, agradece a Washington Luís novamente, mas agora por ter o governo do estado custeado a publicação.¹⁸⁹

Como o próprio nome do livro adianta, a hipótese do autor é a de que a atual configuração do território brasileiro havia sido obra dos bandeirantes, que, na caça ao índio e na busca de metais preciosos, se embrenharam no território então pertencente à Espanha (em decorrência do Tratado de Tordesilhas). Assim, dá ênfase à epopeia dos bandeirantes que, “com o duplo fim da conquista do índio e da busca de preciosidade do sub-solo, desvirginaram os paulistas as selvas do Novo Mundo, desprezando o ronco bravio da fera, o rugido do íncola anthropophago e o bramir monumental da cyclopica natureza”.¹⁹⁰ A escravização do indígena era justificada pela pobreza dos paulistas, que não podiam comprar escravos africanos. De tal sorte que “O bandeirismo de caça ao índio tinha que ter o caracter aggressivo e tinha que agir em offensiva, tirando o maximo partido da iniciativa e da surpresa”.¹⁹¹

À diferença da *História geral das bandeiras paulistas*, de Taunay, esse livro de Ellis Junior trazia, em um único volume, a história das bandeiras, ou seja, uma monografia sobre o assunto apoiado na documentação recém-decifrada e publicada. Atendia, assim, àquela pressa do leitor para uma obra de síntese mencionada por Taunay e acima transcrita. Mas, se no prefácio da primeira edição o autor chamava atenção para as fontes do livro, na segunda edição (1934) ele destacava também a antiguidade de sua família em São Paulo: “Tenho a sublime ventura de ser paulista da mais velha estirpe desta terra”.¹⁹² Não que essa “qualidade” do autor fosse a única a ser indicada para demonstração da importância da obra, mas o

¹⁸⁷ ELLIS JUNIOR, Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*, 2ª edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 23.

¹⁸⁸ Idem, p. 24.

¹⁸⁹ Idem, p. 25.

¹⁹⁰ Idem, p. 32.

¹⁹¹ Idem, p. 42.

¹⁹² Idem, p. 14.

orgulho de linhagem é utilizado para justificar o amor à terra paulista e se defender de acusações de regionalismo extremado.¹⁹³

Em 1926 Ellis Junior publicou o livro *Raça de gigantes*¹⁹⁴, talvez sua obra mais comentada nos estudos historiográficos a seu respeito ou sobre os autores apologistas da identidade regional paulista.¹⁹⁵ Trata-se de um livro em que, por meio de teorias raciais, procurava “cientificamente” comprovar a constituição e perpetuação de uma “raça paulista”, diferente em todos os aspectos dos demais habitantes do país. O prefácio é de Taunay, que confessa não ser muito versado na “anthropologia” e “sociogenia”, ciências “modernas” utilizadas por Ellis Junior na construção da narrativa de sua história sobre a raça paulista.¹⁹⁶ Baseando-se em Lapouge e Quatrefages, o autor busca compreender como foi formada a raça paulista por meio da mestiçagem e qual seriam suas características. Para essa finalidade, utiliza categorias científicas normalmente não encontradas em outras obras do período sobre os bandeirantes, tais como “dólicos-morenos”, “dólico-loiro”, “dolicocephalos”, bem como comparações de medidas cranianas, estatura etc. Mas, ao contrário de Lapouge, Ellis Junior elogia a mestiçagem, porém somente aquela ocorrida em São Paulo, que para ele é diferente da ocorrida no restante do país. Os melhores ingredientes dessa mestiçagem seriam os europeus – por sua vez resultantes de cruzamento de uma estirpe portuguesa da mais alta qualidade - vindos com Martim Afonso para colonizar São Paulo em 1532. Não eram nobres

¹⁹³ Em seu livro *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, uma reedição de *Raça de gigantes* (1926), há o seguinte trecho (p. 9), bem ilustrativo do amor que Ellis Junior dizia dedicar a São Paulo: “A principio me dediquei a pesquisa histórica, mas nesse campo a labuta é por demais empolgante e absorve em demasia. Por isso me tenho dedicado a outros ramos de atividade intellectual. Mas em um ponto tenho permanecido fiel ao ponto de partida: Os assumptos cujo objectivo meu é esclarecer são exclusivamente paulistas. Quer no domínio da história, quer no que diz respeito à sociologia, quer no que concerne à política, eu não me afasto do lemma que me impuz. A não ser em matérias de didática, em que sou obrigado a versar sobre vario assumptos, alguns dos quais fora da minha especialidade, tenho me restringido a estudar coisas unicamente paulistas. É que sou obrigado a arrancar da actividade cerebral, que é meu labor diuturno, o pão argamassado com o suor de um trabalho multiforme e infatigável. Fora disso, tudo que faço, tudo que penso, tudo que imagino é por S. Paulo. Neste livro busquei explicar os phenômenos do passado paulista munido dos instrumentos scientificos que a anthropologia, a geographia, ou a sociologia etc collocaram ao meu alcance. Há tempos publiquei o “Raça de Gigantes”. O livro actual não é senão uma reedição modernizada do “Raça de Gigantes”, com algumas modificações.”

¹⁹⁴ O nome do livro é uma frase de Saint-Hilaire, viajante francês que escreveu o relato de sua viagem por São Paulo no século XIX. Obviamente que “raça de gigantes” se refere aos paulistas. Essa frase, aliás, é uma espécie de *topos* nos escritos sobre bandeirantes e bandeiras produzidos nas três primeiras décadas do século XX.

¹⁹⁵ A questão racial é um dos mais ou o mais estudado aspecto da obra de Alfredo Ellis Junior, embora ele tenha publicado diversos livros, inclusive de Geografia e História para estudantes. Sobre Ellis Junior, bandeiras e a questão racial, consultar: MONTEIRO, John Manuel, Caçando com Gato – Raça, Mestiçagem e Identidade Paulista na obra de Alfredo Ellis Junior. In *Novos Estudos*, CEBRAP, São Paulo, nº 38, p. 79-88, março de 1994, ABUD, Kátia Maria. *O sangue intímido e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. Tese (Doutorado em História), FFLCH, USP, São Paulo, 1985 e FERRETTI, Danilo José Zioni. O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. (1920-1926). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, p. 59-78, janeiro-junho de 2008.

¹⁹⁶ TAUNAY, Afonso de Escagnolle. Prefácio. ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Raça de gigantes*, São Paulo: Editorial Hélios, 1926, p. 9.

esses portugueses, mas sim fruto de mestiçagem favorável ocorrida durante anos na Península Ibérica, gerando heróis, homens fortes que venceram a fome, a peste e a guerra contra os mouros.¹⁹⁷ O mameluco gerado pelo cruzamento desse português heroico descrito por Ellis Junior com determinada categoria de índios possuía diversas qualidades, entre elas o alto grau de fecundidade¹⁹⁸, longevidade; eram indivíduos arrojados, fortes, tenazes etc.¹⁹⁹ Aliás, o título do capítulo IX do livro, nesse sentido, é bem claro: “Intellectualidade, religiosidade, idealismo, altivez e temor reverencial, resignação, estoicismo, tenacidade, fortaleza de animo, bellicosidade, utilitarismo e honradez”.²⁰⁰ O autor nega ao negro papel representativo na formação dessa raça especial paulista: “O africano não concorreu para a formação do paulista das primeiras éras. A elle, era o elemento negro quase absolutamente extranho”.²⁰¹ Para John Manuel Monteiro, “a postura de Ellis diante da mestiçagem com o negro é manifestamente negativa”.²⁰² Tal postura é mais explícita, porém, na segunda edição de *Raça de gigantes*, de 1936, batizada de *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano*:

Com o correr dos tempos e sem novas perturbações de novas immigrações exóticas, os typos vão diminuindo em numero. Só os mais aptos ficarão. Assim, o negro e o mulato vão desaparecendo do planalto paulista. Mais 50 annos e não os teremos, como não temos já o índio. Outras regiões, dotadas de outros ambientes physicos e do outro meio social, poderão poupar-os, como o Nordeste poupa o índio, que é indissimulavelmente o typo dominante dessa região, sem embargo de elle ahi apparecer civilizado e falando o portuguez. Os ambientes norte-americanos pouparam o negro, que S. Paulo elimina com rapidez.²⁰³

Além disso, o autor defende que o paulista antigo se organizou em pequenas propriedades, ao contrário do que apontou Oliveira Vianna em seu *Populações meridionais do Brasil* (existência de latifúndios em São Paulo). De acordo com Ellis Junior, o paulista antigo, tendo que lutar com o meio inóspito e com diversas dificuldades, era pobre, analfabeto, rude, que “precisou” escravizar índios para a lavoura, bem como sair em busca de metais preciosos.

¹⁹⁷ ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Raça de gigantes*, São Paulo: Editorial Helios, 1926, p. 119.

¹⁹⁸ O autor faz diversas contagens de filhos dos supostos primeiros casais de São Paulo, como exemplo do alto grau de fecundidade da raça.

¹⁹⁹ Idem, p. 134.

²⁰⁰ Idem, p. 195.

²⁰¹ Idem, p. 89.

²⁰² MONTEIRO, John Manuel, Caçando com Gato – Raça, Mestiçagem e Identidade Paulista na obra de Alfredo Ellis Junior. In *Novos Estudos*, CEBRAP, São Paulo, n° 38, p. 79-88, março de 1994, p. 87.

²⁰³ ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano*, São Paulo: Editora Nacional, 1936, p. 67.

Dotado “desse espírito communitário reconhecido, o paulista, não se adaptaria ao latifúndio isolado das grandes propriedades...”²⁰⁴ Na conclusão do livro, há os seguintes trechos:

A raça, o meio physico e o meio social são os creadores da nossa grandeza. Esses factores do passado secular, agindo sobre a raça, no seu physico, no seu moral, e na sua psychologia; - esses factores, moldando os moradores e orientando-lhes na sua evolução histórica e social, predeterminaram que, seríamos um agrupamento humano, superiormente dotado, capaz de atingir o grau de prosperidade, em que, nos encontramos. Esta consequência devemos exclusivamente a esses factores apontados, tendo, apenas, o elemento estrangeiro das correntes immigratorias, avolumado o nosso progresso e nos auxiliado a conquistar a opulência.²⁰⁵

[...]

O paulista do passado na expansão bandeirante conquistou o Brasil territorialmente. O paulista do futuro na sua expansão econômica fará do Brasil um colosso, cuja importância, no mundo será relativa a vastidão de sua área imensa. Eis a missão de S. Paulo na Federação.²⁰⁶

Para John Manuel Monteiro, Ellis Junior se baseou em “diversas correntes do evolucionismo e da eugenia” a fim de justificar não só a especialidade do povo paulista e suas qualidades, mas também “uma visão da história de São Paulo que colocava os paulistas – antigos e atuais – na dianteira da nação”.²⁰⁷ Assim, associou à sua imagem de autor o estudo racial da população paulista. Aliás, já nos anos 1920 essa associação era evidente, conforme se verifica na ironia de Antônio de Alcântara Machado em carta a Prudente de Moraes Neto: “Levo a minha boa vontade em servir o louro dolococéfalo [Sergio Buarque de Holanda] (que nem diria o fenotípico Ellis Junior)...”²⁰⁸ A dedicação aos estudos raciais resultou em critério de distinção para Ellis Junior (embora tenha publicado outros livros sem esse viés). De acordo com Maria Stella Martins Bresciani, o fato de diversos autores terem optado por construir suas análises sobre o prisma cientificista não era casual:

Entre uma história política linear presa à documentação oficial e as amplas possibilidades abertas pela Psicologia Social, Sociologia, Etnografia e Antropologia, não causa estranheza autores, como Oliveira Vianna e Paulo Prado, mas também Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio

²⁰⁴ Idem, p. 227.

²⁰⁵ Idem, p. 362.

²⁰⁶ Idem, p. 366.

²⁰⁷ MONTEIRO, John Manuel. *Op. cit.*, p. 88.

²⁰⁸ OLIVEIRA, Antônio de Alcântara Machado d'. Carta a Prudente de Moraes Neto, de 18.01.1932. LARA, Cecília (org.). *Pressão afetiva & aquecimento intelectual. Cartas de Antônio de Alcântara Machado a Prudente de Moraes, neto*, São Paulo: EDUC/Lemos Editorial, 1997, p. 145.

Prado Junior, para mencionar os mais recorrentes em nossa formação acadêmica de historiadores, terem se voltado aos mais promissores campos conceituais.²⁰⁹

Ellis Junior pode ser acrescentado a essa listagem de autores seduzidos pelas novas possibilidades de análises, calcadas em teorias “mais” científicas para além da narrativa histórica baseada em documentos oficiais. No círculo dos autores que em São Paulo escreviam sobre o passado colonial, é possível pensar em Taunay como representante dessa historiografia “linear presa à documentação oficial”. Noutras palavras, a análise racial da história das bandeiras, fundamentada em teorias científicas, constituía um fator de distinção e originalidade em 1926. Certamente devemos considerar que Oliveira Vianna já havia analisado a história paulista sob o aspecto de sua constituição racial em seu livro *Populações meridionais do Brasil*, que é de 1920. Mas talvez a inclusão num debate apenas iniciado por Vianna seja exatamente a constituição da distinção do livro de Ellis Junior. Primeiro, por ser associada a um autor reconhecidamente importante, ou seja, seguia uma trilha analítica já vasculhada com sucesso. Segundo, e conforme já adiantado, Alfredo Ellis Junior avançaria no debate, diferenciando-se de Oliveira Vianna no que se refere à representação do paulista como rico, que vivia no fausto e, mais especificamente, contra a concepção da existência e da operacionalidade de latifúndios na história colonial de São Paulo.

A contestação acima exposta não significa, porém, que as teses de Oliveira Vianna eram refutadas pelos intelectuais paulistas. A correspondência de Oliveira Vianna com Monteiro Lobato analisada por André Veiga Bittencourt deixa entrever a vontade dos paulistas em trazer o famoso “sociólogo” fluminense para São Paulo, bem como de associá-lo à sua história: “Quanto à tua vinda, conselho meu, de velho e de ex-patriota: apressa-a. Desliga o fone e vem [...] Arruma a trouxa e vem para Campos [do Jordão] meter mãos à grande obra que os paulistas esperam de ti: A bandeira e o bandeirante”.²¹⁰ Embora já conhecido, Oliveira Vianna não integrava o círculo de autores paulistas que tratavam das bandeiras e dos bandeirantes. Radicados ou nascidos em São Paulo, políticos ou com laços estreitos com o poder público, esses autores normalmente prestavam agradecimento a Washington Luís por ter publicado a documentação antiga sobre o estado. Indicavam que essa documentação serviria de base aos seus escritos. Havia, assim, a possibilidade de contar a história “como verdadeiramente aconteceu.” Em troca, o Poder Público financiava a publicação desses livros (já que a história

²⁰⁹ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*, 2ª edição revista, São Paulo, Editora Unesp, 2007, p. 101 e 102.

²¹⁰ Apud BITTENCOURT, André Veiga. Um fiat miraculoso: Oliveira Vianna visita São Paulo. *Revista Brasileira de Sociologia*, Porto Alegre, vol. 1, nº 1, p. 223-246, julho/dezembro 2013, p. 224.

neles descrita interessava como constituição da imagem do estado). Foi nesse momento que Alcântara Machado publicou *Vida e morte do bandeirante* (1929).

Além de agradecer Washington Luís e dizer que seu livro era baseado em documentação, o paulista, político, advogado e professor Alcântara Machado deveria buscar outros trunfos para sobressair-se numa tradição já estabelecida. Afinal de contas, seu livro seria apenas mais um entre vários a tratar do bandeirante e ele não iria estudar o passado por meio de teorias científicas do evolucionismo ou da eugenia, como fizera Ellis Junior. Mesmo que a associação dessas teorias raciais ainda estivesse em voga, dificilmente Alcântara Machado penderia para essa seara. Em 1920, na época da discussão de um projeto de lei que versava sobre a instrução pública em São Paulo, ele demonstrava pouco entusiasmo com as novas disciplinas, bem como com a falta de delimitação da sociologia, por exemplo: “Sabem os colegas quanto há de impreciso nessa palavra sociologia?”²¹¹ Tampouco demonstrou, ante da publicação do livro, qualquer ímpeto de garimpar documentos no estrangeiro, ou de associar sua figura pública com Capistrano de Abreu, como fez Taunay. Em vez disso, procurou distinguir sua figura – agora como autor de um livro de história – com um velho e conhecido trunfo: a *paulistanidade*. Talvez seja justamente por isso que tenha elaborado a seguinte dedicatória: “Para minha mulher/ meus filhos/ minha nora/ meus netos/ paulistas como eu/ e os meus antepassados/ desde Antonio de Oliveira / chegado a S. Vicente em 1532”.²¹² Ora, Alcântara Machado poderia invocar em seu benefício o fato de publicar ensaios desde 1892, quando tinha 17 anos de idade e ainda era um estudante. Ou poderia se vangloriar de ser professor da Faculdade de Direito desde 1895; de ser autor de diversas obras jurídicas, de pertencer à Academia Paulista de Letras etc. Não o fez, pelo menos de forma explícita, porque não se tratava de mais um livro jurídico, obra de ficção, romance histórico ou discurso político. A antiguidade de sua família demonstrava, assim, uma habilitação para escrever um livro de história, ramo no qual era novato. Não se trata, porém, de qualquer antiguidade, ou um vazio orgulho de casta. Referindo-se a um trunfo passível de utilização por diversos intelectuais, ou seja, a mera antiguidade de estirpe, Alcântara Machado indiretamente fazia apologia aos seus antepassados intelectuais, notadamente Brásio Machado, seu pai, e Joaquim José Machado, seu avô, conforme visto anteriormente.

²¹¹ Transcrição da sessão da Câmara sobre projeto de reforma da instrução pública de São Paulo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, 27 nov. 1920.

²¹² OLIVEIRA, José de Alcântara Machado d'. *Vida e morte do bandeirante*, São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunaes, 1929, p. 3.

Além dessa nota de distinção, Alcântara Machado procurou se aproximar de Taunay. Embora a escrita da história, naquele momento, tenha sido feita por polígrafos²¹³, que exerciam diversas atividades, alguns deles ficaram conhecidos como historiadores. Taunay foi um deles. Engenheiro (formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro) e professor nessa área (Escola Politécnica de São Paulo desde 1899, indicado por um tio), tornou-se sócio correspondente do IHGB em 1911. Na proposta de sua indicação para sócio já constavam indicações de textos de história publicados na revista do IHGB mas, como explicita Karina Anhezini, o trunfo maior desse texto era a ascendência de Taunay.²¹⁴ Mesmo seguindo a carreira de professor na Politécnica (professor substituto em 1904 e professor catedrático em 1911), tornou-se professor de História Universal e do Brasil no Colégio São Bento (anexo ao Mosteiro de São Bento) e professor de História Universal na Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo (fundada também pelos beneditinos em 1908). Seus esforços concentraram-se na conversão de carreira, pois acabou sendo nomeado diretor do Museu Paulista em 1917, mediante a ajuda de diversos amigos influentes no governo paulista.²¹⁵ Não é por outro motivo que, criada a Universidade de São Paulo, a cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras não tenha sido preenchida por qualquer polígrafo, mas sim por um que há anos desempenhava funções específicas em relação à escrita da História: Taunay. Uma vez preparados os originais de *Vida e morte do bandeirante*, seu autor os envia para a análise de Taunay.²¹⁶ No plano simbólico, quase um pedido de benção para ingressar no mundo dos polígrafos dedicados ao passado colonial paulista. Publicado, fará referência elogiosa a Taunay.²¹⁷ O escritor da *História geral das bandeiras paulistas* devolverá o elogio, quando da publicação do quinto tomo da obra.²¹⁸ No *Correio Paulistano*, Taunay se refere constantemente a Alcântara Machado em seus artigos, cujos títulos evocam capítulos de *Vida e morte do bandeirante*: *Medicina seiscentista paulista* (31 mai 1929); *Medicina e médicos seiscentistas* (12 jun 1929); *Preferências devocionárias seiscentistas* (10 jun 1929); *Sufrágios fúnebres seiscentistas* (12 jul 1929); *Ermitões e devoções seiscentistas* (19 jul 1929). Em síntese, trata-se do jurista que, por antiguidade de

²¹³ O termo polígrafo, neste trabalho, se refere aos intelectuais que escreviam sobre diversos assuntos.

²¹⁴ ARAUJO, Karina Anhezini. *Um metódico à brasileira: A história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. Tese (Doutorado em História), UNESP, Assis, 2006, p. 82.

²¹⁵ Idem, p. 88.

²¹⁶ Carta de Taunay a Alcântara Machado, passando suas impressões sobre a obra, *Apud* ARAUJO, Karina Anhezini. *Op. cit.*, p. 62.

²¹⁷ "...materiais aproveitados imediatamente em trabalhos judiciosos pelo sr. Affonso de Taunay..." In OLIVEIRA, José de Alcântara Machado de. *Op. cit.*, p. 6.

²¹⁸ "...exegese excelente..." In TAUNAY, Afonso d'Escagnolle. *História geral das bandeiras paulistas, tomo quinto*, São Paulo: Typ. Ideal, Heitor I Canton, 1929, p. 101.

pertencimento à terra paulista, pode escrever sobre ela com autoridade. Não se trata significar que a importância ou sucesso posterior ao livro tenha derivado somente dessa apologia. A análise do cotidiano e costumes dos paulistas antigos era também afirmada pelo próprio autor como critério de diferenciação – ou qualidade – de seu livro. E certamente este fator pesará nas análises feitas sobre *Vida e morte do bandeirante* posteriormente.

Fig. 3

2.2. O protagonismo do ‘homem comum’

Embora *Vida e morte do bandeirante* tenha sido publicado em 1929, bem antes Alcântara Machado dava sinais públicos que estava lidando com a história de São Paulo a partir de uma base documental específica: os inventários e testamentos antigos. Em carta a Paulo Prado, de 1922, Capistrano de Abreu mencionava fontes interessantes de pesquisa sobre o passado paulista, já que Prado estava escrevendo artigos de jornal sobre o assunto, depois reunidos no livro *Paulística* (1925). E também assinalava: “Os testamentos e inventários oferecem material copioso para a reconstituição. Disseram-me que Alcântara Machado escreveu bastante sobre eles e ia dar em volume”.²¹⁹ Estava certo, mas o *volume* ainda demoraria e Capistrano morreu antes de sua publicação.

Em 1923 Alcântara Machado publicou dois artigos sobre os bandeirantes na prestigiosa *Revista do Brasil*, que era dirigida por Paulo Prado e Monteiro Lobato, com os seguintes títulos: *O testamento do bandeirante*²²⁰ e *As devoções do bandeirante*.²²¹ A publicação de assuntos relacionados com bandeiras e bandeirantes na *Revista do Brasil* não é mero acaso. Embora recebesse a contribuição de diversos intelectuais importantes e de prestígio, o periódico foi também porta-voz do discurso de apologia ao símbolo bandeirante. Para Tânia Regina de Luca: “das páginas da *Revista do Brasil* sobressai um discurso, alicerçado na história e na geografia, que atribuía a São Paulo o mérito da conquista e manutenção do território”.²²²

Mesmo abordando o passado colonial paulista, os artigos de Alcântara Machado não podem ser classificados apenas como laudatórios das conquistas bandeirantes. A rigor, não podem ser classificados como “discurso de dominação.” Todavia, tratam do bandeirante e de bandeiras numa época em que tal personagem histórico já fora elevado como símbolo político e identitário de São Paulo. Essa observação ajuda a compreender a razão pela qual um autor ainda não famoso como intelectual, que anteriormente havia publicado apenas livros jurídicos, publicasse dois artigos em tão prestigioso veículo. Basta analisar os índices dos volumes em

²¹⁹ ABREU, João Capistrano Honório de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. RODRIGUES, José Honório (org.), Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954, p. 425.

²²⁰ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado d'. O testamento do bandeirante. *Revista do Brasil*, São Paulo, nº 87, ano VIII, p. 217-219, março de 1923.

²²¹ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado d'. As devoções do bandeirante. *Revista do Brasil*, São Paulo, nº 95, ano VIII, p. 207-219, novembro de 1923.

²²² LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*, 1ª reimpressão, São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 126.

que foram publicados para notar que Alcântara Machado estava junto a intelectuais já estabelecidos e conhecidos, tais como Julio de Mesquita, Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Oliveira Vianna e Alberto Rangel, entre outros. Ora, se os artigos não se resumem à glorificação dos bandeirantes e bandeiras, também não há neles crítica à escravização e exterminação dos índios, por exemplo. O autor omite tais questões, focalizando em detalhes dos testamentos, embora faça observações irônicas a respeito do tratamento dispensado aos cativos.

No primeiro artigo já há a menção se constituir um “capítulo destacado da série de estudos que o autor está escrevendo sobre os tempos coloniais, à luz dos inventários dos séculos XVI, XVII e XVIII.” Começa com um estudo jurídico acerca da utilização, em Portugal, de testamentos, e assevera sua larga utilização pelos colonos paulistas, mas como demonstração de fé e religiosidade, já que não se tratava apenas de regular as relações jurídicas sobre os bens do morto. Assim, os testadores não somente pediam perdão pelos pecados, mas apelavam para santos intercessores. A morte nem sempre é chamada por seu nome, empregando-se expressões diversas para significá-la, tais como “fazendo Nosso Senhor alguma coisa de mim” etc. A palavra morte apenas é empregada quando se refere à de outra pessoa, como, por exemplo, “morte de sua mãe”. Alcântara Machado chama atenção para a disposição pormenorizada que os testadores faziam de seu funeral, indicando o acompanhamento do cortejo por padres e membros de ordens religiosas, bem como a descrição do local de enterro. O número de missas que serão rezadas em favor da alma do testador também vem regulado de forma miúda, inclusive com a indicação de que se separe do monte mor da herança o suficiente para cumprir tais pedidos. Outro fator destacado é que o testamento, ainda na seara religiosa, constitui importante modo de descarrego da consciência, pois “o testador se accusa, com humildade e contrição, de faltas cometidas e trata, quando possível, de reparal-as”.²²³ Várias são as formas de reparação dessas faltas: ordens dos testadores para realização de obras de benemerência, para diminuição do valor de dívidas, para realizações de missas pelas almas do gentio escravizado. O autor também indica testadores que se “arrependeram” da venda de índios livres como escravos, mandando que fossem colocados em liberdade. O artigo termina sobre a descrição das formalidades legais para a constituição de testamento e o seu cumprimento em inventário. Nesse particular, destaca que mesmo com irregularidades de forma, o testamento é sempre cumprido, dando a seguinte explicação: “Por muito defeituosa que seja, em face do texto legal, a maneira por que

²²³ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado d'. O testamento do bandeirante. *Revista do Brasil*, São Paulo, nº 87, ano VIII, p. 217-219, março de 1923, p. 225.

se manifesta, a vontade dos mortos constitui para a gente antiga um mandamento irresistível e sagrado”.²²⁴ Note-se esse entrelaçamento entre a seara jurídica e religiosa, funcionando não apenas no momento da elaboração do testamento, mas também quando do seu cumprimento, obviamente após o falecimento do testador. Alcântara Machado realça esse aspecto, possibilitando a comparação do poder e importância dados à religião pelos colonos e a forma apenas jurídica/patrimonial que os testamentos haviam assumido na época do autor.

Dois aspectos contidos nesse artigo serão retomados, depois, em *Vida e morte do bandeirante*. O primeiro se refere à utilização cerrada da documentação a fim de embasar as conclusões. Para cada assertiva é mencionada a prova, como se fosse uma petição judicial a convencer o juiz – no caso, o leitor – da veracidade do quanto alegado. Para tanto, normalmente indica o nome do falecido e, entre parênteses, a indicação do testamento pelo número. Esse trabalho minucioso com a documentação não impede conclusões gerais como, por exemplo, o nível intelectual dos colonos, já que, na opinião do autor, os documentos quinhentistas eram pobres de linguagem quando comparados com os testamentos dos séculos XVII e XVIII, mais complexos e esmerados. Nesse ponto, citando Taunay, Alcântara Machado concluía pela existência de elevação do nível intelectual. Mas faz uma importante ressalva, porque os documentos, na maioria das vezes, eram redigidos por um monge ou clérigo secular: “Explicam-se até certo ponto, dessa maneira, os extremos de piedade e o apuro da linguagem”.²²⁵

O segundo aspecto é a utilização de menções irônicas ou reticências quando julga determinados comportamentos dos colonos que não lhe agradam. Ao analisar o testamento de Messia Rodrigues, que continha disposição determinando a encomenda e o pagamento de missas em favor de sua alma com os ganhos do trabalho de um índio seu, escravo, Alcântara Machado arremata: “Assim, depois de ter suado em vida da senhora, para manter-lhe o corpo, o desventurado teria de trabalhar indefinidamente para salvar-lhe a alma...”²²⁶ Sobre reserva e entrega de partes da herança para a igreja, mesmo quando assim não era determinado pelo testador, assinala: “Não permittia a lei que as almas ficassem involuntariamente no purgatório: de bom ou de mau grado, haviam de salvar-se. Era a bemaventurança compulsória”.²²⁷

O segundo artigo publicado na *Revista do Brasil* tem o mesmo nome e praticamente o mesmo texto de um capítulo de *Vida e morte do bandeirante*: As devoções do bandeirante.

²²⁴ Idem, p. 229.

²²⁵ Idem, p. 220.

²²⁶ Idem, p. 222.

²²⁷ Idem, p. 218.

Após discorrer sobre as disputas religiosas na Europa, bem como fixar uma imagem depreciativa dos judeus em Portugal, Alcântara Machado assinala a relativa tranquilidade da convivência entre judeus e colonos no Brasil, além do pequeno número de luteranos ou calvinistas. Relata a inexistência de Tribunal do Santo Ofício na colônia portuguesa, porém destaca a existência de um comissário da Inquisição em Salvador e das visitas. Cita três colonos “paulistas” sentenciados em Lisboa ao cárcere e à fogueira. Assim, o autor fixa a imagem da existência de poucas pessoas que não professem a fé católica, buscando exemplos esparsos, inclusive com os condenados pela Inquisição. Todavia, é preciso lembrar de que Alcântara Machado foi um católico notório, embora menos associado à igreja do que seu pai. Isso porque entende as outras crenças como danosas à religião, ou seja, para ele religião havia apenas uma, a sua. Fixada essa linha de pensamento, menciona: “Mais damnosa à religião que as doutrinas heréticas é a vida escandalosa em que chafurdam os sacerdotes exportados da metrópole para a América portuguesa”.²²⁸ A partir daí, dispara críticas contundentes sobre o clero da colônia, excetuando, porém, os jesuítas. Afirma, inclusive, não existir fraude ou violência contra o indígena que cause compaixão às “dignidades” e aos “cônegos”. Nos testamentos, porém, a utilização de elementos religiosos se presta também para a cobrança de dívidas, tais como a excomunhão. Alcântara Machado cita testamento em que um credor, indignado com furto de madeira, pediu excomunhão dos assaltantes, que são nomeados. Ele nota, também, a existência do comércio de bulas, comumente arroladas nos inventários, a fim de se pagar os eventuais pecados: “Os testadores teem o cuidado de munir-se, para a ultima viagem, desses poderosos salvoconductos”.²²⁹ Das disposições testamentárias Alcântara Machado consegue vislumbrar as devoções dos bandeirantes, utilizando-se como base os pedidos de missa, de doações às igrejas, menções a santos e santas. Como o próprio autor especificou, tais documentos são propícios para descortinar esse tipo de informação, já que a par da divisão de bens estão lançados os pedidos de perdão, descarrego de consciência, disposições sobre enterro etc. Ou seja, bem diferente dos testamentos e inventários atuais, que se prestam apenas à divisão de bens e não dão lugar a assuntos da alma. Assim, é com base em coisas aparentemente sem importância ou mesquinharias referentes ao enterro, numero de missas e doações para a igreja, que o autor irá elaborar sua visão do cotidiano dos bandeirantes, que nesses trabalhos é sinônimo de paulista.

²²⁸ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado d'. As devoções do bandeirante. *Revista do Brasil*, São Paulo, nº 95, ano VIII, p. 207-219, novembro de 1923, p. 212.

²²⁹ Idem, p. 214.

A narrativa de grandes feitos, personagens conhecidos e a história cronológica de acontecimentos políticos têm sido qualificadores negativos relativamente constantes na história da historiografia²³⁰. Via inversa, associar determinado historiador à análise do cotidiano, do homem comum, que se afasta da narrativa laudatória dos grandes acontecimentos, parece ser uma forma de elogiá-lo. Todavia, deve-se ter em mente que a construção de um novo modo de pensar e elaborar o discurso historiográfico passa por negar, ou mesmo condenar, o anterior. Essa questão de atribuição de pioneirismo guarda relação com a análise de Peter Burke sobre a “nova história”:

Tem sido recentemente argumentado que a substituição de uma história antiga por uma nova (mais objetiva e menos literária) é um tema recorrente na história da escrita da história. Tais afirmações foram feitas pela escola de Ranke no século XIX, pelo grande estudioso beneditino Jean Mabillon, que formulou novos métodos de crítica da fonte no século XVII, e pelo historiador grego Políbio, que denunciou alguns de seus companheiros como meros retóricos, cento e cinquenta anos antes do nascimento de Cristo. No primeiro caso, pelo menos, a reivindicação da novidade foi consciente.²³¹

No caso da história das bandeiras e dos bandeirantes, a questão da narrativa dos grandes feitos e das grandes personalidades tornou-se um ponto ainda mais sensível, porque será sempre associada à construção de um símbolo e discurso identitário regional com ampla utilização política. Ou seja, a simbologia bandeirante se alimenta desse tipo de história, porque necessita em parte de nomes próprios portadores de qualidades, descortinadas nas suas ações. O elogio e o pioneirismo de certos autores que lidaram com a história colonial de São Paulo é, assim, indissociável da narrativa dos homens comuns e a rejeição da apologia aos grandes bandeirantes. Sergio Buarque de Holanda é, nesse sentido, um bom exemplo. Deixando de lado suas obras mais famosas, como *Raízes do Brasil* e *Visão do paraíso*, seus livros sobre a história colonial de São Paulo foram elogiados por se afastarem da tradição de apologias ao bandeirante (*Monções* e *Caminhos e fronteiras*). Em sua obra, “contrariando os escritos dos autores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, nada há de

²³⁰ Peter Burke demonstra que, quando se trata de História, a desqualificação de trabalhos e autores, em vários momentos, passa por associá-los à descrição de eventos, questões políticas e grandes personagens. E essa “tática” de crítica não se restringe apenas aos *Annales*, mas foi utilizada de forma eficaz por esse grupo. In BURKE, Peter. *A escola dos Annales, 1929-1989. A revolução francesa da historiografia* 2ª edição, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 17-23 e 137.

²³¹ BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado, seu futuro. In BURKE, Peter (org.), *A escrita da história, novas perspectivas*, São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 18.

apologético no nosso ancestral bandeirante”.²³² Propôs “nova abordagem do período, voltando-se para os homens comuns, buscando recuperar seu cotidiano”.²³³ O caso de Sérgio Buarque de Holanda é ainda mais significativo porque ele ocupou a Cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP após Taunay e Ellis Junior. Noutras palavras, foi justamente o sucessor de dois autores considerados apologistas do símbolo bandeirante no ensino superior de História em São Paulo. Segundo Antônio Celso Ferreira:

Os historiadores modernos encontraram nele [Sérgio Buarque de Holanda] o perfil apropriado para exercer o papel de fundador da moderna historiografia brasileira. Outros não se ajustariam perfeitamente ao figurino, como os historiadores não-profissionais do século XIX e das primeiras décadas do século XX, a exemplo de Varnhagen, Capistrano de Abreu, Alcântara Machado ou Paulo Prado.²³⁴

Não se pretende com isso, obviamente, diminuir a importância de Sérgio Buarque de Holanda para a renovação da historiografia brasileira. Pretende-se, antes, chamar atenção para a funcionalidade dos elogios que relacionam determinado autor ao afastamento da narrativa de grandes feitos ou grandes personalidades. Tais elogios são comumente utilizados como critério de pioneirismo em diversos momentos. Mas um livro de história já nos anos 1920 poderia ser distinguido positivamente por tratar do homem comum, das pequenas coisas. É exatamente com essa premissa distintiva que Alcântara Machado inicia seu livro:

Reduzir o estudo do passado à biografia dos homens ilustres e à narrativa dos feitos retumbantes seria absurdo tão desmedido como circunscrever a geografia ao estudo das montanhas. Conflitos externos, querelas de facções, atos de governo estão longe de constituir a verdadeira trama da vida nacional. Não passam de incidentes; e, o que é mais, são o produto de um sem número de fatores ocultos que os condicionam e explicam. O conhecimento do que o homem tem realizado no combate diuturno que desde as cavernas vem pelejando para melhorar-se e melhorar o meio em que vive, tal o objectivo essencial da história. Como poderemos atingil-o, se concentrarmos toda a atenção em meia dúzia de figuras, esquecendo o esforço permanente dos humildes, a silenciosa colaboração dos anonymos, as ideias e os sentimentos da multidão.²³⁵

²³² BLAJ, Ilana. Historiador da cultura material. In SOUZA, Antônio Cândido de Mello e (org.), *Sérgio Buarque de Holanda e o Brail*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 34.

²³³ DIAS, Maria Odila Leite da Silva, Sérgio Buarque de Holanda, Historiador. In DIAS, Maria Odila Leite da Silva (org), *Sérgio Buarque de Holanda, Grandes Cientistas Sociais, História*, São Paulo: Editora Ática, 1985, p. 31.

²³⁴ FERREIRA, Antônio Celso. As relíquias de Sérgio Buarque de Holanda. In *TriceVersa*, Assis, vol. 1, n. 1, p. 14-30, maio-out 1997, p. 20.

²³⁵ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado d'. *Op. cit.*, p. 5 e 6.

Em 1939, Alcântara Machado ainda ressaltava o protagonismo do “homem comum” na elaboração do seu livro:

Publicados pelo Arquivo de São Paulo os testamentos e inventários da Era Colonial, convenci-me, logo, de que ali estavam, dispersas e informes, contribuições de valor incomparável para o conhecimento de como viviam nossos maiores. Deles, os historiadores e cronistas só nos contavam os feitos guerreiros, as querelas intestinas, a Epopeia das Bandeiras. Ninguém sabia da vida que levavam, no povoado ou na roça, do grau de cultura que haviam atingido, da organização da família, das preocupações de ordem religiosa, da atividade econômica, de outros elementos para o entendimento do que era nossa gente naquele tempo.²³⁶

Em janeiro e fevereiro de 1929 foram publicados dois anúncios de um livro que seria posteriormente *Vida e morte do bandeirante* na *Revista de Antropofagia*, periódico “modernista” cuja direção era de Antônio de Alcântara Machado. Os anúncios são curtos e aparecem com a indicação de outros livros, tais como *Compêndio de história da musica*, de Mário de Andrade, *Serafim Ponte-Grande*, de Oswald de Andrade e outros. Possuem o mesmo texto: “Alcântara Machado – *o bandeirante na intimidade* – (estudo sôbre os inventários paulistas do século 17).”²³⁷ Percebe-se que, conforme o próprio título do livro sugere, tais anúncios repetem a ideia já difundida nos artigos publicados na *Revista do Brasil*, no sentido de que trataria dos homens comuns, do cotidiano. A alteração de *O bandeirante na intimidade* para *Vida e morte do bandeirante* (nome anteriormente escolhido por Alcântara Machado) foi uma sugestão de Taunay, por meio de carta, de 1928, em que devolveu os originais para Alcântara Machado, com algumas observações. Sobre o título do livro, Taunay disse: “Permita-me, porém que lhe observe o quanto me parece preferível o seu primeiro título “Vida e morte do bandeirante” ao que agora me parece mais simpático.”²³⁸

Publicado em 1929 pela editora Revista dos Tribunais, *Vida e morte do bandeirante* conta com 276 páginas distribuídas por 16 capítulos, assim denominados: *O que dizem os inventários*; *As fortunas coloniais*; *O povoado*; *O sítio da roça*; *O mobiliário*; *A baixela*; *Fato de vestir, jóias e limpeza da casa*; *Educação e cultura*; *Médicos, doenças e remédios*; *A justiça*; *O dinheiro e os sucedâneos*; *A família*; *Índios e tapanhunos*; *As devoções dos bandeirantes*; *Em face da morte*; *O sertão*. Essas denominações funcionam como um fracionamento da promessa do autor de estudar os costumes e a intimidade do povo paulista,

²³⁶ PEIXOTO, José Benedito Silveira. No ano 50 da morte de Alcântara Machado. MATOS, Odilon Nogueira (org), *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas, ano XXIII, nº 142, p. 143 – 149, abril/julho – 1991, p. 147.

²³⁷ *Revista de Antropofagia*, São Paulo, ano 1, nº 9, p. 6, janeiro de 1929 e nº 10, p. 6, fevereiro de 1929.

²³⁸ ARAUJO, Karina Anhezini. *Um metódico à brasileira: A história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. Tese (Doutorado em História), UNESP, Assis, 2006, p.62.

deixando de lado os “feitos retumbantes”. A obra, entretanto, apresenta também análises de caráter geral, baseadas no comportamento do bandeirante e no impulso ao sertão, o que pressupunha analisar a escravização do indígena e as bandeiras.

O capítulo mais longo é sobre a justiça, com 28 páginas. Pode-se associar isso ao fato de Alcântara Machado ter sido advogado militante, escritor de livros jurídicos e professor de Direito. Isso explica, ainda, a confiança dada aos documentos oficiais utilizados (inventários e testamentos) como forma de conhecer a realidade dos antepassados paulistas. Confiança, todavia, não absoluta. Quando analisa testamentos que dispõem sobre índios escravizados, o autor encontra nesses documentos o que chamou de “sofismar a lei”. Seria um procedimento de não chamar o índio escravizado, que fazia parte do patrimônio do testador ou inventariado, do que ele realmente era: escravo. A escravização dos indígenas era proibida – sem muita convicção e com muitas brechas – pela Coroa portuguesa, bem como condenada pelos jesuítas. A saída dos testadores ao arrolar seu patrimônio era de sutilmente alterar a denominação dada ao escravo índio, a fim de não “violiar” a lei portuguesa: a saída foi chamá-lo de “serviço forro”, uma categoria intermediária “entre a escravidão e liberdade”.²³⁹

Paralelamente à tarefa de analisar os atos dos paulistas antigos, estudar os inventários e testamentos coloniais também funciona como uma forma de comparação entre os documentos jurídicos antigos e os de 1929. O autor, jurista que foi, chama atenção para como são feitos tais documentos em sua época (apenas a descrição dos bens e a forma de sua divisão) e seu diminuto valor aos historiadores futuros. Para ele, os testamentos à época da publicação do livro não permitirão descobrir “uma nesga sequer do coração do testador”.²⁴⁰

No capítulo sobre as fortunas coloniais, indica o quão baixo era o valor da terra se comparada com outros bens, tais como roupas. Aliás, nesse sentido, chega à conclusão que a pobreza dos inventários decorre justamente do pouco valor ou da não avaliação dos bens imóveis. Após mencionar o funcionamento da propriedade de caráter feudal, na qual há dois direitos sobre a propriedade imóvel (domínio útil e o domínio eminente) nas mãos de pessoas distintas, acaba por ceder a uma passagem de um inventário colonial: trata-se menos de uma reminiscência da organização da sociedade feudal do que comodismo dos avaliadores em se efetuar a própria avaliação. O autor estima a pobreza dos inventários, também, porque não são computados os valores dos bens mais preciosos daquela época: os índios escravizados.²⁴¹

²³⁹ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado de. *Vida e morte do bandeirante*, São Paulo: Empreza Gráfica da Revista dos Tribunaes, 1929, p. 167.

²⁴⁰ Idem, p. 7.

²⁴¹ Idem, p.13 a 26.

O capítulo denominado “O povoado” traz a análise sobre a pobreza e humildade da cidade de São Paulo. Traz, também, um rol de curiosidades para os paulistas que, nos anos 1920, frequentavam o centro de São Paulo (o denominado “triângulo”): a origem do nome das ruas. Nesse ponto, a análise de Alcântara Machado não representa maior originalidade. Buscar compreender o nome das ruas e logradouros de São Paulo: tudo isso já constava no livro de Antônio Egidio Martins, *São Paulo Antigo*.²⁴² E também constaria do livro de Paulo Cursino de Moura, *São Paulo de outrora*.²⁴³ Este ponto será retomado adiante.

Na sequência, o autor emenda um capítulo sobre as fazendas e sítios, a fim de compará-los com a cidade. Chega à conclusão da predominância das propriedades rurais sobre as urbanas, no sentido de ser naquelas onde mais se desenvolve a vida do paulista antigo. Na cidade os fazendeiros somente teriam casa para assistir procissão ou para alguma estada rápida. Alinha-se, neste ponto, a Oliveira Vianna (*Populações meridionais do Brasil*), ao constatar existência de latifúndio, que tudo produz a fim de suprir as necessidades dos colonos fazendeiros e prescinde da existência de comércio. Ou, nas palavras de Alcântara Machado: “O latifúndio vicentista é um organismo completo, que se basta a si mesmo e por si mesmo se governa”.²⁴⁴ Opinião contrária tem Alfredo Ellis Junior, em *Raça de gigantes*. Conforme já adiantado, Ellis Junior defende a existência da pequena propriedade em São Paulo. As razões para isso se consubstanciam na necessidade de os colonos viverem juntos, “para opporem mais resistências as agruras da vida agreste (...)”²⁴⁵

Ao falar sobre o mobiliário da casa bandeirista, Alcântara Machado carrega nas tintas. Dá à narrativa um tom pitoresco e se oferece como guia a fim de devassar a casa dos seus antepassados: “Entremos. À claridade que o crivo das rótulas attenua e tamisa, as paredes brancas se destacam e se desdobra o taboado largo dos salões. Que desconforto e pouquidade!”²⁴⁶ Mas não sem antes mencionar em qual tipo de casa pretende entrar: “Escolhamos para o nosso inquérito um prédio de boa apparencia. Pouco nos interessam as *pousadas onde pousa* a gente de somenos: não varia no tempo e no espaço o espetáculo da miséria humana.”²⁴⁷ Neste trecho houve quem enxergasse o elogio da casta e da posição

²⁴² MARTINS, Antônio Egidio. *São Paulo antigo*. Trata-se de obra publicada em dois volumes, em 1911 e 1912, contendo artigos publicados pelo autor anteriormente em jornais. O autor era funcionário do Arquivo do Estado de São Paulo e tinha especial interesse sobre a história da cidade de São Paulo. Para este trabalho consultei a edição, em um volume, feita pelo Conselho Estadual de Cultura do Estado de São Paulo. In MARTINS, Antônio Egidio. *São Paulo antigo*, São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, sem data.

²⁴³ MOURA, Paulo Cursino. *São Paulo de outrora*, 3ª edição, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954.

²⁴⁴ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado d'. *Op. cit.*, p. 42.

²⁴⁵ ELLIS JUNIOR, *Op. cit.*, p. 261.

²⁴⁶ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado de. *Op. cit.*, p. 52.

²⁴⁷ Idem, p. 51.

social do autor.²⁴⁸ Embora não se possa negar esse argumento, é possível que, na economia do texto, o interesse pela casa da aristocracia bandeirante tenha outro significado. O autor faz um contraste entre uma boa casa e a pobreza de seu mobiliário, sempre com a intenção de fundamentar sua hipótese anunciada no início do livro: os bandeirantes eram pobres. A escolha de uma casa importante é essencial para a comparação e para tentar chocar seus leitores. Tanto que, após falar dos móveis existentes na casa do importante Pero Leme arremata: “Que jornaleiro se contentaria na actualidade com esse punhado de trastes e utensílios domésticos?”²⁴⁹ Nesse aspecto, ele se aproxima de *São Paulo nos primeiros anos*, de Taunay. A hipótese também é de extrema pobreza dos bandeirantes. Para Taunay, “não havia em São Paulo grandes fortunas, porque o planalto não produzia açúcar, gênero de eldorado, ao qual deviam pernambucanos e baianos sua opulência (...)”.²⁵⁰ E mais, Taunay já antecipa a tese da precariedade do mobiliário das casas coloniais paulistas, nos mesmo moldes de Alcântara Machado, assinalando: “Toscas bancos e catres, mesas e escabelos como mobília, rudes arcas mal ajustadas, onde se guardava a pouca roupa da família, pois sobremodo escasseava o pano (...)”²⁵¹ Ainda quando menciona uma melhora no mobiliário das casas vicentinas com o passar do tempo, Alcântara Machado insiste na escassez de conforto e luxo. Ambos os autores, aliás, quando comentam sobre o miserável mobiliário da casa bandeirante, citam uma passagem de Lindley, viajante que no ainda no século XIX havia se espantado com a ausência de garfos e facas à mesa da gente mais rica da Bahia.²⁵² Quando comenta sobre a baixela, o autor menciona a existência de cerâmica, estanho, madeira e louça ordinária, mas se refere a utensílios de prata nos inventários de pessoas mais abastadas. Ao mencionar os fatos de vestir, joias e limpeza da casa, a análise se dá sobre miudezas, tais como rendas, tipos de tecidos, roupas de baixo, enfim, traça um panorama da escassez de roupas nos montantes dos testamentos e inventários, chamando atenção para o valor elevado de alguns tecidos mais finos. O mesmo em relação às joias, das quais faz minucioso relato de seus tipos, cores e dos materiais utilizados em sua elaboração. Quando se refere à limpeza da casa, Alcântara Machado faz a análise dos tipos de toalhas e lençóis. Conclui haver grande diferença: pobres os primeiros e mais luxuosos os últimos inventários analisados. E arremata:

²⁴⁸ LEONZO, Nancy. Pioneiro da História Social no Brasil, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 abr. 1991, p. 4.

²⁴⁹ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado de. *Op. cit.*, p. 52. Considerada a época da publicação, a expressão jornaleiro refere-se aos trabalhadores avulsos, pagos por dia de trabalho.

²⁵⁰ TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *São Paulo nos primeiros tempos – São Paulo no século XVI*, São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 156.

²⁵¹ Idem, p. 158.

²⁵² Ibidem e OLIVEIRA, José de Alcântara Machado d'. *Op. cit.*, p. 52.

“É na baixella e nas alfaias de cama e mesa que a gente *apotentada* faz timbre em demonstrar sua opulência”.²⁵³

No que se refere à educação e cultura, o autor ressalta serem os bandeirantes analfabetos e poucos os livros em circulação. Culpa a escassez de estabelecimentos de ensino. Mas justifica essa condição dos antepassados paulistas pelo fato de eles estarem mais preocupados com a consolidação da conquista do território após a fundação da povoação (cidade de São Paulo). Embora faça tais constatações, o autor informa que os versos de *Os lusíadas* não eram desconhecidos, pois foram encontrados transcritos no verso de uma lauda de um inventário de um bandeirante, realizado no sertão. E termina o capítulo de forma poética: “Dir-se-ia que o gênio de Camões apparece à beira da sepultura em que descansa o herói desconhecido, para associar na mesma gloria as caravellas arrogantes, vencedoras do Oceano, e as canoas humildes dos sertanistas”.²⁵⁴ Ellis Junior, em *Raça de gigantes*, dá a mesma explicação para a escassez de produção artística ou literária dos colonos do planalto, ou seja, eles estavam mais atarefados em garantir sua sobrevivência em lugar inóspito que não lhes sobrava tempo para dedicar-se à “penna”.²⁵⁵ E vai mais longe, porque culpa a religião também pelo atraso cultural dos antigos paulistas, que naquela “época inquisitorial, além de monopolisar o desenvolvimento mental humano, com a sua intolerancia, tolhia os surtos do raciocínio, que por sua conveniência tudo fazia para conservar atrophiado”.²⁵⁶ Mas Ellis Junior discorda de Alcântara Machado quando se trata das estrofes de Camões contidas num testamento de bandeirante feito no sertão. Para aquele, a inserção dos versos foi efetuada posteriormente, já que nem mesmo em casa, no planalto, a “mentalidade” dos paulistas era dada a tertúlias literárias como diversão.²⁵⁷ A análise da saúde e da medicina nos tempos coloniais destaca a quase inexistência de médicos, razão pela qual, segundo o autor, se recorriam aos jesuítas e curandeiros de todas as espécies. Sobre a qualidade dos médicos vindos de Lisboa, faz graça, destacando a fala de frei Caetano Brandão: “É melhor tratar-se a

²⁵³ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado d'. *Op. cit.*, p. 84. Ênfase no original. Tal ênfase constitui um expediente irônico de Alcântara Machado, pois a emprestou do linhagista Pedro Taques, que a empregava para qualificar determinados personagens das famílias conhecidas de São Paulo. Irônico porque a “opulência” desses poderosos naquele período resume-se às roupas de cama e mesa. Outros trechos em que Alcântara Machado utiliza a expressão com ênfase: “Ora, esse bandeirante que, na phrase inchada de Pedro Taques, *conserva e sustenta o respeito de sua pessoa potentada...*” (p. 58) e “A classe dirigente, formada por aquelles *hombridosos potentados em arcos*, de que fala repetidamente o linhagista...” (p. 41). A questão da ironia em *Vida e morte do bandeirante* será tratada no capítulo 3.

²⁵⁴ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado d'. *Op. cit.*, p. 93.

²⁵⁵ ELLIS JUNIOR. *Op. cit.*, p. 198.

²⁵⁶ Idem, p. 203.

²⁵⁷ Idem, p. 202.

gente com um tapuia do sertão, que observa com mais desembaraço instinto, do que com o médico de Lisboa.”²⁵⁸

Como já adiantado, Alcântara Machado reserva espaço maior ao falar da justiça. É o capítulo no qual faz mais ironias. Calejado homem do foro, faz graça com as fórmulas jurídicas, as preocupações e disputas de juízes, a atitude dos advogados e os desentendimentos entre as partes. Logo na segunda página deste capítulo dispara uma irônica comparação:

Sabem a maneira por que Salvador Cardoso de Almeida obtem a investidura [na função de juiz]? Desposando uma das filhas do seu antecessor. A vara de juiz figurava no enxoval da noiva ... Sinceridade e franqueza de que não se usam, em igualdade de circunstâncias, os sogros de hoje em dia.²⁵⁹

Sobre as alegações feitas num inventário que registrava uma disputa dos herdeiros, o autor sentencia: “De onde se vê que certos advogados atrabiliarios e malcriados de hoje em dia podem invocar precedentes illustres e longevos”.²⁶⁰

Considerando o colono como lutador incansável contra o meio em que está inserido, Alcântara Machado conclui pela importância da família, que garante a coesão social. É esta coesão que permitiu ao bandeirante remediar-se quando não lhe foi possível contar com os poderes públicos. Refere-se, porém, à família legítima, ou seja, os casamentos sacramentados. E olha com irritação para a família ilegítima, cuja existência atribui à escravidão. Católico notório, Alcântara Machado não concordava com filhos fora do casamento e exigia do povo colonial retidão de costumes, embora tratasse a conduta dos “reprodutores de escol” como uma necessidade histórica:

A dissolução dos costumes pela escravidão de faz sentir assim na colônia como na metrópole. Em toda a Hespanha, para onde affluem manadas de africanos, a corrupção triumpha. Aqui a incontinenencia tem a força irresistível de uma necessidade historica. Sem ella, a fusão das raças não seria possível ou se retardaria indefinidamente. É ella que precipita e enobrece a mestiçagem, fazendo prevalecer no cruzamento o sangue europeu.²⁶¹

Bem se vê que o autor dá importância ao elemento europeu, que “prevalece” nos cruzamentos e “enobrece” a mestiçagem. Em outra passagem, acentua que os mamelucos não são desprezados pelos “senhores territoriais”. São considerados “agregados”, “companheiro das jornadas sertanejas.” A família dos latifundiários não os renega, porque “têm consciência

²⁵⁸ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado d'. *Op. cit.*, p. 97.

²⁵⁹ Idem, p. 106.

²⁶⁰ Idem, p. 115.

²⁶¹ Idem, p. 155.

mais ou menos clara de que se trata de um elemento inferior, mas necessário, do organismo de que fazem parte.”²⁶² De qualquer forma, não integram a “família legítima”, unidade defendida pelo autor em outra oportunidade, quando indagado acerca do divórcio: “Sou contra o divórcio (...) E por dois motivos: porque sou catholico e porque penso que os males que delle adviriam seriam maiores que os hoje verificados com o desquite”.²⁶³ Talvez seja por conta desse mesmo pensamento que Alcântara Machado e sua família tenham demonstrado desgosto quando da união de seu filho, o escritor Antônio Castilho de Alcântara Machado d’Oliveira (1901-1935) com uma mulher desquitada.²⁶⁴ Em relação aos “pecados” narrados nos testamentos e inventários, repugna ao autor a existência de bastardos em grande número circundando as famílias “legítimas” dos colonos, pois “atravez dos inventários divulgados a velha família paulista se nos revela em toda sua cohesão e robustez”.²⁶⁵

A escravização dos índios é tratada em termos de burla da lei. Ou seja, havendo determinações reais e religiosas de proibição da escravização dos índios, Alcântara Machado se preocupa em analisar como aparece tal “patrimônio” nos inventários e testamentos. Repugna-lhe, também, a forma de tratamento dispensada aos índios quando se trata de sua libertação ou providências a seu respeito ditadas pelo testador.

Para falar das devoções dos bandeirantes, o autor analisa a existência de cristãos novos, judeus e mouros em Portugal, bem como o “rancor” que esses “homens de avidez proverbial” despertam no povo português.²⁶⁶ No Brasil, de acordo com ele, menor é o rancor.

Alcântara Machado retoma a questão da necessidade de sobrevivência num ambiente inóspito, que reclama a solidariedade do povo. No mais, menciona inexistirem, no Brasil, certas questões políticas e sociais, de modo a tornar a vida dos judeus suportável aos colonos. Isso, todavia, no começo, porque uma vez conquistada a terra, voltam os ódios e perseguições. Sobre as causas, destaca a atuação do frei Francisco de S. Jeronymo, “saudosos das torturas em que antes se comprazia como qualificador do Santo Officio em Évora”.²⁶⁷ Ou a ganância da Fazenda Real com a possibilidade de confisco dos bens dos judeus. Seja como for, Alcântara Machado transcreve o nome dos condenados pela Inquisição que fossem paulistas de nascimento ou que vivessem em São Paulo. Paralelamente à severidade com que qualifica os

²⁶² Idem, p. 162.

²⁶³ Artigo denominado *À margem do divórcio*. Não consta o nome do autor. Publicado na *Folha da Manhã*, São Paulo, 11 jun. 1929, primeira página.

²⁶⁴ BARBOSA, Francisco de Assis. *Intelectuais na encruzilhada. Correspondência de Alceu Amoroso Lima e Antônio de Alcântara Machado (1927-1933)*, Rio de Janeiro: Publicação da Academia Brasileira de Letras, 2001, p. XXIV.

²⁶⁵ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado de. *Op. cit.*, p. 145.

²⁶⁶ Idem, p. 190.

²⁶⁷ Idem, p. 198.

judeus, cristãos novos e mouros, o autor desfere condenações a algumas figuras da Igreja Católica. Principalmente quando há informação de padres amasiados com índias e o uso da excomunhão como forma de cobrança de dívidas em que padres figuravam como credores. O comércio de bulas é destaque, considerado como objeto digno de constar em inventários. Diz Alcântara Machado: “Os testadores têm o cuidado de munir-se para a ultima viagem, desses poderosos salvo conductos”.²⁶⁸

Em face da morte é, talvez, o capítulo mais interessante da obra. O autor propõe a análise das disposições religiosas de última vontade dos bandeirantes, ou seja, como pretendem a redenção dos pecados cometidos. Assinala, como no início do livro, o quão abundantes são tais disposições nos testamentos antigos. De início, denota a influência da igreja na difusão da realização de testamentos, ávida de receber bens legados por seus fiéis. E trata da cobrança compulsória de parte dos bens quando o testador não incluísse na sua divisão uma parte destinada aos serviços religiosos. No que se refere à forma da escrita dos testamentos, destaca que os testadores não pedem diretamente em seu próprio nome; pedem aos santos pela sua intercessão, chamados de “advogados poderosos”. Sobre o termo “morte”, diz ser usado com largueza quando o testador se refere a fatos passados ou outras pessoas falecidas. Mas quando se trata de pessoa viva, é evitado, substituído por “quando Deus me chamar”, “no dia de meu transe” etc.²⁶⁹ Passa, depois, à análise das disposições relativas à quantidade de missas a serem rezadas pela salvação da alma do testador, ao local de seu enterro e funeral, aos santos merecedores de missas. O empenho em salvar a alma é o mote de sua análise: “Mas ninguém excede em astúcia a Affonso Dias. Procurando captar as boas graças não só do intercessor, como também de sua família, ordena que se rezem três missas a Santo Antônio e outra ao pae do Santo. Que grande psychologo!”²⁷⁰

O último capítulo, *O Sertão*, é dedicado a uma espécie de vocação dos colonos às bandeiras e “correrias” no interior do país. Alcântara Machado, comparando os bandeirantes com marinheiros frente ao oceano, indica o interesse daqueles em ganho maior e rápido. Relativiza a cobiça dos seus antepassados informando sobre a necessidade de grandes investimentos na agricultura e no comércio.

Diferentemente de Taunay, Alcântara Machado não se preocupou em descobrir e criticar novos documentos, ou estabelecer rotas das bandeiras e datas corretas de determinados episódios. É bem verdade que *São Paulo nos primeiros tempos* e *São Paulo no*

²⁶⁸ Idem, p. 206.

²⁶⁹ Idem, p. 224.

²⁷⁰ Idem, p. 231.

século XVI, de Taunay, em parte também relatam fatos do cotidiano da então vila colonial, mas seguem de perto a documentação que lhes dá suporte (*Atas da Câmara e Registro Geral*). Seu autor vai narrando e dando a conhecer ao público os episódios mais pitorescos que vai encontrando nas fontes. Não apresenta uma proposta de necessariamente analisar os homens comuns, os costumes, razão pela qual esses livros ora apresentam atos de governo, legislação, como também as dificuldades para se construir uma igreja, por exemplo. Para Laima Mesgravis, ele “revela-se um pesquisador à frente do seu tempo quando enfatiza sobremodo a sociedade como um todo, dando espaço a poderosos e humildes, que são surpreendidos em seu cotidiano”.²⁷¹

Vida e morte do bandeirante possui uma hipótese central, que é demonstrar a pobreza, a rudeza e a simplicidade da vida da população paulista, sempre tendo como fonte os *Inventários e testamentos* publicados. A tese da extrema pobreza dos paulistas nos tempos coloniais, que não é inovação nem versão exclusiva de Alcântara Machado, já foi objeto de questionamento. Para Milena Maranhão, por exemplo, não há uma pobreza generalizada em São Paulo no período colonial. Há, sim, níveis de pobreza e de riqueza. Assim, as alegações de pobreza encontrada em diversos inventários e testamentos possuem diversos significados, entre eles não pagamento de impostos ou tática para estimular a “benevolência” do credor.²⁷² Mas Alcântara Machado reduz o leque de personagens de sua narrativa, esmiuçando os mínimos aspectos da vida dos ditos “homens comuns”. Obviamente há análises mais amplas e citação de alguns bandeirantes famosos. O livro, porém, focaliza os detalhes. É a partir deles que o autor formula interpretações mais amplas. Não se impressiona com uma grande bandeira, mas indica a pequena quantidade de utensílios domésticos constantes do inventário desses personagens. Não julga como luxo ou vaidade a existência de diversos inventários com grande quantidade de joias e utensílios em ouro ou prata trabalhados. Sua explicação vai além: os antigos paulistas necessitavam permanentemente de “thesouro de fácil transporte e realização imediata” numa “situação precária da ordem pública”.²⁷³ Como diz Laura de Mello e Souza sobre o método de Alcântara Machado, “os pequenos atos que se repetem, a porção menos nobre da vida, as particularidades podem ser indícios reveladores que conduzem à compreensão de estruturas mais profundas e dos largos processos históricos”.²⁷⁴

²⁷¹ MESGRAVIS, Laima. Apresentação. TAUNAY, Alfredo de Escagnolle. *São Paulo nos primeiros tempos – São Paulo no século XVI*, São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 4

²⁷² MARANHÃO, Milena Fernandes. *A opulência relativizada. Níveis de vida em São Paulo do século XVII (1648-1682)*, Bauru: EDUSC, 2010, p. 71.

²⁷³ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado d'. *Op. cit.*, p. 65.

²⁷⁴ SOUZA, Laura de Mello e. Texto introdutório, *Vida e morte do bandeirante*. In *Intérpretes do Brasil*, volume I, 2ª edição, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 1192.

A hipótese central e construção de *Vida e morte do* bandeirante também o afasta das obras de Ellis Junior, que desenvolveu sua análise em termos de teorias científicas relacionadas ao estabelecimento e esclarecimento da matriz racial dos bandeirantes. Em carta a Mario Guastini, de 1918, Alcântara Machado referiu-se de forma irônica a Afonso de Freitas, que pretendia analisar os ossos do regente Feijó para fazer análises de reconstituição histórica (método amplamente utilizado por Ellis Junior: conformação craniana, nasal etc):

De histórias anda cheia a História. Não atire, portanto, as flexas de seu carcas contra o sr. Freitas. Lembre-se de que a verdade é, em tudo, uma aproximação. O homem soube, com certeza, por ouvir dizer, que, com um osso roído, outros têm alcançado reconstruir animaes pré-históricos e quer applicar o mesmo methodo ao Padre Feijó... Quem sabe se lhe aprovetaria, para esse effeito, a placa da rua paulistana mal afamada que tem o nome do Regente.²⁷⁵

Conforme exposto por Laura de Mello e Souza, a análise de *Vida e morte do bandeirante* não está isenta das influências das teorias raciais em voga no momento em que foi escrito: “O namoro com as teorias racistas é outro ponto frágil da obra, responsável por traços que envelheceram. O colono branco é superior ao índio e ao africano, e sua participação na mestiçagem a enobrece”.²⁷⁶ Mas tais influências não constituem a base de explicação do autor. Noutras palavras, Alcântara Machado se diferencia de Ellis Junior porque não explica o passado colonial por meio da formação de uma suposta “raça paulista”, diferente de todas as demais.

O que aproxima Taunay, Ellis Junior e Alcântara Machado, para além de tratarem da história de São Paulo, é o valor dado à fonte documental, principalmente a oficial ou pelo menos que tenha validade ou fórmula jurídica. Karina Anhezini Araújo informa a incorporação, por Taunay, de métodos prescritos por Langlois e Seignobos, pelos quais se dá primordial valor aos documentos como fonte da narrativa histórica.²⁷⁷ Deve-se considerar, ainda, a possível influência exercida pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) no cenário dos trabalhos de história produzidos em São Paulo.²⁷⁸ A corrente

²⁷⁵ GUASTINI, Mario. *Op. cit.*, p. 25 e 26.

²⁷⁶ SOUZA, Laura de Mello e. *Op. cit.*, p. 1194.

²⁷⁷ ARAUJO, Karina Anhezini. *Um metódico à brasileira: A história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. Tese (Doutorado em História), UNESP, Assis, 2006, p. 36.

²⁷⁸ Afonso Taunay foi membro do IHGSP desde 1911 (para essa informação: ARAUJO, Karina Anhezini, *op. cit.*, p. 99). Embora Antônio Celso Ferreira indique a formação de “dinastias” nos quadros do IHGSP, indicando a família Machado de Oliveira (*op. cit.*, p. 104), o nome de Alcântara Machado não consta da lista de sócios eleitos até 31.12.1935, conforme se verifica da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, volume XXXII, 1935. Consta apenas o nome de seu pai, Brasília Machado. Já a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, volume LX, 1964, traz a lista de nomes de autores de artigos e autores citados em

historiográfica preconizada pelo IHGSP também assentava-se na valorização dos documentos como fonte dos trabalhos de história; suas comissões, reuniões e publicações funcionavam como um importante espaço de sociabilidade dos agentes produtores de uma parte importante dos escritos de história em São Paulo. Mas, para além das produções de narrativas históricas com base em documentos, a visão de história do IHGSP baseava-se na premissa de que a “história de São Paulo é a própria história do Brasil”. Segundo Antônio Celso Ferreira, ao invés de figuras e heróis do Império, surgiam a epopeia dos paulistas e a sacralização das figuras importantes de um passado regional.²⁷⁹

Alcântara Machado valia-se de uma metodologia histórica, mas chegava a ela pelo Direito. É por meio da prática jurídica que o autor incorpora as formas de analisar os documentos, partilhando da mesma necessidade imposta ao advogado em litígios judiciais: o ônus da produção da prova. Somente com a comprovação das alegações que se obtém sucesso em um processo judicial.²⁸⁰ O mesmo se dá com a narrativa de história desenvolvida, pois as alegações e conclusões deveriam ser comprovadas, especialmente por meio de documentos. O faro de advogado militante, acostumado ao manejo de documentos e provas para provar a verdade de suas alegações, permitiu localizar fatos menores, curiosidades sobre as fortunas coloniais declaradas (ou formas de não declará-las) e o que elas permitiam supor. Se tratar de médicos e medicina, Alcântara Machado buscará a base de suas alegações num recibo de honorários médicos encontrado num processo de inventário. Se for para falar da escassez de livros e bibliotecas, irá perceber o pouco arrolamento desses bens nos montes a partilhar. O mesmo se diga em relação às devoções dos bandeirantes, pois é no número de missas e velas para os santos desejado pelo testador, que se encontrará a prova das alegações. Embora descortine certo nível de mesquinhez por trás da influência religiosa, já que o paulista antigo gasta mais em missas a serem rezadas em salvação de sua alma do que com a de todos os índios escravos que padeceram sob seu jugo, o ponto de partida sempre será o documento (processos de inventários e especialmente as disposições testamentárias). Aliás, demonstrar e provar, termos tão afeitos ao mundo jurídico, são empregados com recorrência no livro. Nesse sentido é a análise de Laura de Mello e Souza: “Talvez essa perspicácia pioneira [trabalhar com inventários] fosse moldada pela sensibilidade de jurista, afeito a documentos de cartório

todos os volumes anteriores. Novamente o nome de Alcântara Machado não está inserido. De qualquer sorte, Alcântara Machado provavelmente tinha conhecimento da produção do IHGB, já que menciona, em carta a Mario Guastini, a questão da localização dos ossos do Padre Feijó, conforme acima citado, feita por uma comissão do Instituto (FERREIRA, Antônio Celso, *op. cit.*, p. 151).

²⁷⁹ FERREIRA, Antônio Celso. *Op. cit.*, p. 110.

²⁸⁰ Na seara dos processos judiciais, a prova cabe a quem faz a alegação, nos termos do artigo 333, I e II do Código de Processo Civil. Trata-se de obrigação tradicional do Direito Brasileiro, já em voga à época de Alcântara Machado.

e suficientemente conhecedor deles para perceber quanto mudavam através dos tempos”.²⁸¹ E o próprio Alcântara Machado sentenciava:

Ahi estão outros tantos indícios de que não tem fundamento o que por ahi se afirma das fortunas colonias. A prova directa e cabal, encontramol-a nos inventários trazidos a publico, testemunhos fidedignos da modéstia dos espólios.²⁸²

Isso significa que o autor compartilhava de outras preocupações que não são necessariamente as mesmas do historiador e não lida com os constrangimentos de uma disciplina que, naquele momento, sequer estava constituída no Brasil. Percebe-se, assim, que Alcântara Machado filia-se à corrente metodológica de valorização do documento preconizada pelo IHGSP, porém seu livro não pode ser compreendido tão somente um trabalho de sacralização de heróis regionais que, como exposto, é uma das características da produção do Instituto. Torna-se necessário analisar o sentido ou os sentidos que o livro assume no seu tempo, o que pode ser feito pela leitura de resenhas elaboradas quando do seu lançamento.

Logo após sua publicação, *Vida e morte do bandeirante* foi objeto de diversas resenhas, elaboradas por conhecidos intelectuais. Diversos trechos dessas resenhas foram selecionados para compor anúncios do livro, normalmente publicados no *O Estado de S. Paulo*, conforme abaixo²⁸³:

Título do anúncio: Em todas as livrarias. Vida e morte do bandeirante, por Alcântara Machado.
Data do anúncio: 29 set. 1929. <i>O Estado de S. Paulo</i>
Texto: Não se pode imaginar livro mais interessante, verdadeiro e substancioso que essa história cultural de S. Paulo nos séculos passados...É uma admirável introdução à história narrativa, não porque a preceda, mas porque a contém e esclarece. Sentimos falar tão pouco deste trabalho literário e científico, que por si só nos dá a chave da vida e civilização colonial nos dois primeiros séculos. E não há escolher entre os capítulos. São todos excellentes, como é excellent o conjunto.
Autor: João Ribeiro. Resenha original de <i>Jornal do Brasil</i>

²⁸¹ SOUZA, Laura de Mello e. Vida e morte do bandeirante. In MOTA, Lourenço Dantas (org.), *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*, vol. 2, 3ª edição, São Paulo: Editora Senac, 2011, p. 127.

²⁸² OLIVEIRA, José de Alcântara Machado d'. *Op. cit.*, p. 15.

²⁸³ Os anúncios são compostos de pequenos trechos de resenhas. Não foi possível a análise de todas essas resenhas em sua totalidade. Os anúncios do livro aparecem normalmente ao lado de anúncios de lojas, profissionais liberais, notas de falecimento e normalmente não estão em destaque.

Título do anúncio: Em todas as livrarias. Vida e morte do bandeirante, por Alcântara Machado.
Data do anúncio: 2 out.1929. <i>O Estado de S. Paulo</i>
<p>Texto: A vida íntima dos paulistas, durante aquelle longo período, ressurgue nas páginas dêste livro com as cores naturaes. Está claro que o mais importante da obra não foram os inventários que forneceram: foi a intelligência do escriptor. Lucidissima, aguda, de raro brilhantismo, soube extrahir do árido montão de documentos a seu exame a pulsação de muitas existências (Plínio Barreto). O livro admirável que Alcântara Machado acaba de publicar veio encher de alegria os apaixonados das velhas tradições. É obra de um erudito, dono de apurado gosto (Roquette Pinto). Alcântara Machado... realizou um trabalho excepcionalmente bello... glória e monumento das nossas letras...É obra de escriptor de raça, para a raça (A Gazeta). Não sabemos o que mais admirar: se o notável dom de synthese do autor, se o primoroso requinte demonstrado na escolha das transcripções, se o traço de perfeição artística, que faz da "Vida e Morte" um modelo literário (Diário Nacional). É obra de vivo interesse, que os que desejam a realidade histórica não podem deixar de ler. Elogio maior não conheço eu, para qualquer livro... (Augusto F. Schmidt). O seu livro vae ficar. Nunca se escreverá melhor, com tanta sciência, tão elegantemente, mais profundamente (Eugênio Egas). Não se pode imaginar livro mais interessante, verdadeiro e substancioso que essa história cultural de S. Paulo nos séculos passados...É uma admirável introdução à história narrativa, não porque a preceda, mas porque a contém e esclarece. Sentimos falar tão pouco deste trabalho literário e científico, que por si só nos dá a chave da vida e civilização colonial nos dois primeiros séculos (João Ribeiro). Livro verdadeiramente notável... de evocação só acessível aos espíritos privilegiados...livro magnífico...dá a impressão perfeita da vida (Agenor de Roure). Transporta-nos Alcântara Machado para um mundo que não conhecemos: e, com o seu comentário preciso e lapidar, desperta em nossa alma a admiração pela gente paulista (Mário Guastini).</p>
<p>Autores: Plínio Barreto, Augusto F. Schmidt, Eugênio Egas, João Ribeiro, Agenor de Roure e Mário Guastini, além de resenhas sem autorias identificadas. Resenhas originais <i>O Estado de S. Paulo</i>, <i>Diário Nacional</i>, <i>A Gazeta</i>, <i>O Jornal</i>, <i>Jornal do Brasil</i> e <i>Jornal do Commercio</i>.</p>

Título do anúncio: Em todas as livrarias. Vida e morte do bandeirante, por Alcântara Machado.
Data do anúncio: 9 out.1929. <i>O Estado de S. Paulo</i>
<p>Texto: O livro do Sr. Alcântara Machado é positivamente magnífico. Quando nós lemos os grandes feitos da história, lidamos em última análise com abstracções. O general, o rei, o soldado são unidades fabricadas por generalisações livrescas. Praticamente, na realidade, como eram esses personagens? Como viviam? Como amavam? Como se divertiam? Nada disso nos é revelado. O sr. Alcântara Machado quiz saber essas realidades. Quiz conhecer</p>

de perto os personagens que se agitaram nas páginas de nossa história e a fizeram. Para isso foi pelo passado a dentro, a ver coisas miúdas, a espiar pelas fechaduras, a remexer papéis velhos. Disseram-lhe, por exemplo, que tal ou qual era um homem rico. Ele armou-se de paciência, esperou que o sujeito moresse, e quiz ver o inventário de seus móveis. Móveis e roupas. Contou-lhe as cadeiras, as mesas, as camas, os talheres. Por ahi lhe foi muita mais possível evocar a vida real do personagem do que por meio de pomposas narrações... O livro de Alcântara Machado é infinitamente pitoresco. Ele nos mostra como os homens de outros séculos, que fizeram a grandeza de S. Paulo, viviam. Dá-nos conta da importância da roça (nesse tempo o que tinha importância não eram as cidades, as mesquinhas cidades da época), mostra-nos como essa gente se vestia, se alimentava, cuidava da saúde, tinha sua religião, e, por fim, morria. Realidades precisas e concretas.

Autor: Medeiros e Albuquerque. Resenha original *Jornal do Commercio*.

Quando se analisa as resenhas completas, nota-se maior amplitude na análise e elogios. Assim, Roquette-Pinto disse em outro trecho de sua resenha:

O autor da “Vida e Morte do Bandeirante” não se detém apenas no respingar dos episódios. Cada qual lhe serve, à medida do preciso, para induções de ordem geral que muitas vezes explica, à luz do que fomos, o que somos hoje e haveremos de ser amanhã.²⁸⁴

E João Ribeiro também: “[...] versa mais sobre os factos que sobre os indivíduos, sendo que aquelles são os que melhor dellienam e colorem a figurada humana”.²⁸⁵ No jornal *O Estado de S. Paulo*, Plínio Barreto faz uma comparação entre Alcântara Machado e Fustel de Coulanges: ambos achavam que era por meio de testamentos que se poderia conhecer as instituições dos povos antigos. Nesse sentido, Plínio Barreto destaca não serem importantes, em si, os inventários e testamentos, mas sim a forma de análise feita pelo autor do livro, que “soube extrair” desses documentos “a pulsação de muitas existências”.²⁸⁶ Comprando a versão do autor, o resenhista faz coro à demonstração da falsidade da hipótese de Oliveira Vianna sobre a vida rica e luxuosa que levavam os paulistas antigos. Pelo contrário, menciona a demonstração da vida pobre e mesquinha que levavam esses personagens.²⁸⁷ Alcântara Machado agradeceu a Plínio Barreto por meio de carta, ressaltando: “As palavras tão cheias de caridade intellectual com que premiou o meu último ensaio tocaram-me o coração. Deus

²⁸⁴ ROQUETTE-PINTO, Edgar. Vida e morte do bandeirante. *Diário Nacional*, São Paulo, 31 ago. 1929, p. 3

²⁸⁵ RIBEIRO, João. Chronica Literária. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 set. 1929, p. 8.

²⁸⁶ BARRETO, Plínio. Livros novos, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 7 out. 1929, p. 3.

²⁸⁷ Ibidem.

lhe pague”.²⁸⁸ Note-se que Barreto faz uma comparação entre Alcântara Machado e Fustel de Coulanges, historiador conhecido já naquela época, aproximando os procedimentos de ambos para a escrita da história.

Para Silveira Bueno, em resenha publicada na *Folha da Manhã*, a narrativa de Alcântara Machado era pioneira, pois havia estudado a vida do bandeirante paulista em sua casa, seus móveis e “até sua psicologia”, sem se incomodar com as suas origens étnicas.²⁸⁹ Ao mencionar que até então não havia sido publicado nada mais interessante e completo sobre os sertanistas, o crítico possivelmente fazia comparações com outros autores, tais como Taunay e Ellis Junior, que já haviam produzido obras sobre o bandeirismo e tratado, em graus diferentes, da questão racial no planalto paulista. A julgar pelos comentários, a diferença era positiva, ou seja, a análise do cotidiano em detrimento da narrativa épica era plenamente aceitável e inovadora, embora essa marcação de diferença fosse feita sem a nomeação dos autores utilizados para comparação. Esse, porém, não é o único sentido das leituras. A resenha publicada no jornal *A Gazeta* transcrita acima, sem autoria identificada, deixa claro que o livro foi escrito por um paulista antigo, importante (da raça) enaltecendo seus ancestrais e, ao mesmo tempo, o seu público (para a raça). Ou seja, se para alguns o livro representava uma inovação, ao descer às minúcias de demonstrar a pobreza dos paulistas, sem glorificar heróis do passado, para outros era mais um exemplo de enaltecimento da “raça” paulista.

Em 1930 foi publicada a segunda edição de *Vida e morte do bandeirante*, o que chamou atenção de Cassiano Ricardo em artigo publicado no *Correio Paulistano*.²⁹⁰ Mostra-se consolado em ver um livro em segunda edição, pois, segundo ele, o público em geral não quer saber de livros. Após elogios a Alcântara Machado, destaca que os bandeirantes aparecem, na obra, “mais de carne e osso do que figuras literárias”.²⁹¹ E encerra com uma declaração de amor a São Paulo: “Primeiro o milagre da integração territorial do Brasil. Depois o milagre da sua integração política, e agora? Agora o milagre da sua integração econômica. O bandeirante das esmeraldas é hoje o bandeirante dos arranha-céu”.²⁹²

De acordo com as críticas acima destacadas, o pioneirismo de Alcântara Machado em eleger para objeto de análise o “homem comum” e seu cotidiano despertou a atenção dos resenhistas. Mas seu livro não se resume apenas a isso. Há outras possibilidades de leitura. Dizendo narrar o cotidiano de pessoas comuns, por meio de seus inventários e testamentos,

²⁸⁸ Carta de Alcântara Machado a Plínio Barreto de 10 set. 1929. Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) – USP, Fundo Plínio Barreto – PC-C-CP 0700.

²⁸⁹ BUENO, Francisco da Silveira. Livros novos, *Folha da Manhã*, São Paulo, 17 out. 1929, p. 8.

²⁹⁰ Ricardo, Cassiano. Vida e morte do bandeirante, *Correio Paulistano*, São Paulo, 30 set. 1930, p. 3.

²⁹¹ Ibidem.

²⁹² Ibidem.

Alcântara Machado apresenta também um guia de curiosidades sobre São Paulo antigo, gênero já praticado por Antônio Egídio Martins em *São Paulo antigo* (crônicas em jornais) e que seria retomado por Paulo Cursino de Moura e por diversas obras editadas e reeditadas quando da comemoração do quarto centenário da cidade (embora as obras de Martins e Moura refiram-se, principalmente, ao século XIX). Tais comemorações, que ocorreram em 1954 de forma grandiosa, representaram um momento em que, segundo Rodrigo da Silva, “o interesse pela história da cidade de São Paulo recrudesceu de modo impressionante”.²⁹³

Relacionar *Vida e morte do bandeirante* com os livros de Antônio Egídio Martins e Paul Cursino de Moura é pertinente, porque ambos evocam lugares, pessoas e costumes que na sua maior parte não mais existiam nos anos 1920. Tudo isso a evocar a curiosidade do leitor, que não mais encontraria esses lugares, de modo a fazer uma comparação entre a São Paulo moderna, agitada, cosmopolita, com uma cidade do passado, bucólica, com animais vagando pelas ruas, pessoas com rotinas simples etc. Antônio Egídio Martins (1860-1922), funcionário do Arquivo Público de São Paulo publicou seu livro sobre o passado paulista em 1911 (1º volume) e 1912 (2º volume), contendo a reunião de diversos artigos de jornais, escritos de 1905 a 1910. O autor firmou-se como “o mais fidedigno cronista de São Paulo pela minudência e segurança de seus escritos, apesar dos períodos intermináveis, da sintaxe por vezes desordenada e dos acumulamentos neles presentes”.²⁹⁴ O livro contém a evocação de lugares antigos, tais como o matadouro municipal, chafarizes de água, quartéis, criação de associações etc. A observação de Ana Claudia Veiga de Castro, embora feita para algumas crônicas que Menotti del Picchia fazia sobre São Paulo nos anos 1920, pode ser aplicada ao livro de Alcântara Machado e aos de Antônio Egídio Martins. Trata-se de perceber que a descrição de um passado não desenvolvido ressalta ainda mais a noção de modernidade e trabalho de construção de uma cidade cosmopolita.²⁹⁵ Essa descrição da “história de um povo” funciona como elogio, mesmo que indireto, pois inculca a ideia de que o progresso e riqueza existentes nos anos 1920 foram fruto exclusivo do “trabalho árduo”, das “obras” e “privações da população paulista”, que, portanto, merece a posição de destaque pretendida na Primeira República. É por isso que Medeiros e Albuquerque, em trecho de sua resenha transcrito no anúncio acima mencionado, afirmou: “Ele nos mostra como os homens de

²⁹³ SILVA, Rodrigo da. *Sobre taipas e textos: um estudo sobre as narrativas a respeito da cidade de São Paulo (1772 – 1953)* Dissertação (Mestrado em História), FLCH/USP, São Paulo, 2009, p. 240.

²⁹⁴ GASPARD, Byron. Prefácio. In MARTINS, Antônio Egídio. *São Paulo antigo*, São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, sem data, p. 7.

²⁹⁵ CASTRO, Ana Claudia Veiga de. *A São Paulo de Menotti del Picchia. Arquitetura, arte e cidade nas crônicas de um modernista*, São Paulo: Alameda, 2008, p. 127.

outros séculos, que fizeram a grandeza de S. Paulo, viviam.”²⁹⁶ E, mais preciso nesse sentido, o comentário de Mário Guastini, também reproduzido no anúncio acima mencionado: “Transporta-nos Alcântara Machado para um mundo que não conhecemos: e, com o seu comentário preciso e lapidar, desperta em nossa alma a admiração pela gente paulista.”²⁹⁷

O mesmo se pode falar do livro *São Paulo antigo*, de Paulo Cursino de Moura²⁹⁸, que além das evocações de lugares não mais existentes, de uma cidade bucólica, ainda trazia uma edição mais caprichada, com fotografias e mapas antigos da cidade de São Paulo. Segundo Byron Gaspar, o livro de Moura “nada mais fez do que reescrever, em bom português e agradável estilo, de fácil leitura, umas tantas informações contidas em São Paulo Antigo, mormente no que respeita à nomenclatura das ruas”.²⁹⁹

Outros relatos, versados na forma de memórias, também fizeram sucesso pela possibilidade de um contraste entre o antigo e o moderno, entre uma cidade simples e pobre e uma “metrópole” rica. Nesse viés se pode enquadrar as memórias de Maria Paes de Barros, *No tempo de dantes*.³⁰⁰ Trata-se de um relato publicado originalmente em 1946, quando a autora tinha 94 anos de idade. O prefácio é de Monteiro Lobato, e a introdução, de Caio Prado Junior. A narrativa compõe o cenário em que se desenvolveu a vida da autora, ou seja, São Paulo, incluindo o aspecto da cidade, como era uma viagem até o litoral, as viagens às fazendas de seu pai, a relação da família com os escravos etc.

No caso da cidade de São Paulo, há, para além dos gêneros dos livros acima citados, uma comparação visual, produzida por Militão Augusto de Azevedo (1837-1905). Pioneiro na fotografia, Militão produziu um álbum comparativo com fotos da cidade de 1862 e 1887. O próprio anúncio do álbum indicava seu objetivo: mostrar o progresso da cidade:

Álbum comparativo de vistas da cidade de S. Paulo 1862/1887 – contendo 60 vistas photographicas de tamanho 17/22 cm em um álbum nitidamente encadernado e impresso com os dizeres de todas as vistas, sendo ellas de egrejas, edificios públicos, largos, jardins, ruas e arrebaldes em 1862 e 1887, mostrando assim o grande progresso da capital.³⁰¹

²⁹⁶ MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa. Resenha original publicada no *Jornal do Commercio* não localizada. Mencionada no anúncio de *Vida e morte do bandeirante* publicado no *O Estado de S. Paulo*, em 9 de outubro de 1929.

²⁹⁷ Anúncio publicado em 2 out. 1929. *O Estado de S. Paulo*.

²⁹⁸ MOURA, Paulo Cursino. *São Paulo de outrora*, 3ª edição, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954.

²⁹⁹ GASPAR, Byron. *Op. cit.*, p. 9.

³⁰⁰ BARROS, Maria Paes de. *No tempo de dantes*, 2ª edição, São Paulo: Paz e Terra, 1998.

³⁰¹ *Apud* FERNANDES JUNIOR, Rubens, BARBUY, Heloisa, FREHSE, Faya. *Militão Augusto de Azevedo*, São Paulo: Cosacnaify, 2012, p. 20.

Não é coincidência o fato de as fotografias de Militão terem sido recuperadas e sua autoria creditada em 1914, quando o fotógrafo Aurélio Becherini foi contratado pela municipalidade para a realização de um álbum sobre as transformações que a cidade passaria. Becherini produziu negativos em vidro das fotografias de Militão, que foram adquiridos pela Prefeitura de São Paulo, então ocupada por Washington Luís. Outros álbuns foram produzidos no mesmo sentido.³⁰² Denota-se, assim o esforço do Poder Público Municipal em resgatar e produzir a história paulista, inclusive por meio de imagens, sempre destacando a ideia de progresso, riqueza, desenvolvimento etc.

Para o público leitor de *Vida e morte do bandeirante*, já acostumado com uma cidade cosmopolita, pensada pela intelectualidade como um espaço da modernidade, a descrição dos tempos “antigos”, versada no cotidiano e não apenas em batalhas e figuras importantes, presta um serviço semelhante. Essas narrações e evocações do passado são sintomáticas de São Paulo, cidade que teve uma violenta alteração física e em sua configuração nas duas primeiras décadas do século XX. A comparação era possível na década de 1920, já que existiriam pessoas que possivelmente se lembravam de uma cidade menos agitada, populosa e urbanizada, como a própria Maria Paes de Barros. Na verdade, como diz Nicolau Sevcenko, São Paulo:

Não era uma cidade nem de negros, nem de brancos e nem de mestiços; nem de estrangeiros e nem de brasileiros; nem americana, nem européia, nem nativa; nem era industrial, apesar do volume crescente das fábricas, nem entreposto agrícola, apesar da importância crucial do café; não era tropical nem subtropical; não era ainda moderna, mas já não tinha passado.³⁰³

As curiosidades trazidas em *Vida e morte do bandeirante* permitem essa forma de comparação entre duas “São Paulo”, embora seu autor não tenha especificado esse objetivo - e talvez sequer pretendesse atingi-lo. Com isso não se pretende desqualificar a noção de história e a proposição feita por Alcântara Machado logo no início do seu livro, no sentido de que apenas com a investigação dos costumes é que se poderia entender as possibilidades de atuação dos paulistas antigos. Sua premissa procede, mas o texto que a ela se segue deve ser modulado de acordo com o possível efeito exercido sobre os leitores. O autor narra, quase

³⁰² Idem, p. 21.

³⁰³ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 31.

como a descrição de um cenário ou uma pintura, o espaço em que se moviam os personagens que tratará, instigando a imaginação dos leitores. E arremata com uma invocação afetiva:

Pelas vielas do povoado, ou atravez das lavouras, deslisam sombras. Rebanhos trágicos de negros da terra ou da Guiné. Mamelucos madraços e atrevidos. Potentados de grande séqüito, cheio de rudeza e gravidade, que passam e de repente desaparecem, tragados pelo sertão. Desses phantasmas, humildes ou altaneiros, não distinguimos a physonomia, tão largo é o espaço que nos separa. Mas, apesar da distância, ouvimos o que dizem e sabemos o que sentem. Viver alguns instantes com os mortos de que vimos, entre as cousas que os cercavam, é a volúpia a que nos convidam essas folhas rebarbativas, desmanchadas em poeira ou mosqueadas de bolor [os inventários e testamentos].³⁰⁴

Essa forma de empolgar o leitor pode ser explicada, em parte, pelo fato de Alcântara Machado ter sido aluno da Escola Neutralidade, de João Kopke, no curso primário, no final do século XIX.³⁰⁵ Em 1916, na *Revista do Brasil*, Kopke atacou duramente o livro *Minha terra e minha gente*, de Afrânio Peixoto, “destinado ao ensino de Educação Moral e Cívica nas escolas primárias...”³⁰⁶ De acordo com a descrição de Tânia Regina de Luca:

Kopke questionava o estilo da obra, caracterizado como frio, seco, concentrado, fleumático e despido “... do calor narrativo, capaz de emocionar, e, através da emoção despertada, afetar o leitor juvenil, produzindo-lhe no coração e na mente impressões, que assegurassem o êxito do fim proposto ao livro, isto é, inspirar o zelo pela pátria como terra e nação.”³⁰⁷

Sabe-se que *Vida e morte do bandeirante* não foi escrito para o público de escola primária, e que tampouco tinha como finalidade despertar nos adolescentes zelo pela nação. Mas não se pode negar que quando Alcântara Machado escreveu o livro, fixando de forma impressionante os detalhes do cenário em que se moviam os paulistas antigos, tenha levado em conta as palavras de seu velho professor. O livro continha, ainda para ajudar a visualização da história e tornar a leitura agradável, ilustrações feitas por Yan de Almeida Prado (até a segunda edição) e J. Wasth Rodrigues (nas edições posteriores). Em determinados momentos da narrativa é necessário que o leitor tenha o mesmo modo de percepção do mundo e partilhar referências até mesmo afetivas sobre a cidade de São Paulo:

³⁰⁴ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado d'. *Op. cit.*, p. 12 e 13.

³⁰⁵ *Senadores Brasileiros*, publicação do Senado Federal Brasileiro, sem indicação de autor, Brasília: sem indicação de editora, 1986, p. 1464.

³⁰⁶ LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*, 1ª reimpressão, São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 94.

³⁰⁷ *Ibidem*.

“Lembre-se alguém de oferecer agora duas escopetas ou três colchões, em troca de um metro quadrado de terreno naquele ponto!” [Rua Direita].³⁰⁸ Ou ainda outro exemplo nesse sentido: “Lembram-se daquela casa térrea de dois lanços que, não faz muitos annos, em plena rua Direita, scandalizava com seus ares caipiras os palácios visinhos de três e quatro pavimentos e rutilantes vitrinas? Lembrem-se, com certeza”.³⁰⁹ A certeza da lembrança é um indicativo de que o autor sabia bem quem seria o público do seu livro.

A função comparativa contida em *Vida e morte do bandeirante* assume, em determinados momentos, um viés a-histórico, porque compara os antigos colonos paulistas com a realidade dos anos 1920: eles são medidos com uma régua que faz sentido no início do século XX. Ao fazer perguntas e praticamente ridicularizar determinadas atitudes dos paulistas do século XVI, XVII e XVIII, Alcântara Machado conta uma história que já passou, um passado posto à distância. Envolve o leitor em seus argumentos por meio da linguagem, que é quase uma conversa, pontuada por interrogações e reticências, e não pelo procedimento científico. Ele ri desse passado e convida o leitor a fazer o mesmo, como em uma conversa de amigos. Cria-se um clima de intimidade, seja pelo assunto estudado (interior da casa dos bandeirantes, suas vestimentas etc), seja pela forma dada à narrativa. Guardadas as diferenças, cabe para *Vida e morte do bandeirante* a análise que Ricardo Benzaquen de Araújo fez a propósito de *Casa-grande & senzala*, no sentido de compreender que essa “conversa informal” decorre de um “esforço no sentido de reanimação de alguns dos valores do passado (...)”.³¹⁰ Coisa que a frieza de um tratado científico – mesmo aqueles embasados nas teorias raciais então em voga – não tem.

Desta forma, as análises possíveis de *Vida e morte do bandeirante* não se encerram na oposição glorificador dos heróis regionais *versus* detrator as simbologia bandeirante. As próprias resenhas elaboradas quando da publicação do livro indicam essa pluralidade de sentidos. Tão importante quanto tratar de um personagem histórico que já então representava um símbolo é analisar como a linguagem e a forma de narrativa influenciam os leitores e “garantem” a importância dos argumentos defendidos pelo autor.

³⁰⁸ Idem, p. 23.

³⁰⁹ Idem, p. 40.

³¹⁰ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Chuvas de verão. “Antagonismos em equilíbrio em *Casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre. *Um enigma chamado Brasil. 29 intérpretes e um país*. BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lília Moritz (org.), São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 198-211, p. 206

EM TODAS AS LIVRARIAS

"Vida e Morte do Bandeirante"

por ALCANTARA MACHADO

"A vida íntima dos paulistas, durante aquelle longo período, resurge nas paginas deste livro com as cores naturaes. Está claro que o mais importante da obra não foram os inventarios que forneceram: foi a intelligencia do escriptor. Lucidissima, aguda, de raro brilhantismo, soube extrahir do arido montão de documentos abertos a seu exame a pulsação de muitas existencias".

(Plinio Barreto, "O Estado").

O livro admiravel que Alcantara Machado acaba de publicar veio encher de alegria os apaixonados das velhas tradições. E' obra de um erudito, dono de apurado gosto".

(Roquette Pinto, "Diário Nacional").

"Alcantara Machado... realizou um trabalho excepcionalmente bello... gloria e monumento das nossas letras... E' obra de escriptor de raça. Para a Raça".

("A Gazeta").

"Não sabemos o que mais admirar: se o notavel dom de synthese do autor, se o primoroso requinte demonstrado na escolha das transcripções, se o traço de perfeição artistica, que faz da "Vida e Morte" um modelo literario".

("Diário Nacional").

"E' obra de vivo interesse, que os que desejam a realidade histori-

ca não podem deixar de ler. Elugio maior não conheço eu, para qualquer livro...".

(Augusto F. Schmidt, "O Jornal").

"O seu livro vai ficar. Nunca se escreverá melhor, com tanta sciencia, tão elegantemente, mais profundamente".

(Eugenio Egas).

"Não se pode imaginar livro mais interessante, verdadeiro e substancioso que essa historia cultural de S. Paulo... E' uma admiravel introdução á historia narrativa, não porque a preceda, mas porque a contém e esclarece... Sentimos falar tão pouco desse trabalho scientifico e literario, que por si só nos dá a chave da vida e da civilização colonial nos dois primeiros seculos".

(João Ribeiro, "Jornal do Brasil").

"Livro verdadeiramente notavel... de evocação só accessivel aos espiritos privilegiados... Livro magnifico... dá a impressão perfeita da vida...".

(Agenor de Roure, "Jornal do Commercio").

"Transporta-nos Alcantara Machado para um mundo que não conhecíamos; e, com o seu commentario preciso e lapidar, desperta em nossa alma a admiração pela gente paulista".

(Mario Guastini, "Jornal do Commercio").

Fig. 4

CAPÍTULO 3

UM LIVRO “MODERNO”?

3.1. Modernismo, modernos e bandeiras

Embora o protagonismo do “homem comum” tenha sido um atributo de distinção citado pelos analistas de *Vida e morte do bandeirante*, pode-se pensar em outro: a ironia. Trata-se de poderosa ferramenta utilizada por Alcântara Machado que também diferenciara seu livro das obras de outros autores, tais como os já citados Alfredo Ellis Junior e Afonso Taunay. Esse aspecto é normalmente ignorado pelas análises que tratam da ideologia subjacente à narrativa da história paulista. Nessa chave de leitura, importa destacar como as obras de história contribuíram para a construção e cristalização de símbolos utilizados com fins políticos. Todavia, ao se tomar a ironia como um atributo de distinção e ferramenta de crítica, pode-se compreender melhor os constrangimentos e possibilidades colocados a um jurista e político de uma tradicional família ao escrever sobre o passado paulista e lidar com a simbologia bandeirante em uma “obra de história”.

De acordo com Laura de Mello e Souza, “o que causa impacto no livrinho de Alcântara Machado é a modernidade na escolha do objeto e das fontes, a dissolução das personagens no destino comum da capitania, a valorização de temas até então desconsiderados [...]”.³¹¹ Mas a “modernidade” ou pioneirismo do livro não combinavam com a figura pública de seu autor. Ou seja, tratava-se de um livro apartado da apologia ao símbolo bandeirante, vertente “tradicional” da historiografia das bandeiras, mas escrito por um autor que se identificava ao máximo com a figura e virtudes de um paulista de velha estirpe. Tanto não combinava que no *Correio Paulistano* de 15 de agosto de 1929 saiu uma nota atribuindo *Vida e morte do bandeirante* a António de Alcântara Machado:

³¹¹ SOUZA, Laura de Mello e. Texto introdutório, *Vida e morte do bandeirante*. In *Intérpretes do Brasil*, volume I, 2ª edição, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 1200.

Recebemos, hontem, com muita satisfação, “Vida e morte do bandeirante”, livro interessante como os melhores e mais bem escriptos, que ultimamente têm sido editados em São Paulo. Não precisamos dizer que nos agradou immensamente a fineza da offerta, pelo o sr. Antonio Alcântara Machado, seu autor, já se impoz, de há muito, nos meios cultos de S. Paulo, pela sua pujante intellectualidade.³¹²

No dia seguinte, a emenda:

Devido a um lapso na notícia em que registramos gentil offerta, que nos fez o illustre intellectual sr. dr. Alcântara Machado, eminente professor de Direito, do seu interessantíssimo livro “Vida e morte do bandeirante”, sahiu como sendo da autoria do sr. Antonio Alcântara Machado, o precioso trabalho literário, de que falaremos, mais de espaço, com o carinho e admiração que nos merece tão valiosa contribuição para a história das glórias passadas dos paulistas.³¹³

Talvez não seja mera coincidência que na segunda nota, já identificado que o autor do livro era o então senador estadual de 54 anos, católico notório, professor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco desde 1895, se fale em “glórias passadas dos paulistas.” Nesse caso, com a correção do nome próprio, bem se vê o que ocorre com a função de autor quando atrelada ao livro: adquire características diferentes, afinadas com a figura pública de Alcântara Machado. E isso mesmo se o redator da nota não tivesse essa intenção. Um ato instintivo ou mesmo falho, nesse particular, explica ainda mais. Visto dessa forma, o livro de fato combinava mais com a figura de António de Alcântara Machado, ou com algum escrito moderno do que com o “velho” perrepista.

O modernismo possibilitou a inversão de determinados temas na literatura nacional. Segundo Antonio Candido, “não se precisaria mais dizer e escrever, como no tempo de Bilac ou do conde Afonso Celso, que tudo aqui é belo e risonho: acentuam-se a rudeza, os perigos, os obstáculos da natureza tropical”.³¹⁴ Mas, se o movimento de renovação cultural aglutinou diversos intelectuais contra um inimigo comum, os gêneros literários do século XIX, para Alfredo Bosi “o culto da blague e o vazo das afirmações dogmáticas acabaram impedindo que os modernistas da fase heroica repensassem com objetividade o problema da sua inserção na práxis brasileira”.³¹⁵ A união inicial dos modernistas em torno de uma agenda de renovação cultural, de atualização da literatura brasileira dará lugar a disputas de grupos e suas propostas

³¹² *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 5, 15 ago. 1929. Nota não assinada.

³¹³ *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, 16 ago. 1929. Nota não assinada.

³¹⁴ SOUZA, Antonio Candido de Mello e. *Literatura e sociedade*, 9ª edição, Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, p. 126.

³¹⁵ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*, 41ª edição, São Paulo: Cultrix, 1994, p. 343.

de conhecimento da realidade do Brasil. Ainda conforme Bosi, é justamente por isso que depois haverá a proliferação de grupos afinados com as mais diversas correntes ideológicas. O caso do grupo verde-amarelo é um exemplo, pois desaguou no “parafacismo integralista de Plínio Salgado”.³¹⁶ Formado por intelectuais paulistas, esse grupo defendia o culto das tradições do Brasil e que a “construção de um projeto de cultura nacional deve comportar um retorno idílico às tradições do país”.³¹⁷ E tal construção passava pela valorização da história regional. Por isso, é significativo que Alfredo Ellis Junior tenha sido integrante deste grupo e moldado seus escritos com base na visão de um suposto nacionalismo com base racial em São Paulo, conforme já visto. Cassiano Ricardo, também membro do grupo, publicou *Martim Cererê* em 1928. Composto de um longo poema, nessa obra a história “se entrelaça e se confunde com a lenda, com o mito”.³¹⁸ Mesmo sendo um poema, não se afasta da vertente laudatória dos bandeirantes calcada em documentação e apresentada ao público como obra de história. O poema se aproxima ainda mais dos livros de Taunay e Ellis Junior, por exemplo, quando credita os crimes de escravização dos indígenas, praticado pelos bandeirantes, à época das bandeiras: “E que Raposo, em confronto / com os crimes da sua época, / ainda seria um anjo...”³¹⁹

Por outro lado, Oswald de Andrade fará paródia de cronistas da história do Brasil em seu livro *Pau-Brasil* (1925). Conforme ressalta Vera Lucia de Oliveira, na seção História do Brasil o autor utiliza a paródia como instrumento principal, “que operando em nível do discurso estabelecido, corrompe-o por dentro, para dar lugar a uma nova perspectiva da qual se é porta-voz”.³²⁰ Esse procedimento permite a inversão do significado do texto parodiado, em alguns casos transformando-o do “reforço tautológico da soberania do opressor” ao “veículo da crítica mais feroz, do ponto de vista do oprimido”.³²¹ Como exemplo, a autora menciona trechos do poema *Carta*. Composto de trechos de uma carta verdadeira de Fernão Dias Paes, Oswald de Andrade utiliza a paródia para destacar a verdadeira finalidade das bandeiras, vistas naquele momento como empreitadas heróicas: lucro. Eis o poema:

³¹⁶ Ibidem.

³¹⁷ VELLOSO, Mônica Pimenta. *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*, 2ª edição, Rio de Janeiro: CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 1990, p.42.

³¹⁸ OLIVEIRA, Vera Lúcia de. *Poesia, mito e história no modernismo brasileiro*, São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 172.

³¹⁹ Apud OLIVEIRA, Vera Lúcia de. *Poesia, mito e história no modernismo brasileiro*, São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 197.

³²⁰ Idem, p. 123.

³²¹ Ibidem.

Vossa Senhoria
Deve considerar que este descobrimento
É o de maior consideração
Em rasam do muyto rendimento
E também esmeraldas³²²

Ainda segundo Vera Lucia de Oliveira, o próprio Oswald de Andrade entendia a sátira como oposição, pois sua função é “crítica e moralista”.³²³ O autor, diz ela, “capta aqui um aspecto peculiar e importante da sátira e do riso, a sua dogmaticidade, a sua capacidade de liberar-se das convenções e dos limites, da unilateralidade do ponto de vista dominante”.³²⁴ Nesse exemplo de *Pau-Brasil*, foi com bom humor e ironia que Andrade pretendeu causar estranhamento à versão bem comum e amplamente difundida das bandeiras, que tratava seus integrantes como heróis. Um ano antes, em 1924, a ironia sobre a história bandeirante já se fazia presente no *Manifesto da poesia pau-brasil*:

[...] Toda a história bandeirante e a história comercial do Brasil. O laudo doutor, o lado citações, o laudo autores conhecidos. Comovente. Ruy Barbosa: uma cartola na Senegâmbia. Tudo revertendo em riqueza. A riqueza dos bailes e das fases feitas. Negras do jockey. Odaliscas no Catumbi. Falar difícil [...]³²⁵

É importante salientar que mesmo se tratando de um manifesto, também dirigido à polêmica e a desautorizar os escritores “antigos”, o autor não utiliza crítica ou deboche direto do símbolo bandeirante. Ao contrário, utiliza a sátira como recurso para criticar alguns aspectos das letras nacionais. Não se deve, entretanto, colocar uma barreira imóvel de coerência no discurso de Oswald de Andrade. Se o livro *Pau-Brasil* já demonstra uma tomada de consciência em relação à “descoberta do país”, é possível surpreender seu autor em 1921 fazendo a seguinte afirmação: “A questão racial entre nós é uma questão paulista. O resto do país, se continuar conosco, mover-se-á como o corpo que obedece, empós do nosso caminho, da nossa ação, da nossa vontade”.³²⁶ Certamente a obra de Oswald de Andrade não se resume a essa frase apologética a São Paulo, mas bem demonstra que, de início, alguns intelectuais do modernismo paulista pareciam ter em comum o desejo de renovação das letras nacionais,

³²² Apud OLIVEIRA, Vera Lúcia de. *Poesia, mito e história no modernismo brasileiro*, São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 130.

³²³ OLIVEIRA, Vera Lúcia. *Op. cit.*, p. 102.

³²⁴ *Ibidem*.

³²⁵ ANDRADE, Oswald. Manifesto da poesia pau-brasil. Apud TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*, 3ª edição, Petrópolis: Vozes, 1976, p. 15.

³²⁶ Apud MACHADO, Luís Toledo. *Antônio de Alcântara Machado e o modernismo*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970, p. 16.

porém sem maiores compromissos de ordem ideológica. A referência, para comparação, são escritos de Oswald de Andrade antes da publicação de *Vida e morte do bandeirante*, ou seja, publicados antes de 1929 e relacionados aos programas modernistas de São Paulo. Essa distinção é importante, porque conforme assinala Antônio Celso Ferreira, os escritos produzidos posteriormente “formam um painel desalentado, amargo, e algo profético de sua terra natal”.³²⁷

Enquanto Oswald de Andrade colocava em xeque a representação decorrente da simbologia paulista de forma indireta, pela sátira, Mário de Andrade, pelo menos em uma oportunidade, a atingiu diretamente. Em 1926, Sérgio Milliet fez uma resenha elogiosa ao livro de poemas *Raça*, de Guilherme de Almeida, que termina da seguinte forma: “Todo esse pedaço é profundamente nosso, de São Paulo. Isso não é um defeito, porque só se é brasileiro sendo paulista, como só se é universal sendo do seu país”.³²⁸ Mário de Andrade publicou uma carta-protesto, na qual atacava diretamente a questão da simbologia paulista nos seguintes termos:

Como símbolo o paulista é também aquela besta reverendíssima da guerra dos Emboabas, ainda por cima arara e covardão. É o homem que não soube tornar fecundo o ouro sem conta de minas. É o homem que abandonou toda uma região porque, sem providências de tratamento, sem bom senso e carinho, ela não dava mais café. E é ainda o homem... bom inda é cedo para comentar o procedimento dos paulistas durante a Isidora e a gente vive em estado de sítio. Porém eu, que vivi na rua observando os revoltosos e legalistas, tenho muito o que contar sobre a psicologia do povo paulista.³²⁹

Pode-se perceber que a crítica à simbologia bandeirante varia bastante, mesmo entre os autores considerados modernos (sem prejuízo dos demais autores, também de grupos modernos, que somente exaltavam a história paulista). Mas não existiam apenas os cânones pregados pelos grupos modernistas sobre a história de São Paulo. A simbologia paulista foi um prato cheio para os humoristas. Embora não sejam considerados intelectuais na acepção que se dá aos modernistas, sua produção circulava e era conhecida também pelos “historiadores paulistas”.

Mais radical em termos de crítica era Juó Bananére, pseudônimo de Alexandre Ribeiro Marcondes Machado (1892-1933), e outros humoristas “macarrônicos” Embora por

³²⁷ FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*, São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 21.

³²⁸ *Apud* FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*, São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 44.

³²⁹ *Idem*, p. 45.

vezes despertasse o ódio dos intelectuais paulistas, Marcondes Machado não formulava suas críticas à elite paulista de forma direta; sua ferramenta era o humor, versado em “macarronismo ítalo-caipira”.³³⁰ Seus artigos, inicialmente publicados no jornal *O Pirralho* (dirigido por Oswald de Andrade), expressavam um espécie de língua por ele criada, “que mistura dois universos linguísticos provenientes não só de registros escritos mas também e sobretudo de instáveis registros orais”.³³¹ Juntam-se, assim, os idiomas italiano e o português totalmente alterados para elaborar críticas aos políticos paulistas, principalmente no momento da campanha civilista.³³² Em 1915, quando Olavo Bilac esteve em São Paulo e fez importante discurso na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, por conta da sua campanha nacionalista, Juó Bananére publicou uma sátira do discurso com o seguinte final:

I quali é a consequenza diste relaxamento? É qui os intaliano non manda nada quano puteva inveiz aguverná ista porcheria! Quale é a consequenza da bidicaçó da nostra forza e du nostro nacionalismo? É chi nasce uma crianza, a maia é intaliana, o paio é intaliano e illo nasce é um gara do brasileiro! Istu no podi ingontinuá, no! A voiz chi sono giovani i forte cumpette afazê a reaccó, cumbattê, vencê e diniminuá istu tudo! Tegno dito. – Rompi uma brutta sarva di parma. Mi begiário, mi giugáro flor e mi liváro encarregado até o bondi inlétrico.³³³

A “consequência” da sátira foi uma manifestação de estudantes da Faculdade de Direito em frente à redação do jornal *O Pirralho*, que demitiu Bananére. Como vingança, outro humorista, José Agudo, pseudônimo de José da Costa Sampaio, publicou as seguintes falas de seu personagem Juvenal Paulista: “Já se podia ser burro em São Paulo, pois até há bebedouros para eles nas praças públicas” [...] “ali mesmo, no Largo de São Francisco, às portas da academia, existe um... e bem grande”.³³⁴ Sampaio parece ser mais direto em suas críticas, sempre vazadas em tom humorístico. O personagem Juvenal apareceu em um livro de 1912. “[...] bisneto do tenente Francisco Bueno Garcia Leme, um dos trinta felizes membros que testemunharam o célebre desarranjo intestinal do Príncipe Regente, ocorrido na tarde do não menos célebre 7 de setembro”.³³⁵ A crítica toca num ponto central da construção da simbologia bandeirante: o orgulho da antiguidade de estirpe. O próprio nome do “tenente”,

³³⁰ Expressão de Elias Thomé Saliba.

³³¹ SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*, 2ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 170.

³³² Ibidem.

³³³ Apud SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*, 2ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 198.

³³⁴ Apud SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*, 2ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 199.

³³⁵ Idem, p. 165.

avô do personagem, evoca nomes de antigos e conhecidos bandeirantes, tais como Bueno e Leme.

Juó Bananére ainda aparecerá após a Semana de Arte Moderna de 1922, quando então se acirrou o clima político em São Paulo, bem como as disputas sobre a simbologia bandeirante. Em 1924 chama Washington Luís, o presidente que antes possibilitou a publicação dos documentos antigos sobre a história de São Paulo, de “Mussolino di Macaé” (local de nascimento de Washington Luís) e satiriza o arrogante lema escolhido para a cidade de São Paulo: “Non Ducor Duco” transforma-se em “non co tuca”.³³⁶ Em 1933, momento das eleições para a Assembleia Constituinte, que chama de “Disputta da Taça Ingonstituente”, Juó Bananére comenta em seu jornal *Diario do Abaix’o Piques*: “Non si sabe bê ainda si a Inconstituente vai mantê a antiga formola governamentale da primiêra Ripubliga, isto é, uma ripubliga monarchica inreditaria sopra dinastia dos Perrepê...”³³⁷ Ao mencionar os integrantes da Chapa Única por São Paulo transforma Alcântara Machado em “Argantara Maxucado”.³³⁸ A edição de 30 de junho de 1933 mostra uma fotografia de dançarinas com as pernas de fora e a seguinte legenda: “A turma da xappa unica, pronta p’ra intrá in acçó”.³³⁹

Ao assim proceder Juó Bananére tocava num ponto sensível aos intelectuais e políticos paulistas, já que muitos deles, candidatos à Assembleia Constituinte, eram filiados ao PRP. Não convencido da unidade política formada em São Paulo, quando PRP, PD e demais seguimentos da sociedade uniram forças para possibilitar maior representatividade na votação da futura Constituição, ironiza ao perguntar se haverá uma república monárquica hereditária do PRP. Noutras palavras, num momento em que se pregava a união como fator de fortalecimento do estado para votar a constituição, o humorista traz à superfície a antiga problemática do monopólio do poder pelo PRP, questão anteriormente explorada pelo PD.

Outros humoristas chamavam alguns locais rebatizados da cidade de São Paulo pelos seus nomes antigos, populares e impertinentes, que lembravam um passado nada glorioso, muito menos uma cidade moderna e industrializada, tais como Largo do Pelourinho, caminho para o sítio do Quebra-Bunda, Largo da Força etc.³⁴⁰ De acordo com Elias Thomé Saliba, embora fossem populares na época, esses humoristas paulistas caíram no

³³⁶ Idem, p. 212.

³³⁷ *Diario do Abaix’o Piques*, São Paulo, p. 1, 3 maio 1933.

³³⁸ Idem, p. 2.

³³⁹ *Diario do Abaix’o Piques*, São Paulo, p. 1, 30 jun 1933.

³⁴⁰ SALIBA, Elias Thomé. *Op. cit.*, p. 186 e 187.

esquecimento, principalmente porque não se adequavam a nenhum cânone literário.³⁴¹ Além disso, não se adequaram ao modernismo paulista:

Rechazando a identidade de uma cultura paulista, calcada ou num regionalismo pasteurizado ou num cosmopolitismo civilizador, esses macarrônicos acentuam os excessos da língua, as rebarbas de significado, incluindo os ressentimentos e os preconceitos sociais. Não possuíam respostas estéticas definidas, nem programáticas, não perfilavam difusa opção política nem se congregavam em *coteries* e igrejinhas, quase podemos vê-los como aqueles “literatos ambulantes” de que nos falava Brito Broca em suas memórias.³⁴²

Denota-se, portanto, que para um intelectual dos anos 1920, o modernismo não seria o único movimento ou gênero apto a sugerir alterações na forma de encarar a história paulista, especialmente fazer eventuais críticas aos bandeirantes. Se, de um lado, tem-se Oswald de Andrade ironizando a história bandeirante, e Mário de Andrade condenando a “glorificação” paulista, tem-se, do outro, Alfredo Ellis Junior encerrando seu livro *Raça de gigantes* contendo apologia panfletária aos paulistas:

Os paulistas mortos representarão assim esse papel principal do nosso grandioso futuro, como já são elles os grandes credores da nossa actual invejável situação, que está nas proporções das excepçõaes virtudes eugênicas que lhes aureolaram o physico e o moral, as quaes tão bem souberam transmittir aos seus posterios.³⁴³

Não se trata de eleger o programa de um dos grupos modernistas paulistas, ou então os humoristas “macarrônicos” como corretos para condenação ou desmerecimento de outros autores, tidos como mais tradicionais. Procura-se, antes, entender a pluralidade de direções e prescrições em termos literários e ideológicos, os diversos caminhos para os escritores dos anos 1920. Além disso, deve-se evitar aquilo que Luis Augusto Fischer chama de “modernistrolatria”, ou seja, de qualificar positivamente um escritor ou uma obra

³⁴¹ Idem, p. 156.

³⁴² Idem, p. 207. Transcreve-se outra passagem significativa de Elias Thomé Saliba sobre a não aceitação dos humoristas macarrônicos que bem elucida a questão: “Nos anos 20 serão poucos os humoristas macarrônicos sobreviventes à voga modernista. E isso porque esses poucos sobreviventes tornaram-se logo impertinentes – impertinentes porque insistiam no chulo exercício de expressar uma São Paulo cheia de rebarbas, conflituosa, não resolvida, carente de identidade, e engraçada, em suma...macarrônica. Idem, p. 211.

³⁴³ ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Raça de gigantes*, São Paulo: Editorial Helios, 1926, p. 366.

exclusivamente pelo fato de ter pertencido ao movimento modernista paulista ou ter qualquer relação com a Semana de Arte Moderna de 1922.³⁴⁴

Embora as críticas macarrônicas dos humoristas não sejam propriamente obras de história, elas podem ser utilizadas para apreender os limites do que poderia ser dito. Isso porque tendem a fazer críticas até mais diretas que determinados escritos irônicos de autores modernistas, justamente à simbologia paulista, aos políticos, às figuras públicas. Ora, a *paulistanidade* e a apologia às qualidades de São Paulo eram partes integrantes da escrita da história do passado regional, especialmente as bandeiras; as críticas endereçadas a tais qualidades tocavam numa imagem de civilização burguesa que os próprios paulistas tinham de si.

Colocando-se em suspenso o fato de que provavelmente um livro de história não poderia conter humor macarrônico, é possível que seus autores tivessem conhecimento de que críticas diretas aos bandeirantes atingiriam suas figuras públicas, já que normalmente assentadas sobre a simbologia paulista. Seria o mesmo que desestabilizar um importante pilar da caracterização do próprio mundo em que viviam. Talvez seja também por esse motivo, ou melhor, por essa cautela ao se fazer críticas ao símbolo bandeirante que os “historiadores” tenham sido preservados, lidos editados e os críticos mais agudos não. Noutras palavras, há censuras impostas aos textos históricos que não existem aos textos dos humoristas macarrônicos. O mesmo pode ser dito do humor de alguns modernistas, outro fator que, embora não relacionado especificamente com a escrita da história, não deve ser descartado. Conforme visto, Oswald de Andrade, em *Pau-Brasil*, debochou sutilmente dos reais interesses de um bandeirante famoso. Enquanto diversos escritores e historiadores destacavam os nobres serviços que tal personagem histórico tinha prestado ao Brasil, com o alargamento de suas fronteiras, Oswald de Andrade indica como preponderante o interesse financeiro. Mas o faz em forma de verso, numa obra que está longe de ser considerada de história, muito embora o autor tenha utilizado relatos consagrados da historiografia nacional, a começar pela carta de Pero Vaz de Caminha.

Decerto há um caráter inovador nas obras dos modernistas paulistas, mas possivelmente ao historiador estava vetada a possibilidade de experimentos modernos: há uma obrigação de tratar os fatos históricos com seriedade, praticamente como um texto jurídico. A seriedade parece ser, aliás, um dos atributos identificadores para um livro ser recebido como

³⁴⁴ FISCHER, Luis Augusto. Reféns da modernistolatria. *Revista Piauí*, edição 80. Questões de literatura e cultura, São Paulo, mai. 2013. Disponível em <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-80/questoes-de-literatura-cultura/refens-da-modernistolatria>, consultado em 08 jun. 2014.

obra de história. A comparação entre um texto ficcional e um texto de história, ambos produzidos por um autor modernista é um bom meio de se compreender como ele lida com os constrangimentos que cada uma dessas formas impõe. E tanto melhor que esse autor modernista seja Antônio de Alcântara Machado. Especificamente em relação à História do Brasil, diagnosticava:

Simples enumeração de datas e feitos heróicos. Crítica nenhuma, nenhuma ligação entre dois fatos. Imbecilidades deprimentes até, isso sim. Mais ou menos parecidas com a contida na resposta à pergunta: “Quais foram os serviços do Dr. Nilo Peçanha em relação às finanças do país?”, que se encontra na edição hoje adotada do compêndio de Lacerda: “Foram tão relevantes que, quando deixou o poder, os nossos banqueiros em Londres, Srs. Rothschild & Cia., declararam que o Brasil tinha alcançado um período de excepcional prosperidade, graças unicamente ao governo que findou.” Para quem quiser.³⁴⁵

O que, em si, não era novidade, já que em 1877 Capistrano de Abreu fazia crítica semelhante: “Dar notícias de batalhas, fazer desfilar diante dos olhos do leitor os nomes de coronéis e majores, pintar o entusiasmo que se apoderou deste ou daquele grupo a ver D. Fuão ou D. Sicrano, será tudo quanto se quiser, menos história [...]”.³⁴⁶ E sobre a eloquência, Antônio de Alcântara Machado fez a seguinte apreciação:

Na Faculdade de Direito de São Paulo (que já aponte como grande responsável por todo esse descalabro) não há dia em que não se perpetrem dois discursos pelo menos. De alunos e lentes. O aluno começa infalivelmente assim: “À nímia gentileza de meus colegas devo a subida honra que me atemoriza de erguer a voz neste momento interpretando o sentir unânime desta mocidade que vos cerca, eminente Mestre, e que é sem dúvida a esperança viva da pátria excelsa, o alicerce em que...” e patatipatatá. O lente responde assim: “A juventude sempre generosa desta velha casa de tão gloriosas tradições, onde Álvares de Azevedo tangeu a sua lira peregrina e Rui Barbosa ensaiou os seus primeiros vôos de gigante da palavra, está longe de ser, eu já disse uma vez, está longe de ser a crisálida inconsciente do inseto dourado do porvir...” e tarari-tarará. Arcadas resistentes. Puxa!³⁴⁷

De acordo com Luis Toledo Machado, sua ironia “vale, pois, por uma tomada de posição diante da realidade paulista, e embora não implique em hostilidade declarada ao meio

³⁴⁵ *Apud* MACHADO, Luís Toledo. *Antônio de Alcântara Machado e o modernismo*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970, p. 18.

³⁴⁶ *Apud* AMED, Fernando. *As cartas de Capistrano de Abreu. Sociedade e vida literária na belle époque carioca*, São Paulo: Alameda, 2006, p. 164. Trata-se de uma crítica, em artigo de jornal, elaborada por Capistrano de Abreu sobre um compêndio de história.

³⁴⁷ *Idem*, p. 20.

social, constitui inevitavelmente um recurso de observação crítica de costumes”.³⁴⁸ É assim que, no conto “Sociedade”, de *Brás, Bexiga e Barra Funda* (1927)³⁴⁹, Antônio de Alcântara Machado faz uma espirituosa crítica dos paulistas tradicionais, quando apresenta uma mãe de importante família contrária ao casamento de sua filha com um descendente de “carcamano”. Mas o italiano é apresentado como alguém que prosperou pelo trabalho, desde os tempos em que vendia fiado à mãe da noiva cebolas e azeite. Embora vazado em ironia, o conto não deixa dúvidas ao criticar os costumes de certas famílias tradicionais paulistas. O dinheiro, então, já mudava de mãos nos anos 1920, passando aos industriais imigrantes. Assim, nome era tudo o que restava como patrimônio da família tradicional e decadente representada no conto em questão, mesmo que mantido à custa de compra de alimentos fiado.

Todavia, o bom humor e a ironia como forma de crítica não são as qualidades de um ensaio de história escrito por Antônio de Alcântara Machado em 1928. Trata-se de *Anchieta na Capitania de São Vicente*, premiado pela Sociedade Capistrano de Abreu e publicado em 1928, na *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*.³⁵⁰ Logo no início do ensaio, uma frase de efeito que parecia saída da pena de seu pai, Alcântara Machado: “Anchieta fôrça, mais do que a curiosidade, a devoção dos filhos da terra, cuja infancia elle pageou”.³⁵¹ Tal como *Vida e morte do bandeirante*, o ensaio faz críticas ao comércio de índios, mas avança em franqueza e dispensa o humor, paródia ou qualquer recurso para criticar diretamente a escravidão indígena: “Em tórno da escravidão indígena é que girava toda a actividade colonizadora”.³⁵² Isso não significa, porém, que haja críticas ou denúncias contra os bandeirantes paulistas; o efeito da narrativa é opor dois polos específicos, os jesuítas e os colonos portugueses, sempre em conflito por causa da escravidão, atribuindo aos primeiros um papel positivo na empresa colonizadora. Faz, também, comentários positivos sobre Antônio de Oliveira (seu antepassado), chamando-o de “cavalheiro fidalgo” trazido por Martim Afonso o que, via indireta, ressalta seus antigos laços de pertencimento à terra, bem como origem nobre em Portugal.³⁵³ Novamente houve confusão quando da publicação deste ensaio. Tristão de Ataíde pensou ser obra de Alcântara Machado, não do seu filho modernista. Eis seu depoimento:

³⁴⁸ MACHADO, Luís Toledo. *Antônio de Alcântara Machado e o modernismo*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970, p. 107.

³⁴⁹ OLIVEIRA, Antônio Castilho de Alcântara Machado d’. *Brás, Bexiga e Barra Funda*, São Paulo: O Estado de S. Paulo/ Klick Editora, 1997.

³⁵⁰ OLIVEIRA, Antônio de Alcântara Machado d’. *Anchieta na Capitania de São Vicente*. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, volume 159, tomo 105, 1929, p. 5-94.

³⁵¹ Idem, p. 11.

³⁵² Idem, p. 43.

³⁵³ Idem, p. 42.

Um belo dia, soube que a Sociedade Capistrano de Abreu iria premiar u'a memória sobre Anchieta do senhor Alcântara Machado. E pensando tratar-se de seu pai, soube com enorme surpresa que o historiador erudito era o mesmo jovem escritor de viagens e de contos, que fora, pouco tempo antes, uma das maiores revelações do modernismo entre nós.³⁵⁴

Por outro lado, se algumas críticas à escravização de índios são feitas de forma direta e sem rodeios, não há uma tomada de posição crítica em relação aos bandeirantes em si. É certo que o ciclo das mais famosas e enaltecidas bandeiras paulistas tenha se iniciado após a morte de Anchieta, cuja permanência em São Paulo constitui o objeto do estudo de Antônio de Alcântara Machado. É possível argumentar que para alguns autores modernos, os estudos de história não comportavam experimentações, tais como a denúncia da apologia ao símbolo bandeirante, ou mesmo uma tomada de posição sarcástica sobre a *paulistanidade*. Colhem-se melhores exemplos de críticas, ironias ou sátiras da *paulistanidade* em poemas e prosa de ficção. E ainda mais liberdade houve para os humoristas “macarrônicos”, sob o risco de acontecer o que de fato aconteceu: não foram levados a sério e acabaram no esquecimento, para somente bem depois serem resgatados.

É sintomático que um autor como Antônio de Alcântara Machado se apresente tão sério e recatado num estudo histórico para, no mesmo período, se revelar crítico dos costumes paulistas em sua ficção, utilizando-se da ironia e de inovações na linguagem. É bem verdade que, conforme mencionado por Luis Toledo Machado, “sua consciência de intelectual modernista não repudiava as marcas profundas do tradicionalismo da gente do altiplano, os vestígios de um modo de ser próprio dos cidadãos das “sociedades fechadas””.³⁵⁵ Mesmo assim, se percebe mais abertura na obra ficcional, seja para experimentos, seja para fazer críticas irônicas. Ou seja, não se exige de Antônio de Alcântara Machado o rompimento com sua origem e questionando seu apego às tradições paulistas, mas pode-se pensar que o canal eleito para fazer experimentos e observações irônicas sobre os costumes paulistas foi a ficção e não estudos de história.

A explicação possível pode estar no caráter de quase arrazoado judicial das obras de história de então, sempre baseadas em documentos e provas, mesmo que informadas por teorias raciais/deterministas. O bom humor, a pilhéria e o desafio de tradições estabelecidas não combinavam com os “requisitos” de uma obra tida como de história. Ainda mais se o fiador do êxito do livro fosse um concurso de monografias no âmbito da Sociedade

³⁵⁴ BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Intelectuais na encruzilhada. Correspondência de Alceu Amoroso Lima e Antônio de Alcântara Machado*, Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira de Letras, 2001, p. 68.

³⁵⁵ MACHADO, Luis Toledo. *Op. cit.*, p. 41.

Capistrano de Abreu, e não simplesmente uma revista modernista (ou mesmo apenas o público).

A reação ao modernismo, ironicamente chamado de futurismo, cerrava suas fileiras, a fim de desmascarar tais posturas como “embustes” para a venda de livros. O mesmo Mário Guastini, amigo e biógrafo de Alcântara Machado, foi um dos que radicalizou a crítica contra o modernismo. Para Nelson Schapochnick, a leitura dos artigos de Guastini, alguns deles reunidos em *A hora futurista que passou* (1925), *Na caravana da vida* (1939) e *Tempos idos e vividos* (1944), permitem uma visão dos embates em torno do modernismo que fogem aos relatos triunfalistas que o homogeneizaram em uma “tradição da ruptura”.³⁵⁶ Chamando o futurismo paulista de pilhéria, responsabiliza Oswald de Andrade pela criação de um grupo ao seu redor com a única finalidade de fazer sua própria propaganda. “Na vida o reclame é tudo, e Oswald tem vivido, aliás inteligentemente, pelo reclame. Tão inteligentemente que até eu, que lhe conheço as manhas, estou aqui a bater caixa aos seus movimentos...”³⁵⁷ Guastini pesou a pena para ironizar Paulo Prado, importante patrocinador do movimento modernista, como escritor que de moderno nada tinha:

Terra Roxa e Outras Terras, quinzenário modernista que no outro dia iniciou publicação, abriu seu primeiro número com interessante artigo firmado por Paulo Prado. Nesse trabalho, o ilustre historiógrafo revela-se o mesmo escafandrista do passado, disposto sempre a preparar a mocidade ao culto das velharias e das glórias de antanho... Modernista, chefe do grupo respeitável dos jovens turcos da literatura nacional, Paulo Prado escreve hoje como no tempo longínquo em que deliciava os leitores do *Correio Paulistano* com suas crônicas primorosas.³⁵⁸

A crítica irônica tem um duplo sentido. Primeiro, de ressaltar que se “vendia” como entusiasmo pelo moderno ou futurista a exaltação e prática da mesma literatura, chamada de antiga. Segundo, porque as obras de história de Paulo Prado (incluindo seus artigos de jornal) eram lateralmente criticadas pelo seu apego “às glórias de antanho”. Pode-se pensar que a apologia às bandeiras e à história triunfal dos bandeirantes não pudessem ser associadas a um movimento moderno, pelo menos na visão do crítico. Não que elas fossem condenáveis, pois já se descreveu como Guastini teceu loas às qualidades de antigo bandeirante na biografia de Alcântara Machado. Na verdade, esse procedimento de “escafandrista do passado” não

³⁵⁶ SCHAPOCHNICK, Nelson. Considerações mamalucas sobre o futurismo paulista. In GUASTINI, Alfredo Mário. *A hora futurista que passou e outros escritos*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2006, p. 18 e 19.

³⁵⁷ GUASTINI, Alfredo Mário. *A hora futurista que passou e outros escritos*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2006, p. 34.

³⁵⁸ Idem, p. 75.

combinava com as propostas modernistas de Oswald de Andrade (a quem chamava “distinto e brilhante plumitivo”), por exemplo. Era assunto sério, que não poderia ser tratado por meio de estilos literários importados.

Depreende-se das análises de Mário Guastini que, para ele, ser bom e moderno não era a mesma coisa que ser modernista ou futurista. O mesmo se dava na política. A pretexto de responder uma réplica de Menotti del Picchia, disse que este havia sido escolhido como candidato pelo PRP menos pelo livro “moderno” *Chuva de pedra* (1924) do que por seus “artigos passadistas”.³⁵⁹ Essa afirmação diz mais do que possivelmente pretendeu Guastini. Ao dizer que o PRP escolheria Menotti del Picchia como candidato pelas qualidades de seus “artigos passadistas”, remete à questão de vincular o antigo partido à louvação das bandeiras e dos bandeirantes. E por mais que reprove o modernismo, sua crítica deixa perceber que algo moderno não combina com o PRP.

A diferença entre *modernismo* e *moderno* sustentada por Mário Guastini fica ainda mais clara quando fez alusão ao estilo de Alcântara Machado (e as obras antigas de Paulo Prado):

Mas *modernistas* como Paulo Prado, felizmente, existem e existiram. Alcântara Machado, o eminente mestre de Direito, sempre produziu coisas impecáveis. Ainda no outro dia, a sua lição inaugural na Faculdade, divulgada pelo *Jornal do Commercio*, mereceu o aplauso entusiástico da inteligência paulista. Duas colunas, apenas, mas duas colunas de prosa empolgante, límpida, sem arabescos [...] Leiamos juntos trabalhos de Alcântara Machado e de Paulo Prado. Confrontados com os de hoje, patenteiam que nenhuma alteração sofreram seus autores na arte de escrever. Isso, repito-o, não é modernismo: é cultura, conhecimento da língua, bom senso e horror à pieguice e à pirotecnia.³⁶⁰

Muitas características positivas, tais como a elaboração de textos despidos da eloquência, límpidos e a utilização da ironia como forma de crítica de costumes, não eram automaticamente associadas aos escritores modernos, embora fizessem parte de suas propagandas. Os textos de Mário Guastini acima transcritos dão bem essa medida.

Vida e morte do bandeirante contém algumas dessas características que o distinguem de outros livros sobre as bandeiras publicados no mesmo período. Isso não o torna um autor modernista, mas seu livro é comparativamente moderno. A forma simples da escrita é seca (obviamente para os padrões de 1929). Tais atributos tornam a leitura agradável e simples: “... escrevendo em língua cuidada, de expressão fácil e termos justos, o autor

³⁵⁹ Idem, p. 106.

³⁶⁰ Idem, p. 113.

consegue extrair de matéria tão pouco amável – os inventários – páginas curiosas, cheias de vivo ensino”.³⁶¹ Nesse aspecto, Alcântara Machado tinha vantagem sobre Taunay, cuja obra “constituía uma desordenada crônica de fatos”³⁶² e que fazia largo uso “de circunlóquios para expressar o argumento principal e se perdia em meio a tantas palavras e adjetivações”.³⁶³ Enquanto os títulos dos capítulos de *Vida e morte do bandeirante* em curtos e resumiam os seus conteúdos, tais como *O povoado*, *As fortunas coloniais*, *As devoções dos bandeirantes*, Taunay fazia do título dos capítulos de seus livros verdadeiro texto:

Contínuos perigos de vida para os missionários – terrores e desconfianças dos indígenas – estoicismo e elevação dos jesuítas – cuidado com que aprendiam as línguas selvagens – formação de intérpretes - maus resultados obtidos com os mestiços – suspeitas nascidas contra a honestidade dos jesuítas – enérgicas medidas de Nóbrega – cena pitoresca – o homem da sepultura – concentram-se os neófitos em Pinheiros e São Miguel – provas da afeição de índios e portugueses aos missionários – os jesuítas médicos e enfermeiros – desmoralização dos pajés – aversão dos jesuítas aos sacerdotes índios.³⁶⁴

Além disso, o livro de Alcântara Machado fugia à enfadonha citação da estatura dos habitantes de diversas regiões de Portugal, a fim de estudar a matriz racial do colonizador português que se fixou no planalto paulista, tal como faz Alfredo Ellis Junior em *Raça de gigantes*, por exemplo. Afasta-se, também, da eloquência, parenta próxima do discurso político praticado à época. Não utiliza o passado para fazer prognósticos sobre o destino manifesto de São Paulo, de conduzir o Brasil, embora não critique quem o faça. O livro é relativamente curto - apenas um volume - em contraste com a obra monumental sobre as bandeiras elaborada por Taunay. Combinados tamanho e simplicidade de linguagem, pode-se pensar que era mais atrativo aos leitores da época. Para torná-lo ainda mais palatável, *Vida e morte do bandeirante* contém diversas ilustrações, feitas por Yan de Almeida Prado (João Fernando de Almeida Prado, 1898-1987). Almeida Prado participou da Semana de Arte Moderna de 1922, sendo recorrentemente a ela relacionado, embora a tenha qualificado, posteriormente, de “gozação de fazendeiros endinheirados”.³⁶⁵ Além disso, após a página 93 foi encartada a cópia da frente e verso de um inventário, no qual estão transcritos versos de Camões. Já na página 125, há a reprodução da assinatura e sinal público de um antigo

³⁶¹ BUENO, Francisco da Silveira. 1929. Livros novos. *Folha da Manhã*, São Paulo, 17 out. 1929, p. 8.

³⁶² MONTEIRO, John Manuel, Caçando com Gato – Raça, Mestiçagem e Identidade Paulista na obra de Alfredo Ellis Junior. In *Novos Estudos*, CEBRAP, São Paulo, n° 38, p. 79-88, março de 1994, p. 79.

³⁶³ ARAUJO, Karina Anhezini. *Op. cit.*, p. 147.

³⁶⁴ Nome do capítulo III do livro *São Paulo no século XVI* de Taunay.

³⁶⁵ PRADO, Fernando de Almeida. Yan abre a série atacando a semana, “uma gozação.” *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 fev. 1982.

tabelião, Manoel Coelho. Essas características o tornam comparativamente moderno e mais atraente aos leitores se comparados com os livros de Taunay e Ellis Junior. Note-se que o termo moderno empregado neste trabalho refere-se à localização, no livro de Alcântara Machado, tanto de procedimentos metodológicos posteriormente adotados por historiadores profissionais (análise de testamentos e inventários, do cotidiano, do “homem comum”) como o emprego de cânones atribuídos ao modernismo (bom humor, ironia). O termo, porém, não se presta à mera catalogação, no sentido de filiar o livro a determinado movimento ou escola. Utilizou-se essa terminologia para analisar *Vida e morte do bandeirante* em conjunto com uma tradição já estabelecida de estudos sobre as bandeiras e a história paulista.

De acordo com Antônio Celso Ferreira, “a revisão histórica do autor atualiza a epopéia dos bandeirantes, reescrevendo-a como epopéia burguesa”.³⁶⁶ Para ele, a representação histórica contida em *Vida e morte do bandeirante* “coincide com o imaginário projetivo das vanguardas, traduzido literariamente como redescoberta modernista de São Paulo e da nação”.³⁶⁷ Alcântara Machado utilizou em seu livro o que depois seria uma chave de leitura para compreensão do próprio modernismo paulista. Trouxe para um livro recebido como obra de história bom humor no tratamento de algumas questões espinhosas ou que pudessem desmerecer a importância dos antigos paulistas. Fez isso sem reivindicar pertencimento a qualquer movimento de renovação das letras, já que dificilmente sua figura pública poderia ser associada com tal. Isso, por si só, já demarcaria seu diferencial quanto comparado com outros livros de história sobre o mesmo assunto e publicados no mesmo período.

Ressaltar as características modernas do livro de Alcântara Machado seria analisá-lo de forma incompleta. Interessa, antes, compreender qual o papel que a ironia ou o bom humor desempenha na construção da narrativa histórica. Tal como alguns autores modernistas, pode-se indagar sobre a função crítica que a ironia representa quando direcionada à simbologia paulista, assunto a ser tratado no próximo item.

³⁶⁶ FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*, São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 327.

³⁶⁷ Ibidem. Ainda para Antônio Celso Ferreira (p. 327): “Os escritos de José de Alcântara Machado e Antônio de Alcântara Machado, pai e filho com vínculos sólidos na tradição e olhar dirigido à modernidade, exemplificam bem as permanências da imaginação letrada paulista.”

Fig. 5

3.2. A ironia como forma de crítica

Mas, para além, é necessário reconhecer que ele [Alcântara Machado] estava bastante alinhado, em termos de morfologia, com boa parte das descrições elaboradas por seus contemporâneos, muitos deles companheiros do IHGSP. É nessa chave que se encontra a “heterodoxia ortodoxa” de Alcântara Machado: discordar concordando, demonstrar uma vida material e simples, de gente que não viveu cercada de fausto, como quiseram alguns, mas, por outro lado, demonstrar também nessa materialidade uma dignidade de caráter, de robustez, uma altivez que, herdada dos tempos dos bandeirantes, se tornou germen para a grande São Paulo de seu tempo.³⁶⁸

A conclusão acima transcrita, de Rodrigo da Silva, reconhece o pioneirismo de Alcântara Machado ao se afastar da narrativa da história paulista como uma epopeia, mas nem por isso deixa de ressaltar a ausência de um rompimento direto, frontal, do autor com as versões bandeiristas do seu tempo (“discordar concordando”). Essa forma de análise coloca alguns problemas, sendo o principal deles a ilusão de que o autor poderia, por conta de sua posição social, do seu meio, criticar abertamente. Como se essa atitude não dependesse de nada mais, a não ser de sua vontade. No Direito, a figura do dever-poder é bem conhecida. Trata-se da competência e poderes dados à administração pública que, em contrapartida, tem o inarredável dever de agir em determinadas hipóteses. Noutras palavras, é garantido um poder para que se possa agir em determinado sentido. *Mutatis mutandi*, é a postura adotada por essas formas de interpretação.

No caso específico de Alcântara Machado, sua posição social fundamentaria um poder ilimitado, que deveria ser utilizado para criticar o consenso dos autores de então sobre os bandeirantes e, principalmente, suas virtudes. O poder agir contra. Esse procedimento interpretativo mascara os constrangimentos e limitações de toda sorte que pesam sobre um autor. E os mais significativos emanam justamente de sua posição social relacionada com diversas situações específicas. Ora, como exposto anteriormente, Alcântara Machado encarnava a figura do paulista tradicional. Político pelo PRP, professor da Faculdade de Direito, destacava a quem pudesse a antiguidade e importância de sua família. Criticar abertamente o símbolo bandeirante, associado tanto à população paulista como às virtudes de

³⁶⁸ SILVA, Rodrigo da. *Sobre taipas e textos: um estudo sobre as narrativas a respeito da cidade de São Paulo (1772 – 1953)* Dissertação (Mestrado em História), FLCH/USP, São Paulo, 2009, p 224 e 225.

figuras públicas, seria o mesmo que criticar sua própria posição política. Seria impossível utilizar, de um lado, a venda ao público da figura de um antigo paulista, valoroso herdeiro das virtudes bandeirantes como propaganda política e, de outro, chamar os bandeirantes de assassinos de índios. Para homens como Alcântara Machado, que acumulavam diversas funções (jurista, político, intelectual, professor) talvez fosse difícil sacrificar uma estável carreira política calcada na propaganda das virtudes bandeirantes para se tornar um polemista historiador, desmerecedor da *paulistanidade*. Ainda mais em um período em que sequer existiam os cursos superiores de História que supostamente garantiriam mais independência aos autores e pesquisadores no que diz respeito à política. Em suma, criticar os bandeirantes por seus atos e até mesmo denunciar que por trás da simbologia bandeirante existia um poder de dominação político-social consistiria na ruína do capital simbólico lapidado durante anos. E mais: possivelmente a questão sequer se colocasse nesses termos aos intelectuais paulistas de então, porque a denúncia e crítica aberta possivelmente não se impunham como condições de isenção de um trabalho de história. Pode-se pensar, nesse aspecto, que a associação explícita da figura do autor à simbologia paulista fosse uma das vias de acesso para associar credibilidade à sua obra.

Não se pretende, com isso, construir um automatismo e considerar a obra de um membro da elite paulista apenas como resultado dos anseios da camada social a que pertence – o que por si só já coloca outros problemas, tais como circunscrever o que se entende como elite. Pelo contrário, interessa compreender como Alcântara Machado lidou com os impedimentos decorrentes da sua posição social e da sua figura pública quando escreveu *Vida e morte do bandeirante*. Para isso, é necessário considerar a forma que deu a seu livro não como decorrência simples e direta da sua vontade, afinada com a “elite paulistana”. Se para os escritores modernistas era possível a zombaria e a crítica cínica por meio de poemas, não seriam as ferramentas mais adequadas a um livro que se pretendesse de história. Há mais exemplos. Viu-se como a sátira com Olavo Bilac, elaborada por Juó Bananére, irritou os estudantes e intelectuais de São Paulo. Mas o mesmo Bilac somente criticava São Paulo e sua população por meio de cartas, jamais em publico:

São Paulo é uma bexiga. Isto não vale dois caracóis [...] Receberá qualquer dia a notícia de minha morte. Não posso viver numa terra onde só há frio, garoa, lama, republicanos, separatistas, camelôs e tupinambás [...] Que estúpida cidade é São Paulo! Que gente pérfida, que clima impossível! ³⁶⁹

³⁶⁹ Apud SALIBA, Elias Thomé. *Op. cit.*, p. 195 e 196.

O mesmo pode-se dizer de João do Rio, que em depoimento reservado, mas jamais em público, disse:

Esta gente de São Paulo, meu caro, alucinada pela glória de suas bandeiras, perdeu o senso comum: entende que jornais e revistas devem encher páginas de aplausos aos seus triunfos, de graça, sem o dispêndio de até um comezinho muito obrigado...³⁷⁰

Esses trechos são representativos do que se esperava, em São Paulo, das figuras públicas, e o que se poderia ou não dizer. É óbvio que tais observações, por serem duras demais, certamente não poderiam ser feitas em público. Porém é interessante notar esse contraste, ou seja, uma necessidade de evitar a crítica em público e extravasá-la na correspondência privada, justamente porque se sabia quais as consequências do ato público de criticar. Por outro lado, para os humoristas “macarrônicos” a possibilidade da crítica ácida estava dada (não sem consequências, como visto acima). Não tinham carreira política e não dependiam da imagem de um leal filho da terra para manter e reforçar suas posições sociais. Nesse ponto, embora a situação de Alcântara Machado seja outra, não se pode desconsiderar os limites e as aberturas que existiam para outros grupos, tais como aqueles que envolviam os humoristas macarrônicos. Ou seja, ele vivia num mundo em que o passado paulista e os bandeirantes não eram tratados de forma uníssona.

Considerando todos esses fatores, pode-se dizer que *Vida e morte do bandeirante* contém passagens irônicas que funcionam como forma de crítica à simbologia bandeirante e à paulistanidade. Não há resenha ou análise que considere qualquer relação específica entre *Vida e morte do bandeirante* e o modernismo, a não ser a sugestão de Antônio Celso Ferreira, para quem o livro anuncia o esgotamento do modelo anterior da narrativa épica da história paulistas para anunciar uma nova forma de narração histórico-literária.³⁷¹ Todavia, de forma comparativa, Alcântara Machado trouxe para um livro destinado a ser recebido como estudo histórico o que alguns modernistas fizeram na poesia (Oswald de Andrade, por exemplo), sem a eles se associar. E introduziu isso num ramo historiográfico dominado ora pela exaltação da simbologia bandeirante, ora constituído por escritos vazados na forma de eloquência, quase

³⁷⁰ Idem, p. 194.

³⁷¹ FERREIRA, Antônio Celso. Vida (e morte) da epopeia paulista. *Encontros com a História: Percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. FERREIRA, Antônio Celso, DE LUCA, Tânia Regina e IOKOI, Zilda Gricoli (org.), São Paulo: Editora Unesp, 1999, p. 105: “Estávamos, então, na plenitude do modernismo, com sua vaga cosmopolita e dessacralizadora. Com ele, o tempo passado seria substituído pelo tempo presente; o impulso épico pelas energias da vanguarda; os antigos mamelucos pelos novos mamelucos imigrantes. *Vida e morte do bandeirante* não anuncia, apenas, o desvanecimento de uma representação gloriosa de São Paulo, mas, talvez, sua transmutação em nova figuração histórico-literária.”

uma letra de hino. Pode-se dizer que a ironia desempenha, em *Vida e morte do bandeirante*, o que o riso desempenhou para o modernismo, tal como definido por Luis Toledo de Machado: “O modernismo redescobriu o riso e o introduziu na literatura como um recurso intensivo de crítica literária, social e política”.³⁷²

Segundo Massaud Moisés, a ironia “é uma das categorias literárias mais complexas, senão das mais polêmicas, em razão dos seus vários sentidos ou das numerosas interpretações que suscita, além dos vínculos estreitos com noções vizinhas”.³⁷³ Trata-se de “dizer ao contrário do que se pensa, mas dando-o a entender”.³⁷⁴ Ela é diferente do sarcasmo porque “resulta do inteligente emprego do contraste, com vistas a perturbar o interlocutor, ao passo que o sarcasmo lança mão da dualidade para aniquilá-lo”.³⁷⁵ Já para Maria Helena de Novais Paiva:

A ironia é simultaneamente uma atitude de espírito e um processo característico de expressão. Ao primeiro aspecto corresponde o sentido amplo da palavra; ao segundo, um sentido restrito. Só o sentido especializado de “ironia” se apresenta bem definido: é o processo de expressão *per contrarium*, a figura de retórica que consiste em atribuir às palavras sentido oposto ao que normalmente exprimem. Êste caso, porém, representa apenas uma particularização, uma manifestação típica, se se quiser, de uma atitude interior que se manifesta de muitas outras maneiras. Definir com precisão essa atitude interior é particularmente difícil, dado que ela resulta de combinação de constantes psicológicas que se graduam diferentemente e a diversificam em conceitos distintos, que a traduzem parcialmente. Se nela predomina uma feição de alegria amigável individualiza-se em *humor*; se traduz numa amargura ácida, chama-se então *sarcasmo*; se joga agudamente em conceitos, recebe o nome de *espírito*; se se alia ao burlesco, toma a forma de *facécia*; se recorre à imitação, diferença-se em *sátira*.³⁷⁶

Na senda da historiografia, Hayden White ressalta dois pontos, em relação à ironia, que ajudam a compreender sua utilização em *Vida e morte do bandeirante*. O primeiro deles, é que o leitor deve compreender “a absurdez da caracterização da coisa designada (...)”³⁷⁷ O segundo ponto refere-se à percepção de que a ironia alcança os seus efeitos “ao frustrar as

³⁷² Idem, p. 102.

³⁷³ MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*, 2ª edição, São Paulo: Cultrix, 2004, p. 245.

³⁷⁴ Idem, p. 247.

³⁷⁵ Ibidem.

³⁷⁶ PAIVA, Maria Helena de Novais. *Contribuição para uma estilística da ironia*, Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Filológicos, 1961, *apud* MACHADO, Luís Toledo. *Antônio de Alcântara Machado e o modernismo*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970, p. 102 e 103.

³⁷⁷ WHITE, Hayden. *Meta-história. A imaginação histórica do século XIX*, São Paulo: EDUSP, 1992, p. 51.

expectativas normais acerca dos tipos de resoluções proporcionadas por histórias vazadas em outros modos (história romanesca, comédia ou tragédia, conforme o caso).³⁷⁸

A frustração da expectativa ocorre no caso concreto, pois considerada a figura do autor (Alcântara Machado) com todas as propriedades que ela invoca, é possível pensar que se esperava dele mais um livro laudatório das glórias bandeirantes. Em certa medida, a dedicatória o é, já que reafirma a *paulistanidade* e orgulho de antiguidade de casta do autor. Todavia, o livro não segue o mesmo padrão, pois já se destacou que a intenção era descrever os aspectos menos “importantes” da vida material dos antigos paulistas, deixando de lado as grandes bandeiras e bandeirantes. A expectativa que a dedicatória cria é frustrada pelo restante do livro, já que não se encontra uma narrativa apologética à simbologia bandeirante. Daí a confusão acontecida em uma resenha, entre as figuras do pai e filho, atribuindo-se a este a autoria de um livro moderno que, em tese, não combinaria com aquele. Deve-se compreender, porém, que essa expectativa frustrada não condenou o livro e Alcântara Machado não teve seu prestígio diminuído. Isso porque a ironia e bom humor partiam de alguém autorizado a fazê-las, ou seja, um paulista de “antiga estirpe” que, no extremo, ironizava as atitudes de seus próprios antepassados.

Outro fator importante destacado por White é a necessidade ou a pressuposição de que o leitor saiba que se trata de ironia, ou melhor, do absurdo da situação. Assim, se deve ter em mente a profusão de representações positivas do bandeirante, tomado como símbolo e como herói. O leitor certamente estava familiarizado com tais representações, abundantes na época da publicação do livro. Ao apontar a mesquinhez de algum paulista antigo, algum deslize de conduta, por mais anacrônico que seja, Alcântara Machado contava que iria ao menos chamar atenção de seus leitores, familiarizados com características de grandeza e nobreza dos bandeirantes.

Partindo das definições acima transcritas, entende-se, neste trabalho, a ironia como ferramenta de crítica à simbologia bandeirante, elaborada de forma indireta, pela qual

³⁷⁸ Idem, p. 23. Como se sabe, White elaborou uma “Teoria da Obra Histórica” em que “há um nível profundo no qual um pensador da história escolhe as estratégias conceituais com que irá explicar ou representar seus dados”. A ironia é uma delas, ou seja, trata-se de “um ato essencialmente poético” do qual decorre determinado modo de explicação e modos de articulação da explicação. Mas, para ele, a ironia é “transideológica”, uma visão de mundo amadurecida, porque “pode ser utilizada *taticamente* para defesa de posições ideológicas liberais ou conservadoras, dependendo de estar o ironista falando contra formas sociais estabelecidas ou contra reformadores utópicos que procuram alterar o *status quo*”. Não se pretende, aqui, seguir a teoria desenvolvida por Hayden White, nem tampouco refutá-la, ou seja, analisar a ironia desenvolvida por Alcântara Machado a fim de, tomando-a como ato “prefigurativo”, perquirir a forma de explicação e de articulação de seu livro para, depois, enquadrá-lo como “conservador” ou “reformador utópico”. Não obstante, algumas observações de White ajudam a compreender a utilização da ironia em *Vida e morte do bandeirante*.

Alcântara Machado ressaltou com bom humor aspectos negativos ou reprováveis dos bandeirantes normalmente justificados ou escamoteados por outros autores. Ela opera para além do texto, pois a inversão de sentido não se resume às expressões contidas na narrativa, mas ao que se esperaria de um livro de história escrito por um paulista nos anos 1920 (considerada a produção de Taunay e Ellis Junior). É a mediação possível, dados os impedimentos decorrentes da posição social de Alcântara Machado, entre os aspectos negativos relacionados aos bandeirantes – principalmente a escravização e dizimação da população indígena – e os aspectos positivos, já cristalizados na simbologia paulista, tal como as qualidades morais e atos de conquista territorial desses personagens históricos. Dois fatores são importantes para caracterizar essa mediação. O primeiro deles é a posição social de Alcântara Machado, que se valia da apologia bandeirante como traço distintivo de sua figura pública. Na época da publicação de *Vida e morte do bandeirante*, as disputas acerca da simbologia bandeirante estavam em pleno vigor, inclusive com partidos políticos (PRP e PD) reivindicando para seus membros a verdadeira herança das qualidades bandeirantes. O segundo deles é a existência de uma tradição de escritos sobre o passado regional, notadamente as obras de Taunay e Ellis Junior. Neste particular, há uma tensão gerada pela concorrência com outros autores para escrever sobre a história paulista; a mera apologia já não lhe basta como fator de distinção. Disso decorre, certamente, a inovação em lidar com o cotidiano dos antigos paulistas, em se afastar da narrativa laudatória e a utilização da ironia como forma de crítica. Ambos os procedimentos são novidades, especificamente no cenário dos estudos de história em São Paulo.

Para Alcântara Machado, o próprio material consultado ao elaborar seu livro (prioritariamente os inventários e testamentos publicados) pode sugerir reprimendas e observações sobre os costumes dos antigos paulistas de forma irônica. Isso porque em muitas vezes o testador pede providências religiosas após sua morte, decide a divisão dos bens e destino dos escravos índios, reconhece filhos e faz diversos pedidos aos que sobreviverem. O autor destaca, ainda, o aspecto solene e religioso do ato:

Nas letras com que se despedem do mundo os testadores não se preocupam apenas com o destino dos bens temporais. *Descarregam* a consciência, dizem-o com verdade; e sinceramente, lealmente, ingenuamente, desnudam a alma.³⁷⁹

³⁷⁹ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado d'. *Vida e morte do bandeirante*, São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunaes, 1929, p. 7 e 8.

Independentemente da sinceridade ou não dos testadores, esse “desnudamento da alma” é uma área fértil de passagens que pudessem ser escolhidas para elaborar crítica vazada por meio da ironia. Principalmente quando se percebe que em determinados momentos os testadores pedem perdão – ou providências para salvação da alma – pelos pecados cometidos em vida. São características do tipo de fonte que não se encontram em teorias raciais de explicação da formação de uma raça específica paulista, como, por exemplo, no caso dos livros de Alfredo Ellis Junior. Pelo menos se torna bem difícil imaginar a utilização da ironia em estudos raciais como forma de crítica à “raça” que se pretendeu superior.

A presença da ironia como forma de crítica em *Vida e morte do bandeirante* não passou despercebida em uma das análises quando da publicação. Plínio Barreto, em sua resenha no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 7 de setembro de 1929, detecta a ironia e a qualifica com as seguintes palavras: “O gosto da arte e da ironia fazem do sr. Alcântara Machado um comentador atraente. As setas que desfere, no correr da narração, dão para encher uma boa aljava”.³⁸⁰ O comentador transcreve o trecho em que o autor expressa admiração, durante a análise de um inventário, pela prestação gratuita de serviços por parte de um escrivão judicial, o que contrasta com a prática de seu tempo. O segundo exemplo refere-se também à análise de um inventário, no qual um avaliador retira do montante da herança um porco, como paga por seus serviços. Alcântara Machado assim termina a análise: “Tempo feliz em que bastava um cevado para saciar a ganância de um homem do foro!”³⁸¹ Como a expressão “homem do foro” pode significar juízes, promotores, avaliadores, escreventes, advogados, oficiais de justiça e outros, não se pode afirmar com certeza que se tratava de autocrítica (o autor era advogado). Mas, em outra passagem, encontra-se o seguinte: “Impossível dizer melhor quanto são indesejáveis os advogados”.³⁸² Num outro trecho, é mais enfático: “Quanto ao merecimento dos arrazoados [elaborados pelos advogados da época analisada], manda a caridade que silenciemos”.³⁸³

Nos trechos citados se percebe que a ironia possui um movimento duplo. Relacionada ao comportamento dos antigos paulistas, rebate nos costumes da sociedade em que vivia Alcântara Machado. O exemplo da paga dos serviços de um avaliador com um cervo é representativo do quanto evoluíra a ganância do “homem do foro”, crítica destinada ao presente. Assim, o autor não se contenta com o pressuposto de que o público deduziria que a crítica ao bandeirante também seria aos paulistas dos anos 1920, ou seja, pressuposto esse

³⁸⁰ BARRETO, Plínio. Livros novos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 7 set. 1929, p. 3.

³⁸¹ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado de. *Op. cit.*, p. 132.

³⁸² Idem, p. 121.

³⁸³ Idem, p. 123.

indicado pelos teóricos como um dos meios que tornam a ironia eficaz. Ele faz questão de explicitar a dualidade temporal, deixando claro que se refere, em determinadas passagens irônicas, ao presente, pois toma o passado como modelo ideal – ou pelo menos melhor que o presente. Plínio Barreto também cita outro fator importante em sua resenha: que o “gosto da arte e da ironia” torna o texto atraente. Ora, como já visto, o autor considerava *Vida e morte do bandeirante* como seu passaporte para a ABL. Mário Guastini vai mais longe, pois afirma que o livro foi escrito especificamente para concorrer a uma vaga na referida instituição.³⁸⁴ Crítica irônica e sutil, direcionada aos paulistas e aos bandeirantes, dissociada dos programas modernistas, que condenavam tudo quanto a ABL ou a literatura “anterior” representava. Mas eis que, de contrabando e inserida numa ironia com o gesto de um bandeirante famoso, se encontra o nome de Eça de Queiroz associado à “infecção litteraria”, o quem bem poderia ser uma pilhéria modernista:

Dos capitães, só um reclama a paga de seu trabalho: Antonio Raposo Tavares. Da pobreza que fica por morte de Paschoal Neto, o heróico devastador das missões, retira um par de meias. Deante desse gesto mesquinho os que são vítimas, como nós, da infecção litteraria se lembram irresistivelmente daquelle pernil de leitão, que precipitou no fogo eterno o pobre São Frei Gil, de Eça de Queiroz.³⁸⁵

A referência à infecção literária não é demolidora como os protestos dos escritores modernistas, mas demonstra que Alcântara Machado não estava alheio aos debates em torno da literatura surgidos após 1922, inclusive as reações do seu amigo Mário Guastini aos programas modernistas. Tem-se, nesse sentido, a seguinte observação feita por Levi Carneiro sobre a relação de Alcântara Machado e seu filho Antônio:

[sentia] satisfação íntima de rever-se, rejuvenescido, renovado, desimpedido, zombando a todos, atacando os maus, destruindo, saneando, com a liberdade da palavra e de ação, que não pudera ter na mocidade e não

³⁸⁴ Confirma-se o seguinte trecho narrado por Guastini: “Homem de letras, seu lugar devia ser na Academia. Depois de seu regresso da Europa, falou-se nesse natural desejo. Falou-me ruborizado, como um collegial, quase a medo. Animei-o. Pediu-me que sondasse, além de outros, meu velho amigo e companheiro Félix Pacheco, que no seio da bella companhia desfructava justificado prestígio e amizades. Sem precipitações, porém. Devia-se dar tempo ao tempo, mesmo porque desejava escrever obra essencialmente litterária. Retruquei, dizendo-lhe que mesmo os seus trabalhos jurídicos eram expressão magnífica de litteratura. Admittiu que eu estivesse com a razão. Isso, entretanto, não o isentava de fazer cousa original. Estava lendo os velhos testamentos paulistas – páginas de brasilidade, de character e de patriotismo. Trataria dos bandeirantes. Nesse caso, observei, não deveria procrastinar. Era pôr mãos à obra [...] Vida e Morte do Bandeirante é o livro com que se candidatou.” In GUASTINI, Alfredo Mário. *Op. cit.*, p. 50 a 52.

³⁸⁵ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado d'. *Op. cit.*, p. 266.

podia ter, tão pouco, na idade madura, *leader*, senador, tantas coisas graves que envolviam a responsabilidade de muita gente.³⁸⁶

Nem zombarias, nem ataques, disse Levi Carneiro, referindo-se a outras pessoas (a todos). Pode-se imaginar o que representaria para a carreira política desse senador de “tantas coisas graves” um deboche ou ataque à simbologia bandeirante. Ainda no mesmo trecho de *Vida e morte do bandeirante*, a ironia crítica consiste em dar ênfase a um ato mesquinho de Antônio Raposo Tavares, bandeirante famoso, mesquinhez que passa despercebida em outras narrativas interessadas em representar as bandeiras como acontecimentos épicos. Noutra passagem, alude à negativa de um credor às súplicas de perdão da dívida contidas no testamento do devedor: “Será preciso accrescentar que o credor faz ouvidos de Shylock a esse grito de angústia e se atira à fazenda dos órfãos?”³⁸⁷

Mas, certamente, a ironia desempenharia papel de crítica de forma mais contundente quanto direcionada à problemática da escravização dos indígenas pelos bandeirantes. Trata-se de ponto sensível a certos historiadores que procuraram de todas as formas justificar ou diminuir a importância desse assunto. Alcântara Machado, ao contrário, não poupa outros paulistas antigos das suas reprimendas irônicas e, às vezes, direta:

Que remédio tinham os desgraçados senão *querer* o que lhes pedia o testador, se o juiz não os consultava antes de adjudical-os aos herdeiros ou legatários? Dentre todos os senhores o mais sincero é F. R. de Miranda: *declaro que fui duas vezes ao sertão dos carijós... tenho alguns serviços que mando a minha mulher e filhos que querendo eles estar com sua companhia os tratem como forros, e quando se queiram ir não lhes impedirão sua ida, mas antes a favoreçam pela afronta que lhes fiz com os trazer com pouca vontade sua. Com pouca vontade...*³⁸⁸ Eufemismo encantador.

[...]

Sabem qual a *maneira que se costuma na terra pagar o salário dos malaventurados?* Dando-lhes a plantar uma roça *para seu comer; acodindo-os com o vestuário e sustento; cobrindo-os em paga de seu trabalho; dando-lhes cada anno um fato de vestir.* Muito generosos são os possuidores que dizem como Christovam Girão: *se alguns índios pedirem alguma cousa mando que se pague.* Ou deixam, como Ambrósio Mendes, duas arrobas de algodão a cada um. Quasi todos se consideram quites do que devem, mediante meia duzia de missas pelo descanso eterno dos serviços defuntos. Mil vezes a franqueza de Lourenço de Siqueira: “*e lhes*

³⁸⁶ CARNEIRO, Levi. Discurso do Dr. Levi Carneiro. In *Professor Alcântara Machado*, São Paulo: sem indicação de editora, s.d., p. 39.

³⁸⁷ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado d'. *Op. cit.*, p. 143.

³⁸⁸ Idem, p. 171. Ênfases no original, como em todas as citações que seguem.

*peço perdão de alguma força e injustiças que lhes haja feito e de lhes não ter pago seu serviço como era obrigado”.*³⁸⁹

[...]

A acreditarmos em Antonia de Oliveira, viúva do fundador de Parnahyba, os índios que possuía teriam vindo igualmente *de suas aldeias e da sai terra sem ninguém ir por elles e só pela fama do marido, o capitão André Fernandes, e só pelo bom tratamento que com elles usava*. Sabidas as proezas do famigerado salteador da redução de San Pablo, *grande matador e desollador de índios*, no dizer das testemunhas no processo contra dom Luis de Céspedes, vacillamos em acreditar que de tão longe viessem os desgraçados pedir-lhe agasalho e manança.³⁹⁰

[...]

Sob color de uma liberalidade se dissimula por vezes o mais abjeto egoísmo. Como quem atira ao lixo um objecto surrado, sem préstimo, há quem desobrigue um velho *já trôpego, incapaz de servir*.³⁹¹

[...]

Ninguém como Ambrosio Mendes, ferido de cegueira, manifesta com profunda inflexões de sinceridade, compaixão e reconhecimento pelos índios. Liberta-os, a todos, sem excepção: *e se vão por onde muito gosto levarem e quizerem ir e estar*. Depois a reflexão lhe mostra que, *indo-se as peças desgarradas por ahi, sem terem animo ou sombra onde possam ficar melhor agasalhadas, não faltará alguém que as queira enganar e tyrannizar ou obrigar-os a ser serviço, como miseráveis que são*; e por isso determina se acolham à companhia de um sobrinho, a quem pede, *pelo amor de Deus e dos pobres índios e descanso de sua consciência, que os defenda dos trabalhos para que não pereçam à mingua*. Que clarividência a do ceguinho de Parnahyba!³⁹²

[...]

Mais grave é o delito de Gonçalo da Costa. Vendeu um casal de peças, *na qual entrou uma creança que diziam ser delle testador*. Limita-se o desalmado a insinuar mollemente à esposa que tire, *se quiser*, de captiveiro a creatura. João Preto pensa obter quitação da justiça divina, mediante seis missas por alma das peças forras que mercou, *assim na terra como fóra della*. Mas em regra o culpado se empenha fortemente pela reparação do crime: *sendo vivos se rimem*.³⁹³

A escravidão indígena é o ponto da narrativa histórica em que se podem sumariar mais investidas críticas e irônicas de Alcântara Machado sobre os costumes dos bandeirantes. É

³⁸⁹ Idem, p. 170.

³⁹⁰ Idem, p. 176.

³⁹¹ Idem, p. 178.

³⁹² Ibidem.

³⁹³ Idem, p. 234.

também o ponto em que se tornam mais claras as diferenças entre seu livro e a narrativa de Taunay, por exemplo. Como visto, Taunay obviamente condena a escravização dos índios, os maus tratos e seu extermínio. Ou seja, pessoalmente não é favorável a isso. Mas procura de todas as formas justificar essas atitudes, utilizando para tanto a comparação com outros povos conquistadores e “os costumes da época”. Chega também a ser irônico, mas não para criticar os bandeirantes; pelo contrário, nota-se do trecho a seguir descrito que sua descompostura é direcionada a Gottfried Heinrich Handelmann, autor de *História do Brasil*:

E se Handelmann chama ao bandeirismo de “mancha negra na história brasileira” que se reflecta um pouco acerca do regimen de delicias da colonisação germânica quinhentista em Venezuela e dos processos daquele S. Vicente de Paula que chamava Ambrosio Alfinger.”³⁹⁴

Decerto que não se pode esperar que alguém venha a público no final dos anos 1920 para defender a escravidão e as comparações acima não se destinam a perquirir se um ou outro autor tem com ela mais ou menos simpatia. A questão posta é a forma de tratamento do assunto. Alcântara Machado não constitui em seu livro narrativa totalmente oposta à de Taunay sobre a escravidão. Não chega, como Handelmann, a considerar o bandeirismo uma “mancha negra na história do Brasil.” Mas não procura justificá-la, mediando sua narrativa com apreciações irônicas sobre tais atitudes. A reprovação vazada nessa forma constitui uma ferramenta poderosa, pois não chama ao combate direto e esfumaça no texto a crítica, que não é percebida pelos seus leitores como acintosa. Sutil, não permite uma resposta direta de quem pretenda discordar. Acaso Alcântara Machado escolhesse fazer um livro todo de critica, sem ironias nem meias-palavras, chamando o bandeirismo de mancha negra na história do Brasil, possivelmente seria condenado pelos seus leitores e seus pares e talvez seu livro tivesse outro destino.

Noutros trechos, Alcântara Machado faz graça ao comentar sobre a fortuna de um bandeirante sempre lembrado como herói, ativo e importante por Pedro Taques, linhagista que já havia escrito sobre as famílias importantes de São Paulo na época colonial. Sua intenção é deixar bem claro a “fortuna” de alguém tido como importante para o passado paulista:

³⁹⁴ TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *História geral das bandeiras paulistas, tomo primeiro*, Typ. Ideal – H. L. Canton: São Paulo, 1924, p. 62.

Ora, esse bandeirante que, na phrase inchada de Pedro Taques, conserva e sustenta o respeito e tratamento de sua pessoa potentada, tem apenas isso, que estamos vendo, na casa em que mora: *dois bufetes, quatro cadeiras, seis tamboretes (três delles quebrados), um catre, cinco colchões, três catres de mão, uma caixa, duas bacias e um castiçal de latão, três tachos de cobre, um tapete, dez pratos e um salva e um saleiro de estanho, nove colheres e cinco tambolandeiras de prata*. Haverá cousa mais relativa que o luxo?³⁹⁵

Sobre os costumes, também procura narrar com humor e ironia o quesito higiene dos antigos paulistas:

Em meio de tantas cousas deslumbrantes avulta a ausência de certas cousas pequeninas. Os lenços, por exemplo. Não passam, os arrolados, de vinte, distribuídos entre onze pessoas. É a que naquella tempo só gente educada limpava o nariz...na manga do vestido. E, quando se vulgarizou o uso do lenço, mandava o bom tom que elle não entrasse em actividade, senão depois de terem o indicador e o pollegar desempenhado a parte mais considerável da tarefa.³⁹⁶

Em outras passagens, Alcântara Machado destaca qualidades positivas dos antigos paulistas, principalmente no que se refere à sua honradez. Baseia-se nas declarações contidas em testamentos em que os credores deixam a quantia da dívida para ser fixada pelos devedores, contando que não se aproveitarão da ausência de contrato. Tece elogios aos paulistas, pois fixa a probidade como uma característica quase genética: “Nesses e em outros lances transparece aquella probidade intemerata, que é uma das feições características do velho espírito paulista [...]”³⁹⁷ A exaltação do paulista e, por consequência, do símbolo bandeirante, permite que a ironia funcione ainda melhor como forma de crítica. Isso porque atenua as reprovações das atitudes dos antigos paulistas, dando ao leitor a impressão de que o livro não afronta a simbologia bandeirante, nem tampouco nega a *paulistanidade* que seu autor utiliza como propaganda política e pessoal.

Vida e morte do bandeirante foi construído de forma a não ter apenas um modo de interpretação. Embora se possa constatar essa característica em qualquer livro, não é irrelevante quando se trata de relatos históricos sobre as bandeiras paulistas escritos nos anos 1920. Normalmente tais obras são associadas à apologia de um símbolo paulista, que era utilizado politicamente, quase como uma decorrência natural daquele período, ainda mais quando se indicam nas biografias dos autores ligações com a “elite paulista”. Nesse estado de

³⁹⁵ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado de. *Op. cit.*, p. 58/59.

³⁹⁶ Idem, p. 85.

³⁹⁷ Idem, p. 141.

coisas, a crítica seria desqualificada, esquecida ou tomada como revolucionária em relação a toda uma tradição historiográfica regional. Causa desconforto quando associada a um autor mais do que “comprometido” com a elite intelectual, tal como Alcântara Machado. Assim, é por meio da análise da ironia como forma de reação à historiografia contemporânea sobre o mesmo assunto que podemos melhor compreender sua narrativa. Vimos que, por um lado, não existe um condicionamento que obrigue o autor a escrever mais uma obra de exaltação aos bandeirantes. Mas, por outro lado, sua liberdade de crítica não é total, dado o papel que representa em um cenário específico que compreende letrados, políticos e paulistas que se utilizam do passado para compor sua figura pública. Percebe-se, então, que por mais “paulista” que seja o autor, por mais características positivas que possa ter herdado de seus antepassados paulistas, por mais que fosse afinado ao máximo com a “elite” de São Paulo, seu poder não é absoluto. Corresponde, a esse poder, uma limitação, que consiste em não colidir com uma tradição bem arraigada de apologia aos bandeirantes e a São Paulo.

Para testar essa hipótese, ou seja, da existência de limitações que pesam sobre os intelectuais dedicados à representação histórica do passado de São Paulo estritamente relacionadas à simbologia bandeirante, novamente se recorre ao exemplo de Alfredo Ellis Junior. Como visto, sua obra se insere na senda inicialmente percorrida por Oliveira Vianna, ou seja, a explicação da formação da população paulista tendo como base teorias raciais. Mas Ellis Junior acaba por criticar a versão de Oliveira Vianna no que se refere à existência de latifúndios em São Paulo no período colonial, bem como insiste que os paulistas eram pobres e rudes. Há, entretanto, uma diferença crucial entre os autores: para Oliveira Vianna a democracia era um sistema que não se adaptava ao Brasil, ante as peculiaridades da formação de sua população. Afirmar Maria Stella Bresciani, em seu estudo sobre o autor: “A longa série e desacertos atribuída à Constituição republicana de 1891 dava ênfase aos dispositivos legais que concediam o direito ao voto a uma população considerada ignorante e incapacitada para o exercício da democracia”.³⁹⁸ Ora, Ellis Junior não poderia sustentar tais conclusões sobre o exercício de voto. Primeiro, porque era político e dependia dos votos. Segundo, porque era filiado ao PRP, que destacava a bandeira das livres eleições, embora todos soubessem das inúmeras fraudes e de todo tipo de coerção sobre os eleitores a fim de manter seus representantes no poder. Mas principalmente não poderia fazê-lo porque todas essas questões estavam correlacionadas no imaginário sustentado pela simbologia bandeirante, ou seja, na representação da independência dos paulistas e de seu espírito republicano. Negar tais valores

³⁹⁸ BRESCIANI, Maria Stella Martins, *op. cit.*, p. 161.

para defender a necessidade de outra forma de governo, já a democracia não se adaptava à população, não só negava toda uma tradição historiográfica paulista, como também as propriedades pertinentes em que se assentavam sua figura pública. Para Danilo Ferretti, que estudou especificamente a diferença das propostas de Oliveira Vianna e Ellis Junior:

Contestando diretamente a origem aristocrática do bandeirante preconizada por Oliveira Vianna, o liberal Ellis Jr. inventava uma origem socialmente democrática para a sociedade paulista, representando-a à imagem e semelhança da sociedade colonial norte-americana, conforme descrevia o pensamento americanista do século XIX.³⁹⁹

Novamente deve-se deixar claro que não se exige postura diferente de Alfredo Ellis Junior. A intenção é demonstrar que pelo fato de estar inserido num determinado meio social (especificamente intelectual) – totalmente diferente daquela em que Oliveira Vianna desempenhava seu papel – há certas limitações para lidar com o passado paulista. Seja como for, ao se aproxima e ao mesmo tempo “colocar reparos” na tese de Oliveira Vianna, Ellis Junior garantiu o funcionamento de um fator distintivo de sua obra.

Outros autores não relacionados no mesmo meio em que se inseriram Alcântara Machado e Ellis Junior possuíam maior liberdade ao tratar das bandeiras e dos bandeirantes. Como vimos, Oliveira Vianna pode inserir a questão do latifúndio, bem como representar que o paulista antigo levava uma vida luxuosa, o que não pode ser confirmado após a publicação dos documentos referentes à história de São Paulo. Capistrano de Abreu foi muito mais ácido e crítico quando tratou das bandeiras em seus *Capítulos de história colonial*. Utilizando como base os relatos referentes à “lenda negra”, principalmente os do jesuíta Montoya, ele deu destaque aos arrasamentos das missões jesuíticas e ao apresamento dos índios praticados pelos bandeirantes.⁴⁰⁰ Em meio a tais narrativas, Capistrano de Abreu indagou: “Compensará tais horrores a consideração de que por favor dos bandeirantes pertencem agora o Brasil as terras devastadas?”⁴⁰¹ Decerto as representações das bandeiras e dos bandeirantes pode variar conforme a documentação em que se apóiam, mas não se pode negar os limites,

³⁹⁹ FERRETTI, Danilo José Zioni. O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. (1920-1926). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, p. 59-78, janeiro-junho de 2008, p. 72.

⁴⁰⁰ CAPISTRANO DE ABREU, João. *Capítulos de história colonial*, 7ª edição, Belo Horizonte: Editora Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 142. Capistrano de Abreu reproduz, inclusive, a descrição dos paulistas elaborada por Montoya: “Lobos vestidos de pieles de ovejas, unos hipocritones, los cuales tienen por oficio mientras los demás andan robando y despojando las iglesias y atando indios, matando y deprezando niños, ellos, mostrando largos rosarios que traen al cuello, llégansce à los padres [jesuítas espanhóis] pidenles confesion... y mientras están hablando de estas cosas van pasando las cuentas del Rosário muy aprisa” (p. 145).

⁴⁰¹ Idem, p. 146.

impedimentos e possibilidades colocadas pela figura pública desempenhada pelo autor que as elabora. Para Capistrano de Abreu, agradecer ao prefeito de São Paulo pela publicação da documentação antiga, apelar à simbologia bandeirante, tudo isso pode parecer indigno a um historiador. Já para escritores paulistas, isso pareceu a condição própria da existência e publicação de obras de história nos anos 1920 e 1930.

Cabe invocar, por ilustrativa, a passagem de Bourdieu em que compara os limites da obra e de do autor com o teclado de um piano.⁴⁰² Para Alcântara Machado, a tecla *lá* mais grave do teclado de seu piano é a ironia, construída pela crítica bem humorada. No meio intelectual em que se insere, é o limite que pode chegar. Afinal de contas: “Desconhecendo as estruturas sociais que oferecem a um homem singular suas oportunidades e possibilidades de ação, arriscamo-nos facilmente a apresentar indivíduos sem grande mérito pessoal como grandes, e vice-versa”.⁴⁰³

⁴⁰² “Artista, escritor, erudito, cada um deles, quando se dispõe a trabalhar, acaba atuando como um compositor diante de seu piano que oferece à invenção na escrita – e na execução – possibilidades aparentemente ilimitadas, ao mesmo tempo impondo constrições e limites inscritos em sua estrutura (por exemplo, por conta da extensão do teclado, que impõe uma certa tessitura), ela própria determinada por sua fatura; constrições e limites que também estão presentes nas disposições do artista, por sua vez tributárias das possibilidades do instrumento, mesmo que os revelem e os façam existir mais ou menos completamente”. In BOURDIEU, Pierre, *Meditações Pascalianas*, tradução de Sergio Miceli, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 141.

⁴⁰³ ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*, tradução de Pedro Sussekind, Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 41.

BORBA GATO, O BANDEIRANTE

(Especial para A MANHA)

Por ALCANTARA MACHADO

(Da Academia Brasileira de Letras)

Alcantara Machado

Alcantara Machado é o fino espirito de artista torturado que a Academia de Letras acaba de eleger na vaga de Silva Ramos. A MANHA, por uma nimia gentileza do novo academico paulista, ainda desconhecido em nosso meio, apresenta a seus leitores uma pagina inedita do conceituado medico-historiador, através da qual pode-se apreciar as rutilantes facetas de seu talento polychromatico.

Borba Gato, o bandeirante, impulsionado pela nevrose do incognocivel, attrahido pela esthesia do mysterio, arrumou a trouxa e marchou, resolutamente, na infantaria, em direcção do sertão. Levava o caminhante audaz, no sacco á tiracolo, um punha-

do de illusões, misturadas com uma pouca de carne secca (xarque), pois não só de pão vive o homem.

Borba Gato, como ia dizendo, levado por esse espirito aventureiro, que fez a gloria de seus collegas de jornada, embrenhou-se pela matta virgem e foi andando á beza, por conta do á tóa, sem imaginar que, de repente, lhe pudesse apparecer pela frente, como de facto lhe appareceu, um cachorro hydrophobo, com o qual se travou de razões.

Borba Gato e o cão damado engalfinharam-se, isto é, Gato e cachorro, chegaram a vias de facto, por questões de somenos.

Vem dahi a tradição, que até hoje subsiste, em virtude da qual não podem em boa harmonia o felino e o canino viverem.

POEMA HEROICO

No embate de Itararé,
Do alto duma barranca,
O barão erliou coragem,
Befendo FERNET-BRANCA.

Os milagres continuam

Os jornaes noticiam que cessaram os "milagres" da "Santa" de Coqueiros. Entretanto, estamos seguramente informados que os "milagres" proseguem, não em Coqueiros mas na Casa Muniz, a rua do Ouvidor 89, que continua, apesar do cambio vil, a manter os mesmos preços baixos para as louças de procedencia estrangeira, deixando esses factos a freguezia vivamente impressionada.

Fig 6.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1943, após a morte de Alcântara Machado, a Editora Martins lançou a terceira edição de *Vida e morte do bandeirante* com algumas modificações. Os desenhos que ilustravam o livro foram substituídos por outros, agora de autoria de José Wasth Rodrigues, pintor conhecido da intelectualidade paulista e criador do brasão da cidade de São Paulo. A maior alteração, porém, foi a inclusão de um prefácio de Sérgio Milliet. Para ele, Alcântara Machado havia passado longe da descrição épica do bandeirantismo, da epopeia bandeirante. Teria, antes, com base em rigorosa pesquisa, dado uma visão dos costumes dos bandeirantes e tratado do assunto de forma pioneira, vez que não havia se resignado ao estudo cronológico dos fatos, de datas ou de nomes de grandes figuras.

Como se verifica, o pioneirismo de Alcântara Machado é sempre ressaltado como uma qualidade positiva por alguns críticos e se fundamenta na intenção de analisar a história dos costumes, do cotidiano. É essa também a tônica do discurso de recepção a Alcântara Machado proferido por Afrânio Peixoto na ABL: o esforço por analisar os homens comuns, sua vida tumultuosa e obscura, ignorada por outros estudos coevos. Peixoto estabelece o que seria depois uma constante nas análises sobre a obra, ou seja, a relação entre a maneira de estudar o tema e a origem social do autor, porque somente um paulista leal a sua terra poderia ter escrito o melhor livro sobre história colonial do Brasil. Para ele, isso seria uma qualidade que influenciou o livro.⁴⁰⁴ Para críticos futuros, essa relação denunciaria a defesa de um regionalismo que serviria à política e à “elite” paulista.

Alice Canabrava fará também uma crítica elogiosa a Alcântara Machado em 1949, quando já estava formada numa das primeiras turmas do curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, criada em 1934. Nas palavras da analista:

Destaca-se ainda, como produção calcada nas fontes originais divulgadas neste século, o magistral trabalho de Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*. Seguindo os moldes de rigorosa técnica histórica, o autor se apartou do rumo tradicional dos estudos que se ocupavam da dilatação

⁴⁰⁴ PEIXOTO, Afrânio. *Discurso de recepção ao acadêmico Alcântara Machado*, disponível em <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8469&sid=127>, acessado pela última vez em 18.05.2012.

geográfica da conquista, enveredando para o campo então pouco explorado do estudo das condições econômicas e sociais do povo bandeirante.⁴⁰⁵

Por outro lado, possivelmente inspirados naquilo que Pierre Monbeig chamou de “mito bandeirante”, alguns autores passaram a associar Alcântara Machado à criação e cristalização do símbolo paulista por excelência. A tese de doutoramento de Monbeig foi escrita nos anos 1940 e publicada em francês nos anos 1950. Seu título traduzido é *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*.⁴⁰⁶ Há um capítulo denominado “A psicologia bandeirante”, no qual é destacada a existência de entusiasmo na “narrativa desses empreendimentos audazes” [as bandeiras]. “Num país cujo passado é relativamente curto, fica-se apaixonadamente preso ao que ele pode ter de prestigioso”.⁴⁰⁷ Embora trate as bandeiras como algo importante da história brasileira, Monbeig diz que não se pode ignorar, muito menos se esconder, o aspecto “brutal no comportamento dos bandeirantes, nem a sede de lucro que os animava”.⁴⁰⁸ Como os bandeirantes Borba Gato e Fernão Dias Pais são “personagens paulistas”, o autor menciona que a celebração da história bandeirista é mais predominante em São Paulo, pois possibilita a demonstração da sua grandeza. O mais importante, porém, é a caracterização de uma simbologia em relação aos bandeirantes e às bandeiras. Continua Monbeig:

A intrepidez desses pioneiros de extensa linhagem, sua ousadia de aventurar-se tão longe, com tão escassos meios, no imenso Brasil, exercem forte atrativo sobre as crianças e adolescentes para que se condoam dos morticínios de índios e se indignem com tal esbanjamento de energia para conquistar ouro. Fato extremamente importante, pois que se criou um mito do bandeirante, cuja eficácia psicológica é incontestável. Quando se quer celebrar um fazendeiro, desbravador de matas, plantador de cidades, nenhum título melhor a definir-lhe que o de bandeirante. Diz-se tudo de um homem, quando se diz que ele é um verdadeiro bandeirante. Levemos em conta essa ênfase bem latina e não nos espante essa promoção indireta e póstuma do bandeirante a colonizador.⁴⁰⁹

Além de informar sobre o que se poderia censurar, seja no que se refere ao comportamento dos bandeirantes e suas finalidades (ouro), seja na ênfase dada a tais personagens históricos, Monbeig traz mais um elemento: a relativização das barbaridades praticadas. Assim, diz: “Mas que episódio de história gloriosa, em não importa que país,

⁴⁰⁵ CANABRAVA, Alice P. Bandeiras. In MORAES, Rubens Borba de e BERRIEN, William (dir.), *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*, 2º volume, Senado Federal: Brasília, 1998, p. 737 (a 1ª edição é de 1949).

⁴⁰⁶ MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, Editora Hucitec: São Paulo, 1984.

⁴⁰⁷ Idem, p. 121.

⁴⁰⁸ Ibidem.

⁴⁰⁹ Ibidem.

deixará de estar manchado por algum crime? Eis o que de bom grado se recorda”.⁴¹⁰ A partir desses elementos e associações, outros autores relacionavam obras sobre bandeirantes a uma iniciativa política de São Paulo que pouco tinha de história e muito havia de interesse. Exemplo desse tipo de caracterização é o livro *Bandeirantes e pioneiros, paralelo entre duas culturas* (1954), de Vianna Moog:

Para a magnificação do bandeirante já não há necessidade de recorrer e Pedro Taques ou a Frei Gaspar da Madre de Deus. Entre os mais austeros e exigentes intérpretes e investigadores da história das bandeiras – Afonso d’Escragnoille Taunay, Alcântara Machado, Cassiano Ricardo, Júlio de Mesquita Filho, ou Alfredo Ellis Junior, vamos encontrar reflexos da tendência a que se refere Monbeig.⁴¹¹

E, avançando a interpretação de Monbeig, Vianna Moog esclarece:

Por que tudo isso? Por uma razão bem simples: houve uma imagem que foi promovida a símbolo e isto é sumamente importante. Uma vez idealizada uma imagem e convertida em símbolo, será muito difícil deslocá-la ou substituí-la.⁴¹²

No cinquentenário da publicação de *Vida e morte do bandeirante*, Ernani Silva Bruno fez uma apreciação crítica em artigo de jornal.⁴¹³ Após tecer elogios ao livro e destacar seu pioneirismo, o autor aponta defeitos. Baseando-se na dedicatória feita por Alcântara Machado à antiguidade de sua família, bem como na análise da casa da “aristocracia colonial”, há o enquadramento do livro na “história dos grandes nomes.” Assim, Ernani Bruno analisa:

Alcântara Machado não pode se libertar daquela “história de uma nota só” a que me referi em artigo anterior para este jornal: a história biográfica, a história dos grandes nomes, das famílias importantes, dos titulares da corte, a história do latifúndio, do engenho, da casa grande. Aqui caberia lembrar que o autor, reportando-se certa vez ao fato de que descendia de família que já no século 16 habitava São Paulo, disse uma frase que ficou famosa: “Paulista sou há quatrocentos anos”. A que se poderia acrescentar que também os descendentes daquela “gente somenos”, índios escravizados ou mamelucos “sem nobreza de sangue” mencionados pelos antigos documentos são paulistas de quatrocentos anos. Ou não?⁴¹⁴

⁴¹⁰ Ibidem

⁴¹¹ MOOG, Clodomir Vianna. *Bandeirantes e pioneiros, paralelo entre duas culturas*, 8ª edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966, p. 197.

⁴¹² Ibidem.

⁴¹³ BRUNO, Ernani Silva. Um ensaio sobre os bandeirantes, *Folha de São Paulo*, São Paulo, Ilustrada, 4 set. 1979, p. 27.

⁴¹⁴ Ibidem.

Os mesmos elementos que no discurso de Afrânio Peixoto funcionam como qualidades do livro agora se tornam a marca do seu envelhecimento. Para alguns críticos a origem social de Alcântara Machado e sua ligação com São Paulo explicam as qualidades de seu livro. Para outros, será esse seu pecado, pois ao tratar dos bandeirantes apenas contribuiria para a cristalização de um símbolo político. Mesmo em análises em que se reconheçam o pioneirismo do livro, o destaque à *paulistanidade* estará lá, como uma bengala, sugerindo para o leitor que talvez o livro de Alcântara Machado não seja isento de suas atividades políticas. É nesse sentido que se orientam alguns estudos, tais como o de Kátia Abud. Embora assinale o traço inovador de *Vida e morte do bandeirante*, ressalta: “Pertencentes a elite política paulista, ao afirmarem sua descendência [Taunay, Ellis Junior e Alcântara Machado], estabeleciam um vínculo ininterrupto entre os heróis bandeiristas e aquela elite que se mantinha no poder”.⁴¹⁵ Ou seja, a forma como esses autores escrevem sobre os bandeirantes estava impregnada pela sua posição política e, ao mesmo tempo, justificaria a manutenção da elite paulista no poder. Já na conclusão do trabalho a autora destaca que “o aspecto cognitivo da história (...) é manipulado até a transformação de seu objeto num símbolo para servir a interesses de grupos dominantes, que pretendem a integração dos grupos dominados, aos seus projetos”.⁴¹⁶ Tal como no jogo de representações no âmbito da política, também na historiografia a questão da *paulistanidade* se tornará uma variável, sempre apta a funcionar para as mais diversas interpretações.

Destino comum a qualquer livro, *Vida e morte do bandeirante* envelheceu. As análises acima destacadas o inserem num período específico da historiografia brasileira – em especial a paulista – em que o interesse político andava de mãos dadas com a representação histórica. É despidendo indagar as causas do envelhecimento, mas compreender como ele ocorreu nos revela as propriedades pertinentes no campo de classificações da historiografia.

A busca da ideologia subjacente ao discurso histórico já era uma receita direcionada aos historiadores nos anos 1970.⁴¹⁷ Exigia-se, também, na linha da interpretação de Vianna Moog, repensar as verdades históricas estabelecidas e “os personagens cujo retrato já foi emoldurado.”⁴¹⁸ Esse procedimento consistente no desvelamento das ideologias incomodou, por exemplo, um historiador do quilate de Francisco Iglésias. Em carta destinada a Amaral

⁴¹⁵ ABUD, Katia Maria. *Op. cit.*, p. 140.

⁴¹⁶ *Idem*, p. 212.

⁴¹⁷ LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea. A história em questão*, Petrópolis: Editora Vozes, 2ª edição, 1982, p. 38.

⁴¹⁸ *Idem*, p. 26. Significativa esta outra passagem do mesmo autor na mesma obra, p. 207: “Dos fatores que obstaculizam o trabalho do historiador, o que se de um lado permitiu o estabelecimento de um quadro valorativo e a consciência das dificuldades, não desceu, por outro, aos subterrâneos ideológicos para poder perceber a seiva que nutriu até ontem o comportamento da província de historiadores brasileiros.”

Lapa, comentando seu trabalho *Historiografia brasileira contemporânea*, *A história em questão*, (incluída por Lapa nas edições posteriores de seu livro em apêndice), Iglésias reclamava: “Será que só é análise o que é denúncia em termos de marxismo ou de suposto marxismo?”⁴¹⁹ Seja como for, tal forma de análise relaciona o papel político (e a posição social) do autor com seus escritos, tratando-os em termos de contaminação ideológica. Exige-se um grau de separação talvez impossível de ocorrer num período em que os historiadores eram também, quase sempre, políticos. O fardo do arcaico pesa sobre Alcântara Machado quando se analisa seus escritos a fim de desnudar sua ideologia. Uma vez identificada a contaminação ideológica, associa-se seu livro à sua posição social, ao PRP, a São Paulo, enfim, a um discurso cuja finalidade seria, no limite, a manutenção do poder da camada social a que pertencia. E acaba-se por exigir posturas talvez impossíveis àqueles autores, tais como denúncias do *status quo*, crítica frontal etc.

Por outro lado, o esgotamento da produção de narrativas que pudessem ser tidas como apologistas aos bandeirantes é comumente creditada ao avanço da História como disciplina e à profissionalização dos historiadores.⁴²⁰ A questão do ensino de História do Brasil na Universidade de São Paulo é um bom exemplo, porque intimamente relacionada com autores que se destacaram pelo estudo das bandeiras. Criado em 1934, o curso de História e Geografia da USP teve como primeiros ocupantes da cadeira de História da Civilização Brasileira Afonso Taunay (até 1938) e Alfredo Ellis (até 1956). O fato de tal cadeira ter ficado tanto tempo ocupada por historiadores não profissionais e representantes da produção da ideologia das bandeiras foi usado pelas gerações posteriores para marcar uma linha divisória entre “eles” e “nós”.⁴²¹ Os ideólogos eram os antigos, no início da faculdade. Com a denúncia de ideologia, criava-se uma visão negativa sobre os escritores que no início do século XX trataram das bandeiras.⁴²² Fernando Novais marca outra diferença que

⁴¹⁹ Idem, p. 238.

⁴²⁰ FERREIRA, Antônio Celso. *Op. cit.*, p. 353.

⁴²¹ MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*, 3ª edição, Editora Ática: São Paulo, 1977, p. 23.

⁴²² O seguinte trecho de Carlos Guilherme Mota é bem sugestivo nesse sentido: “Necessário dizer que no início da universidade tivemos aqui também nossos ideólogos, com Alfredo d’Escagnolle Taunay e Alfredo Ellis Junior. O tema do café foi tratado por Taunay com rigor, mas com evidente sentido de uma história regionalizante. Já Ellis Junior, catedrático-interventor na Faculdade de Filosofia da USP, foi defensor da especificidade de uma curiosa e brava “raça bandeirante”, selecionada na dureza da vida e da subida da serra do Mar. O bandeirismo foi uma ideologia poderosa, eivada de racismo e outros desvios históricos. Dessa época escapam duas análises, como a de Sérgio Milliet (*Roteiro do café*) ou a de Roberto Simonsen (*História econômica do Brasil*), além de alguns estudos do citado Fernando de Azevedo. Em verdade, no que diz respeito aos estudos históricos, a USP foi mais reacionária àquela época que a obra de Gilberto [Freyre]. Vale repetir: Caio, Gilberto, Buarque estavam fora da docência” Carlos Guilherme Mota não menciona Alcântara Machado, até porque ele não foi professor do Departamento de História e manteve-se na Faculdade de Direito do São Francisco até o fim de sua vida, mas ele é classificado, em outro trecho do livro: “Visto agora no conjunto da

indiretamente ajuda na classificação negativa dos escritores das bandeiras. Embora demonstre reconhecimento por Taunay, ele estaria, juntamente como Ellis Junior, à margem da renovação historiográfica francesa, representando uma “orientação tradicional” (o que os diferenciava dos professores das outras cadeiras, vindos com a missão francesa).⁴²³ Destaque-se, ainda, o artigo de Eurípedes Simões de Paula, professor da casa e aluno da primeira turma do curso de História e Geografia. Comentando as contribuições da USP para a historiografia brasileira, destaca os professores das missões francesas e, sobre a cadeira de História da Civilização Brasileira, menciona apenas Taunay, “cuja obra está a exigir complementação”.⁴²⁴

No Rio de Janeiro ocorreu algo semelhante. Quando a Universidade do Distrito Federal foi absorvida pela Universidade do Brasil, coube a Helio Viana o ensino de História do Brasil na Faculdade Nacional de Filosofia.⁴²⁵ Segundo Marieta de Moraes Ferreira, a concepção de história de Helio Viana era “marcada por uma perspectiva conservadora” e ele, “muito focado na História política e com grande apreço por um excessivo detalhamento de fatos e datas, não acrescentava nada de muito inovador e estimulante em seus cursos”.⁴²⁶ Portanto, sedimentou-se a imagem de que embora a criação dos cursos de História tenham representado uma alteração qualitativa na produção, o ensino da História do Brasil permaneceu avesso a inovações, em função do perfil dos professores que ministravam essas disciplinas.

Quais são as consequências para a interpretação de determinado autor quando rotulado como conservador? Emilia Viotti da Costa fornece uma pista: “O renovado gosto por Gilberto Freyre pode indicar um retrocesso e não um avanço da historiografia”.⁴²⁷ Para ela, esse gosto era representativo de um “momento conservador”. E explica as razões dessa posição:

produção da época, o livro de Caio Prado Junior, em que pesem alguns deslizes dados por fórmulas e valores pouco satisfatórios que perpassavam a *intelligentsia* em geral, tem efeito corretivo, em termos de perspectiva, sobre o estudioso da vida cultural e política da primeira metade do século XX no Brasil: faz recuar para um terceiro plano obscuro trabalhos como os de Paulo Prado, *Retrato do Brasil* (1928), Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante* (1929) ou, Cassiano Ricardo, *Marcha para o Oeste* (1943).” Respectivamente in MOTA, Carlos Guilherme, *op. cit.*, p. 32 e 180.

⁴²³ NOVAIS, Fernando. Braudel e a missão francesa. Entrevista. In *Estudos avançados*, São Paulo, (8) 22, p. 161-166, 1994, p. 165.

⁴²⁴ PAULA, Eurípedes Simões de. Algumas considerações sobre a contribuição da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a historiografia brasileira. In *Revista de História*, FFLCH – USP, São Paulo, n° 88, p. 425 – 451, 1971.

⁴²⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. *História como ofício. A constituição de um campo disciplinar*, Rio de Janeiro, FGV Editora, 2013, p. 23.

⁴²⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes. *Op. cit.*, p. 43.

⁴²⁷ COSTA, Emilia Viotti. Entrevista a José Geraldo Vinci de Moraes e José Marcio Rego. In MORAES, José Geraldo Vinci de e REGO, José Marcio (org.). *Conversas com Historiadores Brasileiros*, São Paulo: Editora 34, 2002, p. 79.

A democracia racial até hoje é um mito que tem servido às elites brasileiras para ignorar o problema dos negros no Brasil. Finalmente, não se deve esquecer que Freyre apoiou a política colonial salazarista e em 1964 não teve escrúpulos em denunciar pessoas. É preciso indagar até que ponto suas posições comprometeram o seu trabalho. Deve-se examinar de forma crítica a metodologia usada, testar a acuidade de suas generalizações, verificar até que ponto refletem a ideologia das classes dominantes, até que ponto contribuem para a compreensão da realidade que pretendem descrever.⁴²⁸

Nota-se que as propriedades pertinentes à consagração ou não de autores passam, para além das qualidades do texto, da inovação e da metodologia utilizada, pela ideologia e se suas conclusões estão afinadas com mitos que servem às elites brasileiras. Trata-se do julgamento da obra que a ultrapassa, rebatendo na imagem do autor, em suas atitudes políticas. Fique claro, porém, que a intenção da discussão desse ponto não se presta a relativizar atitudes realmente condenáveis, tais como a delação de colegas no período da ditadura, mas indicar que elas também informam a recepção da obra. O sistema classificatório que leva em conta a ideologia dos autores analisados, sua participação ou não na institucionalização dos cursos de história e seu desempenho político sugere a estabilização de eixos de oposição conceitual que arranjam e rearranjam o mundo da produção intelectual (amadores *versus* profissionais; jovens *versus* velhos, progressistas *versus* conservadores). São linhas de forças que influenciam as interpretações. Uma leitura atenta das entrevistas concedidas por historiadores formados no Rio de Janeiro, pertencentes grosso modo à geração posterior dos professores fundadores dos cursos de História, é bem reveladora nesse sentido. No âmbito da Faculdade Nacional de Filosofia, a imagem de Heremildo Viana é a de um professor competente, porém conservador e delator de alunos e de outros professores após o golpe de 1964. Suas posições políticas são aparentemente cruciais para a formação de juízos sobre sua obra. Para a posteridade, será sempre lembrado como delator.⁴²⁹ Tal fato fica ainda mais claro quando se analisa o depoimento de Neyde Theml, formada em História pela Faculdade Nacional de Filosofia em 1966 e posteriormente assistente de Heremildo Viana: “Os campos eram muito marcados. Quem não fosse de esquerda não prestava. Eu me sentia um lixo por não ser de esquerda”.⁴³⁰ Esse ponto é importante porque demonstra algo frequentemente escamoteado em visões encantadas do mundo intelectual: relação entre disputas acadêmicas e disputas ideológicas.

⁴²⁸ Ibidem.

⁴²⁹ Nesse sentido, confira-se a entrevista de Maria Yedda Linhares e Francisco Falcon, contidas em: FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício, a constituição de um campo disciplinar*, Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013, p. 213 a 241 e 271 a 310.

⁴³⁰ Entrevista concedida a Marieta de Moraes. In FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício, a constituição de um campo disciplinar*, Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 362.

Talvez seja interessante pensar como faz o antropólogo Frederick George Bailey na visão de conjunto elaborada sobre sua disciplina, no verbete “Anthropology”, para a *The Encyclopedia of Higher Education*.⁴³¹ Para Bailey, não é razoável falar em escolas, já que isso evoca escolhas racionais. Antes, deve-se atentar para uma disciplina cindida por diversas ortodoxias. Abraçar determinada ortodoxia impõe uma crença em certa visão da disciplina e da sociedade. E a *performance* está intimamente ligada à noção de ortodoxia empregada por Bailey. Trata-se do papel simbólico que os grandes nomes fazem de si, que de forma hábil envolve desde a forma de escrever até a representação de suas vidas. Isso porque já não se trata apenas das competências técnicas e intelectuais para se firmar como um historiador competente. É necessário recorrer, dependendo da época, a fatores que fazem parte de um estilo de vida, tido como válido naquele momento pelos pares, para ser aceito, incluindo atitudes políticas. No caso de Alcântara Machado, a associação a fatores tidos como não pertinentes ao historiador pós anos 1960 influencia a apreciação de seu livro, publicado em 1929. A lealdade a São Paulo, o orgulho da antiguidade de sua família, o posicionamento político associado à oligarquia paulista, serão pontos negativos nas classificações e leituras justamente porque não pertinentes – no momento em que se faz a leitura – ao perfil de historiador competente, técnico. A *performance* de Alcântara Machado nos anos 1920 não se identificava com padrões tidos como válidos pelos historiadores profissionais dos anos 1960.

Sem levar em consideração que obra e autor não são unidades totalmente distintas e que normalmente a imagem de um autor rebate na análise de seu livro, algumas questões importantes ficam em segundo plano. No caso específico dos escritos sobre as bandeiras produzidos na primeira metade do século XX, a classificação dos seus autores tão somente como ideólogos ou porta-vozes dos anseios da “elite” cafeeira paulista significa dizer que eram influenciados por questões políticas. Mas, de acordo com os depoimentos de Neyde Theml e Emília Viotti da Costa acima transcritos, percebe-se que mesmo na constituição do perfil de historiador profissional, as tomadas de posição política são sim elementos preponderantes. Além disso, a catalogação desses autores como produtores de narrativa histórica subserviente à política sugere que a prática da história na atualidade não o seja, tornando a história da historiografia em uma linha contínua e evolutiva. Ela seria, assim, um compartimento estanque da própria História, com a qual se pretende englobar múltiplas temporalidades, fragmentações, revezes etc.

⁴³¹ BAILEY, Frederick George. Anthropology. In CLARCK, Durton R. e NEAVE, Guy (editores), *The Encyclopedia of Higher Education*: Pergamon, p. 1777 -1787, 1992.

Por outro lado, como visto, a exaltação da simbologia paulista funciona também como critério de distinção, praticamente como um atestado de qualidade do livro de Alcântara Machado. Neste particular, deve-se compreender que a apologia da antiguidade de estirpe era praticamente um dos requisitos da própria publicação do livro e não um obstáculo para a escrita da história.

Neste trabalho tentou-se explicar a elaboração de *Vida e morte do bandeirante* por meio da análise do papel preciso que Alcântara Machado desempenhou no meio intelectual paulista. Isso permitiu o afastamento da categorização de sua obra como apenas uma mera decorrência da camada social do autor, bem como não considerá-lo criador de uma novidade historiográfica isolado de qualquer outro fator. A análise em termos de função de autor possibilitou, também, a percepção de certos detalhes que a dualidade interpretativa apologista *versus* não apologista encobre. O principal deles é o conteúdo irônico da obra, que permite neste caso específico elaborar críticas ao personagem histórico bandeirante e ao próprio paulista dos anos 1920 sem diminuir o prestígio do autor. A crítica vazada em termos irônicos não incomodou aqueles que se valiam do exercício da paulistanidade, ou seja, que se associavam às qualidades dos bandeirantes e do símbolo que representavam. Nem mesmo Alcântara Machado.

Não se pretendeu validar ou não as leituras de *Vida e morte do bandeirante*, muito menos salvar o autor de supostos mal-entendidos ou imerecido esquecimento. A intenção foi analisar quais as possibilidades que o autor tinha em seu horizonte para publicar a obra. No extremo, entender como construiu uma narrativa das bandeiras paulistas tida pelos seus contemporâneos como uma novidade, justamente por levar em consideração o cotidiano, o homem comum, as coisas aparentemente sem importância.

FONTES

I. MANUSCRITOS

Carta de Alcântara Machado a Coelho Neto conservada na Biblioteca Nacional, datada de 31.05.1930. Biblioteca Nacional, Coleção Carneiro Neto, 2 p., localização: I-01,04,045 (a carta está cadastrada de forma incorreta, como remetente António de Alcântara Machado).

Carta de Alcântara Machado a José Vicente Sobrinho conservada na Academia Brasileira de Letras, datada de 12.08.1920. Academia Brasileira de Letras, Arquivo do Acadêmico Alcântara Machado.

Carta de Alcântara Machado a Plínio Barreto de 10.09.1929. Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) – USP, Fundo Plínio Barreto – PC-C-CP 0700.

Bilhete de Alcântara Machado a Olegário Mariani (presidente da ABL), conservada na Academia Brasileira de Letras, datada de 10.12.1931. Academia Brasileira de Letras, Arquivo do Acadêmico Alcântara Machado.

II. PERIÓDICOS

A Manhã, Rio de Janeiro, p. 6, 2 maio 1931.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, p. 2, 8 abr. 1934.

Correio Paulistano, São Paulo, p. 3, 27 nov. 1920.

Correio Paulistano, São Paulo, p. 5, 15 ago. 1929.

Correio Paulistano, São Paulo, p. 3, 16 ago. 1929.

Correio Paulistano, São Paulo, p. 3, 3 jul. 1934.

Correio Paulistano, São Paulo, 4 jul 1934.

Correio Paulistano, São Paulo, p. 7, 28 jul. 1934.

Diário Nacional, São Paulo, p. 1, 8 dez. 1931.

Diário do Abaixo Piques, São Paulo, p. 1, 3 maio 1933.

Diário do Abaixo Piques, São Paulo, p. 1, 30 jun 1933.

Folha da Manhã, São Paulo, p. 5, 2 abr. 1941.
O Estado de S. Paulo, São Paulo, 29 set. 1929.
O Estado de S. Paulo, São Paulo, 2 out. 1929.
O Estado de S. Paulo, São Paulo, 9 out. 1929.
O Estado de S. Paulo, São Paulo, p. 3, 7 set. 1929.
O Estado de S. Paulo, São Paulo, p. 1, 15 dez. 1933.
O Estado de S. Paulo, São Paulo, p. 10, abr. 1934.
O Estado de S. Paulo, São Paulo, p. 10, 2 abr. 1941.
Revista de Antropofagia, São Paulo, ano I, nº 9, p. 6, fev. 1929.
Revista de Antropofagia, São Paulo, ano I, nº 10, p. 6, mar. 1929.
Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, volume 164, 1931.
Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, nº XXXII, 1935.
Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, nº LX, 1964.

BIBLIOGRAFIA

I. ESCRITOS DE ALCÂNTARA MACHADO

Do momento da formação dos contractos por correspondência, São Paulo: Typografia da Companhia Industrial de São Paulo, 1892.

A embriaguez e a responsabilidade criminal, São Paulo: Officinas Salesianas, 1894.

O Hypnotismo. Ensaio médico-legal sobre o art. 296 do Código Penal Brasileiro, São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1895.

O caso Pinhal. Razões pelo Recorrente, São Paulo: Typografia Brazil de Carlos Gerke & Cia., 1901.

Quatro Discursos, São Paulo: Estab. Graphico Pocai Wess & Cia, 1915.

O testamento do bandeirante. *Revista do Brasil*, São Paulo, nº 87, ano VIII, p. 217-219, março de 1923.

As devoções do bandeirante. *Revista do Brasil*, São Paulo, nº 95, ano VIII, p. 207-219, novembro de 1923.

Vida e morte do bandeirante, São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunaes, 1929.

Discurso do Paraninfo. In *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, São Paulo, vol. XXVIII, 1932.

Palavras dos directores da Faculdade de Direito, da Faculdade de Medicina e da Escola Polytechnica aos estudantes que lutam pela causa da lei, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 ago. 1932.

Comparar e julgar, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 6, 2 maio 1933.

Brasílio Machado, Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

Machado d'Oliveira. *Revista do Arquivo Municipal*, ano V, volume LII, São Paulo, p. 83-97, 1939.

Machado d'Oliveira. Soldado de Verdade. *Revista do Arquivo Municipal*, ano VI, volume LXXII, São Paulo, p. 5-22, 1940.

Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, in *Alocuções acadêmicas*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1941.

II. BIBLIOGRAFIA GERAL

ABREU, João Capistrano Honório de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. RODRIGUES, José Honório (org.), Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.

ABUD, Kátia Maria. *O sangue intímato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. Tese (Doutorado em História), FFLCH, USP, São Paulo, 1985.

_____. A ideia de São Paulo como formador do Brasil. *Encontros com a História: Percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. FERREIRA, Antônio Celso, DE LUCA, Tânia Regina e IOKOI, Zilda Gricoli (org.), São Paulo: Editora Unesp, 1999.

AMED, Fernando. *As cartas de Capistrano de Abreu. Sociabilidade e vida literária na belle époque carioca*, São Paulo: Alameda, 2006.

AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*, São Paulo: Edição Saraiva, 1957.

_____. *São Paulo nesse tempo (1915-1935)*, São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.

ANDRADE, Mário de. Carta a Prudente de Moraes Neto. Francisco de Assis Brabosa (org.), *Intelectuais na encruzilhada. Correspondência de Alceu Amoroso Lima e Antônio de Alcântara Machado*, Rio de Janeiro: Edições da Academia Brasileira de Letras, 2001.

ANDRADE, Oswald. Manifesto da poesia pau-brasil. *Apud* TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*, 3ª edição, Petrópolis: Vozes, 1976.

ARAUJO, Karina Anhezini. *Um metódico à brasileira: A história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. Tese (Doutorado em História), UNESP, Assis, 2006.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Chuvas de verão. “Antagonismos em equilíbrio em Casa-grande & senzala de Gilberto Freyre. Um enigma chamado Brasil. 29 intérpretes e um país. BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lília Moritz (org.), São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 198-211.

BAILEY, Frederick George. Anthropology. In CLARCK, Durton R. e NEAVE, Guy (editores), *The Encyclopedia of Higher Education*: Pergamon, p. 1777-1787, 1992.

- .BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Intelectuais na encruzilhada. Correspondência de Alceu Amoroso Lima e Antônio de Alcântara Machado*, Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira de Letras, 2001.
- BARRETO, Plínio. Livros novos, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 7 out. 1929, p. 3.
- BARROS, Maria Paes de. *No tempo de dantes*, 2ª edição, São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- BITTENCOURT, André Veiga. Um *fiat* miraculoso: Oliveira Vianna visita São Paulo. *Revista Brasileira de Sociologia*, Porto Alegre, vol. 1, nº 1, p. 223-246, julho/dezembro 2013.
- BLAJ, Ilana. Mentalidade e sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo colonial. *Revista de História*, FFLCH-USP, São Paulo, 142-143, p. 239-259, 2000.
- _____. Historiador da cultura material. SOUZA, Antônio Cândido de Mello e (org.), *Sergio Buarque de Holanda e o Brail*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*, 41ª edição, São Paulo: Cultrix, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *Usos & abusos da história oral*. FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.), 2ª edição, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998, p. 183-191.
- _____. *Homo academicus*, tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle, Florianópolis: Editora UFSC, 2011.
- _____. *Meditações Pascalianas*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*, 2ª edição revista, São Paulo, Editora Unesp, 2007.

BRUNO, Ernani Silva. *Viagem ao país dos paulistas*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

_____. Um ensaio sobre os bandeirantes, *Folha de São Paulo*, São Paulo, Ilustrada, 4 set. 1979, p. 27.

BUENO, Francisco da Silveira. 1929. Livros novos. *Folha da Manhã*, São Paulo, 17 out. 1929, p. 8.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado, seu futuro. In BURKE, Peter (org.), *A escrita da história, novas perspectivas*, São Paulo: Editora UNESP, 2011.

_____. *A escola dos Annales, 1929-1989. A revolução francesa da historiografia*, 2ª edição, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CANABRAVA, Alice P. Bandeiras. In MORAES, Rubens Borba de e BERRIEN, William (dir.), *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, 2º volume, Senado Federal: Brasília, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. *O Movimento de 1932. A causa paulista*, 3ª edição, São Paulo, Editora Brasiliense, sem indicação de data.

CAPISTRANO DE ABREU, João. *Capítulos de história colonial*, 7ª edição, Belo Horizonte: Editora Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CARMO, Eduardo Benzatti do. *A obra ficcional e jornalística de Antônio de Alcântara Machado: letras e imagens*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), PUC – SP, São Paulo, 2004.

CARNEIRO, Levi. Discurso do Dr. Levi Carneiro. *Professor Alcântara Machado*, sem indicação de editora: São Paulo, sem indicação de data.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de. *A São Paulo de Menotti del Picchia. Arquitetura, arte e cidade nas crônicas de um modernista*, São Paulo: Alameda, 2008.

COSTA, Wilma Peres. História geral das bandeiras paulistas. In MOTA, Lourenço Dantas (org.), *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*, vol. 2, 3ª edição, São Paulo: Editora Senac, 2011.

Dados Biográficos dos Senadores de São Paulo, 1826-1998, 2ª edição, Brasília: sem indicação de editora, 1998.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sergio Buarque de Holanda, Historiador. In DIAS, Maria Odila Leite da Silva (org), *Sergio Buarque de Holanda, Grandes Cientistas Sociais, História*, São Paulo: Editora Ática, 1985.

DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Primazias Incoherentes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 26 maio 1933.

DULLES, John W. F. *A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas (1938-1945)*, Rio de Janeiro: EDUSP/Nova Fronteira, 1984.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*, tradução de Pedro Sussekind, Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*, 2ª edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

_____. *Raça de gigantes*, São Paulo: Editorial Helios, 1926.

ELLIS, Myriam. O Senador Alfredo Ellis. In *Revista de História FFLCH – USP*, São Paulo, nº 3, p. 275 – 295, 1959.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. Historiografia e História*, 16ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FERNANDES JUNIOR, Rubens, BARBUY, Heloisa, FREHSE, Faya. *Militão Augusto de Azevedo*, São Paulo: Cosacnaify, 2012.

FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870 1940)*, São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____ As relíquias de Sergio Buarque de Holanda. In *TriceVersa*, Assis, vol. 1, n. 1, p. 14-30, maio-out 1997.

_____ Vida (e morte) da epopeia paulista. *Encontros com a História: Percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. FERREIRA, Antônio Celso, DE LUCA, Tânia Regina e IOKOI, Zilda Gricoli (org.), São Paulo: Editora Unesp, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História como ofício. A constituição de um campo disciplinar*, Rio de Janeiro, FGV Editora, 2013.

FERRETTI, Danilo José Zioni. *A construção da paulistanidade. Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)*. Tese (Doutorado em História), FFLCH – USP, São Paulo, 2004.

_____ *A emergência de um discurso etno-historiográfico nos primórdios do IHGB: o caso do Brigadeiro Machado de Oliveira*. In Associação Nacional de História, ANPUH, XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo, 2007.

_____ Lições do passado bandeirante no “Curso de Bandeirologia”: Taunay e Sérgio Buarque de Holanda (1946). In da MATA, Sérgio Ricardo, MOLLO, Helena Miranda e VARELA, Flávia (org.), *Anais do 3º Seminário de História da Historiografia: aprender com a história?*, Ouro Preto: EDUFOP, 2009.

_____ O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. (1920-1926). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, p. 59-78, janeiro-junho de 2008.

FISCHER, Luis Augusto. Reféns da modernistolatρία. *Revista Piauí*, edição 80. Questões de literatura e cultura, São Paulo, mai. 2013. Disponível em [http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-80/questoes-de-literatura-cultura/refens da-modernistolatria](http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-80/questoes-de-literatura-cultura/refens-da-modernistolatria), consultado em 08.06.2014.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* 2ª edição, tradução de António Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro, Lisboa: Vega Passagens, 1992.

GASPAR, Byron. Prefácio. In MARTINS, Antônio Egídio. *São Paulo antigo*, São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, sem data.

GLEZER, Raquel. *Chão de terra e outros estudos sobre São Paulo*, São Paulo: Alameda, 2007.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Revolução e Restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização. Ângela Maria de Castro Gomes e outros (org.). *Regionalismo e Centralização política. Partidos e constituinte nos anos 30*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. Em torno de uma refeitura liberal do mitema bandeirante: Pierre Monbeig e as frentes pioneiras dos anos 30 e 40. *Revista de História Regional*, ano 3, n. 1, p. 37-64, ver. 1998.

GUASTINI, Alfredo Mario. *Alcântara Machado*, sem indicação de editora: São Paulo, 1941.

_____ *A hora futurista que passou e outros escritos*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Corpo e alma do Brasil. Entrevista de Sergio Buarque de Holanda. In *Novos Estudos*, CEBRAP, São Paulo, n° 69, p. 3-14, julho de 2004.

LEONZO, Nancy. Pioneiro da História Social no Brasil, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 abr. 1991, p. 4

L'ESTOILE, Benoit, NEIBURG, Frederico e SIGAUD, Lygia. Antropologia, Impérios e Estados Nacionais: uma abordagem comparativa. L'ESTOILE, Benoit, NEIBURG, Frederico e SIGAUD, Lygia (org.) *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

- LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*, 1ª reimpressão, São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- MACHADO, Luís Toledo. *Antônio de Alcântara Machado e o modernismo*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970.
- MACIEL FILHO, José Soares. A maioria política do Brasil continua apoiando o programma de empalmar a Revolução. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 5 mar. 1937, p. 4.
- MARANHO, Milena Fernandes. *A opulência relativizada. Níveis de vida em São Paulo do século XVII (1648-1682)*, Bauru: EDUSC, 2010.
- MARINS, Paulo César Garcez. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, n. ser. v. 9/7, 2003.
- MARTINS, Antônio Egídio. *São Paulo antigo*, São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, sem data.
- MENDES, André Oliva Teixeira. *Os documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo: subsídio para a construção de representações*. Dissertação (Mestrado em História), FFLCH – USP, São Paulo, 2010.
- MESGRAVIS, Laima. Apresentação. TAUNAY, Alfredo de Escragnolle. *São Paulo nos primeiros tempos – São Paulo no século XVI*, São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- MICELI, Sergio. Poder, sexo e letras na República Velha (estudo clínico dos Anatolianos). *Intelectuais à brasileira*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, Editora Hucitec: São Paulo, 1984.
- MONTEIRO, John Manuel, Caçando com Gato – Raça, mestiçagem e Identidade Paulista na obra de Alfredo Ellis Junior. *Novos Estudos*, CEBRAP, São Paulo, n° 38, p. 79-88, março de 1994.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*, 3ª edição, Editora Ática: São Paulo, 1977.

MOTA FILHO, Cândido. Política e cultura na vida de um homem de empresa. *Problemas Brasileiros*, São Paulo, ano VI, nº 72, p. 38-46, mar. 1969.

MOURA, Paulo Cursino de. *São Paulo de outrora. Evocações da metrópole*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954.

NOVAIS, Fernando. Braudel e a missão francesa. Entrevista. In *Estudos avançados*, São Paulo, (8) 22, p. 161-166, 1994.

OLIVEIRA, António Castilho de Alcântara Machado d'. *Brás, Bexiga e Barra Funda*, São Paulo: O Estado de S. Paulo/ Klick Editora, 1997.

_____. Anchieta na Capitania de São Vicente. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, volume 159, tomo 105, 1929, p. 5-94.

_____. Carta a Prudente de Moraes Neto, de 18.01.1932. LARA, Cecília (org.). *Pressão afetiva & aquecimento intelectual. Cartas de Antônio de Alcântara Machado a Prudente de Moraes, neto*, São Paulo: EDUC/Lemos Editorial, 1997.

OLIVEIRA, Emerson Dionísio G. Instituições, arte e o mito bandeirante: uma contribuição de Benedito Calixto. *SAECULUM, Revista de História*, João Pessoa, nº 19, p. 127-148, jul./dez. 2008.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado d'. *Quadro histórico da Província de São Paulo*, São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

OLIVEIRA, Vera Lúcia de. *Poesia, mito e história no modernismo brasileiro*, São Paulo: Editora UNESP, 2001.

PAULA, Eurípedes Simões de. Algumas considerações sobre a contribuição da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a

Historiografia Brasileira. In *Revista de História*, FFLCH – USP, São Paulo, n° 88, p. 425 – 451, 1971.

PEIXOTO, Afrânio. *Discurso de recepção ao Acadêmico Alcântara Machado*, disponível em <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8469&sid=127>, acesso 18.05.2012.

PEIXOTO, José Benedito Silveira. No ano 50 da morte de Alcântara Machado. MATOS, Odilon Nogueira (org), *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas, ano XXIII, n° 142, p. 143 – 149, abril/julho – 1991.

PRADO, Fernando de Almeida. Yan abre a série atacando a semana, “uma gozação.” *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 fev. 1982.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo Paulista: vicissitudes de um imaginário. *Revista USP*, São Paulo, vol. 13, p. 79 – 87, mar-abr-maio 1992.

REALE, Miguel, *Memórias, Volume 1, Destinos Cruzados*, São Paulo: Saraiva, 1ª edição, 1986.

RICARDO, Cassiano. Vida e morte do bandeirante, *Correio Paulistano*, São Paulo, 30 set. 1930, p. 3.

RIBEIRO, João. Chronica Literária. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 set. 1929, p. 8.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. Vida e morte do bandeirante. *Diário Nacional*, São Paulo, 31 ago. 1929, p. 3.

SALIBA, Elias Thomé, Histórias, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana. In PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo, volume 3 – A cidade na primeira metade do século XX*, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1ª edição, 2004.

_____. Diário de um país asnático. A crítica teatral de Alcântara Machado explica o Brasil pela comédia. *Carta Capital*, 17.08.2010, disponível em

<http://www.cartacapital.com.br/educação/diario-de-um-pais-asnatico>, consultado em 05.08.2013.

_____. *Raízes do riso. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*, 2ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Senadores Brasileiros, publicação do Senado Federal Brasileiro, sem indicação de autor, Brasília: sem indicação de editora, 1986.

SCHAPOCHNICK, Nelson. Considerações mamalucas sobre o futurismo paulista. In GUASTINI, Alfredo Mário. *A hora futurista que passou e outros escritos*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Rodrigo da. *Sobre taipas e textos: um estudo sobre as narrativas a respeito da cidade de São Paulo (1772 – 1953)* Dissertação (Mestrado em História), FLCH/USP, São Paulo, 2009.

SOARES, José Carlos de Macedo. *Três biografias. José Joaquim Machado d'Oliveira, Brasília Machado e Alcântara Machado*, São Paulo: Edições da Academia Paulista de Letras, 1955.

SOUSA, Washington Luiz Pereira de. *Na capitania de São Vicente*, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1956.

SOUZA, Antonio Candido de Mello e. *Literatura e sociedade*, 9ª edição, Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e. Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea. *Revista de História*, FFLCH – USP, São Paulo, 142-143, pp. 261-276, 2000.

- _____. Texto introdutório, Vida e morte do bandeirante. In *Intérpretes do Brasil*, volume I, 2ª edição, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- _____. Vida e morte do bandeirante. In MOTA, Lourenço Dantas (org.), *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*, vol. 2, 3ª edição, São Paulo: Editora Senac, 2011.
- TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *São Paulo nos primeiros tempos – São Paulo no século XVI*, São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- _____. *História Geral das Bandeiras Paulistas, tomo primeiro*, Typ. Ideal – H. L. Canton: São Paulo, 1924.
- _____. *História geral das bandeiras paulistas, tomo terceiro (1641-1651)*, Typ. Ideal – H. L. Canton: São Paulo, 1927.
- _____. *História geral das bandeiras paulistas, tomo quinto*, São Paulo: Typ. Ideal, Heitor I Canton, 1929.
- _____. Prefácio. ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Raça de gigantes*, São Paulo: Editorial Hélios, 1926.
- TELLES JUNIOR, Goffredo. *A folha dobrada. Lembranças de um estudante*, São Paulo: Nova Fronteira, 1999.
- TRIGO, Maria Helena Bueno. *Os paulistas de quatrocentos anos. Ser e parecer*. São Paulo: Annablume, 2001.
- ULRICH, Aline. *Guilherme de Almeida e a construção da identidade paulista*. Dissertação (Mestrado em Letras) – FFLCH, USP, São Paulo, 2007.
- VARGAS, Getúlio Dornelles. *Discurso de posse*, proferido em 29.12.1943, disponível em <http://www.academia.org.br/ablcgi/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=585&sid=335>, consultado em 05.08.2013.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*, 2ª edição, Rio de Janeiro: CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 1990.

WEINSTEIN, Barbara. Racializando diferenças regionais: São Paulo x Brasil, 1932. In *Revista Esboços*, UFSC, nº 16, v. 16, p. 281-303, 2007.

WHITE, Hayden. *Meta-história. A imaginação histórica do século XIX*, São Paulo: EDUSP, 1992.

WOODARD, James P. Regionalismo paulista e política partidária nos anos vinte. In *Revista de História*, FFLCH - USP, São Paulo, nº 150, p. 41-56, 2004.

CRÉDITO DAS IMAGENS

Fig. 1. Acervo de *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos/revolucao-de-1932,892,0.htm>.

Fig. 2. Acervo da *Folha da Manhã*. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fdm/194104/02/1/>

Fig. 3. *Revista do Brasil*, São Paulo, nº 87, ano VIII, p. 217-219, março de 1923, p. 217.

Fig. 4. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 13, 2 out. 1929.

Fig. 5 Folha de rosto da primeira edição de *Vida e morte do bandeirante*.

Fig. 6. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 6, 2 maio 1931.